RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2009

Montepio

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2009

Montepio

Índice

1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS PARA O TRIÉNIO 2010-2012 5

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE 8

3. GRUPO MONTEPIO 11

4. RELATÓRIO DE GESTÃO GLOBAL 13

4.1. Síntese de Resultados da Actividade do Montepio 13

4.2. Indicadores Globais 15

4.3. Enquadramento da Actividade 16

4.4. Estratégia e Modelo de Negócio 25

4.5. Montepio Geral – Associação Mutualista 31

4.5.1. Actividade Associativa 31

4.5.2. Receitas Associativas 33

4.5.3. Benefícios Vencidos e Reembolsos 34

4.5.4. Análise Financeira 34

4.5.4.1. Política de Investimentos 34

4.5.4.2. Evolução e Rendibilidade dos Activos 35

4.5.4.3. Passivo e Capital Próprio 40

4.5.5. Resultados 41

4.5.6. Propostas 43

4.5.6.1. Proposta de Recurso aos Excedentes Técnicos e ao Fundo de Reserva Geral para Cobertura dos Fundos Disponíveis 43

4.5.6.2. Proposta de Aplicação dos Resultados 43

4.5.6.3. Proposta de Reposição do Fundo de Reserva Geral e dos Excedentes Técnicos 46

4.5.6.4. Proposta de Atribuição de Melhorias de Benefícios 46

4.5.6.5. Proposta de Aplicação de Excedentes Técnicos de Rendas Vitalícias 47

4.5.6.6. Proposta de Atribuição de Complemento de Resultados às Modalidades de Capitalização 47

4.5.6.7. Proposta de Transferência para o Fundo de Reserva Geral do Valor dos Excedentes Técnicos das Modalidades Encerradas 48

4.5.6.8. Proposta de Reposição do Fundo de Reserva pelos Excedentes Técnicos Acumulados nas Modalidades Devedoras 48

4.5.6.9. Proposta de Comparticipação para o Fundo de Administração 49

4.5.6.10. Proposta de Aplicação do Rendimento a Transferir da Caixa Económica 49

4.5.6.11. Proposta de Aumento da Participação Financeira Institucional na Caixa Económica 49

4.5.6.12. Proposta de Dotação para a Fundação Montepio Geral 49

4.6. Caixa Económica Montepio Geral 53

4.6.1. Recursos Humanos 53

4.6.2. Variáveis de Gestão de Negócio 54
4.6.2.1. Oferta de Produtos e Serviços e Gestão de Clientes 54
4.6.2.2. Canais de Distribuição 56
4.6.3. Evolução das Áreas de Negócio 57
4.6.4. Gestão de Riscos 62
4.6.5. Análise Financeira 67
4.6.6. Notações de *Rating* 85
4.6.7. Proposta de Aplicação de Resultados – Base Individual 85
4.7. Empresas do Grupo Montepio 86
4.8. Reconhecimento 92
4.9. Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada 93

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA 95
5.1. Montepio Geral – Associação Mutualista 96
5.2. Caixa Económica Montepio Geral – Base Consolidada 128
5.3. Caixa Económica Montepio Geral – Base Individual 232

6. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CONSELHO FISCAL 325

7. RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 329

8. RELATÓRIO DO GOVERNO INSTITUCIONAL 333

9. ANEXOS 343
9.1. Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do *Commitee of European Banking Supervisers* (CEBS), relativas à transparência da informação e à valorização de activos 343
9.2. Relatório Actuarial das Modalidades Associativas 346
9.3. Demonstração dos Resultados das Modalidades Associativas 357
9.4. Carteira de Imóveis da Associação Mutualista 361
9.5. Contas das Fundações 365

1. Órgãos Associativos e Institucionais para o triénio 2010-2012

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES *Professor Universitário*
1.º Secretário	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO *Advogado*
2.º Secretário	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA *Economista*
Suplentes	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES *Jurista*
	Associado n.º 45 553-0	JOSÉ LUÍS ESPARTEIRO DA SILVA LEITÃO *Economista*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA *Jurista*
Vogais	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA *Economista*
	Associado n.º 59 784-1	RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL *Economista*
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA *Economista*
	Associado n.º 467 785-1	ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO *Advogado*

CONSELHO FISCAL

Presidente	Associado n.º 26 952-2	MANUEL JACINTO NUNES *Professor Universitário*
Vogais	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES (ROC) *Economista*
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO *Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito*
Suplentes	Associado n.º 51 323-6	JOSÉ GOMES HONORATO FERREIRA *Economista*
	Associado n.º 28 116-0	VÍTOR MANUEL DO CARMO MARTINS (ROC) *Economista*

CONSELHO GERAL

Efectivos	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA *Economista*
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ *Oficial do Exército na situação de reforma*
	Associado n.º 49 005-8	ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA *Economista*
	Associado n.º 32 309-9	VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA *Economista*
	Associado n.º 32 368-8	ARMANDO AUGUSTO PINTO DA SILVA *Jurista*
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA *Economista*
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA *Economista*
	Associado n.º 37 305-2	JOSÉ CARLOS CORREIA MOTA ANDRADE *Engenheiro Civil*
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES *Economista*
	Associado n.º 28 346-9	MANUEL DUARTE CARDOSO MARTINS *Director do Montepio em situação de reforma*
	Associado n.º 31 807-5	JOSÉ JOAQUIM ROSA *Licenciado em Gestão Bancária*
	Associado n.º 37 711-3	NORBERTO DA CUNHA JUNQUEIRA FERNANDES FÉLIX PILAR *Economista*

Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha, Álvaro Cordeiro Dâmaso, Rui Manuel Silva Gomes do Amaral,
José de Almeida Serra, António Tomás Correia (Presidente)

2. Mensagem do Presidente

O exercício de 2009 veio confirmar os receios de que as condições adversas nos mercados, com início no Verão de 2007, atingiriam a economia real. Apesar de um ligeiro desagravamento da crise de confiança que se instalou nos mercados financeiros, a actividade foi fortemente influenciada pela retracção da actividade produtiva do país, com consequências na debilidade da situação financeira das empresas, das famílias e do Estado. Grande parte dos países europeus parceiros de Portugal entraram em recessão em 2009, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) do conjunto da zona euro diminuído 4%, afectando a economia portuguesa, largamente exposta e dependente do exterior. O PIB português contraiu-se 2,7%, como resultado combinado das reduções da procura externa, do consumo e do investimento, num quadro de condições de financiamento mais restritivas.

A crise evidenciou-se particularmente no sector da Construção e Obras Públicas e das actividades imobiliárias, acentuando-se o nível de retracção que vinha manifestando nos últimos anos, particularmente no segmento residencial, com o consequente agravamento dos problemas de tesouraria e financeiros de diversas empresas e dos particulares relacionados com o sector. Esta evolução reforçou a nossa convicção quanto à necessidade de aprofundar a estratégia, que temos vindo a prosseguir, de diversificação da exposição sectorial da carteira de crédito, para outros segmentos de mercado fora do imobiliário.

Uma das principais manifestações de agravamento da crise económica residiu no acentuado aumento da taxa de desemprego, que atingiu um valor médio anual de 9,5%, mas que já ultrapassou 10% no final do ano, constituindo uma das principais fontes de preocupação pelo seu impacto nas condições de exploração das instituições financeiras.

Ainda que enfrentando um ambiente desfavorável, o Grupo Montepio prosseguiu a implementação da estratégia definida, com o respectivo ajustamento de prioridades em conformidade com o ambiente adverso. Concedeu-se maior atenção à melhoria da solvabilidade, à gestão da liquidez e à gestão dos riscos, particularmente do incumprimento de crédito, bem como à gestão dos custos e à promoção de melhores níveis de eficiência, sem descurar a preparação das bases para relançar o crescimento futuro, obter um desenvolvimento sustentável, com o objectivo principal de criar valor para os Associados, no presente e no futuro. Num contexto de singulares adversidades, as instituições do Montepio revelaram de novo a sua capacidade de resiliência e a sua força e solidez, assentes em políticas prudentes de gestão dos patrimónios e em princípios deontológicos e éticos rigorosos, diligenciando no sentido da promoção dos valores do associativismo e do mutualismo, que se revelam adequados e oportunos para responder às necessidades da sociedade.

A Associação Mutualista continuou a crescer, tendo atingido, no final do ano, um número de Associados superior a 442 mil. O resultado do exercício alcançou os 42,5 milhões de Euros, um valor 3,5 vezes superior ao do ano anterior, sendo possível por via da melhoria das condições de mercado, quando comparadas com o ano de 2008, e por uma significativa melhoria nas capacidades internas de gestão.

Na Caixa Económica, salienta-se a particular capacidade de gestão da liquidez, suportada numa política de diversificação das fontes de financiamento, com destaque para os depósitos de clientes (que cresceram 10,6% face ao ano anterior), da redução dos gastos gerais administrativos (registando uma variação de -7,6%) e melhoria da eficiência (com o rácio de unidade de custo por unidade de proveito – *cost-to-income* –, a registar uma redução de 62,3% para 55,0%), e do reforço dos fundos próprios e da solvabilidade (que registaram respectivamente rácios de 9,51% e 13,25%) comprovando a solidez da nossa instituição. A margem financeira cresceu 1,9% para os 320,8 milhões de Euros, ainda que pressionada pela combinação do efeito do aumento do custo dos recursos, e do re-preço das operações de crédito, quando comparadas com a descida acentuada das taxas de juro de referência de mercado. Os resultados do exercício, registaram um crescimento de 31,3%, para os 44,5 milhões de Euros, não obstante o contexto desfavorável que conduziu a uma acentuada desaceleração da procura, aumento da selectividade das operações e das imparidades de crédito, num quadro muito complexo e altamente competitivo.

Para o ano de 2010 perspectiva-se um crescimento económico muito moderado, persistindo as incertezas quanto à evolução das taxas de juro e à taxa de desemprego, pelo que as prioridades continuarão a centrar-se na selectividade do crescimento do crédito e na gestão das margens. Encontrar respostas e soluções para apoiar os Associados e os clientes em todos os momentos, melhorando a eficácia da gestão do incumprimento e da recuperação de crédito, é um dos nossos principais desafios estratégicos.

A diversificação das actividades e alargamento do leque de oferta nas diferentes unidades de negócio, a política de relacionamento mais estreito com os nossos Associados e clientes, aliada à forte disciplina na gestão das despesas e gastos, continuarão a ser prioridades de gestão em todas as instituições do Grupo Montepio. O reforço da base de Associados e clientes, em paralelo com o fortalecimento dos seus vínculos, tendo subjacente a procura de um nível superior de qualidade na prestação de serviços e a dinamização da actividade mutualista e bancária, aumentando o seu contributo para o desenvolvimento económico, no financiamento à economia, com o aumento da presença junto das PME, mantêm-se eixos estratégicos fundamentais.

Quanto às empresas do Grupo Montepio, também me apraz destacar as evoluções favoráveis das respectivas actividades e a obtenção de níveis de resultados muito significativos, no actual contexto e face aos padrões sectoriais, que permitiram o seu expressivo contributo para o fortalecimento do Grupo. Neste contexto, o exercício fica marcado pela aquisição da Companhia de Seguros Real e da Mutuamar por parte da Lusitania, permitindo-nos duplicar a quota de mercado na com-

ponente de seguros dos ramos reais e assegurar uma dimensão em linha com o objectivo de fortalecer a capacidade competitiva, sem esquecer a preservação do emprego dos trabalhadores que agora passam a integrar o Grupo Montepio e a partilhar dos valores que o caracterizam.

Os 170 anos que o Montepio completará no ano de 2010 são a prova da sua longevidade e da capacidade de enfrentar com determinação cada momento da sua história, em ambiente de maior ou menor adversidade. Por tal, reitero a confiança nas capacidades e competências de todos os que fazem parte da nossa Instituição para concretizar, com determinação e empenho, as Orientações Estratégicas definidas e que este ano foram revistas e validadas, não só internamente, no âmbito do exercício regular de planeamento, como externamente, pelos milhares de Associados que sufragaram o programa da lista que representei e que foi eleita para comandar os destinos do Montepio no triénio 2010-2012. A eleição dos novos Órgãos Associativos Institucionais, ocorrida em Dezembro de 2009, e posterior tomada de posse já em Janeiro do corrente ano, constituíram momentos muito importantes da vida do Montepio. Esta eleição, que foi a mais participada da sua história, e o período de apresentação de listas e de divulgação de programas que a antecedeu, foram vividos de forma muito empenhada por um número considerável de Associados, candidatos e apoiantes às listas concorrentes aos diversos órgãos, comprovando a incontornável importância da instituição no panorama financeiro nacional, a sua vitalidade e a democraticidade do seu processo de governação, que se pretende cada vez mais moderno e alinhado com os novos requisitos e as melhores práticas.

Saúdo publicamente, em meu nome e em nome do Conselho de Administração, todos os Associados que participaram nesses momentos da vida da nossa instituição, movidos pelos mais nobres sentimentos de contribuir activamente para a construção conjunta do futuro. Cabe aos novos Órgãos Associativos a enorme responsabilidade e o grande desafio, no presente enquadramento, de prosseguir o trabalho de engrandecimento do Grupo Montepio, em conformidade com o Programa que mereceu a aceitação pela maioria dos Associados que participaram no acto eleitoral. Para cumprir tal missão, será indispensável o prestimoso contributo solidário de todos, porque o Montepio é de todos e para todos.

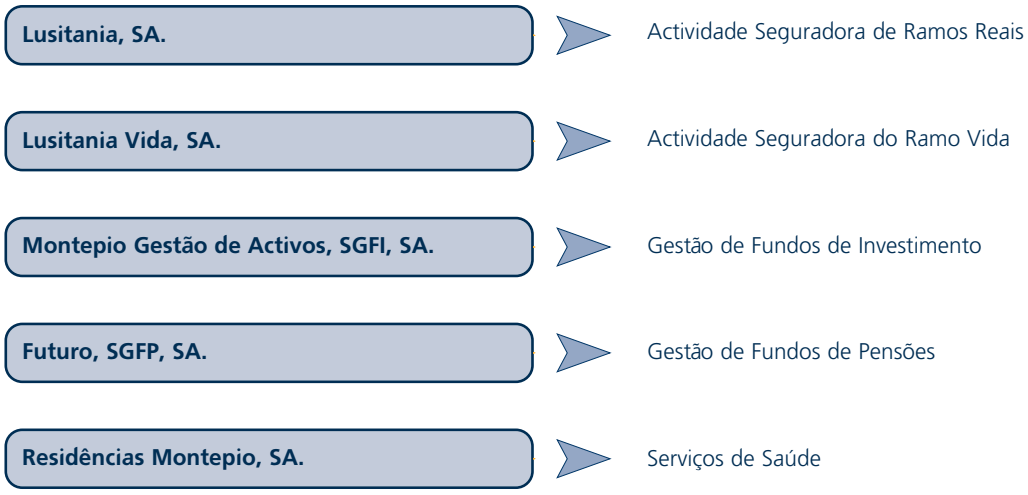
Em nome do Conselho de Administração, expresso o especial apreço pelo empenho e profissionalismo dos colaboradores do Grupo Montepio, que são os principais obreiros dos desempenhos e objectivos alcançados e da promoção da confiança nas instituições. Manifesto igualmente o reconhecimento às autoridades governamentais e de supervisão, bem como aos auditores externos, pelo apoio e valiosa cooperação, finalizando com uma menção especial aos nossos Associados e clientes, cuja confiança nos orgulha, constituindo um estímulo para prosseguir, vencendo os desafios e contribuindo para a sustentabilidade e o progresso do Montepio.

Presidente do Conselho de Administração

António Tomás Correia

3. Grupo Montepio

Participações Estratégicas:



Perímetro de Consolidação da Caixa Económica Montepio Geral:

Caixa Económica Montepio Geral
Lusitania, Companhia de Seguros, SA.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA.
Banco Montepio Geral Cabo Verde, IFI, SA.
HTA Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, SA.
Veículos de Titularização de Crédito *Pelican Mortgages no.1* e *no.2*

4. Relatório de Gestão Global

4.1. SÍNTESE DE RESULTADOS DA ACTIVIDADE DO MONTEPIO

A actividade bancária do Montepio registou, em 2009, um Resultado Líquido Consolidado de 44,5 milhões de Euros (+31,3% face ao ano de 2008).

Para a formação do resultado do exercício, contribuíram os seguintes factores:

- o Activo Líquido situou-se em 17 244,8 milhões de Euros e registou um acréscimo de +2,3%;
- o Resultado do Exercício fixou-se em 44,5 milhões de Euros, situando-se acima do valor registado no ano anterior em 10,6 milhões de Euros (+31,3%) e foi suportado positivamente pelo acréscimo dos Resultados dos Mercados (+321,9%), pelo incremento do Produto Bancário Comercial (+2,6%) e pela redução dos Gastos Operacionais (-3,2%), tendo estes efeitos mais do que compensado o impacto negativo do aumento das Provisões e Imparidades Líquidas (+30,0%);
- o Produto Bancário ascendeu a 449,0 milhões de Euros e progrediu 9,6%;
- o rácio de eficiência (gastos de funcionamento/produto bancário) foi de 50,5% (57,8% em 2008) e o rácio *Cost-to--Income* (gastos operacionais/produto bancário) atingiu o valor de 55,0%, que compara com 62,3% do ano anterior, ou seja, uma melhoria de 7,3 p.p., traduzindo os efeitos combinados da compressão dos Gastos Operacionais (-3,2%) e da expansão do Produto Bancário (+9,6%);
- face aos níveis de liquidez existentes e à forte e estável base de *funding* de retalho, o Montepio não teve necessidade de recorrer à garantia do Estado Português para emissão de empréstimos externos, pelo que o financiamento das actividades foi efectuado com base nos depósitos e nos capitais próprios;
- os activos financeiros (crédito, títulos e aplicações nos mercados interbancários) registaram uma expansão de +1,7%, os depósitos cresceram 10,6% e os capitais próprios evoluíram acima do valor registado no ano anterior em +19,7%;
- o crédito a clientes (bruto) contraiu-se em 1,4% mas, o crédito a empresas registou uma progressão de 3,0%;
- a crise económica que atingiu fortemente as famílias e as empresas teve um impacto significativo nos níveis de incumprimento do crédito do sector, com o crédito e os juros vencidos do sector a crescer em torno dos 45%, pelo que o Montepio desde muito cedo tomou um conjunto de medidas de organização interna e de contacto com os clientes, visando um melhorar os níveis de recuperação destes créditos vencidos, que registaram um crescimento de 36%, portanto, inferior ao do sector mas, não evitou que o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias se situasse em 3,4%;
- a solidez do Montepio, medida pelos indicadores de solvabilidade, atingiu valores bastante robustos, com o Rácio de Solvabilidade a registar um valor de 13,25% e o Rácio *Tier* 1 e o Rácio *Core Capital*, ambos com um valor de 9,51%.

Na vertente mutualista, o Montepio alcançou um Resultado Líquido do Exercício de 42,5 milhões de Euros (+353,0% face a 2008), contribuindo para a sua formação os seguintes factores:

- uma base associativa crescente, a atingir 442 091 Associados, observando uma variação anual de 10 495 (+2,4%) Associados, sendo composta maioritariamente por mulheres (50,8%) e 57,8% dos Associados têm menos de 40 anos, para uma idade média global de 37 anos;
- receitas associativas a alcançar 301,6 milhões de Euros no final do ano, com uma variação homóloga de 6,5 milhões de Euros (+2,2%), distribuída por um leque suficientemente alargado de modalidades;
- benefícios vencidos e reembolsos a atingir o valor de 180,2 milhões de Euros, a que corresponde uma diminuição de 43,4 milhões de Euros (-19,4%);

- o conjunto dos activos afectos à exploração registaram uma taxa de rendibilidade líquida de 2,7%, com cerca de 30% a corresponder a depósitos bancários, evidenciando, assim, níveis adequados de rendibilidade e de liquidez;
- o capital próprio ascendeu a 403,1 milhões de Euros, tendo registado um acréscimo de 60,9 milhões de Euros (+17,8%), sendo composto em 62,3% pelas Reservas e Resultados e em 37,7% pelo Fundo Social, representando 15,4% do Activo Líquido;
- melhoria na solidez da instituição, traduzida pela evolução do grau de cobertura das responsabilidades matemáticas (fundos, reservas e provisões matemáticas/provisões para riscos e encargos) para com os Associados, a qual passou de 1,14, em 2008, para 1,16, em 2009.

4.2. INDICADORES GLOBAIS

(milhares de euros)

INDICADORES	2007	2008	2009
1. ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA			
1.1. DIMENSÃO			
Activo Líquido	2 266 208	2 600 326	**2 609 777**
Capital Próprio (Fundos Próprios, Reservas e Resultados)	359 001	342 173	**403 105**
Associados (Unidades)	411 960	431 596	**442 091**
Pensionistas (Unidades)	6 482	6 741	**7 039**
1.2. RENDIBILIDADE			
Cash Flow do Exercício	54 376	31 214	**50 853**
Resultado do Exercício	50 169	9 390	**42 533**
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio	2,30%	0,39%	**1,63%**
1.3. COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES			
Fundos e Reservas e Provisões Matemáticas / Provisões para Riscos e Encargos	1,14	1,14	**1,16**
2. CAIXA ECONÓMICA			
2.1. DIMENSÃO			
Activo Líquido	16 898 729	16 851 534	**17 244 767**
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	835 733	823 669	**986 214**
Trabalhadores – Quadro de Pessoal em Portugal (Unidades)	2 989	2 972	**2 986**
Balcões e Escritórios de Representação (Unidades)	306	326	**332**
Balcões (Unidades)	300	320	**326**
Escritórios de Representação (Unidades)	6	6	**6**
2.2. RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício	63 095	33 874	**44 476**
Produto Bancário	401 676	409 635	**449 025**
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,46%	2,43%	**2,63%**
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,39%	0,20%	**0,26%**
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	8,06%	4,12%	**4,72%**
2.3. RISCO DE CRÉDITO			
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	1,91%	2,29%	**3,36%**
Rácio de Crédito com incumprimento	2,32%	2,91%	**3,97%**
Rácio de Crédito com incumprimento líquido de provisões	1,12%	1,44%	**1,64%**
2.4. PRUDENCIAIS			
Rácio de Solvabilidade	8,95%	11,44%	**13,25%**
Rácio Adequação Fundos Próprios de Base (Tier 1)	6,42%	7,92%	**9,51%**
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / Fundos Próprios)	12,03%	10,63%	**11,75%**
Provisões Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos +3 meses	105,01%	109,58%	**97,20%**
Valor Fundo Pensões / Responsabilidades Passadas Totais	80,78%	84,82%	**88,60%**
Valor Fundo Pensões / Responsabilidades Mínimas	100,30%	100,00%	**100,15%**
2.5. NOTAÇÕES DE RATING (Curto Prazo : Longo Prazo)			
Fitch Ratings	F2 : A-	F2 : A-	**F2 : A-**
Moody's	P-1 : A3	P-1 : A3	**P-2 : Baa1**
2.6. EFICIÊNCIA			
Gastos de Funcionamento / Activo Líquido Médio	1,49%	1,51%	**1,45%**
Gastos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (*cost to income*)	60,79%	62,33%	**55,02%**
Efectivo Total Médio em Portugal / Balcões (Unidades)	9,81	9,16	**9,00**
Gastos com Pessoal / Produto Bancário	36,75%	36,93%	**32,82%**

4.3. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

Enquadramento Regulamentar

As iniciativas regulamentares desenvolvidas em 2009 continuaram a enquadrar-se num cenário de restabelecimento da confiança nos mercados, procurando fortalecer o sistema financeiro face a futuras adversidades. O destaque recaiu sobre a melhoria dos mecanismos de supervisão, o reforço dos requisitos de governação e prudenciais e o aumento da regulação e escrutínio das actividades de titularização, derivados de crédito, *hedge funds* e agências de *rating*.

A identificação da importância da supervisão prudencial na prevenção de crises financeiras determinou as propostas de alteração da arquitectura existente, assente na conciliação entre supervisão macro e micro prudencial e no aumento dos poderes sancionatórios. A nível comunitário, foi aprovada a criação de um Conselho Europeu de Risco Sistémico que, sob a alçada do Banco Central Europeu, terá responsabilidades relacionadas com a prevenção de riscos sistémicos, emitindo alertas e recomendações para o nível micro constituído pelo Sistema Europeu dos Supervisores. É objectivo desta iniciativa assegurar regras harmonizadas de supervisão nos vários estados membros, e uma resposta coordenada em situações de crise. Em Portugal, configura-se um cenário possível de passagem do actual modelo tripartido (BdP, ISP e CMVM) para um modelo dualista («*Twin Peaks*») com duas entidades, de vocação segmentada por natureza de supervisão.

O tema da protecção dos consumidores ganhou relevância, através de iniciativas de regulamentação comportamental. Foram introduzidas medidas no âmbito da divulgação de informação sobre os produtos e serviços financeiros disponibilizados ao público pelas instituições financeiras, de promoção de maior pedagogia na concessão de crédito ao consumo, e de práticas mais transparentes na concessão de crédito à habitação. As medidas governamentais de aumento do limite de cobertura do Fundo de Garantia de Depósitos e a renegociação de empréstimos à habitação, em caso de desemprego dos mutuários, conferiram, igualmente, um enquadramento de protecção dos consumidores.

Os requisitos de governação continuaram a registar desenvolvimentos com o objectivo de garantir uma maior transparência e de consolidar mecanismos de controlo interno nas Sociedades. Foi publicada a Lei n.º 28/2009 sobre a divulgação da política de remuneração nos documentos anuais de prestação de contas, recentemente complementada pela publicação de dois normativos do BdP, que introduzem uma natureza imperativa na divulgação dessa informação nas Instituições Financeiras e diversas recomendações, cuja não adopção implica justificação. A CMVM também submeteu a consulta pública, em 2009, um projecto de alteração ao Código do Governo das Sociedades que deverá determinar novas recomendações relativas à política remuneratória dos administradores, à isenção dos auditores externos e independência dos administradores não executivos (Consulta Pública N.º 2/2009).

Em 2009, verificaram-se alterações na metodologia de supervisão dos níveis de liquidez das instituições de crédito, traduzida na maior regularidade e detalhe no reporte dos indicadores de liquidez ao Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009).

Na componente do reforço da solidez das Instituições financeiras, o Banco de Portugal introduziu uma recomendação para as Instituições disporem de um rácio de Fundos Próprios de Base (*Tier 1*) não inferior a 8%.

Decorrente dos documentos consultivos do Comité de Basileia sobre o fortalecimento do sistema financeiro espera-se, a breve prazo, a introdução de novos requisitos de capital para as actividades anteriormente menos escrutinadas (carteira de títulos, derivados de crédito...) e, em períodos de ganhos económicos, uma maior transparência da base de capital e a possibilidade de introdução de um rácio de alavancagem financeira mínimo.

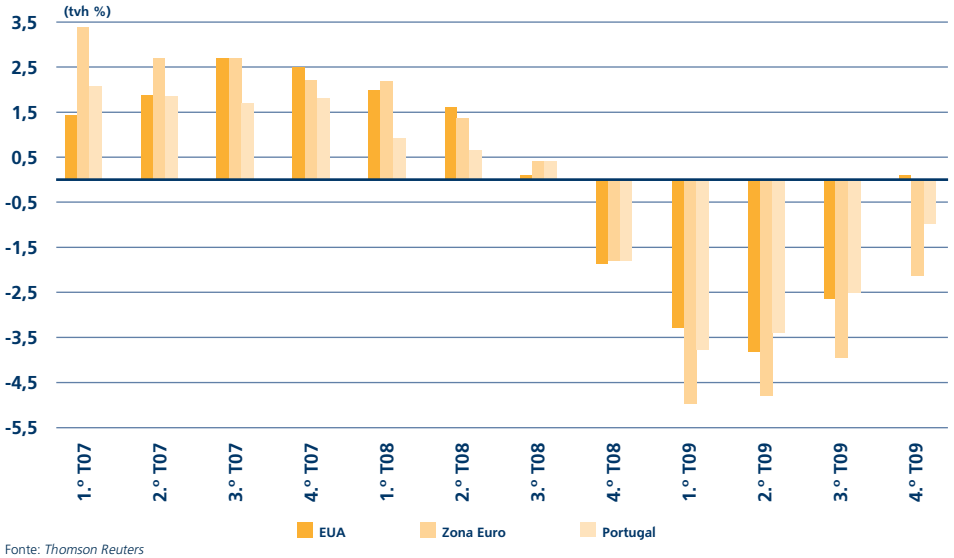
Nota ainda para a harmonização e flexibilização das regras de contabilização dos Activos Financeiros que resultou na recente introdução da IFRS 9, com o objectivo de clarificar o método de valorização dos activos financeiros.

Enquadramento Macroeconómico

A conjuntura macroeconómica ficou marcada pela contracção da actividade económica a nível global, em paralelo com a retracção do comércio internacional, cujos efeitos mais visíveis foram registados no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009. O aumento da incerteza nos mercados financeiros conduziu a uma reavaliação dos riscos a uma escala global e, por essa razão, ao estreitamento das condições de concessão de crédito. Este enquadramento financeiro afectou significativamente a economia real, na medida em que a confiança e as perspectivas de procura dos agentes económicos foram alteradas, por via do adiamento de decisões de consumo e de investimento. Por outro lado, verificou-se um reajustamento dos níveis de endividamento, no sentido de um maior equilíbrio dos balanços das famílias, das empresas e das próprias instituições financeiras. Perante um quadro recessivo sem precedentes na história recente, a adopção atempada de medidas de estímulo monetário, orçamental e de apoio ao sistema financeiro, terá sido decisiva para a redução da aversão ao risco dos agentes económicos, assistindo-se a uma gradual estabilização dos mercados financeiros, contribuindo para limitar a contracção da actividade económica, evitar uma espiral de efeitos sistémicos sobre a economia mundial e criar as condições para que uma recuperação gradual se iniciasse na segunda metade de 2009.

Nos **Estados Unidos**, depois de a economia ter registado, no 4.º T2008, uma contracção trimestral anualizada de 5,4%, o Produto Interno Bruto (PIB), no 1.º T2009, registou uma contracção ainda superior (-6,4%), igualando a observada no

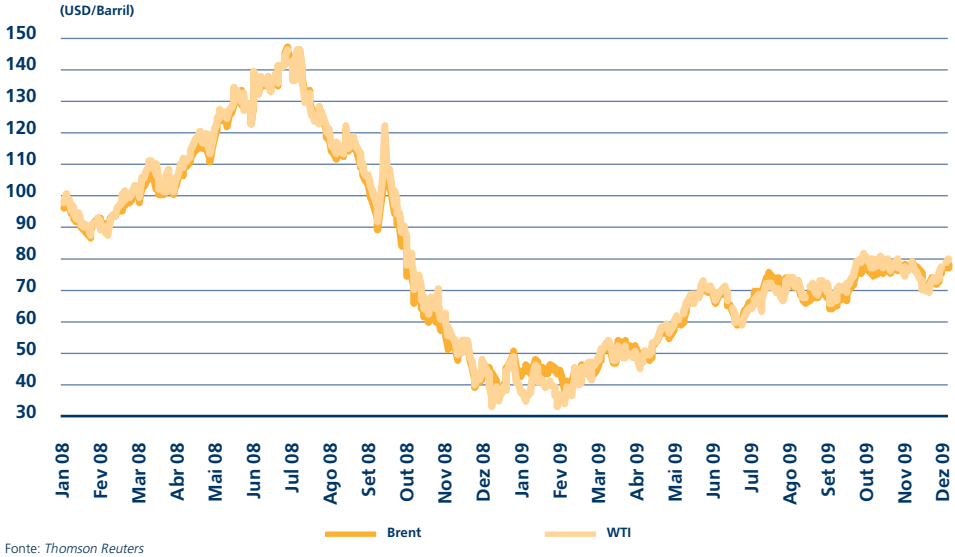
CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: *Thomson Reuters*

1.º T1982. Neste sentido, o período compreendido entre o 4.º T2008 e o 1.º T2009 foi o pior desde o início de 1958. Todavia, a partir do 2.º T2009, o ritmo de contracção da actividade diminuiu significativamente, tendo observado uma queda trimestral anualizada de 0,7%. O início do 2.º semestre marca um ponto de viragem, tendo o PIB crescido 2,2%, em termos anualizados, e voltando a acelerar no último trimestre do ano (+5,9%), com a recuperação a ser liderada pelo sector industrial, que se expandiu em todos os meses desde então. Impulsionado pelo programa de troca de carros por veículos energeticamente mais eficientes, o consumo privado cresceu, no 3.º T2009, a uma taxa robusta (+2,8%), após ter contraído em três dos anteriores quatro trimestres, voltando, novamente, a expandir-se no 4.º T2009, neste caso, a uma taxa de 1,7% (mesmo sem o referido programa de incentivo), num quadro de uma melhoria gradual da confiança dos consumidores. Em todo o caso, o consumo privado, no ano de 2009, caiu 0,6%, ou seja, registando dois anos consecutivos de contracção (-0,2%, em 2008), algo sem paralelo desde o pós-guerra. Já o investimento regrediu significativamente, caindo cerca de 23,1%. Assim, no ano de 2009, a economia contraiu 2,4% face a 2008, ano em que tinha crescido 0,4%. Por seu lado, e em consonância com a quebra da actividade, no mercado laboral, assistiu-se a uma deterioração da situação ao longo do ano, com a taxa de desemprego a subir de 7,4%, no final de 2008, para 10,0%,

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO



Fonte: *Thomson Reuters*

em Dezembro de 2009, perto de um máximo de 26 anos, que foi atingido no mês de Outubro (+10,1%). Durante o ano, a economia perdeu cerca de 4.8 milhões de postos de trabalho nos sectores não-agrícolas, constituindo o principal obstáculo à recuperação económica. Ao nível da evolução dos preços, depois de a inflação homóloga ter registado 0,1%, em Dezembro de 2008, acabou por cair para terreno negativo em Março de 2009, tendo aí ficado até Outubro. Em todo o caso, e reflectindo a passagem dos efeitos de base associados aos preços da energia de favoráveis para desfavoráveis, a inflação homóloga fechou o ano nos 2.7%, tendo, em termos médios, observado uma queda de 0,4% nos preços, a maior contracção homóloga desde 1949. Efectivamente, no ano anterior, os contratos de futuros do *Brent* atingiram o valor recorde de 147,50 dólares por barril, durante o dia 11 de Julho de 2008, tendo sofrido uma diminuição até ao final de 2008, para 45,59 dólares por barril. Em 2009, os preços voltaram a subir (+71%), principalmente a partir de Março, encerrando o mês de Dezembro em 77,93 dólares por barril. A continuação da subida dos preços do petróleo, no quadro da já referida deterioração do mercado laboral, continua a constituir um importante factor de risco para a recuperação das economias.

Na **Zona Euro**, depois do PIB, no 4.º T2008, já ter contraído mais do que nos EUA (-1,9% ou -7,5%, em termos anualizados), o 1.º T2009 revelou ainda uma aceleração do ritmo de contracção, tendo descido 2,5% (-9,6%, em termos anualizados), que corresponde à maior contracção trimestral desde, pelo menos, 1970. O 2.º T2009 revelou uma contracção bem menos negativa, tendo a economia caído 0,1% face ao trimestre anterior (-0,5%, em termos anualizados). A segunda metade do ano, à semelhança dos EUA, marcou o regresso ao crescimento da economia da Zona Euro, embora com um padrão de crescimento não só mais lento do que nos EUA, como também em desaceleração. Com efeito, se já no 3.º T2009 o crescimento trimestral (anualizado) tinha sido inferior ao da economia americana (+1,7% *vs* +2,2%), no último trimestre do ano, essa tendência acentuou-se significativamente (+0,5% *vs* +5,9%). Assim, no ano de 2009, a Zona Euro acabou por cair 4,1%, mais do que os EUA. Em linha com a forte quebra da actividade, a taxa de desemprego subiu de 8,2%, em Dezembro de 2008, para 9,9%, no final de 2009, o nível mais elevado desde o observado em Novembro de 1998. Relativamente aos preços, a taxa de inflação homóloga passou de 1,6%, em Dezembro de 2008, para 0,9%, no final de 2009, entrando em terreno negativo (situação inédita desde, pelo menos, o início da década de 70) entre os meses de Junho e Outubro de 2009, atingido um nível mínimo de -0,7%, em Julho de 2009, reflexo, essencialmente, dos referidos efeitos de base associados ao preço alcançado pelas *commodities* (em particular, dos bens energéticos) observada em 2008.

Em **Portugal**, o PIB estagnou em 2008, após um final de ano muito negativo, que levou a economia a cair 1,7%, no 4.º T2008, face ao trimestre anterior. No 1.º T2009, o PIB agravou o ritmo de contracção face ao trimestre anterior, para -1,9%, com a respectiva contracção homóloga a ascender aos 3,8%, o que representa a maior contracção homóloga da economia desde, pelo menos 1977. Os dois trimestres seguintes foram de recuperação, com a economia portuguesa a registar crescimentos em cadeia de 0,6% e 0,5%, respectivamente, saindo, assim, da situação de recessão técnica, em que se encontrava desde o 3.º T2008 (ou seja, um trimestre antes da saída de recessão técnica registada na Zona Euro). No entanto, e segundo a estimativa final do INE, o PIB deverá ter caído 0.2% no último trimestre do ano, mas com a respectiva contracção homóloga a diminuir de -2,5%, no 3.º T2009, para -1,0%, reflectindo, essencialmente, uma melhoria do contributo da procura externa líquida, mas, também, uma redução menos acentuada da procura interna. Assim, no ano de 2009, o PIB terá diminuído 2,7%, uma queda inferior à observada na Zona Euro. Do lado do mercado laboral, assistiu-se a um forte aumento da taxa de desemprego, tendo, de acordo com as estimativas do *Eurostat* (ajustadas de sazonalidade), subido de 8,1%, em Dezembro de 2008, para 10,3%, no final de 2009, que corresponde ao nível mais

PREVISÕES ECONÓMICAS PARA PORTUGAL E PARA A ZONA EURO

(unidade: %)

	2009		2010				2011			
	Portugal	Zona Euro	Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
			BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
PIB	**-2,7**	**-4,1**	**0,7**	**0,3**	**0,8**	**0,7***	**1,4**	**1,0**	**1,5**	**1,5**
Consumo Privado	-0,8	-1,0	1.0	0,6	0,1	0,2	1,6	0,7	1,1	1,0
Consumo Público	3,5	2,2	0,7	0,7	0,6	1,1	1,1	0,7	0,9	1,0
Investimento (FBCF)	-11,1	-11,0	-3,4	-4,1	-1,8	-1,9	0,9	1,1	0,9	2,1
Exportações	-11,6	-13,2	1,7	0,7	5,4	2,1	3,2	3,3	4,6	3,9
Importações	-9,2	-11,8	0,3	-0,2	3,8	1,1	2,7	2,2	3,6	3,6
Inflação	**-0,8**	**0,3**	**0,7**	**1,3**	**1,2**	**1,1***	**1,6**	**1,4**	**1,5**	**1,5**
Taxa de Desemprego	**9,5**	**9,4**		**9,0**		**10,7**		**8,9**		**10,9**

Fontes: Banco de Portugal (BdP), Boletim Económico de Inverno, 12 de Janeiro de 2010; Comissão Europeia (CE), 3 de Novembro de 2009; e Banco Central Europeu (BCE), 3 de Março de 2010.

Notas: (i) Os valores da CE com asterisco referem-se às previsões intermédias divulgadas no dia 25/02/2010; (ii) os dados de 2009 referem-se às estimativas oficiais que haviam sido divulgadas até ao dia 11/03/2010, pelo INE e pelo *Eurostat*.

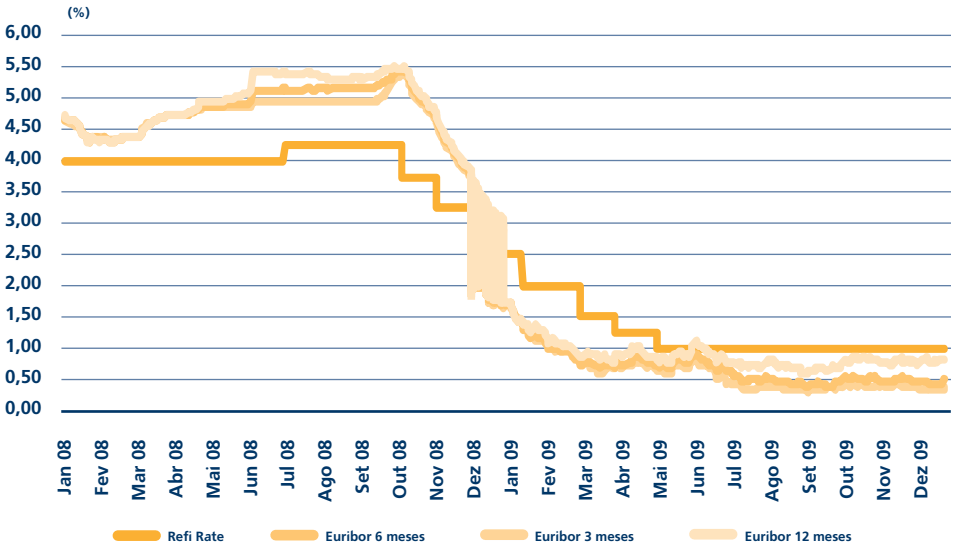
elevado desde o início da série, em Janeiro de 1983. Relativamente à taxa de inflação homóloga, esta passou de 0,8%, no final de 2008, para um valor negativo (-0,1%) em Dezembro de 2009, tendo, à semelhança do verificado na generalidade dos países desenvolvidos, apresentado um nível mínimo na segunda metade do ano (neste caso, em Setembro, quando atingiu -1,6%), reflectindo, essencialmente, os já referidos efeitos de base associados ao preço dos bens energéticos em 2008, mas, também, os baixos níveis de actividade económica. O período de inflação negativa em Portugal (entre Março e Dezembro de 2009) acabou por ser superior ao que se assistiu na média dos países da Zona Euro (entre Junho e Outubro de 2009).

Nas suas últimas previsões económicas, o Banco de Portugal (BdP) efectuou uma forte revisão em alta das perspectivas de crescimento para 2010 (embora as anteriores previsões já datassem de Julho de 2009), de uma queda de 0,6% para uma expansão de 0,7%, um valor superior ao projectado pela Comissão Europeia (+0,3%), o mesmo acontecendo para 2011, onde a autoridade revela-se, igualmente, a mais optimista, prevendo um crescimento de 1,4% (+1,0%, para a CE). No que diz respeito ao mercado laboral, e não obstante o BdP não realizar previsões para a taxa de desemprego, refira-se que este antevê um novo decréscimo do emprego, para este ano (-1,3% *vs* -2,8%, em 2009), avançando, para o próximo ano, com um crescimento de 0,4%. Relativamente à inflação, e depois dos -0,9% observados em 2009, o BdP veio avançar com crescimentos de 0,7% e 1,6%, para 2010 e 2011, respectivamente.

Mercado Monetário

Nos EUA, num ano em que a Reserva Federal (*Fed*) manteve a taxa dos *Fed Funds* no seu nível mínimo (entre 0,00% e 0,25%), as principais taxas no mercado apresentaram um movimento descendente, particularmente monótono a partir de meados de Março, reflectindo a diminuição do risco interbancário. O chamado *OIS Spread* (i.e., o diferencial entre as taxas de juro a 3 meses e os *swaps*, com o mesmo prazo, sobre as taxas *overnight*), que é considerado uma medida do risco no mercado interbancário, caiu de 121 pontos base (p.b.), no final de 2008, para 9 p.b., no final de 2009, atingindo

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO EURIBOR – ZONA EURO



Fonte: *Thomson Reuters*

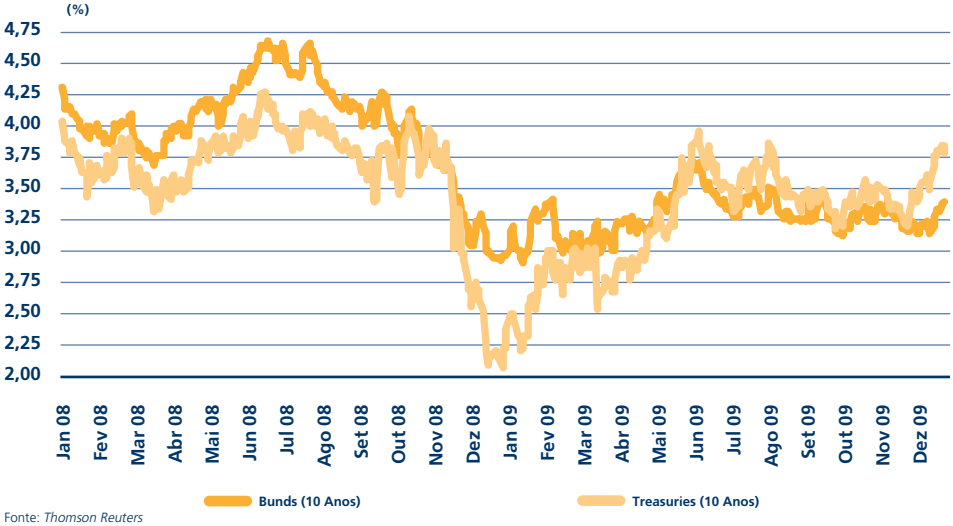
valores já inferiores à média antes do início da crise do *subprime*. Assim, a taxa *Libor* do Dólar a 3 meses desceu de 1,425% para 0,251%, enquanto a Libor a 12 meses desceu de 2,004% para 0,984%, sendo que, nesta última, a redução do *OIS* foi parcialmente compensada pela subida das expectativas de aumento das taxas dos *Fed Funds* para o 2.º semestre de 2010. Na Zona Euro, a redução nos *OIS spreads* também foi determinante para as quedas nas taxas do mercado monetário, sendo que, neste caso, a redução não foi tão intensa como nos EUA, tendo caído de 114 p.b., no final de 2008, para 31 p.b., no final de 2009, ficando ainda bem acima dos valores pré-crise. Ainda mais determinante foi a actuação do Banco Central Europeu (BCE), durante o primeiro semestre, ao reduzir a taxa de juro de referência na Zona Euro (*Refi Rate*) em 150 p.b., colocando-a em 1,0%, o nível mais baixo de sempre. Além disso, as taxas reflectiram, também, a diminuição do valor esperado para a taxa *overnight*, que passou a estar mais perto da Taxa de Facilidade Permanente de Depósito (que fechou o ano nos 0,25%) do que da *Refi Rate*. Acresce que também se registou um crescimento da oferta de fundos no mercado, uma vez que, em Junho, o BCE realizou a primeira operação de cedência de

liquidez com um prazo de 12 meses a uma taxa de juro igual à *Refi Rate*, tendo voltado a repetir este tipo de operações em mais duas ocasiões. Assim, as taxas *Euribor* apresentaram uma tendência descendente, atingindo mínimos históricos. A taxa *Euribor* a 3 meses fechou o ano nos 0,700%, cerca de 219 p.b. abaixo do verificado no início do ano, ao passo que as *Euribor* a 6 e a 12 meses diminuíram 198 p.b. e 180 p.b., respectivamente, para 0,994% e 1,248%.

Mercado de Obrigações

Em 2009, o **Mercado da Dívida Pública** teve uma evolução oscilante. Na Europa, até à recuperação dos mercados accionistas, em Março, assistiu-se a um movimento de descida das *Yields* nos títulos de maturidades mais curtas, em resultado da política expansionista imprimida pelo BCE, enquanto que nos de maturidade mais longa estas se mantiveram sem orientação definida. A partir de Março, verificou-se, globalmente, uma tendência de subida das *Yields*, uma evolução condizente com o movimento típico dos mercados de Obrigações em momentos de diminuição da aversão ao risco, devido à diminuição da procura de Dívida Pública enquanto activo de refúgio. Para este comportamento contribuiu, também, o aumento da oferta no mercado, devido às elevadas necessidades de financiamento dos governos para fazer face aos programas de combate à crise. Todavia, a partir de meados de Junho, registou-se, em todos os prazos, uma tendência pro-

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA (*BUNDS* E *TREASURIES* A 10 ANOS)



Fonte: *Thomson Reuters*

gressiva de diminuição das *Yields*, em contra-ciclo com os mercados accionistas. Para este efeito terão contribuído os receios em relação à celeridade da retoma da economia após as retiradas dos estímulos monetários e orçamentais. Nos EUA, este movimento registou-se com maior intensidade nos títulos de curto-prazo, com a *Fed* a reiterar a manutenção das Taxas de Juro «durante um tempo considerável». Já nos títulos de longo-prazo, os investidores continuaram receosos com as elevadas necessidades de financiamento do Governo norte-americano, o que, aliado a uma melhoria das perspectivas económicas para a maior economia do Mundo e à continuação da subida das expectativas de inflação dos investidores, suportaram as *Yields*. Note-se que os investidores fecharam o ano de 2008 a apontar para uma taxa de inflação média de 0% para os 10 anos seguintes, o que tinha implícito um cenário macroeconómico depressivo, fechando 2009 a apontar para 2.4%. Assim, em 2009, a rendibilidade dos *Bunds* (Obrigações do Tesouro alemãs) a 2 anos diminuiu 42 p.b., em 2009, para 1,33%, ao passo que a dos *Bunds* a 10 anos subiu 44 p.b., para 3,39%. Nos EUA, o movimento ascendente das *Yields* foi mais pronunciado nos prazos mais longos, com a *Yield* dos *Treasuries* (Obrigações do Tesouro norte-americanas) a 10 anos a aumentar 162 p.b., para 3,84%. Já a *Yield* nos 2 anos subiu 37 p.b., para 1,14%.

No **Mercado de Dívida Privada**, o clima de forte aversão ao risco, observado em 2008, prosseguiu até Março, dando continuidade ao alargamento significativo dos *spreads* de crédito relativamente à dívida pública, afastando-se, ainda mais, da sua média histórica. No entanto, a partir daí, a descida dos *spreads* acompanhou, em certa medida, o movimento global de subidas dos preços das acções, que iam sendo impulsionados pela melhoria dos indicadores macroeconómicos e pela divulgação de resultados das empresas acima do esperado. Além disso, o aumento da liquidez na generalidade dos mercados conduziu, igualmente, a uma redução dos prémios de liquidez e, consequentemente, dos próprios *spreads* de crédito. Assim, tendo como *benchmark* o índice *Itraxx* (5 Anos), o índice de *CDS* (*Credit Default Swaps*) de referência para a Zona Euro, verifica-se que este diminuiu de 178 p.b., no final de 2008, para 76 p.b., no final de 2009, recuperando para mínimos de Maio de 2008. Neste sentido, foi-se assistindo a um aumento das emissões de dívida, permitindo que as

ÍNDICE *ITRAXX* DE *CDS* – 5 ANOS

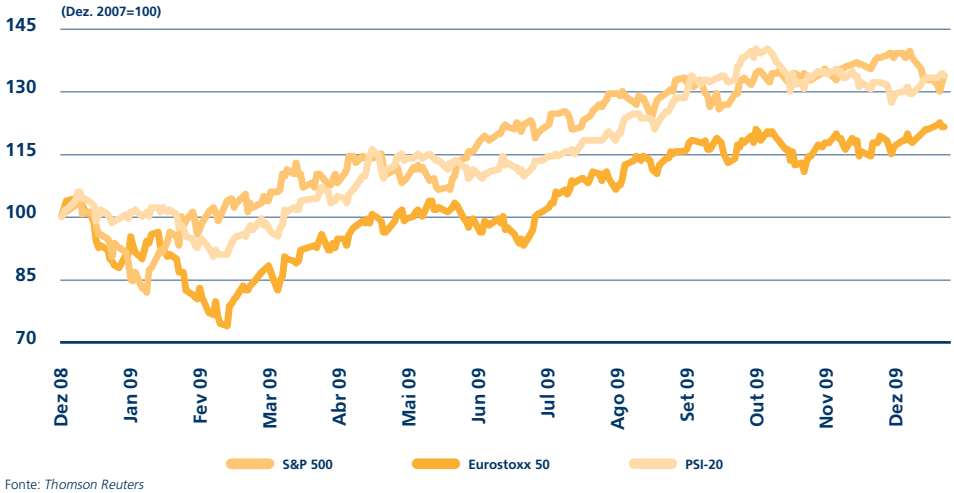
Fonte: *Thomson Reuters*

empresas com acesso ao mercado internacional de dívida beneficiassem de custos de financiamento mais favoráveis, enquanto as pequenas empresas, cujas fontes de financiamento são fundamentalmente provenientes do crédito bancário, continuaram a confrontar-se com critérios de concessão de crédito ainda restritivos, porquanto estes tendem a reagir com desfasamento face às condições no mercado por grosso. Deste modo, o crédito continuou a evoluir de uma forma ténue nas principais economias desenvolvidas, havendo vários segmentos a registar contracções, particularmente o crédito ao consumo. Para os investidores, o estreitamento dos *spreads* foi bastante favorável para as suas carteiras, permitindo que investimentos tradicionalmente classificados como de baixo risco, como os fundos de obrigações de taxa indexada e com *ratings* elevados, exibissem rendibilidades anuais muito interessantes, depois das fortes perdas do ano anterior.

Mercado de Acções

Até ao início de Março, verificou-se uma continuação do movimento descendente nos mercados accionistas, originado, numa primeira fase, pelo início da crise económica, no final de 2007, e, numa segunda fase, pela falência da *Lehman Brothers*, no final de 2008. Assim, durante os dois primeiros meses de 2009, prosseguiu o aumento da aversão ao risco por parte dos investidores, impulsionado por uma vaga de dados macroeconómicos negativos, mas, também, por preocupações relativamente ao sistema financeiro, o que conduziu os principais índices europeus e americanos a registarem quedas superiores a 25%, desde o início do ano. Porém, posteriormente, ocorreu uma inversão da tendência e os mercados subiram até ao final do ano, de forma gradual. Para a melhoria do sentimento contribuíram os sinais de estabilização no sistema bancário (*v.g.*, regresso aos lucros de grandes *players* internacionais; resultados dos *stress-tests* aos bancos

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS



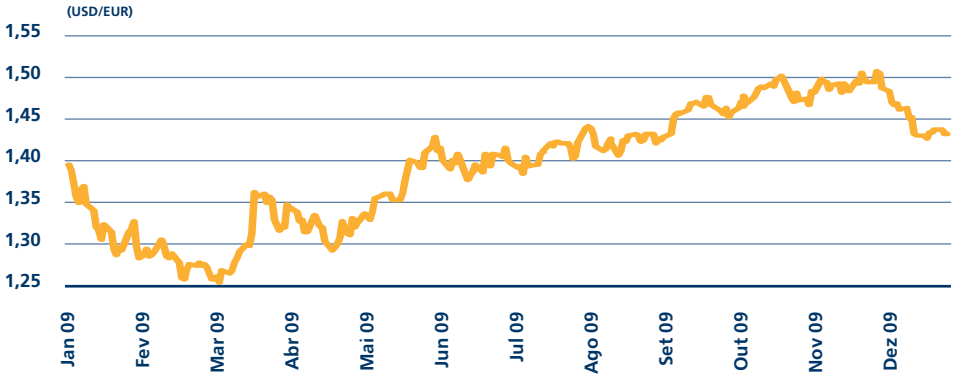
Fonte: *Thomson Reuters*

americanos), as indicações dadas pelos governos no combate à crise (*v.g.*, reunião do G-20), os resultados acima do esperado da maior parte das empresas e, fundamentalmente, o regresso ao crescimento dos EUA e da Zona Euro. Ainda assim – e particularmente com o aproximar do final do ano – os investidores mantiveram algumas reservas em relação à celeridade da retoma e à manutenção, pelas autoridades, de políticas económicas altamente expansionistas. Esta recuperação dos mercados accionistas verificou-se com especial força nos mercados emergentes (também os mais afectados pela crise), fruto da retoma forte e acima do esperado de alguns países, como a China, a Índia ou o Brasil, mas, também, das taxas de juro historicamente baixas nos EUA, que possibilitaram aos investidores pedir empréstimos em dólares para investir em mercados com rendibilidades superiores (*carry trading*). Assim, em 2009, nos EUA, o índice *Dow Jones* ganhou 18,82%, o *S&P 500* subiu 23,45% e o *Nasdaq* avançou 43,89%. Na Europa, o *Eurostoxx 50* avançou 21,14%, o *FTSE-100* 22,07%, o *DAX* 23.85%, o *Ibex* 29,84%, o *CAC-40* 22,32% e o *FTSE MIB* 19,47%. Em Portugal, o PSI-20 terminou o ano com um ganho acumulado de 33,47%.

Mercado Cambial

Ao longo de 2009 verificou-se uma forte correlação entre a taxa de câmbio Euro/Dólar e os mercados accionistas. Foi assim que, até Março, o Euro perdeu algum terreno face ao Dólar, enquanto os mercados accionistas continuavam a cair. A partir do final do 1.º T2009, a retoma verificada nos mercados accionistas iniciou, também, um ciclo de desvalorização da moeda americana. Este efeito esteve associado ao *carry trading* baseado no Dólar (devido a taxas de juro historicamente baixas, nos EUA, enquanto, na Europa, o BCE interrompia o seu ciclo de cortes de taxas mais cedo do que o que o mercado estaria, eventualmente, à espera). Esta correlação quebrou-se, parcialmente, em Dezembro de 2009, com o Dólar a recuperar algum terreno, enquanto os mercados accionistas continuavam a subir, resultado, essencialmente, do facto de, praticamente pela primeira vez no actual ciclo, os dados favoráveis relativos ao mercado laboral levarem os mercados a perspectivar um endurecimento da política monetária por parte da *Fed*, mais cedo do que o anteriormente antecipado. A depreciação do Dólar durante o *boom* pós-Março derivou, igualmente, da diminuição da aversão ao risco dos investidores, algo que, naturalmente, retirou a necessidade de procurar o Dólar como moeda de refúgio. Acresce, ainda, que o mercado foi confrontado com declarações de responsáveis de diversos países, questionando o Dólar como moeda âncora

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO EURO FACE AO DÓLAR

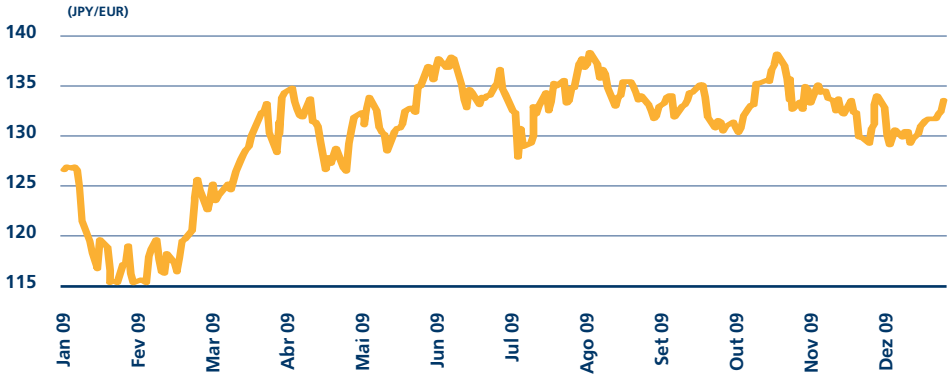


Fonte: *Thomson Reuters*

do sistema financeiro internacional. Assim, no final de 2009, o Euro terminou o ano a cotar nos 1,433 dólares, traduzindo-se numa apreciação anual de 2,7%.

Relativamente à moeda japonesa, o Euro – embora até tenha iniciado o ano a cair a pique, devido aos cortes na taxa de juro de referência por parte do BCE – registou uma forte valorização nos meses de Fevereiro e Março. Para esta evolução contribuíram os dados amplamente negativos divulgados em relação à economia nipónica, que culminaram com a publicação da maior contracção da economia desde 1974. Acresce a isto o facto de os investidores terem, como referido, optado pelo Dólar como moeda de refúgio, em detrimento do Iene. A partir de Março, verificou-se uma contínua oscilação da cotação em torno dos 132 Iene/Euro, com a moeda japonesa a estabilizar devido aos sinais de retoma no país e a não sofrer, como no passado, os efeitos do *carry trading* (uma estratégia de investimento que, como referido, se passou a basear mais no Dólar). Adicionalmente, a diminuição da atractividade do mercado japonês para os investidores, que fez com que o *Nikkei* tenha sido um dos mercados mundiais que menos valorizaram no *boom* pós-Março e, por conseguinte, impediu uma valorização da moeda local (algo que ocorreu, por exemplo, com o Real e a Rupia). Assim, no final de 2009, o Euro terminou o ano a cotar nos 133 Iene/Euro, traduzindo-se numa apreciação anual de 5,4%.

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO EURO FACE AO IENE



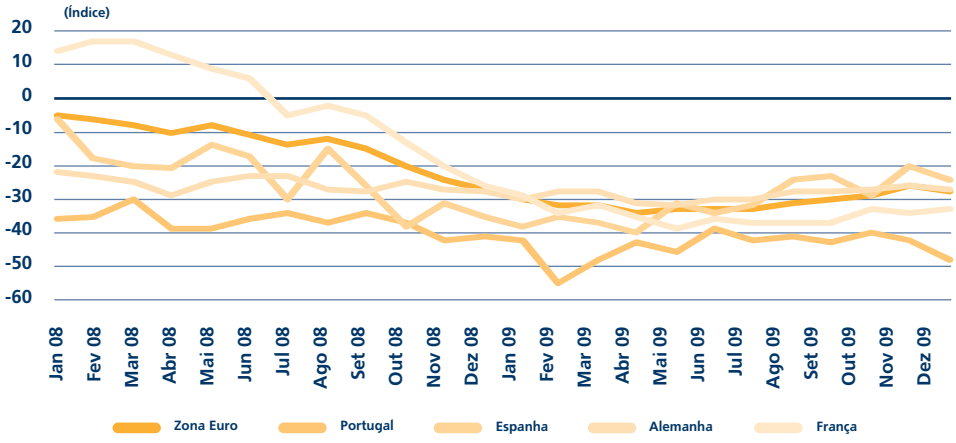
Fonte: *Thomson Reuters*

Mercado Imobiliário

O ano de 2009 acabou por trazer alguns sinais de estabilização ao mercado imobiliário, designadamente no segmento residencial (o mais afectado) e nas economias que tinham sido mais penalizadas na sequência do deflagrar da referida crise, as quais, de resto, correspondiam, também, às que haviam apresentado os maiores excessos de valorização no período pré-crise (tal como os EUA, o Reino Unido e alguns países da Zona Euro). No entanto, para a generalidade dos países (sendo a grande excepção os EUA, onde se assistiu, efectivamente, a alguma recuperação no segmento residencial, embora ainda insuficiente para atingir os níveis pré-crise), os poucos sinais de estabilização observados acabaram por não passar de isso mesmo, não se assistindo a uma recuperação da actividade no sector (designadamente, na Zona Euro e em Portugal), mas, antes, a uma contínua deterioração.

Nos **EUA**, os dados divulgados ao longo de 2009, relativos ao mercado habitacional, revelaram que a contracção do sector poderá ter chegado ao fim. Com efeito, a partir do 2.º semestre, os preços das habitações nas 20 principais áreas metropolitanas foram registando crescimentos mensais, embora, em Dezembro, ainda permanecessem 3,1% abaixo do registo um ano antes. Ao nível das vendas de casas, tem-se assistido a uma recuperação mais vigorosa do mercado de casas usadas, onde a correcção nos preços foi mais intensa, nomeadamente devido à colocação no mercado de um elevado *stock* de casas, decorrente das execuções hipotecárias. No final do ano, os dados do imobiliário revelaram uma elevada volatilidade, demonstrando uma certa dependência do programa governamental de apoio à aquisição da primeira habitação, que inicialmente estava previsto que terminasse em Novembro, acabou por ser prolongado até Abril de 2010. Eventualmente reflectindo os receios quando à sustentabilidade da recuperação das vendas sem o auxílio das políticas públicas, a confiança no sector caiu nos últimos meses do ano. No segundo semestre, assistiu-se a uma recuperação do investimento residencial, ainda assim, insuficiente para evitar uma queda de 20,4%, em 2009, a quarta queda anual con-

INDICADOR DE CONFIANÇA NA CONSTRUÇÃO – ZONA EURO



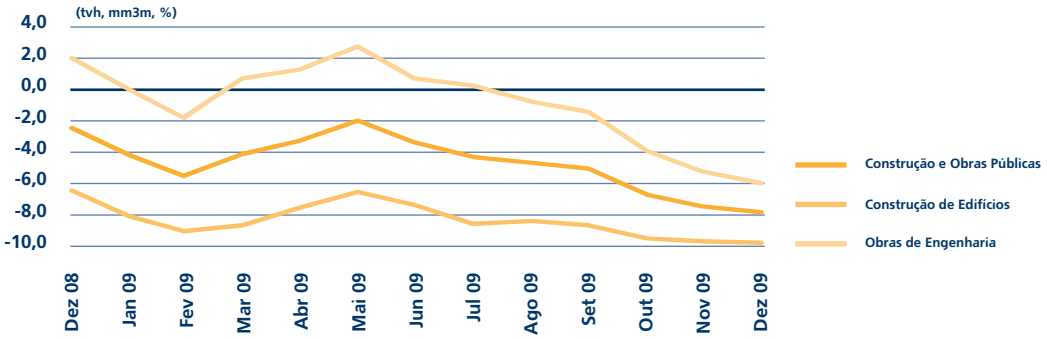
Fonte: Comissão Europeia

secutiva. Já o imobiliário não residencial, que começou a contrair no 4.º T2008, permaneceu em contracção ao longo de todo o ano de 2009, tendo caído 19,6%, a primeira contracção em 6 anos, sendo especialmente penalizado pela redução das taxas de ocupação no imobiliário comercial.

Na **Zona Euro**, as dificuldades que o mercado imobiliário atravessa continuaram a ser evidentes na evolução dos indicadores de Confiança na Construção (calculados pela Comissão Europeia). Apesar de terem dado conta de alguma estabilização da situação na primeira metade do ano, e até de uma ligeira melhoria, durante o 2.º semestre, em alguns países da região, os indicadores continuavam a evidenciar, no final do ano, para a média dos países da Zona Euro, níveis de confiança muito baixos e relativamente em linha com os observados no final de 2008. De resto, ao nível da produção na construção, continuou a assistir-se a uma contracção da actividade no sector, embora, indo ao encontro da evolução da economia da Zona Euro como um todo, verificando-se uma redução do ritmo de contracção trimestral (de -3,7%, no 4.º T2008, para -1,4%, no 4.º T2009). Não obstante, em termos médios anuais, a actividade apresentou um agravamento do ritmo de queda, de -4,4%, em 2008, para uma variação de -8,2%, em 2009.

Relativamente a **Portugal**, os últimos dados disponíveis sobre o Valor Acrescentado Bruto (VAB) no sector da Construção deram conta de mais uma contracção trimestral da actividade, no 4.º T2009, de -4,2% (-9,2%, em termos homólogos). Em termos médios anuais, o sector evidenciou uma contracção de 10,2%, significativamente superior à observada no ano anterior (-5,1%), observando-se o mais baixo nível de actividade neste sector desde, pelo menos, 1995. De resto, os dados relativos à produção na construção e obras públicas, divulgados ao longo do 4.º T2009, já se revelavam compatíveis com uma nova contracção trimestral da actividade no sector, dados que, no último trimestre em concreto, acabaram por se mostrar mais negativos para o segmento das obras de engenharia, mas que, ao longo do ano, continuaram a revelar-se mais desfavoráveis para o segmento da construção de edifícios (onde se inclui o segmento residencial, mais pressionado pela actual conjuntura económica e financeira desfavoráveis), vislumbrando-se a continuação de uma melhor dinâmica no segmento das obras de engenharia, decorrente do início da construção (ainda que parcial) das grandes obras públicas já anunciadas. Para o início de 2010, as perspectivas para o sector não se revelam melhores, tendo o índice de perspectivas sobre a actividade (para os próximos três meses), divulgado pelo INE numa base trimestral, voltado a deteriorar-se, no 4.º T2009, resultado de um movimento descendente tanto na construção de edifícios como nas obras públicas, embora revelando, nestas últimas, perspectivas substancialmente menos negativas.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO NA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS



Fonte: *INE*

4.4. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

A Criação de Valor para o Associado é o objectivo corporativo principal do Grupo Montepio. Nesse sentido, cada uma das entidades que compõem o Grupo Montepio tem esta finalidade na sua missão estratégica. Concomitantemente, foram definidas metas estratégicas de aumento da rendibilidade, através do crescimento diversificado, prudente e sustentado dos negócios, da racionalização de custos e melhoria da eficiência, tendo como linhas de orientação o aprofundamento das relações com os Associados e Clientes, e a diferenciação da oferta e relação mutualista. Essas metas têm subjacente a preservação de níveis robustos de solvabilidade e liquidez e a continuação da política de gestão conservadora, que caracteriza o Montepio no domínio da assumpção de riscos, mas simultaneamente dinâmica, no que se refere à procura de soluções para os problemas e desafios e para o desenvolvimento da oferta e dos negócios.

A gestão articulada do Grupo Montepio tem vindo a desenvolver-se na concretização de orientações estratégicas comuns, com o objectivo de potenciar a optimização dos recursos e racionalização dos processos, contribuindo para a obtenção de sinergias e melhoria da eficiência. No contexto de mercado observado em 2009, com especial impacto na vertente bancária, a estratégia empreendida no seio do Grupo Montepio veio a revelar-se ajustada e eficaz, na medida em que foi possível reforçar a solidez das suas instituições, manter adequados níveis de liquidez, obter Resultados crescentes e melhorias nos indicadores de eficiência e de rendibilidade.

Tendo em conta as perspectivas de que se irão manter as dificuldades e os condicionalismos decorrentes do prolongamento da crise e as expectativas de maiores exigências prudenciais e de governação, associadas às recentes alterações do quadro regulamentar, reafirmou-se, em 2009, no quadro do trabalho de revisão anual dos Planos Estratégicos trienais, a importância da concretização das Linhas de Orientação Estratégicas, particularmente nos domínios da gestão dos riscos, do aprofundamento da gestão dos custos e da eficiência, da diversificação da actividade creditícia e de fontes de proveitos, e da afirmação da diferenciação pelo mutualismo. A complementaridade da oferta, a optimização de todos os canais de distribuição ao serviço do Grupo, com o desenvolvimento do projecto de *assurfinance*, e a acrescida articulação estratégica entre as entidades deverão potenciar o crescimento das actividades e dos negócios, no quadro da proposta diferenciada de valor com que o Montepio se apresenta no mercado.

GRUPO MONTEPIO

*O **Grupo Montepio** – apresenta características únicas e distintas dos seus concorrentes, dada a sua natureza e finalidades mutualistas e valores inerentes de associativismo e solidariedade. O **Montepio Geral – Associação Mutualista** é o centro estratégico do Grupo, que é constituído pelas seguintes entidades estratégicas:*

- ***Caixa Económica**, anexa à Associação Mutualista – responsável pela actividade bancária, concentrada nos segmentos de retalho de particulares e de empresas;*
- ***Lusitania Companhia de Seguros** – actividade seguradora de ramos reais;*
- ***Lusitania Vida** – actividade seguradora de ramo vida;*
- ***Montepio Gestão de Activos** – gestão de fundos de investimento mobiliários e imobiliários;*
- ***Futuro** – gestão de fundos de pensões;*
- **Residências Montepio** – *gestão de equipamentos sociais e promoção de serviços de saúde, de bem-estar e qualidade de vida.*

ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

Em 2009, as acções estratégicas implementadas centraram-se no aumento da base associativa e da notoriedade do mutualismo, bem como no reforço dos vínculos associativos, áreas em que foi possível obter evoluções favoráveis, mas que continuarão a representar vectores essenciais de actuação, dada a sua importância no desenvolvimento sustentado da Associação Mutualista (AM).

O contexto de adversidade tem vindo a demonstrar a importância do papel das instituições da economia social e, do designado Terceiro Sector, no apoio e ajuda às famílias e à população em geral, com vista à minimização dos seus problemas e dificuldades. O Montepio, atento a esta realidade, pretende por um lado, promover a sua missão e oferta enquanto entidade mutualista, que apresenta respostas na prevenção das contingências do ciclo de vida das famílias e, por outro, pretende cooperar com essas entidades. Para tal, assume-se como seu parceiro financeiro, adaptando a oferta e a prestação de serviço, no domínio bancário e financeiro, visando a satisfação das necessidades específicas deste sector.

MONTEPIO

A mais antiga (fundada em 1840) e a maior Associação Mutualista nacional com mais de 442 mil Associados, disponibiliza soluções mutualistas de poupança, de protecção e previdência complementar, para benefício próprio ou de terceiros. Tem desenvolvido a sua oferta na área dos equipamentos sociais, de promoção do bem-estar e qualidade de vida, através do projecto Residências Assistidas, bem como no estabelecimento de acordos e parcerias com diversas entidades no sentido de alargar o leque de benefícios e o acesso a bens e serviços aos seus Associados.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2009-2011

Visão para a Associação Mutualista

Maior Associação nacional promotora e gestora de regimes complementares de segurança social, individuais e colectivos, de serviços e equipamentos sociais e de serviços da economia do bem-estar e da qualidade de vida, através de uma gestão dinâmica, prudente e ética, respeitando os valores mutualistas, de solidariedade e participação associativa, elevados padrões de responsabilidade e sustentabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da economia social e do Terceiro Sector em Portugal.

Os objectivos e as Orientações Estratégicas para o triénio 2009-2011, recentemente revistas e actualizadas, têm em vista a continuação do aumento do número de Associados, o acréscimo das quotas e capitais, a desconcentração dessas receitas entre modalidades de capitalização e de previdência, o aumento da eficiência e a melhoria da rendibilidade, bem como a manutenção dos níveis de solvência.

Em simultâneo com as acções de aumento da fidelização e aprofundamento da relação com os actuais Associados, continuará a ser um eixo estratégico fundamental a afirmação do mutualismo como uma resposta às necessidades de previdência complementar e como aplicação de poupanças para cobertura de contingências, a que se juntam outros atributos distintivos, no domínio da cidadania e participação associativa. Essa afirmação implica o aumento da notoriedade do mutualismo e a sua promoção e divulgação, tanto no seio do Grupo, como a nível externo.

Prioridades Estratégicas para 2010

Aumentar a Notoriedade do Mutualismo	– Promover acções de comunicação e divulgação do Mutualismo: oferta/necessidades e valores – Reformular meios e formas de comunicação – Desenvolver acções de cooperação nacional e internacional
Aumentar a Base Associativa e a Fidelização dos Associados	– Transformar Clientes das entidades do Grupo em Associados – Aumentar as receitas associativas *per capita* – Aumentar a taxa de retenção dos Associados e a sua vinculação
Diversificar e Consolidar a Oferta	– Privilegiar a subscrição das modalidades de previdência complementar – Alargar o leque de oferta à vertente de equipamentos sociais e serviços do bem-estar e qualidade de vida – Melhorar a qualidade do serviço: automatização e agilização de processos e do Sistema de Informação
Melhorar o Processo de Gestão dos Activos e o Controlo Interno	– Prosseguir o desenvolvimento do processo de gestão dinâmica dos activos – Desenvolver o Sistema de Controlo Interno

Ao nível corporativo, merecem destaque as Orientações Estratégicas aprovadas, com vista à modernização do Sistema de Governação. Está prevista a reforma dos Estatutos, que permita enquadrar desenvolvimentos na estrutura e no modelo de Governo Institucional, em resposta às novas exigências regulamentares e de supervisão e à mais estreita articulação estratégica entre as entidades do Grupo Montepio respondendo, em simultâneo, à necessidade de uma maior participação dos Associados na vida da instituição.

Tendo presente a importância e o crescente papel na sociedade, e a sua responsabilidade em contribuir de forma activa para o seu desenvolvimento sustentável, o Montepio continuará a dar grande relevância estratégica ao desenvolvimento da política de Responsabilidade Social, não só no apoio a projectos no domínio da solidariedade social, cultura, educação e voluntariado empresarial, como também procurando uma acção mais abrangente nos domínios da promoção da sustentabilidade económica, financeira, ambiental e social.

CAIXA ECONÓMICA

A actividade da Caixa Económica (CE) foi marcada pelas condicionantes de contexto, decorrentes da redução global da actividade da economia doméstica. Ainda assim, o *cash-flow* gerado foi suficiente para acomodar o aumento das provisões para riscos de crédito, assunto que mereceu especial destaque na gestão de prioridades da agenda estratégica. A segunda metade do ano foi dominada pela implementação de acções conducentes a uma melhor eficiência na gestão do incumprimento e recuperação de crédito, em simultâneo com medidas de redução de custos.

Deu-se especial destaque à monitorização e vigilância da carteira de crédito, à gestão preventiva do incumprimento, e às acções de regularização e recuperação de crédito vencido pela via negocial.

No que diz respeito à racionalização e redução dos custos, que também dominou as atenções do ano, foi possível acelerar o ritmo de cumprimento dos objectivos estratégicos, quer no domínio dos gastos com pessoal, quer na diminuição dos gastos gerais administrativos, com reflexo na melhoria do indicador de eficiência global da instituição (*cost-to-income*).

No que se refere à gestão da liquidez, a CE conseguiu responder eficazmente aos desafios colocados pelo período adverso, evidenciando uma adequada capacidade de gestão neste domínio. As medidas tomadas permitiram manter uma posição confortável de liquidez. Para tal, contribuíram: o reforço dos recursos captados no retalho, a gestão de uma carteira de títulos elegível para efeitos de refinanciamento junto do Banco Central Europeu (BCE), a realização de uma nova operação de titularização de créditos à habitação, e uma emissão de obrigações hipotecárias.

Também no domínio da solvabilidade, a CE conseguiu melhorar significativamente os seus rácios de solvabilidade global e *Tier* 1 (que, na CE, corresponde ao *Core Capital*), tendo antecipado os níveis recomendados pelo BdP (em vigor a partir de Setembro de 2009), no que se refere a um *Tier* 1 mínimo de 8%. A CE apresenta um dos mais elevados níveis do sector bancário nacional, ultrapassando largamente os requisitos mínimos de capital exigidos.

CAIXA ECONÓMICA

Operando como instituição bancária de retalho universal, oferece um amplo leque de produtos e serviços de modo a satisfazer as necessidades bancárias e financeiras dos seus clientes. Sendo a intermediação de retalho a sua principal área de negócio, através da captação de recursos de clientes, de pequena e média poupança, e a concessão de crédito a Particulares, Microempresas, Pequenas e Médias Empresas e Empresários em Nome Individual, tem como principal objectivo prestar um serviço de qualidade e, pela sua matriz mutualista, respeitar elevados padrões éticos e princípios de sustentabilidade social.

A sua rede de retalho ao serviço das entidades do Grupo, é constituída por 326 balcões distribuídos geograficamente por todo o país e regiões autónomas, complementada por uma estrutura de distribuição multicanal, suportada por serviços de elevada qualidade no domínio da banca automática e à distância, e pela presença física no exterior, junto da comunidade portuguesa residente no estrangeiro, através de seis escritórios de representação.

No quadro da orientação estratégica de reafirmar a diferenciação pelo mutualismo, sendo a CE a principal instituição de crédito da esfera da economia social que desenvolve actividade de banca universal, pretende-se potenciar e desenvolver a sua ligação ao Terceiro Sector e contribuir para a sua dinamização, através do aumento das relações comerciais, de satisfação das necessidades financeiras, e de cooperação com as diversas entidades e instituições que dele fazem parte, tendo sido criada, para o efeito, uma àrea de Relações Institucionais para o Terceiro Sector.

Com o objectivo de atingir níveis de actividade e rendibilidade de forma sustentada e orientada para o médio prazo, foram reiteradas as orientações estratégicas de consolidação do modelo de negócio de banca de retalho universal, por via do crescimento e diversificação da carteira de crédito para outros sectores fora do imobiliário, com especial destaque para os segmentos estratégicos dos pequenos negócios e das Pequenas e Médias Empresas. O crescimento deverá ser financiado preferencialmente pela captação de níveis crescentes de recursos de clientes, em especial de pequenas e médias poupanças estáveis, devendo prosseguir a dinamização da vocação da Instituição enquanto *Banco de Poupança*, focalizando-se no aproveitamento do potencial da carteira de clientes e da rede de balcões e dos canais de distribuição das restantes entidades do Grupo.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2009-2011

Visão para a Caixa Económica

Banco de retalho diferenciado e único no panorama bancário português, pelas suas finalidades mutualistas, representando os valores da participação associativa e da solidariedade, vocacionado para a captação de poupanças e para o crédito aos segmentos dos Particulares, Empresários em Nome Individual, das Microempresas, das PME e das Instituições do Terceiro Sector, com uma oferta universal de produtos e serviços bancários, mutualistas e financeiros, reconhecido pela gestão prudente, pela qualidade de serviço, pelo comportamento ético e pelo seu papel como agente dinamizador da economia social.

A gestão das taxas de juro das operações activas e passivas, alinhadas com o risco do cliente, com as maturidades das operações e com a rendibilidade desejada, assumirá um particular relevo, bem como a sua articulação com o *pricing* de comissões, em função dos objectivos estratégicos.

A optimização dos recursos humanos, a racionalização dos processos e o aprofundamento da gestão dos custos continuarão a merecer uma elevada prioridade estratégica, com o objectivo de manter o nível de custos e, consequentemente, melhorar os níveis de eficiência e a qualidade do serviço prestado.

Prioridades Estratégicas para 2010

Gestão dos Riscos e Recuperação de Crédito Vencido	– Aprofundar e melhorar o processo de análise, monitorização e controlo dos riscos, em especial do Risco de Crédito – Aumentar a pro-actividade na recuperação de Crédito Vencido
Diferenciação pelo Mutualismo	– Transformar Clientes em Associados – Aumentar a visibilidade e a promoção da oferta mutualista junto da rede de balcões e dos restantes canais de distribuição – Utilizar o mutualismo como *driver* para penetração nos segmentos estratégicos
Diversificação da Carteira de Crédito	– Acelerar a dinâmica comercial em operações de crédito e nos segmentos e sectores de diversificação – Reforçar a captação de poupanças de clientes em produtos de balanço – Aprofundar processo de gestão das margens
Gestão dos Custos e Eficiência	– Prosseguir o processo de controlo de custos e obter poupanças de sinergias de funcionamento – Melhorar métricas de eficiência e de qualidade de serviço

Montepio Geral
Associação Mutualista

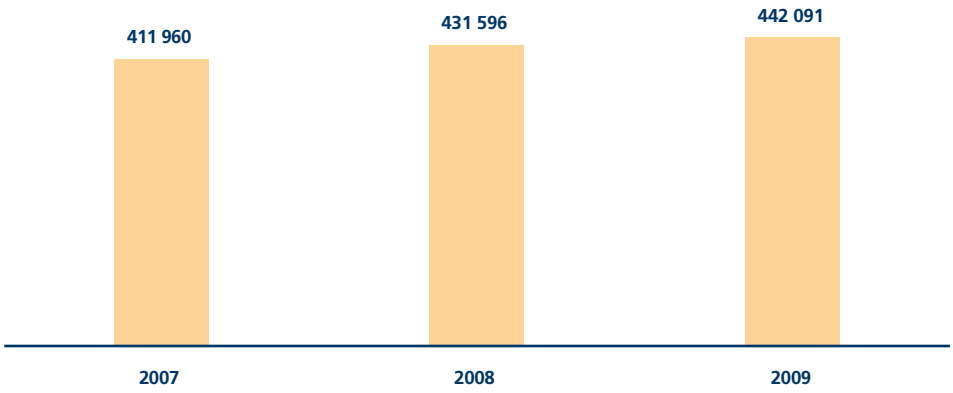
4.5. MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

4.5.1. ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Base de Associados

A base associativa da Associação Mutualista (MGAM) atingiu, no final de 2009, um total de 442 091 Associados, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 2,4%, valor em linha com as metas estratégicas definidas.

NÚMERO DE ASSOCIADOS EFECTIVOS



A rede de distribuição da Caixa Económica (CE) continuou a desempenhar um papel importante na dinamização associativa e na promoção das modalidades mutualistas, procurando aproveitar o potencial existente, uma vez que apenas 37,4% dos clientes particulares da CE são Associados da Associação Mutualista (AM).

No que respeita ao perfil do universo associativo da AM, destaca-se a expressiva representação do sexo feminino no total dos Associados, com 50,8%, (50,6% em 2008), bem como o facto de 57,8% dos Associados terem menos de 40 anos e apenas 12% mais de 60, sendo a idade média de 37 anos.

O número de sócios do clube «Tio Pelicas», constituído por Associados com idades até aos 14 anos continuou a aumentar, tendo registado a mesma variação positiva do ano anterior (2,7%).

Eleições dos Órgãos Associativos Institucionais para o Triénio 2010-2012

Realizaram-se em 11 de Dezembro de 2009 as eleições para os Órgãos Associativos Institucionais do Montepio Geral – Associação Mutualista e da sua Caixa Económica anexa, que irão gerir os destinos da instituição nesse triénio.

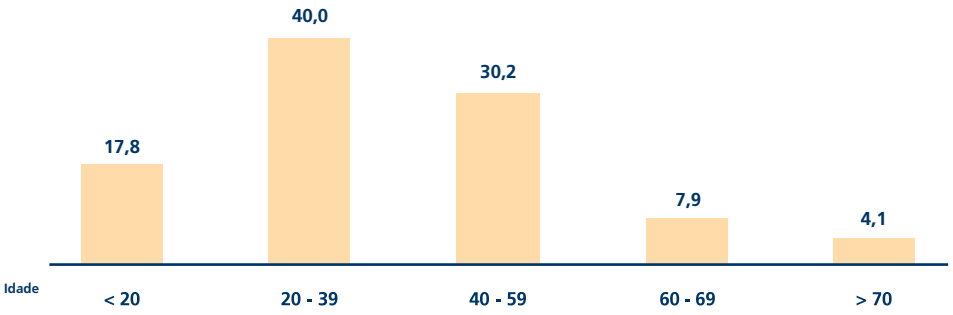
Com uma mobilização de quase 30 mil Associados foi o acto eleitoral mais participado de sempre, reforçando a tradição democrática de uma instituição com quase 170 anos, comprovando a sua vitalidade, projecção e notoriedade na sociedade portuguesa.

CLUBE «TIO PELICAS»

(N.º de Associados até aos 14 anos)

ANO	2008	2009
SÓCIOS	30 855	31 676

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS ASSOCIADOS EM 2009 (%)



Tendo como objectivos a divulgação dos valores mutualistas e o estreitar de ligações junto dos Associados mais jovens, a AM, para além de outras actividades, continua a editar, trimestralmente, a revista do clube Tio Pelicas, de uma forma didáctica, lúdica e participativa. Desde a sua criação, já aderiram ao clube 52 804 sócios, tendo-se registado também, 21 128 saídas, 53,6% das quais foram motivadas pelo limite de idade, entretanto atingido pelos sócios.

Desenvolvimento da Oferta Mutualista

A Associação Mutualista tem procurado contribuir para a satisfação integral das necessidades financeiras e melhoria da qualidade de vida dos seus Associados. Como tal, a disponibilização de soluções mutualistas constitui uma preocupação permanente, tanto em modalidades como em serviços complementares, que, no quadro regulamentar específico da actividade mutualista, se adequem a essas necessidades e correspondam às expectativas dos Associados e das suas famílias.

É com esse objectivo que se tem procedido, nos últimos anos, à reformulação da oferta e criação de novas modalidades, tendo em conta as alterações da estrutura etária, demográficas e de contexto, designadamente a evolução das taxas de juro e das condições dos mercados. Neste âmbito, realizaram-se campanhas de promoção de modalidades actuariais, que contribuíram para um aumento significativo do número das respectivas inscrições, e foram emitidas onze séries da modalidade de Capitais de Reforma por Prazo Certo (Montepio Capital Certo) que, em 2009, se traduziram na captação de 97,5 milhões de Euros.

Alargou-se a oferta na área da saúde e do bem-estar, com a inauguração de mais duas Residências Assistidas: a Residência Montepio Gaia – Quinta de Cravel e a Residência Montepio Coimbra, aumentando para três o número de residências em funcionamento (em 2008 já tinha sido inaugurada a primeira de sete residências: Residência Montepio Breyner, localizada na cidade do Porto). O Serviço de Apoio Domiciliário e a Tele-Assistência são dois outros serviços que as Residências Montepio - Serviços de Saúde disponibilizam, com o intuito de disponibilizar um conjunto de serviços e facilidades a segmentos específicos.

Benefícios Complementares de Oferta

Os clientes bancários do Montepio, que são simultaneamente Associados, beneficiam de condições preferenciais, nomeadamente no preço do Crédito à Habitação e do Crédito Individual, bonificação de taxas de juro na subscrição de Depósitos a Prazo ou noutro tipo de produto de poupança, descontos na anuidade de Cartões de Crédito, isenção de comissões de manutenção nas Contas à Ordem em Despesas de Gestão e Manutenção, desconto nos valores dos serviços de Administração Parcial e Total de Propriedades entre outros serviços.

Em 2009, o valor de benefícios atribuídos aos clientes, simultaneamente Associados, totalizou 12,1 milhões de Euros, aumentando 13,6% face a 2008.

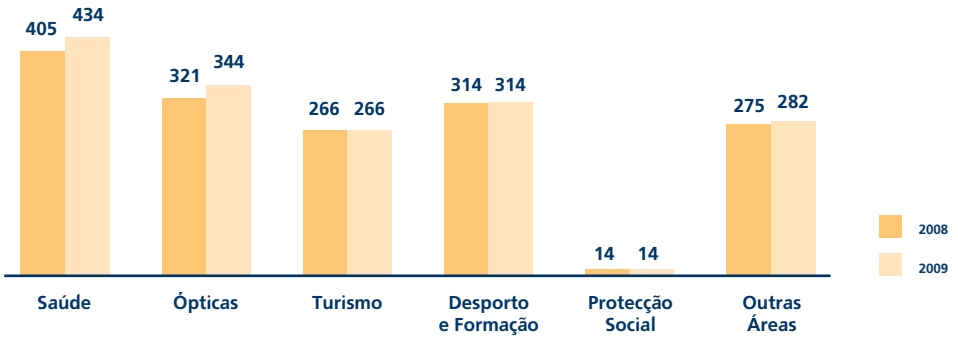
TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA CAIXA ECONÓMICA AOS ASSOCIADOS EM 2009

(milhares de euros)

CLASSE	Família Produtos	Valor do Benefício
PRODUTOS DO ACTIVO	Crédito à Habitação	7 909
	Crédito ao Consumo	578
PRODUTOS DO PASSIVO	Depósitos Ordem	1 899
	Depósitos Prazo	421
	Depósitos Estruturados	195
	Produtos Mistos	29
PRODUTOS FORA DE BALANÇO	Cartões de Crédito	1 091
	Administração Propriedades	3
TOTAL		**12 125**

Com vista ao alargamento da rede de benefícios complementares para os Associados foram celebrados, em 2009, novos acordos com entidades de todo o país, dando continuidade à política de celebração de acordos com entidades parceiras (nacionais e locais). Assim, no final de 2009, a AM tinha em vigor acordos com 580 entidades, os quais permitem aos Associados o acesso a um total de 1 654 pontos de desconto em todo o país, distribuídos essencialmente pelas áreas da saúde, serviços de óptica, turismo e desporto, entre outros serviços. Para além destes acordos, foi ainda celebrada uma parceria estratégica com uma rede de distribuição de combustíveis que permite aos Associados o usufruto de descontos no abastecimento.

BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES AOS ASSOCIADOS
ACORDOS COM ENTIDADES – N.º DE PONTOS DE DESCONTO



Os descontos oferecidos aos Associados do Montepio são, na sua generalidade, extensíveis aos seus familiares (ascendentes e descendentes do 1.º grau e cônjuges) e variam entre um mínimo de 2% e máximo de 50% sobre a tabela de preços praticada pelas entidades para o público em geral. A maior parte dos descontos concedidos são de 10% e 20%.

Tendo por objectivo a promoção e a difusão do mutualismo, aprofundando as relações com os Associados, foi desenvolvido em 2009 um programa de acções de comunicação, informação, formação e dinamização associativas, envolvendo a realização de diversas iniciativas de carácter cultural, lúdico e formativo, de que se destaca as iniciativas «Passeios com História», «Concurso de Ideias» e «Formação para Associados», designadamente em microinformática.

4.5.2. RECEITAS ASSOCIATIVAS

Dando continuidade a uma política centrada na angariação de novos Associados e na fidelização da base associativa já existente, foi possível aumentar o número de subscrições de produtos mutualistas materializado no volume anual de quotizações e de capitais recebidos.

Obteve-se, no ano de 2009, um acréscimo do número de subscrições de modalidades, de +4,6%. O número total de subscrições atingiu 763.032 no final de 2009. O número médio de inscrições por Associado evoluiu de forma favorável, correspondendo a 1,73 (1,69 em 2008).

O aumento das subscrições concorreu para o crescimento das receitas associativas, que se fixaram em 301,6 milhões de Euros em 2009, correspondendo a um acréscimo de 6,5 milhões de Euros (+2,2%). Os contributos mais significativos para a evolução das receitas associativas provieram das Modalidades de Capitalização (com especial relevo para os Capitais de Reforma e Poupança Reforma) e, também das Modalidades de Previdência, onde algumas modalidades mantêm a predominância no volume total de receitas (Capitais de Previdência Diferidos c/ Opção com um peso de 12,9% e Garantia de Pagamento de Encargos com 6,8%).

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidades)

(milhares de euros)

MODALIDADES	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1.BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	**5 488**	**1,9**	**6 023**	**2,0**	**535**	**9,7**
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	**287 806**	**97,5**	**293 976**	**97,4**	**6 170**	**2,1**
2.1. Capitais de Reforma	***109 813***	***37,2***	***113 069***	***37,5***	***3 256***	***3,0***
2.2. Poupança de Reforma	***10 377***	***3,5***	***12 166***	***4,0***	***1 789***	***17,2***
2.3. Capitais de Reforma com Prazo Certo	***102 171***	***34,6***	***97 485***	***32,3***	***-4 686***	***- 4,6***
2.4. Outras Modalidades	***65 445***	***22,2***	***71 256***	***23,6***	***5 811***	***8,9***
Das quais:						
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	33 836	11,5	39 025	12,9	5 189	15,3
Capitais p/ Jovens	4 302	1,5	4 800	1,6	498	11,6
Pensões de Reforma	5 184	1,8	4 951	1,6	-233	- 4,5
Garantia de Pagamento de Encargos	20 146	6,8	20 469	6,8	323	1,6
3. MODALIDADES COLECTIVAS	**657**	**0,2**	**910**	**0,3**	**253**	**38,5**
4. CAPITAIS TRANSFERIDOS P/PENSÕES E RENDAS	**1 192**	**0,4**	**700**	**0,3**	**-492**	**- 41,3**
5. TOTAL (1) + (2) + (3) + (4)	**295 143**	**100,0**	**301 609**	**100,0**	**6 466**	**2,2**

4.5.3. BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

As pensões e rendas, os capitais e subsídios, os reembolsos e os outros custos inerentes à actividade associativa situaram-se em 180,2 milhões de Euros em 2009, evidenciando uma redução de 43,4 milhões de Euros face ao ano anterior. Este comportamento é explicado pelas seguintes evoluções:

- Menor volume de Reembolsos, em particular nos Capitais de Reforma, traduzindo a maior capacidade de retenção das poupanças dos Associados (-38,8 milhões de Euros, ou seja, menos 23,3%);
- Redução da componente de Outros Custos (-6,8 milhões de Euros, ou seja, menos 40%), essencialmente por via da menor sinistralidade na modalidade Garantia de Pagamentos de Encargos.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	**6 011**	**7 027**	**6 242**	**7 621**	**594**	**8,5**
Valores Subscritos	6 011	3 132	6 242	3 613	481	15,4
Subvenções e Melhorias		3 895		4 008	113	2,9
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	**15 248**	**32 960**	**17 818**	**34 611**	**1 651**	**5,0**
Valores Subscritos	15 248	29 071	17 818	31 058	1 987	6,8
Subvenções e Melhorias		3 889		3 553	-336	- 8,6
REEMBOLSOS	**56 560**	**166 517**	**53 910**	**127 712**	**-38 805**	**- 23,3**
OUTROS CUSTOS	**3 764**	**17 080**	**3 849**	**10 255**	**-6 825**	**- 40,0**
TOTAL	**81 583**	**223 584**	**81 819**	**180 199**	**-43 385**	**- 19,4**

A Associação Mutualista atribuiu, em 2009, de acordo com o Artigo 18.º dos Estatutos e o Artigo 53.º do Código Mutualista, uma taxa de melhorias de benefícios de 1,0% às Modalidades Actuariais com taxa técnica de 3,0% e 0,5% às Modalidades Actuariais com taxa técnica de 4,0%, em função do volume das Reservas Matemáticas constituídas. Nos termos regulamentares, excluíram-se de atribuição de melhorias as modalidades com Fundo Disponível negativo e com insuficiência de Reservas Matemáticas. O montante de atribuição de melhorias aos Associados ascendeu a 1 milhão de Euros em 2009.

Às Modalidades de Capitalização (i.e. Capitais de Reforma, Poupança Reforma e Modalidades Colectivas) foi distribuída uma taxa anual global de rendibilidade de 3,804%, formada por uma componente de rendimento anual garantido (3,304%) e por um complemento na participação nos resultados anuais (0,5%). Às subscrições de Capitais de Reforma efectuadas entre 1 de Março de 1990 e 31 de Agosto de 1992 foi assegurado o rendimento anual garantido de 5,5%.

De acordo com o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, foram actualizadas em 1,0%, as rendas vitalícias com taxa técnica de 3,0% constituídas até 31 de Dezembro de 2007.

4.5.4. ANÁLISE FINANCEIRA

4.5.4.1. Política de Investimentos

No contexto macroeconómico observado no exercício de 2009, a política de investimentos adoptada pela AM caracterizou-se pelo seu perfil conservador, procurando maximizar o retorno financeiro dos Associados mas garantindo em permanência a solvabilidade das diferentes modalidades. Num período de volatilidade nos mercados financeiros, embora a um nível inferior a 2008, esta política traduziu-se na manutenção de uma reduzida exposição ao mercado accionista (com um investimento directo de 0,1% e um investimento indirecto, via fundos de investimento, de 1,7% do total do Activo) e num reforço da exposição ao mercado de dívida.

Relativamente ao mercado de dívida, importa referir que a política de investimento assentou em dois eixos fundamentais. Por um lado, em termos de risco de crédito, apenas se investiu em emitentes cuja notação de *rating* estivesse na área do *investment grade* (91,4% da carteira de obrigações apresenta uma notação igual ou superior a BBB-). Por outro lado, e tendo em consideração os níveis historicamente baixos das taxas de juro de longo prazo, privilegiou-se os investimentos em taxa variável e por prazos curtos (a *duration* da carteira é de 2,44 anos).

Saliente-se, ainda, o facto da política de investimento adoptada o ter sido à luz de um novo quadro, quer contabilístico, resultante da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS – International Financial Reporting Standards*) ao nível da carteira dos activos financeiros, quer patrimonial, resultado da conclusão do processo de segregação dos activos das diferentes modalidades mutualistas, o qual permitirá assegurar, de forma mais adequada, uma gestão integrada de activos e passivos em cada uma das modalidades existentes.

4.5.4.2. Evolução e Rendibilidade dos Activos

A Associação Mutualista finalizou o exercício de 2009 com um volume de activos de 2 609,8 milhões de Euros, traduzindo uma taxa de crescimento anual de 0,4%. Na evolução das diversas componentes do activo, salienta-se a redução dos Depósitos Bancários, em consequência duma maior diversificação dos activos sob gestão, e o incremento da Carteira de Títulos em cerca de 97,9 milhões de Euros, bem como o reforço das participações estratégicas, com vista ao lançamento das bases para o desenvolvimento futuro do Montepio. A Participação Institucional na Caixa Económica foi aumentada em 100 milhões de Euros e as restantes participações financeiras em empresas obtiveram um acréscimo de 30,9 milhões de Euros.

EVOLUÇÃO DO ACTIVO LÍQUIDO

(milhares de euros)

CLASSE DE ACTIVOS	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imóveis	129 186	5,0	134 936	5,2	5 750	4,5
Títulos	811 160	31,2	909 056	34,8	97 896	12,1
Participação Financeira Institucional	660 000	25,4	760 000	29,1	100 000	15,2
Participações Financeiras Diversas	51 094	2,0	81 965	3,1	30 871	60,4
Depósitos Bancários	896 890	34,5	673 394	25,8	-223 496	-24,9
Derivados	-1 836	-0,1	-3 403	-0,1	-1 567	85,3
Outros Activos	53 832	2,0	53 829	2,1	-3	0,0
TOTAL	**2 600 326**	**100,0**	**2 609 777**	**100,0**	**9 451**	**0,4**

No final do ano, a rendibilidade global líquida média da carteira de activos situava-se nos 2,7%, valor que, embora seja inferior ao de 2008, se situa claramente acima das taxas de médio prazo, a 3 anos, do mercado interbancário (taxa média de 2,27% em 2009).

RENDIBILIDADE LÍQUIDA DOS ACTIVOS

(milhares de euros)

CLASSE DE ACTIVOS	Saldo Médio		Rendimento		Tx. Média de Rendibilidade	
	Valor	%	Valor	%	2008	2009
Imóveis	132 061	5,1	12 169	17,0	8,9	9,2
Títulos	860 108	33,0	28 179	39,4	1,7	3,3
Participação Financeira Institucional	710 000	27,3	11 147	15,6	4,0	1,6
Participações Financeiras Diversas	66 529	2,6	2 427	3,4	6,0	3,6
Depósitos Bancários	785 142	30,1	18 624	26,1	4,4	2,4
Derivados	-2 620	-0,1	-1 279	-1,8		
Outros Activos	53 830	2,0	230	0,3	0,4	0,4
TOTAL	**2 605 050**	**100,0**	**71 497**	**100,0**	**3,5**	**2,7**

Nota: As taxas de rendibilidade dos activos financeiros foram, por simplificação, apuradas tendo em conta 2 observações do Saldo Médio de Capital.

Na evolução da rendibilidade do activo em 2009 destacam-se os contributos positivos da componente Carteira de Títulos e Imóveis, enquanto os Depósitos Bancários, a Participação Institucional na Caixa Económica e as Participações Financeiras Diversas reduziram as respectivas taxas de rendimento, num contexto de descida das taxas de juro e de forte crise financeira.

Carteira de Imóveis

Em 2009, a carteira de imóveis apresentou um valor de inventário bruto de 185,7 milhões de Euros, o que corresponde a um aumento anual de 5%. Esta variação resultou, fundamentalmente, da aquisição de fracções e execução de obras para instalação de Balcões da CE, bem como da integração no Imobilizado da Residência Assistida do Porto – Breyner, cuja

construção foi concluída em 2009. Por outro lado, a componente «Edifícios e Outras Construções» sofreu uma redução de 7,2%, em resultado de ajustamentos contabilísticos referentes ao Edifício da Rua do Ouro.

O rendimento líquido da carteira de imóveis durante o exercício de 2009 foi de 12,2 milhões de Euros, traduzindo um crescimento de 8,1% face ao ano anterior. Este comportamento é justificado pela actualização legal de rendas em 2009, em 2,8%, pela cobrança de rendas sobre novos imóveis de investimento e pelos proveitos resultantes da alienação de imóveis.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE IMÓVEIS

(milhares de euros)

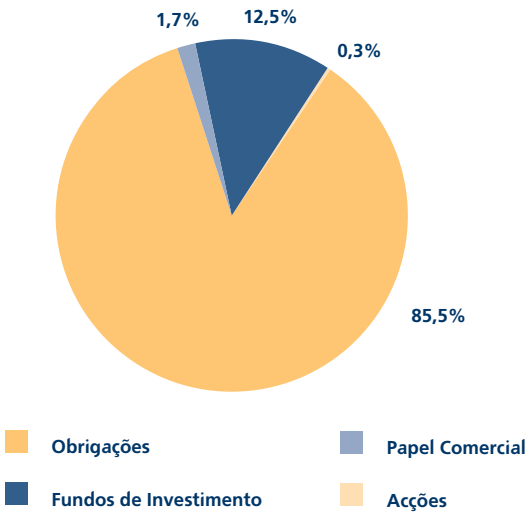
CLASSE DE ACTIVOS	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimentos em Imóveis	154 126	87,1	164 270	88,5	10 144	6,6
Edifícios e Outras Construções	19 022	10,8	17 650	9,5	-1 372	-7,2
Terrenos e Recursos Naturais	3 729	2,1	3 754	2,0	25	0,7
TOTAL	**176 877**	**100,0**	**185 674**	**100,0**	**8 797**	**5,0**

Nota: Estes valores diferem dos valores apresentados no mapa «Evolução do Activo Líquido», porque aqueles estão deduzidos de amortizações, nos valores de 47 691 milhares de euros e de 50 739 milhares de euros, em 2008 e 2009 respectivamente.

Carteira de Títulos

A AM continuou a privilegiar os investimentos em títulos de dívida, particularmente Obrigações, representando esta componente a maioria da carteira global de títulos, a qual ascendia no final do ano a cerca de 909,1 milhões de Euros. Dentro desta classe de activos, salienta-se o peso dos títulos de taxa variável (*floating rate notes*), de dívida sénior e com *ratings* na área do *Investment Grade*, como já referido, procurando-se desta forma minimizar os riscos de taxa de juro e de crédito.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ACTIVOS (com Imparidade)



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSES DE *RATING (MOODY'S)*

(milhares de euros)

CLASSES DE *RATING*	2009	
	Valor	%
AAA	26 613	3,4
A+	31 026	4,0
A	68 675	8,8
A-	357 438	46,0
AA+	2 027	0,3
AA	10 466	1,3
AA-	88 864	11,4
BBB+	81 569	10,5
BBB	35 242	4,5
BBB-	8 350	1,1
<BBB-	5 709	0,7
NR	61 189	7,9
TOTAL	**777 168**	**100,0**

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Carteira de Títulos e Similares						
Obrigações (inclui Títulos de Negociação)	702 071	84,5	791 875	85,1	89 804	12,8
Papel Comercial	15 000	1,8	15 009	1,6	9	0,1
Acções	6 283	0,8	4 274	0,5	-2 009	-32,0
TOTAL 1	**723 354**	**87,0**	**811 158**	**87,2**	**87 804**	**12,1**
% do Activo	**27,7**		**31,1**		**3,4 p.p.**	
2. Outras Aplicações Financeiras						
Fundos de Investimento Mobiliários	11 812	1,4	15 030	1,6	3 218	27,2
Fundos de Investimento Imobiliários	41 099	4,9	39 252	4,2	-1 847	-4,5
Outros Fundos de Investimento	55 079	6,6	65 063	7,0	9 984	18,1
TOTAL 2	**107 990**	**13,0**	**119 345**	**12,8**	**11 355**	**10,5**
% do Activo	**4,2**		**4,6**		**0,4 p.p**	
TOTAL (1+2)	**831 344**	**100,0**	**930 503**	**100,0**	**99 159**	**11,9**
% do Activo	**31,9**		**35,7**		**3,8 p.p.**	
3. Imparidade						
Obrigações	14 517	71,9	14 707	68,6	190	1,3
Acções	1 357	6,7	1 228	5,7	-129	-9,5
Fundos de Investimento Mobiliários	4 310	21,4	5 512	25,7	1 202	27,9
TOTAL 3	**20 184**	**100,0**	**21 447**	**100,0**	**1 263**	**6,3**
TOTAL LÍQUIDO	**811 160**		**909 056**		**97 896**	**12,1**

A Carteira de Títulos encontrava-se, no final do ano, segmentada pela seguinte tipologia:

- Activos Disponíveis para Venda (94,6%);
- Negociação (3,1%);
- Activos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Resultados (2,3%).

O valor dos Activos Disponíveis para Venda ascendeu a 860 milhões de Euros, traduzindo uma variação homóloga positiva de 107,3 milhões de Euros (+14,3%). A Carteira de Negociação, constituída por Obrigações de Caixa transaccionadas pela rede comercial da CE revelou, no mesmo período, um acréscimo de 3,5 milhões de Euros (+13,9%), enquanto a Carteira de Activos Classificados ao Justo Valor em Resultados, registou uma diminuição de 12,9 milhões de Euros (-38.0%).

TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Carteira		Imparidade		Variação	
	2008	2009	2008	2009	Carteira	Imparidade
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Activos Disponíveis para Venda	**772 421**	**880 996**	**20 184**	**21 447**	**108 575**	**1 263**
Obrigações do Tesouro	70 152	76 189			6 037	
Obrigações Diversas	572 996	666 179	14 517	14 707	93 183	190
Papel Comercial	15 000	15 009			9	
Acções	6 283	4 274	1 357	1 228	-2 009	-129
Fundos de Investimento	107 990	119 345	4 310	5 512	11 355	1 202
Activos Classific. Justo Valor em Resultados	**33 885**	**20 998**			**-12 887**	
Obrigações	33 885	20 998			-12 887	
Títulos Negociáveis	**25 038**	**28 509**			**3 471**	
Obrigações	25 038	28 509			3 471	
TOTAL	**831 344**	**930 503**	**20 184**	**21 447**	**99 159**	**1 263**

Apesar da instabilidade observada nos mercados financeiros, foi possível minimizar as perdas por Imparidade na Carteira de Títulos. Com efeito, estas perdas situaram-se, em 2009, em 1,26 milhões de Euros, em resultado, fundamentalmente, da evolução desfavorável, durante o primeiro trimestre do ano, da componente de Fundos de Investimento Mobiliários (perdas de 1,2 milhões de Euros).

Em 2009, o rendimento líquido proporcionado pela Carteira de Títulos totalizou 28,2 milhões de Euros, ou seja, mais 135% do que em igual período do ano passado. Esta evolução teve por origem o comportamento mais favorável dos mercados e da carteira de obrigações, no que se refere à valorização de alguns títulos, que impactaram positivamente a conta de exploração da Associação Mutualista.

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigações	10 440	87,0	51 628	183,2	41 188	394,5
Acções	3 641	30,4	-121	-0,4	-3 762	-103,3
Papel Comercial	7	0,1	421	1,5	414	
Fundos de Investimento	-2 099	-17,5	-23 749	-84,3	-21 650	
TOTAL	**11 989**	**100,0**	**28 179**	**100,0**	**16 190**	**135,0**

Participação Financeira Institucional na Caixa Económica

A AM elevou a Participação no Capital Institucional da CE no montante de 100 milhões de Euros, na sequência da proposta aprovada em Assembleia Geral. Desta forma, a participação passou de 660 milhões de Euros para 760 milhões de Euros. O montante de resultados da CE, referente ao exercício de 2008, transferidos para a AM em 2009 foi de 11 272 milhares de Euros.

Participações Financeiras Diversas

A carteira de Participações Financeiras da AM, que representa 3,1% do activo com um valor total de 82 milhões de Euros, registou uma variação positiva de 60,4% face a 2008. Para esta evolução contribuiu, essencialmente, o reforço dos capitais, sob a forma de prestação suplementar de capital, na empresa estratégica Lusitania – Companhia de Seguros, com vista à aquisição da Real Seguros, o que permitiu reforçar a dimensão do Grupo Montepio no mercado segurador.

Para além deste investimento estratégico ocorreram ainda mais dois aumentos da carteira de participações, devido a:

- Realização do remanescente de capital (1/3) na empresa Residências Montepio;
- Participação de 35,5% no capital da empresa espanhola NEBRA – Energias Renovables, a actuar no sector das energias renováveis.

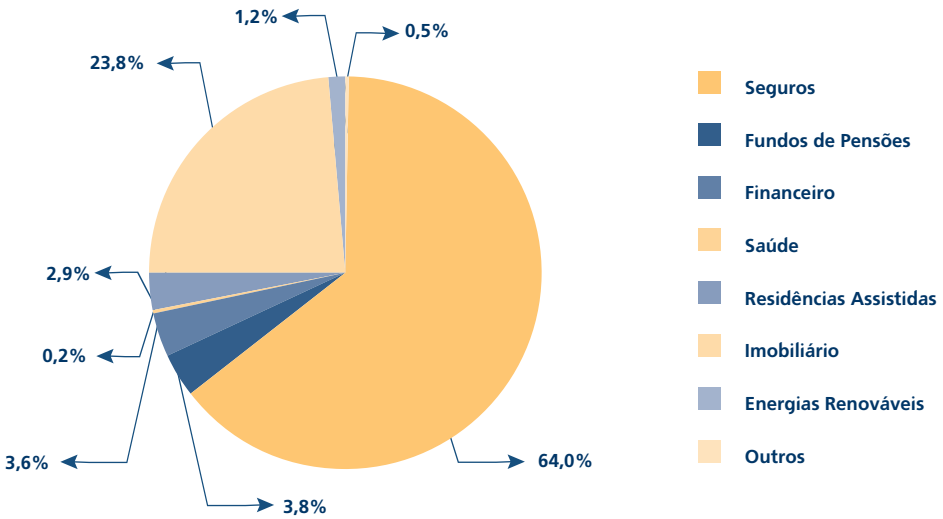
Em termos líquidos, o rendimento associado a esta carteira totalizou 2,4 milhões de Euros.

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E SEUS RENDIMENTOS

(milhares de euros)

EMPRESAS	2008				2009				Variação			
	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%
ESTRATÉGICAS	**37 730**	**73,8**	**2 472**	**91,3**	**38 240**	**73,2**	**2 185**	**90,0**	**510**	**1,4**	**-287**	**-11,6**
MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS	1 331	2,6	927	34,2	1 331	2,5	505	20,8	0	0,0	-422	-45,5
FUTURO	1 963	3,8	165	6,1	1 963	3,8	160	6,6	0	0,0	-5	-3,0
LUSITANIA – VIDA	9 647	18,9	493	18,2	9 647	18,5	863	35,6	0	0,0	370	75,1
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS	23 769	46,5	887	32,7	23 769	45,5	657	27,1	0	0,0	-230	-25,9
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	1 020	2,0			1 530	2,9			510	50,0		
OUTRAS PARTICIPAÇÕES	**13 364**	**26,2**	**237**	**8,7**	**13 975**	**26,8**	**242**	**10,0**	**611**	**4,6**	**5**	**2,1**
BOLSIMO	12 370	24,2			12 370	23,7			0	0,0		
LEACOCK	242	0,5			242	0,5			0	0,0		
SILVIP	308	0,6	229	8,5	308	0,6	231	9,5	0	0,0	2	0,9
NEBRA Energias Renovables, SA	0	0,0			611	1,2			611			
OUTRAS	444	0,9	8	0,3	444	0,9	11	0,5	0	0,0	3	37,5
Subtotal	**51 094**	**100,0**	**2 709**	**100,0**	**52 215**	**100,0**	**2 427**	**100,0**	**1 121**	**2,2**	**-282**	**-10,4**
Prestações Suplementares de Capital												
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS					29 750				29 750			
TOTAL	**51 094**				**81 965**				**30 871**	**60,4**		

A estrutura de repartição sectorial da carteira de participações financeiras da AM (excluindo a prestação suplementar de capital na Lusitania – Companhia de Seguros) aumentou a sua diversificação, com a inclusão do sector das energias renováveis, aumento da expressão do sector da saúde, embora se mantenha o predomínio do sector segurador, como se verifica no gráfico seguinte:



Depósitos Bancários

O contexto de descida de taxas de juro, associado à necessidade de diversificar a carteira de activos das diferentes modalidades associativas, explica, em grande medida, a redução observada na componente Depósitos Bancários da AM.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos à Ordem	73 920	8,2	116 894	17,4	42 974	58,1
Depósitos a Prazo	822 970	91,8	556 500	82,6	-266 470	-32,4
TOTAL	**896 890**	**100,0**	**673 394**	**100,0**	**-223 496**	**-24,9**

No final do ano, o saldo de depósitos da AM era de 673,4 milhões de Euros, ou seja, menos 24,9% do que em igual período homólogo. Ainda assim, de forma a manter níveis de liquidez robustos, esta aplicação financeira continuou a representar uma fatia considerável na estrutura do activo da AM, de 25,8% em 2009.

Outros Activos

Dentro da classe dos Outros Activos, evidencia-se a componente de Construções em Curso e de Empréstimos a Associados.

No que respeita às Construções em Curso, destaca-se o início do projecto das Unidades de Cuidados Continuados e a implementação do projecto Residências Assistidas, através da oferta de serviços no domínio da saúde e de cuidados domiciliários para o segmento sénior. O investimento, acumulado até ao final do exercício, ascendeu a 36,6 milhões de Euros.

Relativamente aos Empréstimos a Associados, foram contabilizados, ao longo do exercício, 1 434 novos contratos, mais 24 do que no ano anterior, com o montante médio a situar-se nos 2,8 mil Euros (3 mil Euros, em 2008). O montante de crédito concedido foi de 4,1 milhões de Euros, mantendo-se no entanto o saldo acumulado de empréstimos no final do ano em valores próximos do observado em 2008 (3,6 milhões de Euros em 2009 e 3,5 milhões de Euros em 2008), resultado da elevada rotatividade da carteira.

Refira-se que para a manutenção do saldo acumulado contribuiu o aumento dos empréstimos sobre capitais das modalidades de capitalização, que representam actualmente 72% do total desse saldo.

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação
Número de Contratos Novos	**1 410**	**1 434**	**24**
Sobre Reservas Matemáticas (1)	822	703	-119
Sobre Capitais	588	731	143
Contratos Novos	**4 165**	**4 082**	**-83**
Sobre Reservas Matemáticas	1 721	1 135	-586
Sobre Capitais	2 444	2 947	503
Montante Acumulado	**3 532**	**3 605**	**73**
Sobre Reservas Matemáticas	1 345	1 009	-336
Sobre Capitais	2 187	2 596	409
Montante médio por contrato novo	**3,0**	**2,8**	**-0,2**
Sobre Reservas Matemáticas	2,1	1,6	-0,5
Sobre Capitais	4,2	4,0	-0,2

(1) Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis

4.5.4.3. Passivo e Capital Próprio

O saldo de Provisões para Riscos e Encargos apresentou, em 2009, um acréscimo de 7,2% (+147,4 milhões de Euros), evolução semelhante à registada em 2008 (7,9%).

Ao nível das suas componentes, salienta-se o reforço das Provisões Matemáticas Estatutárias das modalidades associativas, no montante de 149,6 milhões de Euros, valor acima do observado em 2008 (136,5 milhões de Euros). Este volume justifica-se, sobretudo, pela dinâmica das subscrições nas modalidades de capitalização e nas novas modalidades actuariais (Protecção 5 em 5, Protecção Sub-25 e Pensões de Reforma) e traduz, de forma inequívoca, não só a capacidade da AM em captar as poupanças dos seus Associados, mas também a confiança que estes continuam a demonstrar num projecto com quase 170 anos.

Teste de Adequabilidade das Reservas Matemáticas das Modalidades Actuariais

Anualmente, e por questões prudenciais, é efectuado um teste de adequação das reservas matemáticas das modalidades actuariais do MG-AM.

Este teste, que tem vindo a ser realizado desde 2005, abrange as modalidades e as rendas vitalícias que se encontram encerradas a novas inscrições. Consiste em recalcular as reservas matemáticas destas modalidades, utilizando pressupostos actuariais mais adequados à realidade actual. Desta forma, é possível avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar com uma provisão adicional de reservas.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	**2 053 801**	**91,0**	**2 201 184**	**99,8**	**147 383**	**7,2**
PROVISÕES MATEMÁTICAS MODAL. ASSOCIATIVAS	1 964 413	87,0	2 114 982	95,9	150 569	7,7
Estatutárias	1 878 332	83,2	2 027 917	91,9	149 585	8,0
Rendas Vitalícias	19 915	0,9	19 272	0,9	-643	- 3,2
Actuariais	66 166	2,9	67 793	3,1	1 627	2,5
SUBVENÇÕES E MELHORIAS DE BENEFÍCIOS	89 388	4,0	86 202	3,9	-3 186	- 3,6
OUTROS PASSIVOS	**204 352**	**9,0**	**5 488**	**0,2**	**-198 864**	**- 97,3**
TOTAL	**2 258 153**	**100,0**	**2 206 672**	**100,0**	**-51 481**	**- 2,3**

No final de 2009, o valor do Capital Próprio da AM totalizava 403,1 milhões de Euros, que compara com os 342,2 milhões de Euros observados no final de 2008. O Capital Próprio da AM registou, no exercício, uma evolução positiva muito sig-

nificativa, próxima dos 61 milhões de Euros (+17,8%). Neste âmbito, destaca-se a evolução dos Fundos Próprios, Excedentes Técnicos e Reservas que registaram variações de 4,6%, 18,9% e 38,6%, respectivamente. No que respeita à rubrica de Reservas, é de salientar a constituição de uma reserva livre para estabilização de resultados, no montante global de 32,8 milhões de Euros, decorrente da proposta de distribuição de resultados aprovada em Assembleia Geral de Associados e da recuperação de algumas verbas relativas a subscrições sem vínculo associativo.

EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FUNDO SOCIAL	**136 925**	**40,0**	**151 905**	**37,7**	**14 980**	**10,9**
FUNDOS PRÓPRIOS	**75 971**	**22,1**	**79 436**	**19,7**	**3 465**	**4,6**
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	26	0,0	101	0,0	75	288,5
FUNDO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	32 169	9,4	37 733	9,4	5 564	17,3
FUNDO PARA BOLSAS DE ESTUDO	853	0,2	912	0,2	59	6,9
FUNDO GARANTIA DE PAGAMENTO DE ENCARGOS	42 523	12,4	40 288	10,0	-2 235	- 5,3
FUNDO SERV. CLÍNICOS – MONTEPIO EGITANIENSE	400	0,1	402	0,1	2	0,5
EXCEDENTES TÉCNICOS	60 954	17,8	72 469	18,0	11 515	18,9
RESERVAS	**150 585**	**44,1**	**208 667**	**51,7**	**58 082**	**38,6**
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	**-20 862**	**- 6,1**	**5 616**	**1,4**	**26 478**	**126,9**
RESERVAS LEGAIS	**169 866**	**49,7**	**168 471**	**41,7**	**-1 395**	**- 0,8**
OUTRAS RESERVAS	**1 581**	**0,5**	**34 580**	**8,6**	**32 999**	**2 087,2**
RESULTADOS	**54 663**	**15,9**	**42 533**	**10,6**	**-12 130**	**- 22,2**
RESULTADOS TRANSITADOS	**45 273**	**13,2**	**0**	**0,0**	**-45 273**	**–**
RESULTADOS LÍQUIDOS	**9 390**	**2,7**	**42 533**	**10,6**	**33 143**	**353,0**
TOTAL	**342 173**	**100,0**	**403 105**	**100,0**	**60 932**	**17,8**

Em face desta evolução pode-se concluir que se registou um aumento da solidez financeira da AM, com consequente capacidade de assegurar uma dinâmica de crescimento equilibrada e sustentada a médio e longo prazo, a qual se traduz nos seguintes indicadores:

- A relação entre o Capital Próprio e o Activo Líquido subiu de 13,2% para 15,4%;
- O grau de cobertura das responsabilidades da AM, traduzido pela relação entre o total dos Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas e o total das Provisões para Riscos e Encargos, melhorou de 1,14, em 2008, para 1,16, em 2009.

4.5.5. RESULTADOS

Apesar das adversidades verificadas em 2009, foi possível à AM atingir um Resultado Líquido de 42,5 milhões de Euros, valor que compara muito favoravelmente com o obtido no ano anterior (9,4 milhões de Euros).

Para a evolução dos resultados contribuiu o comportamento positivo da actividade Associativa, em termos da evolução das Receitas Associativas e Outros Proveitos, que aumentaram 5,9 milhões de Euros, conjugada com a expressiva redução dos Custos Inerentes a Associados, particularmente as diminuições nas componentes de Reembolsos de Capitais de Reforma e de Outros Custos, relacionados com a menor sinistralidade associada à modalidade Garantia de Pagamento de Encargos.

Destaca-se como principais contributos para a evolução dos Resultados:

- diminuição dos montantes afectos ao pagamento da taxa mínima garantida nas Modalidades de Capitalização;
- redução no reforço das provisões matemáticas das Modalidades Actuariais, por via do teste de adequação das responsabilidades (1,6 milhões de Euros face aos 17,2 milhões de Euros de 2008);
- redução de provisões para aplicações e investimentos financeiros (-13,6 milhões de Euros), sobretudo relacionadas com menores perdas reconhecidas com imparidade da carteira de títulos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. PROVEITOS E GANHOS				
Proveitos Inerentes a Associados	515 600	486 051	-29 549	- 5,7
Redução de Provisões Matemáticas (1)	217 263	181 854	-35 409	- 16,3
Receitas Associativas e Outros Proveitos (2)	298 337	304 197	5 860	2,0
Proveitos Suplementares	6	8	2	33,3
Comparticipações e Subsídios à Exploração	25 632	11 147	-14 485	- 56,5
Proveitos e Ganhos Financeiros	89 771	78 225	-11 546	- 12,9
Proveitos e Ganhos Extraordinários	7 328	5 488	-1 840	- 25,1
TOTAL	**638 337**	**580 919**	**-57 418**	**- 9,0**
2. CUSTOS E PERDAS				
Custos Inerentes a Associados	582 246	504 581	-77 665	- 13,3
Aumento de Provisões Matemáticas (2)	355 924	321 658	-34 266	- 9,6
Benefícios Vencidos, Reembolsos e Outros Custos (1)	226 322	182 923	-43 399	- 19,2
Fornecimentos e Serviços Externos	2 413	2 681	268	11,1
Custos com o Pessoal	6 976	6 904	-72	- 1,0
Outros Custos Operacionais	749	718	-31	- 4,1
Custos e Perdas Financeiras	11 897	10 943	-954	- 8,0
Custos e Perdas Extraordinárias	2 842	4 240	1 398	49,2
TOTAL	**607 123**	**530 066**	**-77 057**	**- 12,7**
3. MEIOS LIBERTOS	**31 214**	**50 853**	**19 639**	**62,9**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	**2 944**	**3 074**	**130**	**4,4**
5. AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV. FINANCEIROS	**18 880**	**5 246**	**-13 634**	**- 72,2**
6. RESULTADO DO EXERCÍCIO (3-4-5)	**9 390**	**42 533**	**33 143**	**353,0**

(1) Os benefícios vencidos têm como contrapartida, do lado dos Proveitos, a redução das provisões matemáticas.

(2) As receitas associativas têm como contrapartida, do lado dos Custos, o aumento das provisões matemáticas.

4.5.6. PROPOSTAS

4.5.6.1. Proposta de Recurso aos Excedentes Técnicos e ao Fundo de Reserva Geral para Cobertura dos Fundos Disponíveis

Considerando que algumas Modalidades apresentaram um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em atenção que, de acordo com os Estatutos (Art.º 59), «*quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respectivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral*», propõe-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 4 795 004,35 Euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos nas respectivas modalidades, no montante de 570 015,35 Euros.

Fundo Permanente da Respectiva Modalidade	(Euros)
– Excedentes Técnicos	
(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)	
Rendas Vitalícias – (Taxa Técnica – 4%)	193 155,70
Pensão Reforma – Adicional de Invalidez (Taxa Técnica – 6%)	8 099,46
Pensões de Reforma – (Taxa Técnica – 4% TV 88/90)	121 125,83
Pensões de Capitais de Reforma (Taxa Técnica – 4%)	90 137,44
Garantia Pagamentos Encargos – 1983	70,54
(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)	
Pensões de Reforma – (Taxa Técnica – 6%)	3 816 873,89
Pensões de Reforma – (Taxa Técnica – 4%)	565 541,49
Subtotal	**4 795 004,35**

Fundo de Reserva Geral:		(Euros)
(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)		
Pensões de Reforma – (Taxa Técnica – 4%)	194 059,78	
Pensões de Capitais de Reforma – (Taxa Técnica – 4%)	375 955,57	
Subtotal		**570 015,35**
TOTAL		**5 365 019,70**

4.5.6.2. Proposta de Aplicação dos Resultados

Tendo em consideração:

- A transferência de 4 795 004,35 Euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis;
- A transferência de 570 015,35 Euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura de Fundos Disponíveis;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, dos Outros Fundos e também pelo rendimento do Fundo de Reserva Geral, no montante total de 42 532 737,74 Euros.

Fica disponível para aplicação um montante de 47 897 757,44 Euros, relativamente ao qual se propõe o seguinte:

Para o Fundo de Reserva Geral: (Euros)

– Rendimento do Fundo, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do Artigo 56.º dos Estatutos:		1 642 231,33	
– Dotação conforme alínea *a*) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60.º dos Estatutos (58% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis)			
Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1988)	5 634 743,69		
Garantia de Pagamento de Encargos I	1 419 100,92		
Garantia de Pagamento de Encargos II	12 048,51	7 065 893,12	
– Dotação conforme alínea *a*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis)			
Modalidades Individuais			
Pensões de Sobrevivência e Dotes	3 636,80		
Capitais de Previdência – 4%	9 532,31		
Capitais de Previdência – 3%	588,47		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	29 691,29		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	16 759,48		
Capitais de Previdência a Prazo	491,66		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	11,11		
Capitais para Jovens – 4%	9 958,18		
Capitais para Jovens – 3%	1 039,98		
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	60,97		
Capital Temporário de Invalidez – 4%	1 463,03		
Capital Temporário de Invalidez – 3%	14,26		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	86,88		
Capitais para Estudos	1 703,53		
Subsídio por Morte	1 241,73		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	7,57		
Pensões de Reforma – 3%	338,28		
Pensões para Deficientes	150,25		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	8 573,15		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	5 859,91		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV 88/90)	2 538,85		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	135,96		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	48,23		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	41,30		
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	238,89		
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	2 188,23		
Capitais de Reforma	1 188 508,32		
Capitais de Garantia	4 234,50		
Poupança Reforma	64 198,89		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	57 478,15		
Rendas Certas / Pensão de Modalidades Colectivas – 3%	1,42		
Quotas para Invalidez – Modalidades Colectivas	38,36		
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	287,10		
Rendas de Sobrevivência	691,59		
Modalidades Colectivas			
Capitais Colectivos	8 961,47		
Rendas Vitalícias – 6%	7 190,34		
Rendas Vitalícias – 3%	1 277,38		
Fundos Diversos			
Fundo Bolsas de Estudos	774,39		
Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitaniense	570,02	1 430 612,23	10 138 736,68

Para os Fundos Permanentes das Respectivas Modalidades e Rendas:

(Euros)

– (Dotação nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)		
– Excedentes Técnicos:		
Pensões de Sobrevivência e Dotes	69 099,18	
Capitais de Previdência – 4%	181 113,93	
Capitais de Previdência – 3%	11 180,98	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	564 134,49	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	318 430,03	
Capitais de Previdência a Prazo	9 341,50	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	211,08	
Capitais para Jovens – 4%	189 205,52	
Capitais para Jovens – 3%	19 759,53	
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	1 158,49	
Capital Temporário de Invalidez – 4%	27 797,53	
Capital Temporário de Invalidez – 3%	270,86	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	1 650,79	
Capitais para Estudos	32 367,08	
Subsídio por Morte	23 592,92	
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	143,90	
Pensões de Reforma – 3%	6 427,31	
Pensões para Deficientes	2 854,68	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	162 889,84	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	111 338,38	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV 88/90)	48 238,06	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	2 583,21	
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	916,32	
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	784,63	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	41 576,43	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	4 538,85	
Rendas Certas / Pensão de Modalidades Colectivas – 3%	26,99	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	5 454,83	
Rendas de Sobrevivência	13 140,13	
Rendas Vitalícias – 6%	136 616,46	
Rendas Vitalícias – 3%	24 270,16	2 011 114,09

Para os Fundos Próprios das Respectivas Modalidades e Outros Fundos:

(Euros)

(Dotação nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Modalidades de Capitalização			
Modalidades Individuais			
Capitais de Reforma	22 581 657,99		
Capitais de Garantia	80 455,46		
Poupança Reforma	1 219 778,98		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	1 092 084,67		
Quota para Invalidez – Modalidades Colectivas	728,79		
Modalidades Colectivas			
Capitais Colectivos	170 267,84	25 144 973,73	
– Fundo de Solidariedade Associativa		5 429 455,91	
– Fundo de Administração		31 251,92	
– Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitaniense		10 830,42	
– Fundo Bolsas de Estudo		14 713,46	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1988)		4 080 331,63	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos I		1 027 624,81	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos II		8 724,79	35 747 906,67
TOTAL			**47 897 757,44**

4.5.6.3. Proposta de Reposição do Fundo de Reserva Geral e dos Excedentes Técnicos

Dando cumprimento ao n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, segundo o qual «*o Fundo de Reserva será ressarcido dos valores que tenham sido utilizados para completar os Fundos Disponíveis*», propõe-se que seja efectuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

Rendas Vitalícias – 6%	20 061,67	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	1 149,18	
		21 210,85
TOTAL		**21 210,85**

Por outro lado, e dando seguimento ao processo iniciado no ano de 2005, voltou a efectuar-se um teste de adequação às responsabilidades das modalidades actuariais, baseado em pressupostos mais adequados à realidade. Os cálculos agora efectuados demonstraram que algumas modalidades podem libertar reservas matemáticas constituídas no ano anterior.

Em face disto, propõe-se que seja efectuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral		
Rendas Vitalícias – 6%	116 554,79	
		116 554,79
– Para Excedentes Técnicos		
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	3 389,67	
Capitais de Previdência a Prazo	521,50	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	15 947,29	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	5 020,73	
		24 879,19
TOTAL		**141 433,98**

4.5.6.4. Proposta de Atribuição de Melhorias de Benefícios

Propõe-se que sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de Dezembro de 2009), às seguintes modalidades:

– Modalidades com Taxa Técnica de 6%	0,00%
– Modalidades com Taxa Técnica de 4%	
· Pensões de Capitais de Reforma	0,00%
· Pensões de Reforma e Adicional de Invalidez	0,00%
· Pensões de Sobrevivência e Dotes	0,25%
· Restantes Modalidades	0,50%
– Modalidades com Taxa Técnica de 3%	1,00%

(Euros)

(Dotação nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos e 53.º do Código das Associações Mutualistas)		
– Modalidades com **Taxa Técnica de 4%**		
Pensões de Sobrevivência e Dotes	53 151,89	
Capitais de Previdência	180 027,88	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	557 918,34	
Capitais de Previdência a Prazo	7 538,91	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	87,33	
Capitais para Jovens	180 643,29	
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	2,58	
Capital Temporário de Invalidez	200,47	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	264,60	
Capitais para Estudos	28 669,37	
Subsídio por Morte	8 192,29	
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	85,32	
Pensões para Deficientes	2 322,38	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	325,43	
Rendas de Sobrevivência	2 968,46	
– Modalidades com **Taxa Técnica de 3%**		
Capitais de Previdência	145,61	
Capitais Diferidos c/ Opção	113 134,68	
Capitais p/ Jovens	19 434,78	
Pensão de Reforma	3 750,96	
Pensões de Capitais de Reforma	31 410,73	
Capitais Temporários Invalidez	5,04	
TOTAL		**1 190 280,34**

A Modalidade Adicional de Invalidez (taxa técnica de 4% e 6%), pelo facto da sua modalidade âncora (Pensões de Reforma) apresentar Fundo Disponível negativo, não beneficia da atribuição de Melhorias.

As restantes Modalidades, por apresentarem Fundos Disponíveis negativos ou pelo facto de terem que repor valores no Fundo de Reserva (vide 4.5.6.1 e 4.5.6.3), também, não beneficiam de Melhorias.

4.5.6.5. Proposta de Aplicação de Excedentes Técnicos de Rendas Vitalícias

Considerando o volume dos excedentes técnicos existentes no Fundo das Rendas Vitalícias 3% e o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de Dezembro de 2008 sejam actualizadas em 1,0% (22 497,62 Euros).

4.5.6.6. Proposta de Atribuição de Complemento de Resultados às Modalidades de Capitalização

Considerando:

- o rendimento anual gerado pelas Modalidades de Capitais de Reforma, Poupança Reforma e Capitais Colectivos, deduzido das respectivas taxas mínimas garantidas e da dotação para o Fundo de Administração;
- as dotações para o Fundo de Reserva Geral.

Propõe-se que a atribuição da taxa de complemento de resultados seja feita de forma diferenciada, garantindo-se a cada Modalidade uma taxa global de 2,75%:

– Poupança Reforma	2,073%
– Capitais de Reforma	Entre 0,5% e 2,073%
– Capitais Colectivos	2,073%

Relativamente à modalidade de Capitais de Reforma, o detalhe do complemento de resultados proposto é o seguinte:

Data de Subscrição	Situação a 31 de Dezembro de 2009	Taxa Mínima Garantida em 2009	Taxa Complemento de Resultados
1 de Março de 1990 a 31 de Agosto de 1992	Taxa Garantida de 5,5% de 01/Jan/2009 a 28/Fev/2009 Taxa Garantida de Refi -0,6% de 01/Mar/2009 a 31/Dez/2009	1,314%	1,436%
1 de Setembro de 1992 a 31 de Outubro de 2003	Taxa Garantida de 80% da Refi de 01/Jan/2009 a 28/Fev/2009 Taxa Garantida de Refi -0,6% de 01/Mar/2009 a 31/Dez/2009	0,705%	2,045%
1 de Novembro de 2003 a 28 de Fevereiro de 2007	Taxa Garantida de 75% da Taxa Técnica de 3% (2,25%) de 1/1/2009 até ao momento em que completaram 5 anos Taxa Garantida de Refi -0,6% desde o momento em que completaram 5 anos até 31/Dez/2009	de 0,789% a 2,25%	de 0,5% a 1,961%
	As subscrições com antiguidade <5 anos em 31/12/2009 tiveram uma taxa mínima garantida de 75% da Taxa Técnica de 3% (2,25%)	2,25%	0,50%
Desde 1 de Março de 2007	Taxa Garantida de Refi -0,6% de 01/Jan/2009 a 31/Dez/2009	0,677%	2,073%

4.5.6.7. Proposta de Transferência para o Fundo de Reserva Geral do Valor dos Excedentes Técnicos das Modalidades Encerradas

Por encerramento da modalidade *Garantia de Pagamento de Encargos 1983*, durante o exercício de 2009, devem os valores acumulados nos respectivos Excedentes Técnicos ser transferidos para o Fundo de Reserva Geral.

Assim, propõe-se que seja efectuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral		
Garantia de Pagamento de Encargos – 1983	27 562,54	
TOTAL		**27 562,54**

4.5.6.8. Proposta de Reposição do Fundo de Reserva pelos Excedentes Técnicos Acumulados nas Modalidades Devedoras

Considerando o volume de Excedentes Técnicos acumulados por algumas Modalidades e a necessidade de repor o Fundo de Reserva Geral pelos valores utilizados em anos anteriores, propõe-se que sejam transferidos das seguintes Modalidades que são devedoras, os seguintes montantes:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral		
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	173 328,44	
Rendas Vitalícias – 4%	289 684,41	
Rendas Vitalícias – 6%	104 415,79	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	66 225,05	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	5 037,02	
	638 690,71	
TOTAL		**638 690,71**

4.5.6.9. Proposta de Comparticipação para o Fundo de Administração

Considerando que, na última Assembleia Geral de Associados (22 de Dezembro de 2009), foi aprovado um valor indicativo de comparticipação das várias Modalidades para o Fundo de Administração, propõe-se, nesta fase, que sejam aprovados os valores reais imputados ao exercício do ano de 2009:

MODALIDADES	Valores	
	Orçamentados	Reais
Capitais de Reforma	0,50%	0,40%
Poupança Reforma	0,50%	0,40%
Modalidades Colectivas	0,50%	0,40%
Capitais de Reforma com Prazo Certo	0,25%	0,25%
Garantia de Pagamento de Encargos 1988, I e II	1,00%	1,00%
Restantes Modalidades e Rendas Vitalícias	0,25%	0,30%

4.5.6.10. Proposta de Aplicação do Rendimento a Transferir da Caixa Económica

Considerando o valor do rendimento a transferir da Caixa Económica, referente aos Resultados de Exercício de 2009, propõe-se que, de acordo com o Artigo 62.º dos Estatutos, lhe seja dada a seguinte aplicação:

	(Euros)
Para o Fundo de Solidariedade Associativa	467 000,0
Para o Fundo de Bolsas de Estudo	8 000,0
Para os Fundos Disponíveis, Fundo de Administração e Reserva Geral	19 825 000,0
TOTAL	**20 300 000,0**

4.5.6.11. Proposta de Aumento da Participação Financeira Institucional na Caixa Económica

Considerando que continua a ser indispensável proceder ao reforço do Capital Institucional da Caixa Económica, de forma a consolidar os seus níveis de solvabilidade e assegurar condições para o desenvolvimento sustentado do Grupo Montepio, prosseguindo a estratégia de criação de valor para os Associados, e tendo em conta que a Associação Mutualista disporá de fundos para este fim, o Conselho de Administração, após deliberação do Conselho Geral, propõe:

- efectuar uma dotação à Caixa Económica no montante de 40 milhões de Euros, para aumento do seu Capital Institucional.

4.5.6.12. Proposta de Dotação para a Fundação Montepio Geral

A fim de permitir à Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista em 1995, dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 800 000,00 Euros.

Caixa Económica
Montepio Geral

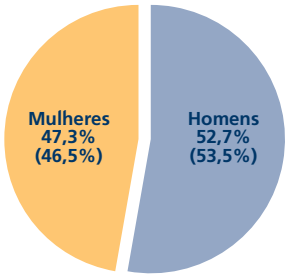
4.6. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

4.6.1. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2009, integravam o quadro da Instituição 2 986 colaboradores (52,7% do sexo masculino e 47,3% do sexo feminino). No exercício, foi dada continuidade à reestruturação e reorganização dos serviços centrais, o que gerou uma redução do quadro de pessoal afecto a essas áreas, compensando o crescimento registado nas áreas comerciais.

QUADRO DE PESSOAL	2008	2009	Variação	
	N.º	N.º	N.º	%
Quadro Total	**2 972**	**2 986**	**14**	**0,5**
Homens	1 589	1 575	-14	-0,9
Mulheres	1 383	1 411	28	2,0
N.º Balcões	320	326	6	1,9
Efectivo Total Médio/N.º Balcões	9,2	9,0		

QUADRO DE PESSOAL POR GÉNERO (2008)

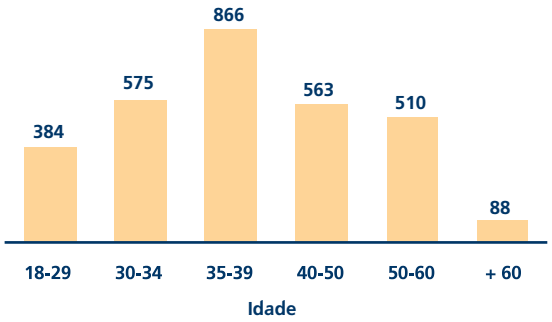


O Montepio tem vindo a seguir uma política de gestão de recursos humanos que privilegia a integração de jovens recém-licenciados em início de carreira.

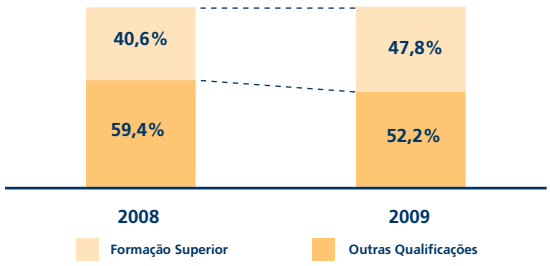
Dos 128 novos colaboradores admitidos, 71 são homens e 57 são mulheres, registando-se no entanto, no cômputo geral, um ligeiro aumento do número de mulheres.

Cerca de 90% dos novos colaboradores têm formação universitária, contribuindo para um crescimento significativo da percentagem de colaboradores com Formação Superior, que neste ano continuou a manifestar tendência de subida.

QUADRO DE PESSOAL POR ESTRUTURA ETÁRIA



QUALIFICAÇÕES DO QUADRO DE PESSOAL



A requalificação do quadro de pessoal através de uma política que continuou a privilegiar a motivação e a responsabilização, veio reforçar o compromisso dos colaboradores com a Missão do Montepio, enquanto factor crucial para garantir a sustentabilidade institucional. Com esta política, procurou-se valorizar o potencial de cada colaborador, através do diagnóstico de necessidades de formação, permitindo uma melhor interacção e constituição de sinergias entre equipas e, desta forma, alinhar as políticas de Recursos Humanos com as expectativas dos colaboradores e os objectivos estratégicos da Instituição.

Num período de conjuntura adversa, foi definido como grande desafio para o ano de 2009 promover a mudança através da qualificação de recursos, permitindo uma melhor adaptação a este novo ciclo. Neste sentido, foram realizadas 172 605 horas de formação, envolvendo um total de 2 706 participantes. Comparando com período homólogo, regista-se este ano uma subida da média do número de horas por colaborador (de 36 para 57 horas).

Desenvolveu-se uma nova metodologia de avaliação do impacto da formação que permitiu aferir com maior eficácia a transferência do conhecimento para a prática laboral.

Tendo igualmente em conta a importância que uma primeira experiência em contexto profissional assume na promoção da empregabilidade e no percurso profissional dos jovens, o Montepio proporcionou a realização de estágios na área comercial de particulares e empresas em 93 dos seus balcões no Continente e Ilhas.

Dando continuidade à política adoptada de desenvolvimento de carreiras, e entendendo que o Sistema de Gestão de Desempenho norteia a conduta dos colaboradores, contribuindo para fortalecer o seu grau de compromisso para com a Instituição, procedeu-se em 2009 à optimização deste instrumento de gestão reforçando a componente de avaliação por objectivos.

A evolução na carreira foi também um dos eixos estratégicos da gestão de Recursos Humanos tendo-se promovido um rejuvenescimento do quadro directivo, sustentado principalmente no potencial humano interno e apoiado num projecto específico de *Coaching*.

Na área da Segurança e Saúde no Trabalho, no âmbito do Plano de Contingência, desenvolveram-se medidas que permitiram aumentar o grau de eficácia da prevenção, da monitorização e do controlo das ameaças externas que poderiam afectar as condições de bem-estar e de saúde dos colaboradores, assim como a continuidade do negócio.

Tendo presente que o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal assume cada vez mais um papel preponderante na motivação, o Montepio desenvolveu ao longo do ano diversas iniciativas de âmbito lúdico e cultural que envolveram os colaboradores e respectivas famílias.

Tendo presente a importância da comunicação interna, foi lançada uma nova intranet, que fornece aos colaboradores do Montepio, novas funcionalidades e uma utilização mais simples e rápida dos seus conteúdos, bem como uma melhor utilização de recursos audiovisuais para acções de comunicação e de formação. Foi criada ainda uma área específica na Intranet, que agrega informação relevante sobre a estratégia do Grupo Montepio, seus objectivos, e ainda reunindo um conjunto de informação de *research* económico e financeiro, que visam dotar os colaboradores do Montepio de informação relevante para tornar a actividade mais objectiva e clara.

4.6.2. VARIÁVEIS DE GESTÃO DE NEGÓCIO

4.6.2.1. Oferta de Produtos e Serviços e Gestão de Clientes

Em 2009, foram desenvolvidas acções de adaptação da oferta, com destaque para as das condições de *pricing* ajustado do risco, em função dos segmentos de Clientes, e de gestão da relação comercial.

Segmentos de Particulares

No exercício, registou-se um aumento de 1,4% no número de clientes Particulares, como resultado do trabalho de especialização da rede de distribuição no tratamento de segmentos estratégicos.

Tendo por base a segmentação que classifica os clientes particulares em três grandes grupos: segmento de massa (*Mass Market*), segmento com potencial de envolvimento superior (*Mass-Affluent*) e segmento com potencial de alto rendimento (*Affluent*), deu-se continuidade ao alargamento da oferta para os segmentos *Affluent* e *Mass-Affluent*, através do lançamento de produtos exclusivos, sobretudo ao nível das aplicações financeiras.

No que respeita a produtos de captação de recursos, foram desenvolvidas acções de promoção de depósitos a prazo, para aplicações a curto e médio prazo, para os segmentos de *Mass Market* e *Affluent*. Foi também alargada a oferta de depósitos exclusivos dos canais à distância. Neste domínio, houve uma particular preocupação na gestão do preço, com o ajustamento das taxas de juro dos depósitos a prazo e de poupança de carteira, tendo em conta a evolução do contexto do mercado.

Merece especial destaque a campanha de poupanças para o subsegmento de menores, através da edição comemorativa do «Mealheiro Montepio». Com esta campanha, pretende-se fortalecer a presença neste segmento etário, como forma de rejuvenescer a base de clientes e fortalecer a posição competitiva, dando cumprimento à tradição do Montepio no contributo que tem dado, ao longo da sua história, para o incentivo à poupança e para a literacia financeira dos cidadãos, desde a sua juventude.

MEALHEIRO MONTEPIO

Tendo por base o segmento estratégico dos menores de 18 anos e o papel do Montepio enquanto agente de educação financeira ao longo dos anos, o Montepio iniciou em meados de Junho a campanha «Mealheiro Montepio – Tão importante para o seu filho como foi para si.»

Um revisitar das origens, que volta a transmitir os valores do Montepio: uma Banco com história, sólido, seguro e de confiança na gestão das poupanças.

Na oferta de Fundos de Investimento, foi lançado o Fundo Montepio Monetário Plus, um Fundo Especial de Investimento Aberto com a finalidade de concretizar as necessidades de gestão excedentes de tesouraria dos clientes.

No âmbito dos seguros, salienta-se o lançamento, em parceria com a Seguradora Lusitania do Grupo Montepio, de dois novos seguros: «Seguro Montepio Voluntariado» (dirigido a todas as Instituições que contam com a colaboração de voluntários) e o «Seguro Montepio Caçador» (dirigido a caçadores).

A preocupação com os temas do desenvolvimento sustentado e da consciencialização dos indivíduos para a preservação do ambiente e diversificação de fontes energéticas tem estado presente na disponibilização de novas soluções de crédito. Merece destaque a adesão ao Protocolo do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do Ministério da Economia e Inovação no âmbito das energias renováveis, em que o Estado comparticipa a aquisição de painéis solares para edifícios habitacionais. Nesse sentido, foi criada uma linha de crédito de incentivo à aquisição de painéis solares como forma de promover a micro-geração de energia junto das famílias.

Quanto ao negócio dos cartões bancários, foi criado o programa de fidelização do cartão Mega, denominado Super Vantagens. Desenvolveu-se, ainda, um cartão *co-branded*, com a Federação Portuguesa de Caça (Fencaça), destinado ao segmento de caçadores.

Para os clientes dos cartões *Premier* e *Classic*, foi ainda lançado o Cartão Saúde Montepio – uma solução para os serviços relacionados com cuidados de saúde e assistência ao domicílio.

Segmento de Empresas

Com o objectivo de prosseguir a orientação de diversificação da actividade de crédito, promovendo o aumento da quota no mercado junto dos segmentos de microempresas e PME dos sectores de actividade elegíveis no Plano Estratégico, foi colocado especial empenho na captação de novos clientes. Assim, registou-se um crescimento de 9,7% no número de clientes Empresas, face ao ano anterior.

Ao nível da oferta, destaca-se o trabalho desenvolvido nos seguintes domínios:

- Dinamização do crédito para empresas, com a realização de acções específicas para diversificar a oferta em linhas de crédito especializado, nomeadamente através do Protocolo com o BEI para o apoio a projectos de PME e através das linhas de crédito PME Investe;
- Dinamização da captação de recursos, que se salienta o lançamento de duas séries de dois depósitos a prazo, «Montepio Negócios» e «Montepio Negócios TOP».
- Lançamento do cartão *Business Gold* e dinamização dos cartões Business e Business Trade, anteriormente lançados, meios de pagamento destinados especificamente às necessidades de gestão de pagamentos e de tesouraria dos segmentos de empresas.

Terceiro Sector

O Montepio apresenta-se também como o parceiro financeiro das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que, devido à sua génese, compreende e apoia o seu objectivo social.

Em 2009, foi dado um maior destaque ao desenvolvimento da oferta e canais específicos para este segmento. Assim, na área dos Recursos foi criada a conta Montepio Conta Dupla que se dirige a entidades com estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) bem como às Uniões, Federações e Confederações que agrupem IPSS.

Compreendendo a importância das acções de voluntariado na Responsabilidade Social das Empresas, o Montepio lançou, na sua carteira de oferta, em colaboração com a Lusitania, um seguro de protecção específico para esta actividade, em linha com as necessidades reveladas pelo CNPV (Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado), o Montepio Voluntariado.

No âmbito das linhas de crédito protocoladas com entidades públicas, destaca-se a Linha de Crédito Energias Renováveis – IPSS e Associações Desportivas com Utilidade Pública. Esta linha pretende apoiar a aquisição, instalação, manutenção e garantia de equipamentos de energia solar térmica nos edifícios utilizados pelas IPSS, clubes e associações desportivas de utilidade pública desportiva.

Qualidade e Satisfação

O Montepio participou, uma vez mais, no *European Consumer Satisfaction Index* (desenvolvido pelo Instituto Português de Qualidade e pela Universidade Nova de Lisboa), obtendo o segundo lugar na classificação para a satisfação, valor claramente acima da média do sector bancário.

Passou ainda a ser divulgada junto da rede comercial informação sobre a qualidade de atendimento de cada balcão, através da publicação interna de um barómetro regular, permitindo contribuir para melhorar o atendimento e a gestão dos clientes.

Sendo a qualidade de serviço prestada ao Cliente uma das preocupações constantes no Montepio, foram desenvolvidas diversas acções de formação, designadamente através de *e-learning*, em produtos e técnicas de gestão do relacionamento, com o objectivo de dotar a rede comercial de um melhor conhecimento acerca da abordagem comercial adequada às necessidades e expectativas dos clientes.

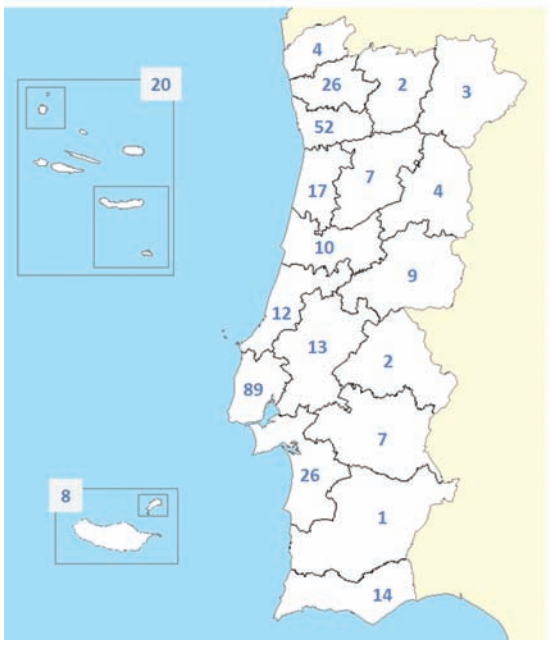
4.6.2.2. Canais de Distribuição

Canais de Distribuição

Os canais de distribuição do Montepio englobavam, no final de 2009, uma rede física de 326 Balcões (localizados em Portugal Continental e Regiões Autónomas), uma rede de canais electrónicos complementares, e 6 escritórios de representação junto de comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.

Rede de Balcões

Em 2009, foram abertas 6 Balcões, dando continuidade ao projecto de implementação do projecto de expansão da rede doméstica. As áreas geográficas cobertas pelos novos Balcões, são criteriosamente seleccionadas, seguindo metodologias que permitem identificar locais com: elevada densidade populacional; quotas de mercado deficitárias e com elevado potencial de mercado, em especial no negócio de retalho; elevado potencial de negócio junto de microempresas e PME; e locais com maior poder de compra. Para cada novo Balcão é traçado um plano de negócio, adaptado è realidade local, que permita a rápida recuperação do investimento.



Rede de Distribuição Física em Dez. 2008		320
Balcões abertos em 2009		**6**
Évora	Montemor o Novo	Jan/09
Lisboa	Amadora - Vila Chã	Apr/09
Braga	Prado	Apr/09
Santarém	Ourém	Jun/09
Porto	Póvoa do Varzim	Jun/09
Porto	Srº da Hora	Oct/09
Rede de Distribuição em Dez. 2009		**326**

Escritórios Representação	6
Alemanha	Frankfurt
Suiça	Genéve
Reino unido	London
Estados Unidos América	Newark
França	Paris
Canadá	Toronto

Em 2009 registou-se um incremento dos serviços especializados de atendimento, com um crescimento de 47% no número de Gestores de Cliente Premium (gestores para o segmento *affluent*), e duplicando-se o número de Gestores de Negócio (gestores dedicados ao segmento das Micro-Empresas).

O ano de 2009 fica ainda marcado pela criação de uma área orgânica especialmente vocacionada para o acompanhamento das instituições do Terceiro Sector da Economia.

Canais Electrónicos e à distancia

Os Canais Complementares para o segmento de Particulares (Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24) atingiram em 2009 o valor de 526 mil aderentes, representando um crescimento de 8% face ao período homólogo do ano passado. No caso dos canais para empresas (Net24 Empresas, Phone24 Empresas, Netmóvel24 Empresas e SMS24 Empresas), registou-se um incremento de 27% no número de aderentes face a 2008.

No domínio da banca de auto-serviço (*self-service*) e dos pagamentos electrónicos, a quota de mercado é de 6% no número de máquinas Multibanco do Montepio instaladas na rede SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços), correspondendo a um parque de 821 ATM. O parque de terminais Chave24 era composto, no final de 2009, por um total de 348 máquinas.

Relativamente ao parque de Terminais de Pagamento Automático, registou-se um aumento da quota de mercado no número de TPA Montepio instalados na rede SIBS para 5,5%.

A actividade dos canais telefónico, *internet*, *mobile banking* e *self-service* continua a ser de extrema importância na eficiência da distribuição e do serviço prestado aos clientes. O peso das operações migradas para os canais complementares fixou-se nos 71%, em termos de número total de operações processadas.

Outras formas de distribuição que o Montepio tem vindo a dinamizar são os protocolos com entidades externas, não só através do estabelecimento de novos acordo, mas também através da revitalização de protocolos já existentes, estabelecidos com Entidades com as quais o Montepio detém uma relação sólida.

De sublinhar o arranque do projecto *assurfinance* Montepio-Lusitania, que conta actualmente com um número expressivo de promotores. Desde o início do projecto, tem-se verificado um aumento das oportunidades encaminhadas para o Montepio, sendo expectável um incremento significativo, durante o ano de 2010, por motivo do alargamento da oferta disponível neste canal de distribuição.

O actual sítio público do Montepio na *internet* continua a registar um nível de acesso e utilização significativos, atingindo uma média mensal de 1,8 milhão de visitas e 24,6 milhões de *page views*.

4.6.3. EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIOS

O ano de 2009, confirmou o posicionamento do Montepio, enquanto instituição financeira de cariz aforrador, com a carteira de Recursos de Balanço de Clientes a aumentar 5,6%, dos quais se destaca o crescimento de 253,0 milhões de Euros nos depósitos de Particulares e Pequenos Negócios.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO NEGÓCIO COM CLIENTES

(milhares de euros)

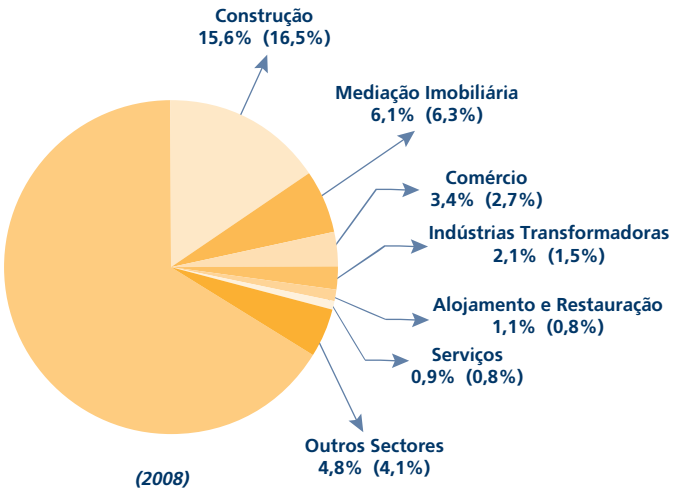
VARIÁVEIS DE NEGÓCIO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total do Crédito a Clientes	**15 329 602**		**15 143 916**		**-185 686**	**-1,2**
do qual:						
Crédito Hipotecário	11 057 029	72,1	10 642 338	70,3	-414 691	-3,8
Total de Recursos de Clientes	**9 568 661**		**10 103 894**		**535 233**	**5,6**
dos quais:						
Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios	7 102 030	74,2	7 354 980	72,8	252 950	3,6

Crédito a Clientes

Em 2009, em linha com o objectivo estratégico de diversificação da actividade e optimização da gestão dos riscos, é de sublinhar o aumento do peso do crédito dos segmentos de diversificação (de 9,9% em 2008, para 12,3% em 2009) que contrasta com a redução do peso dos particulares (que passou de 67,3% para 66,0% em igual período).

O ano de 2009 possibilitou ainda o aumento da penetração em segmentos estratégicos como o Comércio, Indústria, Transportes e Serviços.

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM 2009



Banca de Particulares e Pequenos Negócios

A estratégia de diversificação da carteira de crédito, aliada a um contexto económico recessivo, resultou numa redução da exposição ao Crédito à Habitação, a que corresponde uma variação anual de -1,9%.

CRÉDITO CONCEDIDO À BANCA DE PARTICULARES E PEQUENOS NEGÓCIOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Banca Particulares e Pequenos Negócios				
Total da Carteira	**10 573 655**	**10 255 559**	**-318 096**	**-3,0**
Particulares	**10 323 582**	**9 987 967**	**-335 615**	**-3,3**
do qual:				
Habitação	8 810 174	8 642 963	-167 211	-1,9
Individual	374 945	414 539	39 594	10,6
Pequenos Negócios	**250 073**	**267 592**	**17 519**	**7,0**
Por Memória:				
Garantias e Avales	20 428	18 820	-1 608	-7,9

Assim, a carteira de Crédito à Habitação situou-se em 8 643,0 milhões de Euros, em 2009, para uma carteira global do Segmento de Particulares de 10 255,6 milhões de Euros.

A carteira de Crédito Individual, apresentou um comportamento mais favorável, ao registar um crescimento de 10,6%, ao evoluir de 375 milhões de Euros em final de 2008, para 415 milhões de Euros no final de 2009.

A aposta que o Montepio fez em 2009, de reforço do número de Gestores de Negócios, foi relevante para o crescimento obtido na carteira de Pequenos Negócios. O crédito aumentou 7,0%, situando-se em 267,6 milhões de Euros no final de 2009.

A Banca de Particulares e de Pequenos Negócios potenciou um aumento na venda de meios de pagamento, sendo de destacar o crescimento de 7,4% dos cartões de crédito.

Banca de Empresas

Em 2009, o Montepio continuou a sua aposta nos Segmentos de Empresas, especificamente na vertente das PME.

CRÉDITO CONCEDIDO À BANCA DE EMPRESAS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Empresas				
Total da Carteira de Crédito	**4 692 674**	**4 833 187**	**140 513**	**3,0**
do qual:				
Construção	2 154 768	1 909 569	-245 199	-11,4
Investimento	1 245 279	1 591 459	346 180	27,8
Rácio CJV	3,2%	5,3%	2,1 p.p.	
Por Memória:				
Garantias e Avales	383 993	360 185	-23 808	-6,2

A carteira de Crédito ao Segmento de Empresas cresceu 3,0% face a Dezembro de 2008, tendo atingido os 4 833 milhões de Euros. Esta evolução foi impulsionada pelos crescimentos obtidos nos segmentos estratégicos, nomeadamente, em produtos de investimento (associados a linhas protocoladas), com uma variação de 27,8% face ao ano anterior. Também a diversificação obtida pela colocação de produtos de *leasing* e *factoring* foi relevante para o crescimento do Segmento de Empresas.

Por seu lado a carteira de Crédito do Segmento de Construção situou-se em 1 909,6 milhões de Euros, o que representa uma diminuição de 245,2 milhões de Euros face ao final do ano anterior (ou seja, -11,4%).

Crédito Especializado

A carteira de crédito especializado (*Renting*, *Leasing* mobiliário e imobiliário e *Factura Ok – Desconto de Facturas*), direccionado a Microempresas e Pequenas e Médias Empresas observou um crescimento de 43,0% face ano anterior, atingindo um valor de 325,2 milhões de Euros. Esta área de negócio continua a obter crescimentos sustentados, resultado da aposta do Montepio no apoio a estes segmentos de negócio.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Leasing	**171 181**	**247 958**	**76 777**	**44,9**
Auto	24 093	35 193	11 100	46,1
Equipamento	48 845	72 852	24 007	49,1
Imobiliário	98 243	139 913	41 670	42,4
Factura Ok – Desconto de Facturas	**54 242**	**73 857**	**19 615**	**36,2**
Renting	**1 988**	**3 339**	**1 351**	**68,0**
TOTAL	**227 411**	**325 154**	**97 743**	**43,0**

Ao nível dos principais produtos que se destinam a estes segmentos, destaca-se o comportamento do *Leasing* de Equipamentos com a carteira a atingir o valor de 72,9 milhões de Euros o que representa um crescimento de 49,1% face a 2008.

Recursos de Intermediação de Clientes

Os recursos de clientes subiram 5,6%, totalizando 10 103,9 milhões de Euros, face aos 9 568,7 milhões de Euros de 2008, sustentado pela captação de pequenas poupanças e pela penetração nos segmentos de empresas.

(milhares de euros)

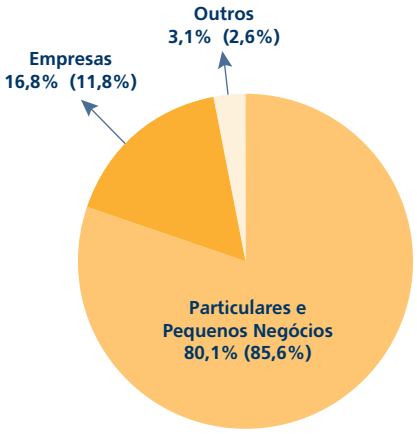
DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios	**7 102 030**	**7 354 980**	**252 950**	**3,6**
Particulares	5 931 896	6 387 056	455 160	7,7
Comerciantes e Prof. Liberais	52 828	50 915	-1 913	-3,6
Instituições sem Fins Lucrativos	1 117 306	917 009	-200 297	-17,9
Depósitos de Empresas	**975 620**	**1 535 898**	**560 278**	**57,4**
Depósitos de Outros Segmentos	**218 668**	**285 063**	**66 395**	**30,4**
Títulos colocados em Clientes	**1 272 343**	**927 953**	**-344 390**	**-27,1**
TOTAL	**9 568 661**	**10 103 894**	**535 233**	**5,6**

A evolução dos Recursos de Balanço de Clientes foi impulsionada pelo crescimento dos Depósitos do segmento de Particulares que ascenderam a 6 387,1 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 7,7%, face ao final de 2008. Também os recursos provenientes dos segmentos de empresas registaram um acréscimo muito significativo (+57,4%).

Em 2009, a oferta ao nível da carteira de recursos incidiu maioritariamente em aplicações financeiras de baixo risco, nomeadamente, sob a forma de depósitos a prazo, predominando o médio prazo (3 anos). Como exemplo, foram comercializadas várias séries do Aforro 2009 e Aforro Prémio 2009.

Para incentivar a captação de novos recursos, foram criados produtos específicos, como por exemplo, o Super Poupança, o Montepio 5 Vantagens, o Mega Poupança e o Montepio Depósito Especial. Para os utilizadores dos canais à distância, manteve-se o incentivo à utilização destes canais pela disponibilização permanente de produtos de recursos exclusivos destes canais, designadamente a Conta Montepio 24, o Super Depósito Net e o Super Depósito Net Plus.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE DEPÓSITOS



(2008)

Fundos de Investimento

No final de 2009, o volume de activos de clientes sob gestão totalizava 960,7 milhões de Euros, montante que representa um aumento de 149,3 milhões de Euros, ou seja 18,4%, relativo ao final de 2008. Este crescimento deve-se à manutenção de uma carteira de oferta diversificada que visa dar resposta às solicitações dos clientes.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Fundos de Investimento Mobiliário	**318 552**	**39,3**	**479 087**	**49,9**	**160 535**	**50,4**
Fundos de Tesouraria	184 856	22,8	318 701	33,2	133 845	72,4
Fundos de Obrigações	5 746	0,7	6 707	0,7	961	16,7
Fundos de Acções	60 180	7,4	78 396	8,2	18 216	30,3
Fundos de Fundos	67 770	8,4	75 283	7,8	7 513	11,1
Fundos de Investimento Imobiliário	**299 675**	**36,9**	**271 607**	**28,2**	**-28 068**	**-9,4**
Fundos de Pensões Abertos	**193 188**	**23,8**	**209 972**	**21,9**	**16 784**	**8,7**
TOTAL	**811 415**	**100,0**	**960 666**	**100,0**	**149 251**	**18,4**

De entre os Fundos de Investimento Mobiliário, destaca-se o crescimento dos Fundos de Tesouraria, com uma carteira de 318,7 milhões de Euros no final de 2009, ou seja, um aumento de 72,4%, face ao final de 2008. Para o crescimento dos Fundos de Tesouraria foi relevante o lançamento do Fundo Montepio Monetário Plus.

Foi também, no mercado obrigacionista, que a Sociedade Gestora Montepio Gestão de Activos se destacou em 2009. O Fundo Montepio Obrigações foi dos poucos fundos no mercado de taxa indexada que tiveram um desempenho positivo nos últimos cinco anos.

A oferta de Fundos de Pensões é garantida pela Futuro, SA, sociedade gestora de fundos de pensões do grupo Montepio. No final de 2009, a Futuro tinha sob gestão uma carteira de 210,0 milhões de Euros. Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento de 8,7% da carteira de fundos sob gestão, que resulta essencialmente do aumento de subscrições periódicas e da aquisição de novos clientes.

A poupança programada, com uma perspectiva de longo prazo, para complemento de reforma, tem vindo a tornar-se cada vez mais relevante. Por outro lado, a oferta do Montepio tem ajudado a dinamizar a subscrição de Planos de Poupança Reforma (PPR): no último trimestre do ano, período em que habitualmente se promovem os produtos que oferecem benefícios fiscais, foi disponibilizado, pelo terceiro ano consecutivo, o produto misto – «Montepio Mais Futuro» – combinando um Depósito de curto prazo (com uma remuneração atractiva), com uma aplicação de longo prazo num dos PPR da Futuro, à escolha do Cliente em função do seu perfil de risco.

Soluções Mutualistas e Seguros de Capitalização

A oferta de produtos de poupança para clientes, fora de balanço, observou um crescimento de 8,2%, sendo de relevar o aumento das modalidades mutualistas de capitalização, que atingiram o montante de 1 747,9 milhões de Euros, ou seja, uma subida de 8,0% face a 2008. A subscrição em seguros de capitalização registou um crescimento de 9,3%.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Modalidades Mutualistas de Capitalização	1 618 355	88,7	1 747 868	88,6	129 513	8,0
Seguros de Capitalização	206 102	11,3	225 367	11,4	19 265	9,3
TOTAL	**1 824 457**	**100,0**	**1 973 235**	**100,0**	**148 778**	**8,2**

Prémios de Seguros

O Montepio disponibiliza aos seus Balcões de produtos de seguros dos ramos vida e real das Seguradoras do Grupo Montepio, Lusitania Vida e Lusitania Companhia de Seguros.

A carteira de Seguros de Protecção do Montepio é composta por vinte seguros de protecção, nas mais diversas áreas, desde protecção ao crédito, passando pela saúde até à poupança. Em 2009, deu-se continuidade ao trabalho anteriormente iniciado de dinamização da oferta de seguros na rede de distribuição do Montepio, alcançando-se uma taxa de crescimento anual de 8,0%, em linha com os objectivos estratégicos definidos.

(milhares de euros)

SEGUROS	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vida	45 472	71,4	48 931	71,1	3 459	7,6
Não Vida	18 219	28,6	19 862	28,9	1 643	9,0
TOTAL	**63 691**	**100,0**	**68 793**	**100,0**	**5 102**	**8,0**

4.6.4. GESTÃO DE RISCOS

Organização e Desenvolvimentos

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam:

- Inicio da implementação de novos modelos de *scoring* para o segmento de pequenos negócios;
- Reforço da função de reporte da evolução do risco da carteira de crédito e monitorização da utilização dos sistemas de *rating* interno e de *scoring*;
- Envolvimento na implementação de novos sistemas de *workflow* de crédito a particulares e de gestão de limites de crédito a empresas;
- Extensão da metodologia de preçário de crédito ajustado de risco para a carteira de crédito a empresas, garantido desta forma a aplicação da metodologia aos principais segmentos;
- Integração do controlo de risco de contraparte.

O ano de 2009 ficou marcado, no plano regulamentar, pelo desenvolvimento dos reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado, no âmbito de Basileia II. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP) e de Testes de Esforço. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade, e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Risco de Crédito

No âmbito do risco de crédito, as técnicas e modelos de controlo de risco assentam em modelizações econométricas, tendo por base a experiência da instituição na concessão de diversos tipos de crédito e, sempre que possível, também ao nível da recuperação. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para a carteira de clientes Particulares e de *rating* para os segmentos de Empresas.

Os modelos de *scoring* reactivo de crédito à habitação e de crédito individual dispõem de uma escala que integra 10 classes agregando, em ambos os casos, os clientes e os não clientes. O *scoring* reactivo de cartões de crédito classifica as propostas de crédito em 4 classes de risco.

Adicionalmente aos *scorings* reactivos, são utilizados modelos de *scoring* comportamental, que classificam o risco de cada cliente, de forma diferenciada, consoante o tipo de relacionamento com a instituição. São modelos dinâmicos que utilizam exclusivamente variáveis com actualização permanente, permitindo o acompanhamento constante da evolução do nível de risco dos clientes. Devido à diversidade da carteira, esta é segmentada de acordo com os produtos detidos pelos clientes, com um modelo para cada um dos três segmentos considerados mais relevantes (crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões/descobertos).

Os modelos de *Rating* interno classificam as empresas em 7 classes de risco performing e uma última que caracteriza o incumprimento.

Os modelos, desenvolvidos a partir de dados históricos internos, permitem obter uma avaliação quantitativa (no segmento de Empresas, são complementados por avaliação qualitativa de Analistas de Crédito) da probabilidade de incumprimento

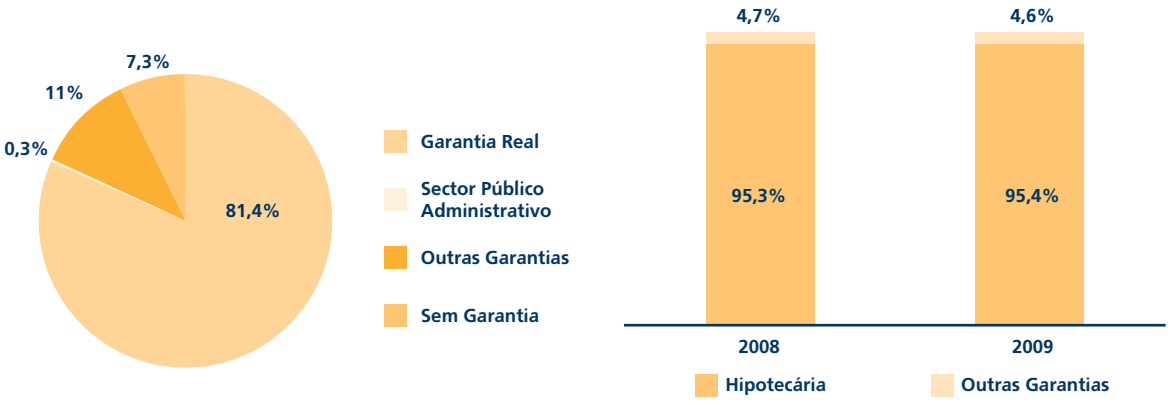
da classe de risco atribuída ao cliente/operação. Esta classificação interna de risco, em conjugação com a avaliação de mitigantes de risco (sob a forma de Garantias Pessoais ou Reais), constitui um aspecto determinante para a decisão e preço das operações.

O *pricing* das operações activas reflecte o custo do capital alheio e do capital próprio, bem como os custos administrativos e a respectiva perda esperada, pelo que relevam as probabilidades marginais de incumprimento para o prazo da operação (associadas às classes de risco) e a severidade da perda dado o incumprimento, quantificada através de estimativas de mercado, tendo em conta os tipos de crédito e de colaterais. O *pricing* reflecte igualmente o nível de relacionamento comercial com clientes.

A mitigação de risco por via da colateralização das operações é igualmente considerada, seja através da severidade da perda (por exemplo, nos casos de colaterais reais), seja por via de redução do valor em exposição, quando se está perante colaterais financeiros (caso em que se releva o risco de mercado dos activos envolvidos). A imposição de colaterais depende da dimensão da perda inesperada, ocorrendo tipicamente em operações de maior volume, especialmente no financiamento à construção e à aquisição de habitação.

Os escalões de decisão de *pricing* são definidos em função da Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) ajustada de risco, de acordo com o princípio de que os níveis hierárquicos mais elevados dispõem de competência para aprovar operações com menor ROE ajustado de risco.

As rejeições de crédito são determinadas pela ocorrência de eventos de crédito no sistema financeiro, incumprimento de regras de crédito (por exemplo, taxa de esforço, no caso de crédito a particulares) e sempre que a incorporação do risco no *pricing* agrava significativamente o risco de selecção adversa. Em acréscimo, encontram-se definidas classes de risco, com aceitação reservada aos níveis de decisão mais elevados.



Não obstante o valor do crédito e juros vencidos registar 581,6 milhões de Euros em 2009, continuou a observar-se um baixo risco, em virtude dos tipos de garantias que lhe estão associadas, uma vez que a carteira de crédito com uma garantia real representava 81,4% do total.

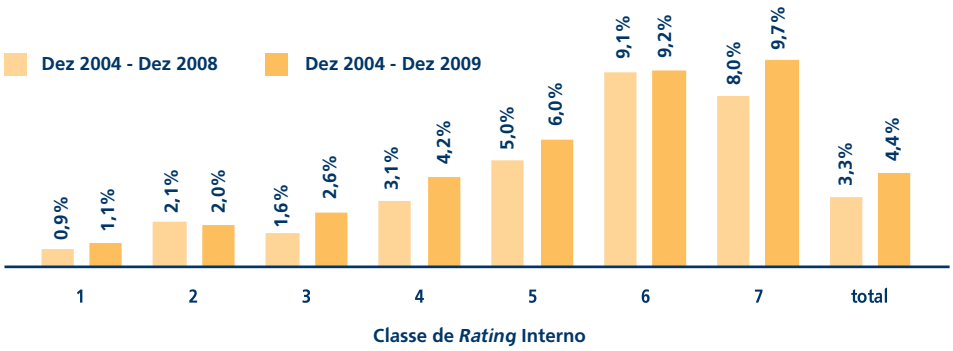
No exercício em análise, o Montepio desencadeou um conjunto de actividades de acompanhamento e controlo, com o objectivo monitorizar a evolução do risco de crédito e, simultaneamente, identificar e propor soluções adequadas à situação de cada cliente. Esta monitorização tornou-se ainda mais relevante, perante um ambiente económico, os agentes económicos evidenciaram algumas dificuldades em cumprir pontualmente os seus compromissos.

Ao nível da recuperação, foram identificadas as possibilidades de resolução do problema sem recorrer à via judicial tendo por objectivo minimizar prazos de resolução de cada situação, com benefícios mútuos.

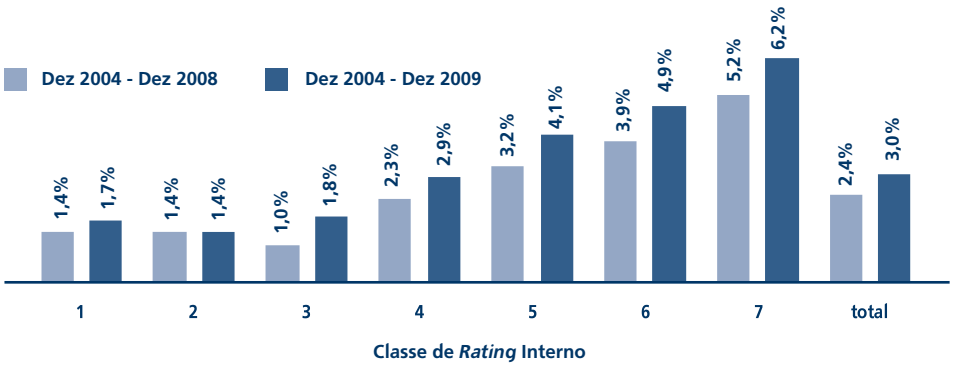
O crédito e juros vencidos do sector bancário aumentaram 52,2%, segundo as Estatísticas Monetárias e Financeiras publicadas pelo Banco de Portugal. No Montepio, observou-se um crescimento de 36,1%, valor inferior ao sector, reflexo do acompanhamento permanente dos Clientes na recuperação de crédito.

As frequências de incumprimento das operações de crédito a Empresas registaram um acréscimo no ano de 2009, tanto no segmento de Construção Civil, como no conjunto dos restantes sectores. O segmento da Construção Civil continua a evidenciar maiores níveis de incumprimento.

FREQUÊNCIAS DE INCUMPRIMENTO A 1 ANO: CRÉDITO A EMPRESAS – CONSTRUÇÃO CIVIL



FREQUÊNCIAS DE INCUMPRIMENTO A 1 ANO: CRÉDITO A EMPRESAS EM OUTROS SECTORES



No segmento de particulares, são periodicamente monitorizadas as frequências médias de incumprimento para as operações de Crédito à Habitação e Crédito Individual. Os níveis de incumprimento a um ano, para operações de novos clientes são superiores aos registados em operações de clientes com relação prévia. No segmento de Crédito à Habitação, mantêm-se os níveis médios de incumprimento face ao ano anterior. No segmento de Crédito Individual, regista-se um ligeiro agravamento.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

(milhares de euros)

INDICADORES	2008	2009	Variação	
			Valor	%
Crédito a Clientes Bruto	**15 329 602**	**15 143 916**	**-185 686**	**-1,2**
Crédito e Juros Vencidos	**427 336**	**581 587**	**154 251**	**36,1**
Crédito Vencido há mais de 3 meses	350 341	508 118	157 777	45,0
Crédito Vencido há mais de 12 meses	286 536	439 201	152 665	53,3
Imparidade para Riscos de Crédito	**383 921**	**493 913**	**109 992**	**28,6**
Rácios de Crédito Vencido em % do Crédito Total				
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 3 meses	2,3	3,4	1,1 p.p.	
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 12 meses	1,9	2,9	1,0 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento (a)	2,9	4,0	1,1 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento líquido de provisões (a)	1,4	1,6	0,2 p.p.	
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades (%)				
Crédito Vencido há mais de 3 meses	109,6	97,2	-12,4 p.p.	
Crédito Vencido há mais de 12 meses	134,0	112,5	-21,5 p.p.	

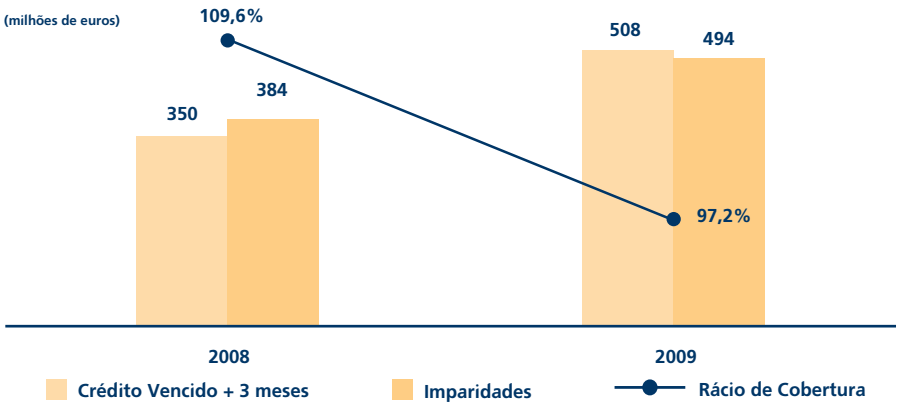
(a) De acordo com a Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal.

A distribuição das operações contratadas em 2009, quando analisadas por classe de risco (*scoring* reactivo), manteve-se semelhante à do ano anterior, com concentração nas classes de risco baixo e médio.

O contexto económico condicionou a actividade, traduzindo-se num aumento do crédito e juros vencidos há mais de 3 meses, o qual totalizou 508,1 milhões de Euros, com um rácio de 3,4%.

As provisões para crédito ascenderam a 493,9 milhões de Euros, com uma taxa de crescimento de 28,6 (110,0 milhões de Euros). O rácio de crédito e juros vencidos a mais de 3 meses agravou-se para 97,2%, face a 109,6 em 2008. O crédito e juros vencidos há mais de 12 meses ficaram cobertos em 112,5%.

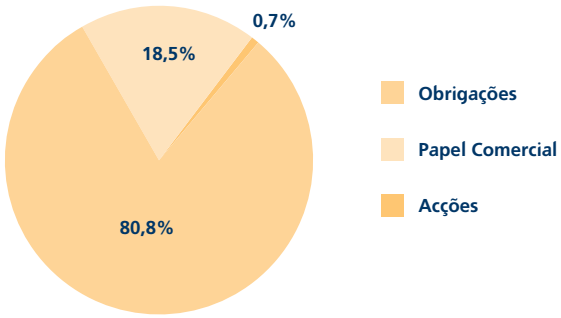
COBERTURA POR IMPARIDADES DO CRÉDITO E JUROS VENCIDOS COM MAIS DE 3 MESES DE ATRASO



Riscos em Activos Financeiros

Na carteira de activos disponíveis para venda, as obrigações, maioritariamente de taxa variável, totalizavam 80,8% do total da carteira. O papel comercial representava 18,5% e as acções com uma expressão reduzida (0,6%). O risco de crédito manteve-se bastante reduzido, com a componente de obrigações concentrada em classes de *rating Investment Grade*, representando 99,3% da carteira.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA POR TIPO



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSES DE *RATING*

(milhares de euros)

CLASSES DE *RATING*	2009	
	Valor	%
AAA	212 406	23,9
AA+	39 641	4,5
AA	84 847	9,6
AA-	86 396	9,7
A+	137 428	15,5
A	108 966	12,3
A-	137 132	15,5
BBB+	41 790	4,7
BBB	20 257	2,3
BBB-	11 678	1,3
NR	6 677	0,7
TOTAL	**887 218**	**100,0**

Riscos Estruturais de Balanço

Os riscos de liquidez e de taxa de juro, juntamente com o risco de crédito, constituem os principais riscos de Balanço, sendo a exposição cambial pouco expressiva. Durante o exercício de 2009, continuaram a ser desenvolvidos esforços para identificar de forma mais precisa todos os riscos enfrentados, quantificar as perdas potenciais subjacentes e recorrer a adequadas medidas de mitigação dos riscos.

No âmbito do risco de liquidez, as práticas adoptadas pelo Montepio têm sido orientadas de modo a assegurar uma estrutura de financiamento do balanço adequada à maturidade dos seus activos, dispor de fontes de financiamento diversificadas e manter um conjunto de activos de elevada liquidez que permita, entre outros, recorrer a cedência de liquidez do Banco Central Europeu (BCE).

Em 2009, salientam-se como principais factos de política de gestão de liquidez:

- a realização de uma nova operação de titularização de créditos à habitação (em Março) no valor de mil milhões de Euros;
- a celebração de um programa para emissão de obrigações hipotecárias, do qual resultou uma primeira emissão de obrigações em Julho, no montante de mil milhões de Euros;
- 14 emissões de dívida sénior colocadas por subscrição privada, no valor total de 126,4 milhões de Euros;
- a obtenção, junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI) de um financiamento de longo prazo no valor de 60 milhões de Euros, destinado ao financiamento de PME.

Em Dezembro de 2009, o Montepio apresentava um *gap* dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes de 1 535 milhões de Euros.

***GAPS* DINÂMICOS DE POSIÇÃO DE LIQUIDEZ EM 31 DEZEMBRO DE 2009**

(milhões de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais	Intervalos Temporais				
	À vista e até 1 semana	**Superior a 1 semana e até 1 mês**	**Superior a 1 mês e até 3 meses**	**Superior a 3 meses e até 6 meses**	**Superior a 6 meses e até 12 meses**
Mismatches Acumulados	1 410	1 419	2 300	2 247	1 535

Risco Operacional

O risco operacional define-se como o risco de perdas resultantes de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou de factores externos. Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco.

Durante o ano de 2009, desenvolveram-se as seguintes actividades:

- revisão do mapeamento de actividades, riscos e respectivos controlos, identificando especialmente as unidades orgânicas que foram objecto de reorganização e com enfoque nos riscos mais significativos;
- exercício de Autoavaliações de Riscos e Controlos, com base na frequência, impacto médio e grau de eficácia dos controlos.

O acompanhamento e controlo do risco operacional passou por:

- captura de eventos de perda derivadas de risco operacional, considerando os eventos ocorridos ainda que sem perda financeira (*near-misses*);
- reforço das fontes de captação e maior envolvimento dos interlocutores;
- desenvolvimento de *KRI* (*Key Risk Indicators*) gerais, por tipo de actividade, nomeadamente ao nível da qualidade de serviço;
- elaboração de relatórios periódicos sobre o perfil de risco operacional da Instituição, adequados aos diferentes interlocutores.

Está em curso um projecto de implementação de um Plano de Continuidade de Negócio Integrado que constitui um mitigador que permite assegurar a continuidade das operações no caso de ocorrência de um evento que provoque interrupção da actividade. Actualmente já se encontram concretizadas as seguintes fases do projecto:

- Avaliação com identificação das actividades de negócio críticas, tempos máximos admissíveis de interrupção do processo (RTO) e aplicações e sistemas informáticos de suporte aos processos críticos (BIA);

- Desenho com identificação das opções de recuperação de sistemas e de instalações;
- Implementação dos Planos de Recuperação de Negócio, do Plano de Gestão de Crises, adequação dos Planos de Prevenção e Emergência à estrutura de continuidade de negócio e desenvolvimentos dos *layouts* de instalações para os sítios de recuperação;
- Monitorização, através da realização de exercício de simulação para os Planos de Recuperação de Negócio.

4.6.5. ANÁLISE FINANCEIRA

Síntese

As condições adversas observadas nos mercados financeiros e a crescente desaceleração da actividade económica, a par da degradação generalizada dos prémios de risco de dívida soberana, reflectiram-se negativamente na actividade de intermediação do sistema bancário, particularmente no domínio da captação de recursos financeiros e da concessão de crédito às empresas e aos particulares, colocando desafios à gestão. Neste contexto, o Montepio mantém uma política de gestão prudente, procurando minimizar os riscos associados às adversidades do contexto macroeconómico e salvaguardar adequados níveis de rendibilidade, de solvabilidade e de liquidez, como se observa no quadro:

(milhares de euros)

INDICADORES	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Activo Líquido	16 851 534	17 244 767	393 233	2,3
Crédito a Clientes (bruto)	15 393 813	15 176 295	-217 518	-1,4
Carteira de Títulos e Aplicações em Instuições Crédito	1 211 706	1 814 035	602 329	49,7
Depósitos	8 296 318	9 175 941	879 623	10,6
Débitos Representados por Títulos e Equiparados	5 984 785	5 859 653	-125 132	-2,1
Capitais Próprios	823 669	986 214	162 545	19,7
Produto Bancário	409 635	449 025	39 390	9,6
Resultado do Exercício	33 874	44 476	10 602	31,3
Rácio de Crédito/Depósitos (grau de transformação dos depósitos)	185,55%	165,39%		
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	4,12%	4,72%		
Rácio de Solvabilidade Global	11,44%	13,25%		
Rácio de Solvabilidade *Tier* 1	7,92%	9,51%		
Cobertura das Responsabilidades mínimas – Fundo Pensões	100,00%	100,15%		
Rácio de Eficiência (*Cost to Income*)	62,33%	55,02%		

No desenvolvimento da actividade, optou-se por privilegiar a liquidez e os níveis de risco e rendibilidades ajustadas de risco, pelo que os activos com este perfil, como a Carteira de Títulos e as Aplicações em Instituições de Crédito cresceram, no seu conjunto, 602,3 milhões de Euros (+49,7%). Os Depósitos registaram um acréscimo de 879,6 milhões de Euros (+10,6%), e a base de Capitais Próprios alargou-se em 162,5 milhões de Euros (+19,7%).

Esta orientação gerou um efeito positivo no rácio de transformação, que passou de 185,55% para 165,39% (-20,16 p.p. quando comparado com 2008).

Evolução e Estrutura do Activo

Em 2009, o Activo Líquido registou um crescimento de 2,3%, que compara positivamente com a variação anual obtida em 2008 (-0,3%), situando-se nos 17 244,8 milhões de Euros. Esta evolução foi sustentada pelo crescimento verificado nas Aplicações em Instituições de Crédito (+122,4%) e na Carteira de Títulos (+39,1%), representando estas duas componentes 10,4% do total do activo (7,0% em 2008).

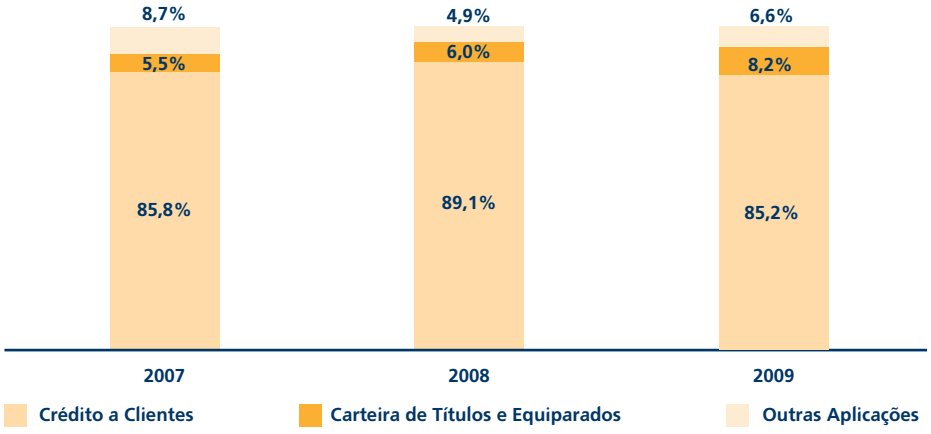
(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	**16 572 828**	**98,4**	**16 854 423**	**97,7**	**281 595**	**1,7**
Disponibilidades	369 244	2,2	374 888	2,2	5 644	1,5
Aplicações em Instituições de Crédito	166 781	1,0	370 938	2,2	204 157	122,4
Carteira de Títulos e Equiparados (a)	1 019 866	6,1	1 418 371	8,2	398 505	39,1
Crédito a Clientes (Líquido)	15 009 892	89,1	14 682 382	85,1	-327 510	-2,2
Derivados de Cobertura	7 045	0,0	7 844	0,0	799	11,3
Outras Aplicações	**278 706**	**1,6**	**390 344**	**2,3**	**111 638**	**40,1**
Investimentos em Filiais	16 813	0,1	16 151	0,1	-662	-3,9
Imóveis para Negociação	109 774	0,6	157 658	0,9	47 884	43,6
Aplicações Diversas	152 119	0,9	216 535	1,3	64 416	42,3
TOTAL DE ACTIVOS LÍQUIDOS	**16 851 534**	**100,0**	**17 244 767**	**100,0**	**393 233**	**2,3**

(a) Inclui juros corridos

Ao longo do ano, a gradual normalização das condições de funcionamento dos mercados financeiros permitiu uma maior exposição a contrapartes do sector financeiro, explicando a evolução registada nas Aplicações em Instituições de Crédito.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ACTIVO



Carteira de Títulos

Na gestão da Carteira de Títulos, privilegiou-se o binómio liquidez/risco, pelo que os investimentos centraram-se, predominantemente em maturidades curtas, de emitentes com *rating investment-grade* integrantes de sectores económicos menos expostos aos efeitos da crise económica, e elegíveis para o acesso a facilidades de liquidez.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Carteira de Títulos						
Activos financeiros detidos para negociação	57 361	5,5	98 239	6,8	40 878	71,3
Outros activos financeiros ao justo valor	4 031	0,4	4 192	0,3	161	4,0
Activos financeiros disponíveis para venda	943 549	90,3	1 306 076	90,6	362 527	38,4
Investimentos detidos até à maturidade	39 912	3,8	33 523	2,3	-6 389	-16,0
TOTAL 1	**1 044 853**	**100,0**	**1 442 030**	**100,0**	**397 177**	**38,0**
% do Activo	**6,2**		**8,4**		**2,2 p.p.**	
2. Imparidade	24 987		23 659		-1 328	-5,3
TOTAL (1-2)	**1 019 866**		**1 418 371**		**398 505**	**39,1**

Assim, a Carteira de Títulos, que ascendia a 1 442,0 milhões de Euros e representava 8,4% do Activo Total Líquido (face a 6,2% em 2008), registou uma variação de 397,2 milhões de Euros (+38,0%), impulsionada pela evolução registada na componente de Activos Financeiros Disponíveis para Venda (+38,4%).

A imparidade de títulos registou uma diminuição de 1,3 milhões de Euros (-5,3%), reflectindo a evolução positiva dos mercados observada a partir do segundo semestre, a par de uma gestão adequada, explorando oportunidades de realização de mais-valias.

O conjunto das Carteiras de Títulos Disponíveis para Venda e de Títulos Detidos até à Maturidade era constituída maioritariamente por Obrigações (98,6%) e destas 2,5% respeitavam a Emissores Públicos (Estado Português) e 97,5% a Empresas e Outras Entidades.

A exposição a acções atingia o valor de 5,2 milhões de Euros e representava, apenas, 0,4% do total desta carteira.

TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA E TÍTULOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

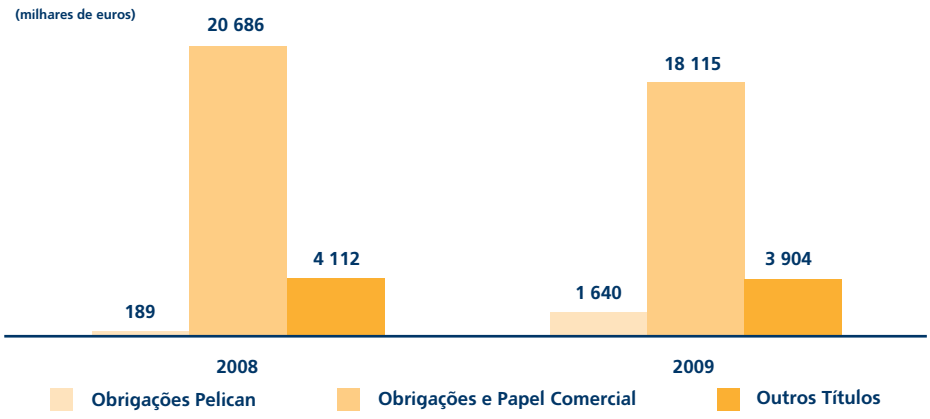
(milhares de euros)

RUBRICAS (a)	Carteira		Imparidade		Variações	
	2008	2009	2008	2009	Carteira	Imparidade
	Valor	Valor	Valor	Valor	%	%
Títulos Disponíveis para Venda	**935 416**	**1 298 786**	**24 987**	**23 659**	**38,8**	**-5,3**
Obrigações do Tesouro	4	0			-100,0	
Obrigações Pelican	32 725	60 225	189	1 640	84,0	767,7
Obrigações e Papel Comercial de Empresas e Outras Entidades	884 157	1 219 449	20 686	18 115	37,9	-12,4
Unidades de Participação em Fundos de Investimento	10 973	11 484	3 211	2 837	4,7	-11,6
Acções e similares	5 279	5 223	853	1 019	-1,1	19,5
Participações Financeiras	2 278	2 405	48	48	5,6	0,0
Títulos Detidos até à Maturidade	**39 191**	**32 913**	**0**	**0**	**-16,0**	
Obrigações do Tesouro	39 191	32 913			-16,0	
TOTAL	**974 607**	**1 331 699**	**24 987**	**23 659**	**36,6**	**-5,3**

(a) Não Incluem juros.

Os maiores níveis de imparidade da carteira estão associados a Obrigações e Papel Comercial de Empresas e Outras Entidades, Unidades de Participação em Fundos de Investimento e Obrigações Pelican.

EVOLUÇÃO DA IMPARIDADE DE TÍTULOS



Crédito a Clientes

A evolução global da carteira de Crédito a Clientes, analisada com maior detalhe nos pontos 4.6.3 e 4.6.4 reflectiu, em parte, o agravamento dos níveis de risco e o custo acrescido dos recursos, levando à adopção de alterações na política de crédito, tanto a nível de *pricing* como de avaliação de risco, a par de alguma diminuição da procura de empréstimos no segmento de particulares. Neste contexto, o valor global da carteira, em termos brutos e consolidados, apresentou uma

diminuição de 1,4%, embora o crédito a empresas, sobretudo a PME, tenha apresentado um crescimento de 3,0%, em linha com os objectivos de apoio à actividade empresarial.

Esta evolução traduziu-se numa redução do peso da Carteira de Crédito a Clientes no total do Activo, passando de 89,1% (2008) para 85,1% (2009).

Carteira de Participações Financeiras Qualificadas

Na evolução das Participações Financeiras Qualificadas (percentagem de participação não inferior a 5%) registou-se um acréscimo global de 24,0 milhões de Euros (138,2%), reflectindo, essencialmente as variações positivas verificadas na Lusitania Vida (+8,7 milhões de Euros) e na Lusitania Companhia de Seguros (+15,8 milhões de Euros).

EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS QUALIFICADAS

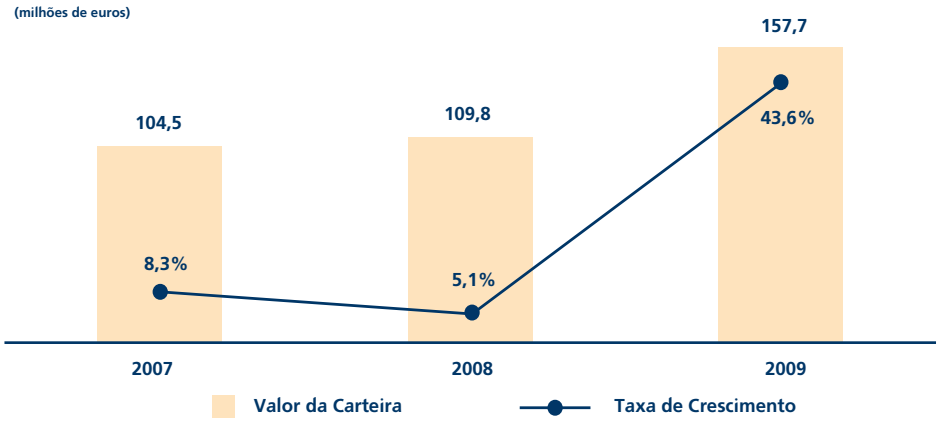
(milhares de euros)

EMPRESAS	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Participações Financeiras				
Futuro S G Fundos Pensões	419	419		
Lusitania Vida Companhia de Seguros	7 091	15 791	8 700	122,7
Lusitania Companhia de Seguros	6 668	9 716	3 048	45,7
Moçambique C.ª Seguros	190	190		
HTA Hotéis Turismo e Animação dos Açores	1 372	1 318	-54	-3,9
NORFIN – Soc. Gest. Fundos Inv. Imob.	454	50	-404	-89,0
Subtotal	**16 194**	**27 484**	**11 290**	**69,7**
Prestações Suplementares de Capital				
Lusitania Companhia de Seguros		12 750	12 750	
HTA Hotéis Turismo e Animação dos Açores	1 200	1 200		
TOTAL	**17 394**	**41 434**	**24 040**	**138,2**

Carteira de Imóveis para Negociação

O contexto macroeconómico tem vindo a pressionar particularmente o mercado imobiliário, com os respectivos efeitos sobre a evolução da Carteira de Imóveis para Negociação.

EVOLUÇÃO DO SALDO DE IMÓVEIS PARA NEGOCIAÇÃO



Durante o ano de 2009, a venda de imóveis desta carteira registou um crescimento muito expressivo (+23,5%), reflectindo a maior dinâmica na sua gestão e a realização de vendas em sistema de leilão, embora este fluxo de saída não tenha sido suficiente para compensar o maior volume de entradas (+200,0%) de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio, originando um incremento de 43,6% para os 157,7 milhões de Euros.

(milhões de euros)

RUBRICAS	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Saldo no Início do ano	104	110	6	5,8
+ Entradas em carteira	23	69	46	200,0
- Saídas da carteira (venda)	17	21	4	23,5
Saldo no fim do ano	**110**	**158**	**48**	**43,6**

Evolução do Passivo e dos Recursos Próprios

As condições adversas de contexto, reafirmadas neste exercício, continuaram a dificultar a captação de fundos, registando-se particular tendência para uma maior competição pelo *funding* doméstico e, consequentemente, pressionando os preços de captação de depósitos.

Esta situação levou alguns bancos nacionais a recorrer à garantia da República Portuguesa para concretizar emissões de dívida sénior no mercado internacional. No caso do Montepio, os níveis de liquidez existentes e estabilidade e solidez da base de *funding* de retalho dispensaram a utilização de tal facilidade, tendo privilegiado o financiamento das actividades através de recursos próprios, de depósitos de clientes, de refinanciamento junto do BCE e de empréstimos de longo prazo junto do BEI para o financiamento de actividades de apoio às PME.

Assim, o Total do Passivo e do Capital Próprio aumentou 393,2 milhões de Euros (+2,3%), sustentado por um acréscimo dos Recursos Próprios e Provisões de 162,4 milhões de Euros (+19,7%) e dos Recursos de Clientes de 535,2 milhões de Euros (+5,6%), contribuindo para este valor o aumento dos Depósitos com 879,6 milhões de Euros (+10,6%). Por outro lado, o valor dos Recursos Complementares, que são na sua quase totalidade financiamentos de origem externa, apresentou uma redução de 304,4 milhões de Euros (-4,7%).

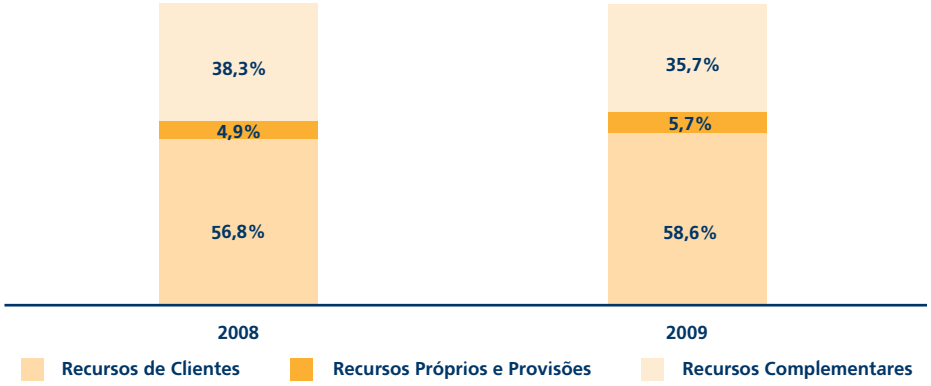
EVOLUÇÃO DO PASSIVO E DOS RECURSOS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Recursos de Clientes	**9 568 661**	**56,8**	**10 103 894**	**58,6**	**535 233**	**5,6**
Depósitos de Clientes e de Instituições de Crédito	8 296 318	49,2	9 175 941	53,2	879 623	10,6
Títulos Colocados em Clientes (Obrigações de Caixa)	1 272 343	7,6	927 953	5,4	-344 390	-27,1
2 – Recursos Complementares	**6 457 536**	**38,3**	**6 153 168**	**35,7**	**-304 368**	**-4,7**
Recursos de Instituições de Crédito e de Bancos Centrais	1 010 892	6,0	694 745	4,0	-316 147	-31,3
Empréstimos Subord. e não Subord., Sindicados e Cert. Dívida	4 712 442	28,0	4 931 700	28,6	219 258	4,7
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	485 186	2,9	428 147	2,5	-57 039	-11,8
Outros Passivos	249 016	1,4	98 576	0,6	-150 440	-60,4
3 – Recursos Próprios e Provisões	**825 337**	**4,9**	**987 705**	**5,7**	**162 368**	**19,7**
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	**16 851 534**	**100,0**	**17 244 767**	**100,0**	**393 233**	**2,3**

A adopção de uma política de financiamento das actividades baseada no mercado doméstico e nos capitais próprios possibilitou que os Recursos de Clientes passassem de um peso de 56,8%, em 2008, para 58,6%, em 2009, e que os Recursos Próprios evoluíssem de 4,9% para 5,7%, no mesmo período, em contraste com os Recursos Complementares, que reduziram o seu peso de 38,3% para 35,7%.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO E CAPITAL



A dinâmica observada nos Recursos de Clientes está directamente associada à evolução dos depósitos, resultante da aplicação de uma política que privilegiou a reformulação da oferta, a criação de novos produtos de médio prazo (3 anos) e o ajustamento do sistema de *spreads*, a par de campanhas e de acções comerciais específicas, visando o fortalecimento da relação comercial e da fidelização de clientes e mantendo-se o incentivo à utilização dos canais de distribuição à distância na concretização destas medidas de reforço na captação de poupanças.

Recursos Complementares de Balanço

Adicionalmente à captação de *funding* de retalho, e tendo em conta a necessidade de continuar a diversificar as fontes de financiamento e de assegurar a obtenção de recursos com maturidades mais longas para fazer face às amortizações programadas da dívida existente no início do ano, o Montepio realizou um conjunto de novas operações que explicam a evolução registada das principais componentes dos Recursos Complementares.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS COMPLEMENTARES ESTÁVEIS E DE MUITO CURTO PRAZO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Recursos Estáveis						
Obrigações Subordinadas	50 000	0,8	50 000	0,8		
Obrigações não Subordinadas	4 123 422	66,1	4 436 608	73,4	313 186	7,6
Empréstimos Sindicados	225 000	3,6	225 000	3,7		
Certificados de Dívida	314 020	5,0	220 092	3,6	-93 928	-29,9
Organismos Financeiros Internacionais	41 413	0,7	101 413	1,7	60 000	144,9
Passivos de Titularização	481 926	7,7	427 775	7,1	-54 151	-11,2
Recursos de Bancos Centrais	850 000	13,6	500 000	8,3	-350 000	-41,2
TOTAL 1	**6 085 781**	**97,5**	**5 960 888**	**98,6**	**-124 893**	**-2,1**
% do Passivo	**38,0**		**36,7**		**-1,3 p.p.**	
2 – Muito Curto Prazo						
Depósitos a Prazo de Instituições de Crédito	19 786	0,3	24 276	0,4	4 490	22,7
Outros Recursos	136 447	2,2	62 391	1,0	-74 056	-54,3
TOTAL 2	**156 233**	**2,5**	**86 667**	**1,4**	**-69 566**	**-44,5**
% do Passivo	**1,0**		**0,5**		**-0,5 p.p.**	
TOTAL (1+2)	**6 242 014**	**100,0**	**6 047 555**	**100,0**	**-194 459**	**-3,1**
% do Passivo	**38,9**		**37,2**		**-1,7 p.p.**	

Fruto da evolução favorável do *funding* de retalho, os Recursos Complementares, com maturidade em 2009, não foram integralmente refinanciados, pese embora o facto de se ter adoptado uma política centrada no reforço de passivos de médio/longo prazo.

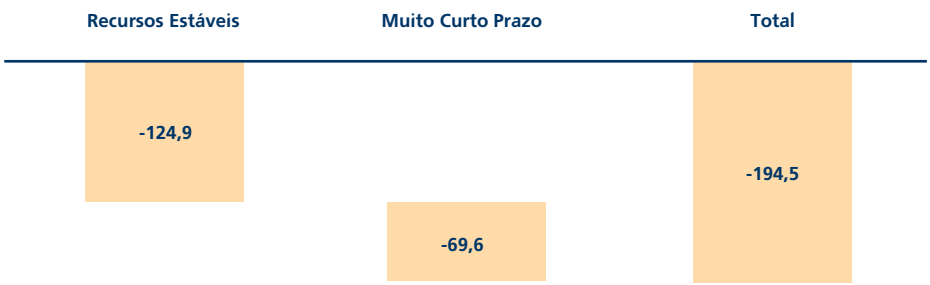
Com efeito, não obstante se ter registado, no conjunto do ano, uma redução global dos Recursos Complementares, em 194,5 milhões de Euros (-3,1%), influenciada em grande parte pela redução dos Recursos de Bancos Centrais que diminuíram em 350 milhões de Euros (-41,2%), há a salientar que as Obrigações não Subordinadas aumentaram em 313,2 milhões de Euros (+7,6%) e os empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais (BEI), registaram um acréscimo de 60,0 milhões de Euros (+144,9%).

Das operações realizadas em 2009, com os objectivos referidos anteriormente, destacam-se as seguintes:

- operação de titularização de créditos à habitação, *Pelican 5*, no montante de 1 000 milhões de Euros e integralmente retida em balanço, enquanto reserva estratégica de liquidez;
- aproveitamento do enquadramento favorável dos mercados no terceiro trimestre, através da emissão inaugural de Obrigações Hipotecárias, no montante de 1 000 milhões de Euros, a 3 anos, seguida de uma segunda emissão de subscrição privada de 150 milhões de Euros, a 7 anos;
- utilização dos restantes 60% da linha de crédito de 100 milhões de Euros de financiamento junto do BEI.

VARIAÇÃO DOS RECURSOS COMPLEMENTARES EM 2009

(milhões de euros)



Ao abrigo do Programa *Euro Medium Term Notes* (*EMTN*), no montante de 6 000 milhões de Euros, não foram feitas quaisquer emissões em 2009, dado o contexto favorável de liquidez que caracterizou o Montepio, que de resto dispensou a utilização da Garantia do Estado para viabilizar financiamento sénior nos mercados de capitais internacionais.

Para avaliar a capacidade de gestão de liquidez do Montepio fora do mercado doméstico, importa referir o seguinte:

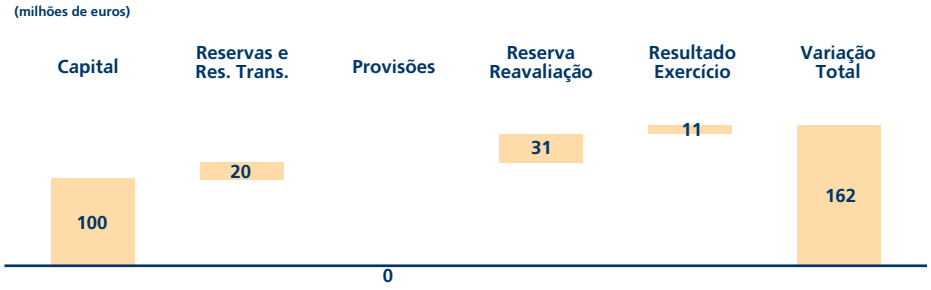
- do programa *Euro Medium Term Notes* (EMTN) em vigor, no montante de 6 000 milhões de Euros, estão utilizados, apenas, 3.005 milhões de Euros, estando, assim, disponíveis 2 995 milhões de Euros;
- do programa de Obrigações Hipotecárias, no valor de 5 000 milhões de Euros, estão utilizados 1 150 milhões de Euros, estando disponíveis 3 850 milhões de Euros;
- o total de activos elegíveis disponíveis para refinanciamento junto do BCE ou de outras Entidades Financeiras Internacionais é de 1 626 milhões de Euros;
- está em curso a realização de um novo Empréstimo Global junto do BEI, no montante de 100 milhões de Euros;
- o valor global potencial de obtenção de fundos é, assim, de 8.571 milhões de Euros, que compara com o montante de 886,7 milhões de Euros de amortizações programadas (emissões domésticas e externas) para 2010.

Recursos Próprios e Provisões para Riscos Gerais

A Associação Mutualista tem vindo a dotar adequadamente o Capital Institucional da Caixa Económica no sentido de reforçar os seus níveis de solidez e de suporte ao seu desenvolvimento, mesmo em períodos de adversidade. Assim, em 2009, para uma variação total dos Recursos Próprios de 162 milhões de Euros, procedeu-se ao aumento do Capital Institucional em 100 milhões de Euros. As Reservas e Resultados cresceram 62 milhões de Euros (38,3% do acréscimo total), sendo de destacar as Reservas de Reavaliação, com 31 milhões de Euros, devido à evolução favorável dos mercados.

As Provisões para Riscos Gerais, que correspondem, na sua quase totalidade a provisões para riscos gerais de crédito, mantiveram o seu valor.

VARIAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS E PROVISÕES



Resultados

A Caixa Económica alcançou um resultado Líquido Consolidado de 44,5 milhões de Euros, a que corresponde uma variação de 31,3%, que compara com a diminuição acentuada de -46,3% verificada em 2008, resultado da evolução favorável do Produto Bancário Comercial (+2,6%), das Comissões (+5,8%), dos Resultados dos Mercados (+321,9%) e dos Gastos Operacionais (-3,2%).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DA ACTIVIDADE

(milhares de euros)

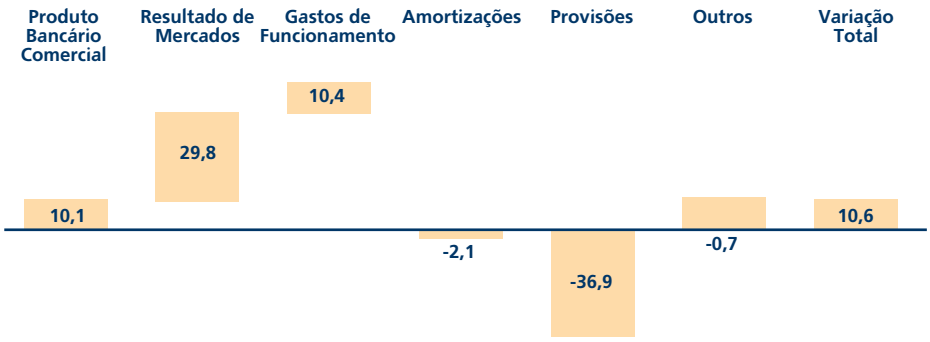
RESULTADO DA ACTIVIDADE	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem Financeira (a)	314 857	76,9	320 808	71,4	5 951	1,9
Comissões Líquidas de Serviços a Clientes	70 984	17,3	75 115	16,7	4 131	5,8
Produto Bancário Comercial	**385 841**	**94,2**	**395 923**	**88,2**	**10 082**	**2,6**
Resultado de Mercados (b)	9 271	2,3	39 115	8,7	29 844	321,9
Rendimento de Participações Financeiras	881	0,2	811	0,2	-70	-7,9
Resultado da Venda de Imóveis para Negociação	583	0,1	417	0,1	-166	-28,5
Outros Resultados	13 059	3,2	12 759	2,8	-300	-2,3
Produto Bancário	**409 635**	**100,0**	**449 025**	**100,0**	**39 390**	**9,6**
Gastos com Pessoal	151 260	36,9	147 352	32,8	-3 908	-2,6
Gastos Gerais Administrativos	85 696	20,9	79 204	17,7	-6 492	-7,6
Amortizações	18 370	4,5	20 507	4,6	2 137	11,6
Gastos Operacionais	**255 326**	**62,3**	**247 063**	**55,0**	**-8 263**	**-3,2**
Resultado Bruto	**154 309**	**37,7**	**201 962**	**45,0**	**47 653**	**30,9**
Provisões e Imparidades Líquidas	**123 058**	**30,0**	**159 989**	**35,7**	**36 931**	**30,0**
Crédito	97 857		147 774		49 917	51,0
Títulos	20 248		2 132		-18 116	-89,5
Outras	4 953		10 083		5 130	103,6
Resultados de Associados e Empreendimentos Conjuntos (equivalencia patrimonial)	**2 623**		**2 503**		**-120**	**-4,6**
= Resultado do Exercício	**33 874**	**8,3**	**44 476**	**9,9**	**10 602**	**31,3**

(a) Inclui margem financeira associada aos swaps de taxa de juro. Em 2008, estes valores tinham sido incluídos no Resultado de Mercados, pelo que foi efectuada a respectiva correcção para efeitos de comparabilidade.

(b) Inclui rendimento de acções e de outros títulos de rendimento variável, excepto de participações financeiras.

Na formação dos Resultados os maiores impactos negativos decorreram da evolução das Provisões e Imparidades Líquidas (+36,9 milhões de Euros) e das Amortizações (+2,1 milhões de Euros), resultantes da situação económica adversa, que afectou as empresas e as famílias, e dos investimentos em meios tecnológicos, respectivamente.

DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO TOTAL DO RESULTADO



O Resultado do Exercício em Base Consolidada, referido anteriormente, é superior ao Resultado do Exercício em Base Individual, em 6,7 milhões de Euros, reflectindo os contributos positivos das empresas participadas e da imparidade de crédito.

DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS EM BASE INDIVIDUAL E EM BASE CONSOLIDADA

(milhares de euros)

RUBRICAS	Resultados Líquidos	Situação Líquida
1 – CEMG – Contas Individuais 31 Dez. 09	**37 778**	**995 234**
2 – Impacto da Consolidação das Participações Financeiras	**1 641**	**5 454**
2.1. – Consolidação Integral	**227**	**975**
MG Cabo Verde	227	975
2.2. – Equivalência Patrimonial	**1 414**	**4 479**
Lusitania – Seguros	1 004	-1 100
Lusitania – Vida	464	6 261
HTA Hotéis Turismo e Animação dos Açores	-54	-682
3 – Outros Reajustamentos de Consolidação	**5 057**	**-14 474**
Imparidade da Carteira de Crédito	6 794	15 216
Fundo de Pensões	-946	-29 311
Swaps associados às Operações de Titularização	-791	-379
4 – CEMG – Contas Consolidadas 31 Dez. 09 (1+2+3)	**44 476**	**986 214**

Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 449,0 milhões de Euros e situou-se acima do valor registado no ano anterior, em 39,4 milhões de Euros (+9,6%), tendo contribuído para esta variação, essencialmente, o Resultado de Mercados, com 29,8 milhões de Euros (+321,9%) e as Comissões Líquidas, no valor de 4,1 milhões de Euros (+5,8%), representando estas duas parcelas 86,2% da variação total.

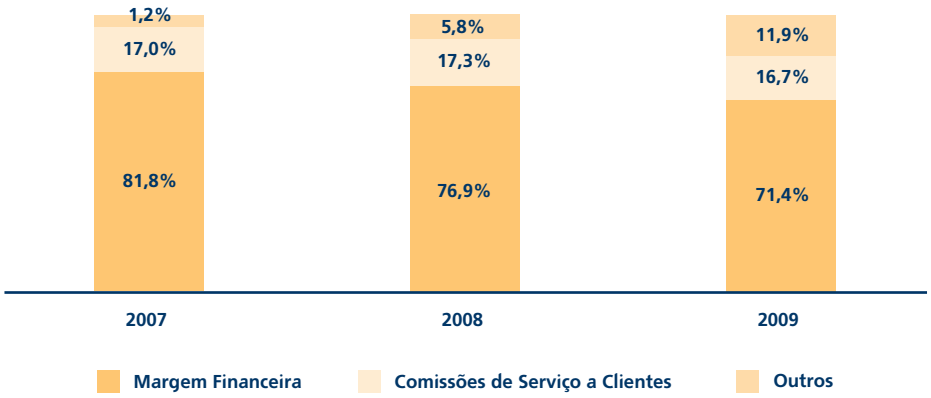
O Produto Bancário Comercial, que engloba a Margem Financeira e as Comissões Líquidas, ambas decorrentes das actividades com clientes e da gestão das carteiras de activos e passivos financeiros, registou um crescimento de +2,6% e representou 88,2% (94,2% em 2008) do Produto Bancário.

Visando desconcentrar a formação do Produto Bancário, a Margem Financeira, sendo a parcela mais significativa (71,4%, em 2009, contra 76,9%, em 2008), tem vindo continuamente a perder peso estrutural no total, devido ao esforço de diversificação das actividades geradoras de rendimentos não relacionados com juros.

Contrariamente à evolução da Margem Financeira, os Resultado de Mercados evoluíram favoravelmente, tendo passado de uma proporção relativa de 2,3% do Produto Bancário, em 2008, para 8,7%, em 2009, e as Comissões Líquidas de Serviços a Clientes, embora tenham crescido acima da Margem Financeira, evidenciaram uma variação relativa abaixo do

Produto Bancário, pelo que o seu peso no total, que teve uma evolução crescente até 2008, baixou 0,6 p.p., situando-se em 16,7%, no final do ano de 2009.

FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

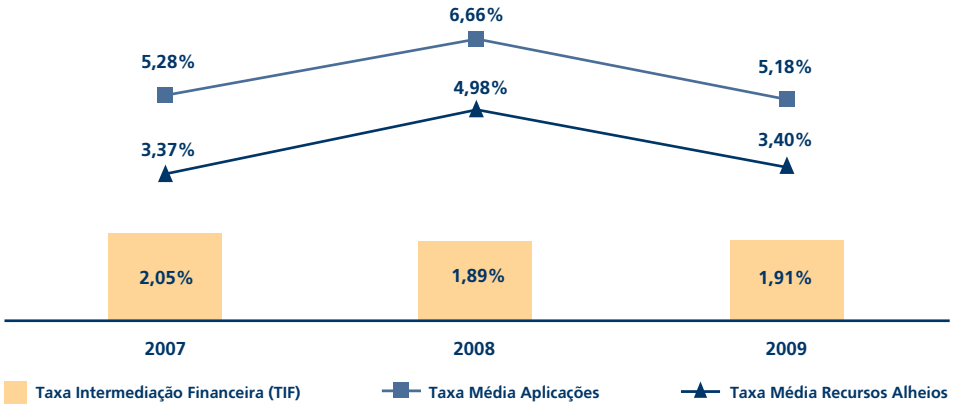


Margem Financeira

A Margem Financeira progrediu 1,9%, comparativamente ao ano anterior, situando-se no final do ano em 320,8 milhões de Euros. O efeito de volume, ou seja, variação da base de negócio, foi determinante para esta evolução, face a uma relativa estabilidade do efeito de variação das taxas de juro.

Assim, a variação total da Margem Financeira (de 5,9 milhões de Euros), teve o contributo favorável do acréscimo dos activos financeiros médios em 7,2% e um efeito quase neutro da Taxa de Intermediação Financeira, cuja média anual se situou em valores idênticos aos de 2008, ou seja, 1,9%.

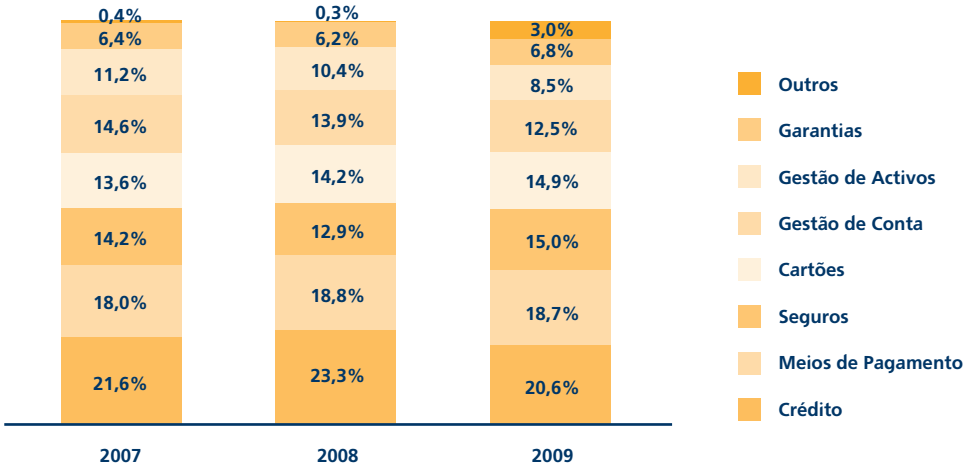
TAXA DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA



Resultado de Serviço a Clientes

O Resultado de Serviço a Clientes apresentou uma variação positiva de 4,1 milhões de Euros (+5,8%), traduzindo uma maior dinâmica das redes de distribuição nas actividades com clientes geradoras de comissões, e representou 10,5% da variação total do Produto Bancário.

ESTRUTURA DO RESULTADO DE SERVIÇO A CLIENTES



As actividades com clientes que registaram um melhor desempenho para o acréscimo verificado no Produto Bancário Comercial foram: seguros (+21,8%), garantias (+15,3%) e cartões (+9,3%).

EVOLUÇÃO DO RESULTADO DE SERVIÇOS PRESTADOS A CLIENTES

(milhares de euros)

RUBRICAS	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Comissões de Gestão de Conta	11 688	10 993	-695	-5,9
Cartões	11 950	13 057	1 107	9,3
Comissões de Crédito	19 599	18 126	-1 473	-7,5
Garantias	5 172	5 964	792	15,3
Seguros	10 809	13 168	2 359	21,8
Gestão de Activos	8 777	7 436	-1 341	-15,3
Gestão Meios Pagamento	15 785	16 452	667	4,2
Outros Serviços	262	2 678	2 416	922,1
TOTAL	**84 042**	**87 874**	**3 832**	**4,6**

A variação negativa registada nas Comissões de Crédito está relacionada com a desaceleração verificada na carteira de crédito a clientes e a diminuição observada nas Comissões de Gestão de Activos reflecte a diminuição do valor médio dos activos sob gestão.

Resultados de Mercados

Durante o ano de 2009, o funcionamento dos mercados foi favorável à gestão, resultante de uma actuação prudente, rigorosa e relativamente conservadora, pelo que os resultados obtidos ascenderam a 39,1 milhões de Euros (+321,9%), verificando-se uma evolução positiva na generalidade das componentes deste negócio.

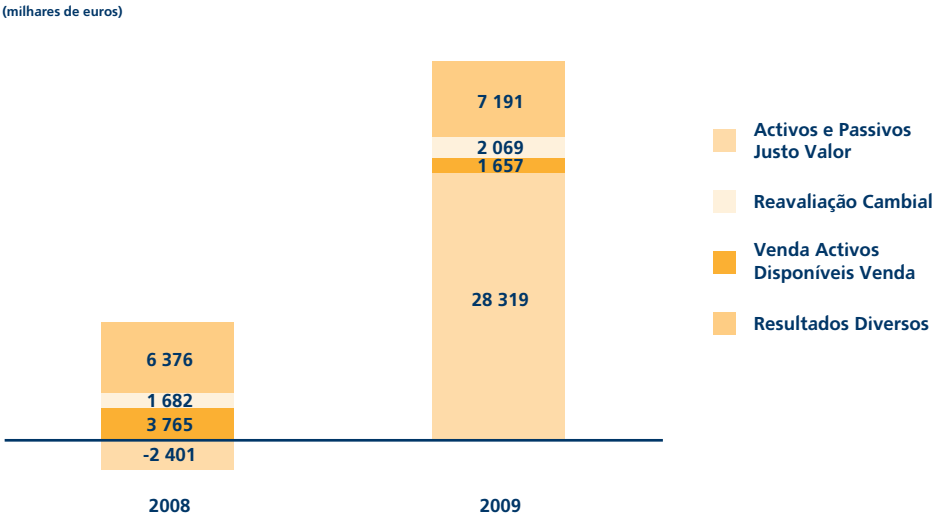
RESULTADOS EM OPERAÇÕES DE MERCADOS

(milhares de euros)

RUBRICAS	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados	**-2 401**	**28 319**	**30 720**	**1 279,5**
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	-2 267	27 438	29 705	1 310,3
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	135	160	25	18,5
Derivados de Cobertura	3 608	-2 408	-6 016	-166,7
Outras Operações Financeiras	-3 877	3 129	7 006	180,7
Resultados na Venda de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	**3 765**	**1 657**	**-2 108**	**-56,0**
Resultados da Reavaliação Cambial	**1 681**	**2 069**	**388**	**23,1**
Resultados de Alienação de Obrigações	**-151**	**-135**	**16**	**10,6**
Resultados Diversos	**6 377**	**7 191**	**814**	**12,8**
Rendimento de Acções	**0**	**14**	**14**	**–**
TOTAL	**9 271**	**39 115**	**29 844**	**321,9**

Os resultados alcançados evidenciam um desempenho positivo ao nível global dos Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor através de Resultados, reflectindo a evolução favorável das taxas de juro e dos *spreads* de crédito.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES DE MERCADOS



Outros Resultados

A Caixa Económica, como suporte fundamental do Grupo Montepio, detém um conjunto de participações financeiras estratégicas e instrumentais, as quais propiciaram um total de dividendos de 0,8 milhões de Euros.

Não obstante, o aumento significativo do volume de vendas de Imóveis para Negociação, provenientes de recuperação de crédito, o valor obtido das mais-valias líquidas, resultantes dessas vendas, foi inferior em 28,5% ao do ano anterior, traduzindo as condições verificadas no mercado imobiliário.

RESULTADO DA VENDA DE IMÓVEIS PARA NEGOCIAÇÃO

(milhares de euros)

RUBRICAS	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Lucros da Venda de Imóveis	2 129	2 200	71	3,3
Prejuízos na Venda de Imóveis	1 546	1 783	237	15,3
RESULTADO LÍQUIDO	**583**	**417**	**-166**	**-28,5**

Óptica de Distribuição do Produto Bancário

Considerando o apuramento do Produto Bancário, a sua aplicação na óptica da distribuição, apresenta os seguintes valores:

(milhares de euros)

RUBRICAS	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal	151 260	36,9	147 352	32,8	-3 908	-2,6
Gastos Gerais Administrativos	85 696	20,9	79 204	17,6	-6 492	-7,6
Amortizações	18 370	4,5	20 507	4,6	2 137	11,6
Gastos Operacionais	**255 326**	**62,3**	**247 063**	**55,0**	**-8 263**	**-3,2**
Provisões e Imparidade	123 058	30,0	159 989	35,6	36 931	30,0
Resultado do Exercício	33 874	8,3	44 476	9,9	10 602	31,3
Resultado de Associados e Empreendimentos Conjuntos	2 623	0,6	2 503	0,5	-120	-4,6
Produto Bancário	**409 635**	**100,0**	**449 025**	**100,0**	**39 390**	**9,6**

A componente de Gastos com Pessoal perdeu peso relativo, tendo passado de 36,9%, em 2008, para 32,8%, em 2009, deixando de ser o factor com a maior parcela do Produto Bancário. Paralelamente, o peso dos Gastos Gerais Administrativos apresentou uma evolução decrescente, com uma queda de 3,3 p.p., situando-se em 17,6% no final de 2009 e traduzindo a concretização de uma política de compressão destes gastos, em ordem a incrementar a eficiência interna e a rendibilidade.

A rubrica de Provisões passou a ter a maior parcela, representando 35,6% da distribuição do Produto Bancário em 2009. Não obstante, verifica-se que a geração de Produto Bancário conseguiu acomodar este efeito, resultado da pressão conjuntural, sem afectar os resultados, uma vez o Resultado do Exercício obteve um peso superior ao do ano anterior (+1,6 p.p.), situando-se em 9,9% no final do ano.

Gastos Operacionais

No exercício, prosseguiu-se com a política de gestão de gastos operacionais em linha com os objectivos de melhoria da eficiência interna. Nesse sentido, verificou-se uma compressão dos Gastos Operacionais em 8,3 milhões de Euros (-3,2%), resultante da redução verificada nos Gastos Gerais Administrativos (-7,6%) e nos Gastos com Pessoal (-2,6%).

(milhares de euros)

RUBRICAS	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal	151 260	59,2	147 352	59,7	-3 908	-2,6
Gastos Gerais Administrativos	85 696	33,6	79 204	32,0	-6 492	-7,6
Gastos de Funcionamento	236 956	92,8	226 556	91,7	-10 400	-4,4
Amortizações	18 370	7,2	20 507	8,3	2 137	11,6
Gastos Operacionais	**255 326**	**100,0**	**247 063**	**100,0**	**-8 263**	**-3,2**

Gastos com Pessoal

Face à continuidade da política de recursos humanos que tem vindo a ser seguida nos últimos anos conseguiu-se uma redução global dos Gastos com Pessoal de 3,9 milhões de Euros (-2,6%), tendo sido fundamental para esta evolução a diminuição registada nos Encargos Sociais Obrigatórios, referente à contribuição global para o Fundo de Pensões (-28,3%), relacionado com menores encargos referentes a reformas antecipadas e com rendibilidades mais altas do Fundo de Pensões.

(milhares de euros)

RUBRICAS	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal						
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	1 302	0,9	989	0,7	-313	-24,0
Remuneração dos Empregados	97 170	64,2	104 645	71,0	7 475	7,7
Encargos Sociais Obrigatórios	50 158	33,2	38 346	26,0	-11 812	-23,5
Outros Custos com Pessoal	2 630	1,7	3 372	2,3	742	28,2
TOTAL	**151 260**	**100,0**	**147 352**	**100,0**	**-3 908**	**-2,6**

Gastos Gerais Administrativos

Com a prossecução da política de redução de custos, foi possível obter um contributo para o aumento da rendibilidade através da diminuição dos Gastos Gerais Administrativos, em 6,5 milhões de Euros (-7,6%), sobretudo em Publicidade (-65,6%) e em Consultoria (-34,9%).

(milhares de euros)

RUBRICAS	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos Gerais Administrativos						
Instalações	21 817	25,4	22 571	28,5	754	3,5
Publicidade	10 687	12,4	3 677	4,6	-7 010	-65,6
Comunicações	9 945	11,6	9 929	12,5	-16	-0,2
Informática	9 447	11,0	10 523	13,3	1 076	11,4
Deslocações	1 589	1,9	1 384	1,7	-205	-12,9
Economato	2 042	2,4	2 029	2,6	-13	-0,6
Consultadoria	9 783	11,4	6 366	8,0	-3 417	-34,9
Mão de Obra Eventual	2 710	3,2	2 819	3,6	109	4,0
Formação	761	0,9	718	0,9	-43	-5,7
Gestão de Meios de Pagamento	7 268	8,5	7 640	9,7	372	5,1
Transportes e Combustíveis	6 433	7,5	6 392	8,1	-41	-0,6
Outros Fornecimentos e Serviços	3 214	3,8	5 156	6,5	1 942	60,4
TOTAL	**85 696**	**100,0**	**79 204**	**100,0**	**-6 492**	**-7,6**

Amortizações

As Amortizações apresentaram um acréscimo de 2,1 milhões de Euros (11,6%) resultante, essencialmente, dos investimentos em tecnologia, com impacto na área do equipamento informático.

(milhares de euros)

RUBRICAS	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Amortizações				
Activos Intangíveis	**8 152**	**8 338**	**186**	**2,3**
Software	8 152	8 338	186	2,3
Activos Tangíveis	**10 218**	**12 169**	**1 951**	**19,1**
Imóveis	3 306	3 269	-37	-1,1
Equipamento	6 679	8 421	1 742	26,1
Activos em Locação Operacional	233	479	246	105,6
TOTAL	**18 370**	**20 507**	**2 137**	**11,6**

Produtividade e Eficiencia

O prosseguimento de orientações centradas no crescimento médio das actividades de negócio em paralelo com uma política de racionalização dos gastos de funcionamento, resultou em ganhos de produtividade, evidenciados em todos os indicadores, com destaque para a produtividade do trabalho, em que o Activo Líquido Médio por Trabalhador cresceu 10,6%, a par do número médio de Trabalhadores por Balcão que melhorou 1,8%.

INDICADORES	2008	2009	Variação	
Gastos de Funcionamento/ Activo Líquido Médio (%)	1,51	1,45	-0,06 p.p.	
Activo Líquido Médio/ N.º Médio de Trabalhadores (m.€)	5 728	5 816	88	1,5%
Produto Bancário/ N.º Médio de Trabalhadores (m.€)	139	153	14	10,1%
Efectivo Total Médio / Balcão (Quantidade)	9,16	9,00	-0,16	-1,8%

A melhoria dos indicadores de produtividade financeira em conjugação com o acréscimo dos resultados, pela via da dinâmica dos negócios e da concretização dos programas de redução de custos, reflectiu-se positivamente nos níveis de eficiência.

O rácio de eficiência, em sentido restrito, ou seja, o peso dos Gastos de Funcionamento no Produto Bancário, evoluiu muito favoravelmente, registando uma melhoria de 7,3 p.p. e situando-se em 50,5%, em 2009.

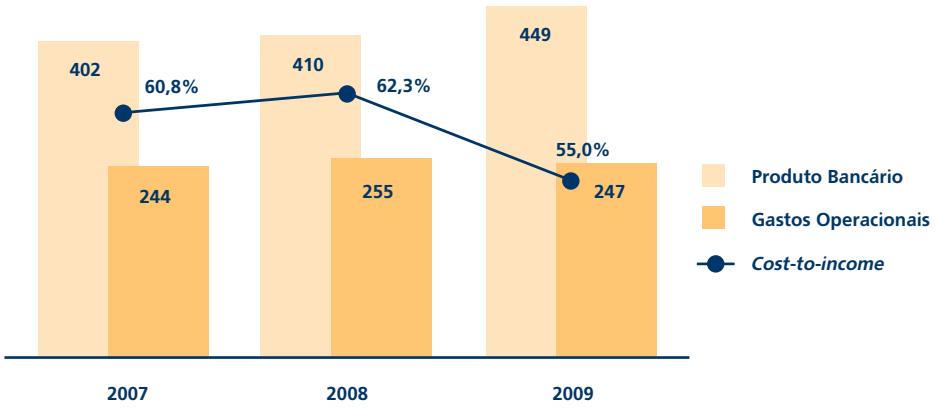
(milhares de euros)

RUBRICAS	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal	151 260	59,2	147 352	59,7	-3 908	-2,6
Gastos Gerais Administrativos	85 696	33,6	79 204	32,0	-6 492	-7,6
Gastos de Funcionamento	**236 956**	**92,8**	**226 556**	**91,7**	**-10 400**	**-4,4**
Amortizações	18 370	7,2	20 507	8,3	2 137	11,6
Gastos Operacionais	**255 326**	**100,0**	**247 063**	**100,0**	**-8 263**	**-3,2**
Produto Bancário	**409 635**		**449 025**		**39 390**	**9,6**
RÁCIOS						
Gastos com o Pessoal / Produto Bancário	36,9%		32,8%		-4,1 p.p.	
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	20,9%		17,6%		-3,3 p.p.	
Amortizações / Produto Bancário	4,5%		4,6%		0,1 p.p.	
***Cost-to-Income* (Gastos Operacionais / Produto Bancário)**	**62,3%**		**55,0%**		**-7,3 p.p.**	
Rácio de Eficiência (Gastos de Funcionamento / Produto Bancário)	57,8%		50,5%		-7,3 p.p.	

O rácio de eficiência mais abrangente, o *Cost-to-Income* (peso dos gastos operacionais no produto bancário) evidenciou, também, uma melhoria muito expressiva de 7,3 p.p., fixando-se em 55,0%, no final do ano de 2009.

A melhoria observada nos diversos rácios de eficiência teve o contributo muito determinante da evolução dos Gastos com Pessoal, os quais registaram um peso no Produto Bancário de 32,8%, que comparando com o valor obtido no ano anterior (36,9%) verifica-se uma evolução favorável deste indicador em 4,1 p.p., que explica, assim, amplamente a melhoria global de 7,3 p.p. obtida no rácio *Cost-to-Income*.

EVOLUÇÃO DO RÁCIO *COST-TO-INCOME*



Provisões e Imparidades

Ao longo do ano de 2009 foram implementadas alterações de melhorias nos processos de análise e nas estruturas de recuperação de crédito, a par de alguns desenvolvimentos nos domínios da informação e do controlo, com o objectivo de contrariar os crescentes níveis de incumprimento, decorrentes da situação conjuntural adversa que atingiu de forma significativa os agentes económicos.

Neste contexto, registou-se um crescimento de 30,0% no total das Provisões e Imparidades Líquidas, o qual foi mais do que absorvido pelo desempenho favorável do Produto Bancário.

DECOMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES E IMPARIDADES

(milhares de euros)

TIPOS DE PROVISÕES E IMPARIDADES	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões e Imparidades Líquidas de Crédito	**97 857**	**79,5**	**147 774**	**92,4**	**49 917**	**51,0**
Constituição de provisões e imparidades	425 567		527 206		101 639	23,9
Recuperação de provisões e imparidades	327 710		379 432		51 722	15,8
Imparidades Líquidas de Títulos	**20 248**	**16,5**	**2 132**	**1,3**	**-18 116**	**-89,5**
Constituição de imparidades	20 321		2 398		-17 923	-88,2
Recuperação de imparidades	73		266		193	264,4
Provisões e Imparidades Líquidas de Outros Activos	**4 953**	**4,0**	**10 083**	**6,3**	**5 130**	**103,6**
Constituição de provisões e imparidades	6 073		10 665		4 592	75,6
Recuperação de provisões e imparidades	1 120		582		-538	-48,0
Total das Provisões e Imparidades Líquidas	**123 058**	**100,0**	**159 989**	**100,0**	**36 931**	**30,0**
Constituição de provisões e imparidades	451 961		540 269		88 308	19,5
Recuperação de provisões e imparidades	328 903		380 280		51 377	15,6

A variação global registada no total das Provisões e Imparidades foi substancialmente afectada pela evolução apresentada nas Provisões e Imparidades de Crédito, com uma variação de 49,9 milhões de Euros (+51,0%), que representou 92,4% do acréscimo total, dado que a Imparidade de Títulos evidenciou uma redução de 89,5%.

A Imparidade Líquida de Outros Activos atingiu um crescimento de 103,6%, decorrente, essencialmente, da cobertura a 100%, como medida de prudência, dos Imóveis de Negociação, com mais de 8 anos em carteira.

Rendibilidade

Os níveis de rendibilidade alcançados situaram-se acima dos valores obtidos no ano anterior, ou seja, a Rendibilidade do Activo (ROA) fixou-se em 0,26% (0,20% em 2008), a Rendibilidade do Capital (ROE) ascendeu a 4,72% (4,12% em 2008) e o peso do Produto Bancário no Activo Líquido Médio cifrou-se em 2,63% (2,43% em 2008).

	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Rácios de Rendibilidade				
Rendibilidade do Activo (ROA)	0,20%	0,26%	0,06 p.p.	
Rendibilidade do capital (ROE)	4,12%	4,72%	0,60 p.p.	
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	2,43%	2,63%	0,20 p.p.	
***Cash-Flow* Total (mil euros)**	**175 301**	**224 971**	**49 670**	**28,3**
Amortizações	10,5%	9,1%	-1,4 p.p.	
Provisões Líquidas e Imparidade	70,2%	71,1%	0,9 p.p.	
Resultado do Exercício	19,3%	19,8%	0,5 p.p.	

O *cash flow* total atingiu o valor de 225,0 milhões de Euros e registou um acréscimo de 49,7 milhões de Euros (28,3%).

Fundo de Pensões

Para o cálculo das responsabilidades do Fundo de Pensões do Montepio foram considerados os seguintes pressupostos:

- taxa de desconto de 5,5%;
- taxa de crescimento salarial de 3,0%;
- taxa de crescimento das pensões de 2,0%;
- manutenção da tábua de mortalidade TV 88/90, para homens e para mulheres.

EVOLUÇÃO DO FUNDO DE PENSÕES DO MONTEPIO

(milhares de euros)

	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Responsabilidades totais				
Pessoal no activo	297 529	321 838	24 309	8,2
Pessoal reformado	216 683	247 984	31 301	14,4
TOTAL 1	**514 212**	**569 822**	**55 610**	**10,8**
2. Responsabilidades não exigidas ou diferidas				
Isenção de financiamento	12 580	14 650	2 070	16,5
Aplicação das IAS	35 127	27 094	-8 033	-22,9
Impacto da Tábua de Mortalidade	30 509	23 971	-6 538	-21,4
TOTAL 2	**78 216**	**65 715**	**-12 501**	**-16,0**
3. Responsabilidades mínimas a financiar (1-2)	**435 996**	**504 107**	**68 111**	**15,6**
4. Valor dos Activos do Fundo	**436 148**	**504 883**	**68 735**	**15,8**
5. Coberturas das:				
Responsabilidades Mínimas (4/3)	100,0%	100,2%		0,2 p.p.
Responsabilidades Totais (4/1)	84,8%	88,6%		3,8 p.p.
6. Movimentos efectuados no ano com impacto no valor do Fundo:				
6.1. Contribuições para o Fundo (+)	36 648	45 553	8 905	24,3
6.2. Rendimento efectivo dos activos (+)	-29 217	39 971	69 188	236,8
6.3. Encargos (-)	114	125	11	9,6
6.4. Pagamentos de pensões (-)	14 069	16 664	2 595	18,4
6.5 TOTAL 6 (6.1+6.2-6.3-6.4)	**-6 752**	**68 735**	**75 487**	**1118,0**

As responsabilidades totais situaram-se em 569,8 milhões de Euros e registaram uma taxa de crescimento de 10,8%, devido ao maior incremento das responsabilidades com pessoal na situação de reforma, as quais evidenciaram uma aceleração de 14,4%. Por outro lado, a parcela das responsabilidades não exigidas ou de financiamento diferido (IAS, 8 a 10 anos e tábua de mortalidade, 24 anos) totalizou o valor de 65,7 milhões de Euros, que deduzido às responsabilidades totais se obteve o valor total das responsabilidades mínimas obrigatórias a financiar, no montante de 504,1 milhões de Euros, estando totalmente cobertas e, em parte, excedidas, pelo valor dos activos do fundo (504,9 milhões de Euros). Tal se traduz num acréscimo de 68,7 milhões de Euros (+15,8%), potenciado pelo rendimento efectivo dos activos do fundo, cuja taxa de rendibilidade foi de 9,58%, quando no ano anterior tinha sido negativa (-1,5%).

O grau de cobertura das responsabilidades mínimas exigidas pelas Entidades de Supervisão situou-se em 100,2% (100,0% em 2008), logo, acima do valor mínimo exigido. O nível de cobertura para as responsabilidades totais foi de 88,6% (84,8% em 2008), tendo sido superior ao valor do ano anterior em 3,8 p.p..

Solvabilidade

Com o objectivo de reforçar a solidez e aumentar a sustentabilidade, antecipando uma conjuntura propícia a maiores níveis de risco, o Montepio reforçou os Fundos Próprios de Base, no valor de 128,8 milhões de Euros (+15,5%). Destaca-se o aumento do Capital Institucional, em 100 milhões de Euros, por dotação de capital da Associação Mutualista.

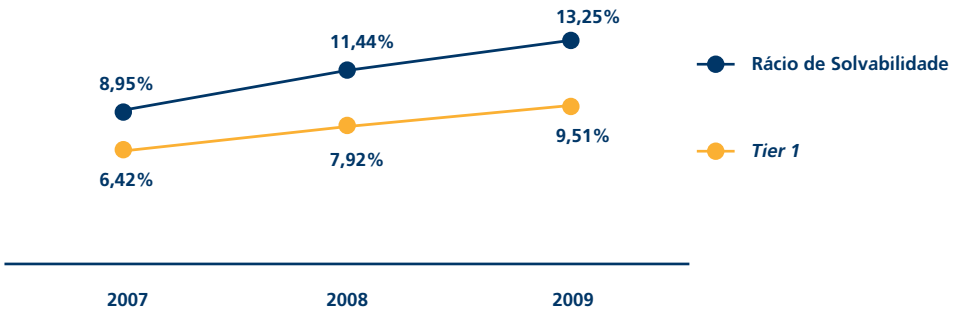
FUNDOS PRÓPRIOS, RÁCIO DE SOLVABILIDADE E RÁCIO DO IMOBILIZADO

(milhares de euros)

RUBRICAS	2008	2009	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Totais	**1 202 349**	**1 329 030**	**126 681**	**10,5**
(+) Capital Institucional	*660 000*	*760 000*	*100 000*	*15,2*
(+) Reservas e Resultados	*238 922*	*271 327*	*32 405*	*13,6*
(–) Deduções Regulamentares	*66 606*	*76 619*	*10 013*	*15,0*
1.1 (=) Fundos Próprios de Base	**832 316**	**954 708**	**122 392**	**14,7**
(+) Fundos Próprios Complementares	379 540	383 400	3 860	1,0
(–) Outras deduções	9 507	9 078	-428	-4,5
2. Requisitos Mínimos de Fundos Próprios	**840 469**	**802 705**	**-37 764**	**-4,5**
3. Activos e equivalentes ponderados pelo risco (2x12,5)	**10 505 862**	**10 033 813**	**-472 049**	**-4,5**
4. Rácios				
Solvabilidade (1/3)	11,44%	13,25%	1,81 p.p.	
Tier 1 (1.1/3)	7,92%	9,51%	1,59 p.p.	
Core Capital (1.1/3)	7,92%	9,51%	1,59 p.p.	
Imobilizado (limite BdP: 100%)	10,63%	11,73%	1,10 p.p.	

Deste modo, alcançou-se um Rácio de Solvabilidade de 13,25% (11,44% em 2008) e um *Tier* 1 (a que, no caso do Montepio, corresponde o *Core Capital*), de 9,51% (7,92% em 2008), estando assim acima do limite mínimo recomendado pelo Banco de Portugal (de 8%). Por outro lado, o Rácio do Imobilizado fixou-se nos 11,73% (10,63% em 2008), estando sujeito ao limite máximo de 100%.

EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE SOLVABILIDADE



4.6.6. Notações de *Rating*

O Montepio vem sendo avaliado, para efeitos de notação de *rating*, por duas prestigiadas agências de *rating* internacionais: a *Fitch Ratings* e a *Moody's*. As actuais notações são as seguintes:

AGÊNCIAS DE *RATING*	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook
Fitch Ratings	F2	A-	Estável
Moody's	P-2	Baa1	Negativo

4.6.7. Proposta de Aplicação de Resultados – Base Individual

Dando cumprimento ao disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 23.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação dos Resultados de 2009, no valor de 37 778 milhares de Euros:

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor
Para Reserva Legal	7 556
Para Reserva Especial	1 889
Transferência para Resultados Transitados (Aviso 12/2001 BdP)	8 033
A transferir para o Montepio Geral – Associação Mutualista	20 300
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM BASE INDIVIDUAL	**37 778**

O valor a transferir para Resultados Transitados corresponde à amortização do impacto da transição para as IAS/IFRS, das responsabilidades para com o Fundo de Pensões, em conformidade com o n.º 13-A do Aviso n.º 12/2001, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 4/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal.

4.7. EMPRESAS DO GRUPO MONTEPIO

LUSITANIA
Grupo Montepio

LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS, SA.

O negócio de seguros Não vida do Grupo Montepio desenvolve-se através da Lusitania, Companhia de Seguros, que contribui há mais de 20 anos para a prossecução dos fins mutualistas do Grupo, através dos seus resultados e de uma vasta oferta de seguros de pessoas e danos, como sejam, os seguros de acidentes, os seguros automóvel e os seguros de crédito.

O exercício ficou marcado por um assinalável aumento da presença do Grupo Montepio no sector segurador, através da aquisição das companhias de seguros Real e da Mutuamar no final do ano. O Montepio assegura, deste modo, uma maior intervenção num sector que desempenha um importante papel na protecção da sociedade civil e que é, simultaneamente, gerador de valor para os Associados, por via do aproveitamento e aprofundamento das importantes sinergias existentes com a actividade bancária.

Síntese da Actividade

Em 2009, o desempenho do sector segurador Não Vida em Portugal foi negativamente influenciado pela persistência de um cenário económico recessivo, que tem vindo a afectar as empresas e as famílias portuguesas, e consequentemente os ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel. De acordo com os dados provisórios publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o volume de prémios emitidos no mercado nacional registou uma contracção, pelo segundo ano consecutivo, fixando-se em 4 137 milhões de Euros no final do ano de 2009, valor inferior em 4,2% ao observado no ano de 2008. Para esta evolução contribuiu a expressiva redução dos prémios emitidos por dois dos principais ramos do sector, os ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel em, respectivamente 9,1% e 7,6%.

Neste quadro de fraco dinamismo do sector, e perante a necessidade das companhias de seguros se adaptarem a um novo modelo de supervisão que deverá exigir importantes investimentos em modelos de risco, consultoria, tecnologia e formação, o factor dimensão das empresas de seguros assume particular importância. A integração dos negócios da Real Seguros e da Mutuamar na Lusitania dever-se-á traduzir, no curto prazo, na melhoria da competitividade da Companhia, por via de um esperado impacto positivo no global aproveitamento da estrutura de custos.

Numa perspectiva consolidada, o volume de prémios emitidos pela Lusitania, cresceu cerca de 69%, em 2009, de 137 para 232 milhões de Euros, evoluindo para uma quota de 5,6% (3,2%, em 2008) no mercado Não Vida, e especificamente, de 8,4% (4,7%) no Ramo Acidentes de Trabalho e de 5,3% (2,7%) no ramo Automóvel. Tendo em conta que o mercado Não Vida é muito fragmentado e dominado pelas companhias de Seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a Lusitania situa-se, hoje, na 6.ª posição do ranking nacional, com uma quota relativamente próxima dos seus principais concorrentes.

O aprofundamento da relação entre a Lusitania e o Montepio, em particular no que respeita ao aproveitamento das respectivas redes de distribuição e à complementaridade dos seus produtos, constituiu também uma prioridade de actuação da Companhia em 2009. Assim, assistiu-se a um crescimento de cerca de 8% do volume de prémios colocados pelo canal bancário e ainda ao arranque do projecto Assurfinance, dirigido a Particulares e Empresas, que contava no final do ano com 63 promotores.

Indicadores Financeiros

Em Dezembro de 2009, as demonstrações financeiras da Lusitania reflectem as operações de fusão por incorporação das companhias de seguros Real e Mutuamar, concretizadas no último dia do ano.

O Activo líquido duplicou, fixando-se em 578 milhões de Euros. Para fazer face aos custos das aquisições, a situação líquida foi substancialmente reforçada, passando de 25 para 82 milhões de Euros, entre 2008 e 2009. Com este aumento dos recursos próprios, a Lusitania garantiu um nível confortável de cobertura da margem de solvência exigida pelo Instituto de Seguros de Portugal, de 1,1, em 2008, para 1,6, em 2009.

Na conta de Ganhos e Perdas da Lusitania, relativa ao exercício de 2009, apenas foram incorporados os custos e benefícios directos relacionados com as operações de aquisição realizadas, ou seja, a diferença entre o valor de pagamento e o valor patrimonial das Companhias. O impacto positivo destas operações constitui a principal explicação para o expressivo

crescimento do Resultado Líquido do Exercício de 2008 para 2009, de 2,4 para 4,3 milhões de Euros, o que representou uma variação positiva de 73%.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Prémios Brutos Emitidos	**139 368**	**132 337**	-7 031	-5,0
Taxa de sinistralidade	65,4%	65,9%	0,5 p.p.	
Expense ratio	27,6%	27,8%	0,2 p.p.	
Resultado do Exercício	2 392	4 292	1 900	79,4
Rendibilidade do Activo Líquido	0,86%	0,74%	-0,12 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	9,42%	5,22%	-4,20 p.p.	
Activo Líquido	279 763	578 265	298 502	106,7
Recursos Próprios	25 403	82 154	56 751	223,4
Margem de Solvência	106,7%	155,4%	48,7 p.p.	
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	360	673	313	86,9

Perspectivas

A consolidação do processo de fusão constituirá a principal prioridade da Lusitania para 2010. Neste âmbito, dever-se-á assistir à implementação de diversos projectos de natureza operacional, bem como de desenvolvimento do negócio. Entre os primeiros será privilegiada a melhoria do processo de gestão dos custos, a automatização e monitorização dos circuitos operacionais e a promoção da qualidade do serviço prestado a mediadores e segurados. No domínio do desenvolvimento do negócio serão relançadas as áreas de negócio autónomas de Transportes e Engenharia – Lusitana Mar. As redes de distribuição constituirão também uma área prioritária de actuação, em particular a agora alargada rede de mediadores. Para o canal Bancasseguros deverão ser lançados novos produtos em 2010, como sejam o Montepio Saúde, o Montepio Estomatologia e um novo Pacote de Seguros para o cartão *Business Gold*.

LUSITANIAVIDA

Grupo Montepio

LUSITANIA VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

A Lusitania Vida, seguradora do Ramo Vida do Grupo Montepio, completa a oferta de seguros do Grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida actua de forma complementar às actividades mutualista e bancária nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à actividade da Lusitania, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida.

Síntese da Actividade

Em 2009, a evolução do mercado de seguros do Ramo Vida registou um aumento dos níveis de aversão ao risco por parte dos aforradores. Em resultado, o volume de negócios global do Ramo Vida observou uma redução, de 5,9%, atribuível a uma quebra acentuada das operações de capitalização e dos seguros ligados a fundos de investimento, não compensada pelo crescimento registado pela produção relacionada com os produtos com capital e rendimento garantido.

Aproveitando a oportunidade de crescimento neste tipo de produtos de investimento, o volume de prémios emitidos pela Lusitania Vida atingiu um crescimento muito expressivo, de 47,3%, passando de 0,075 para 0,110 milhões de Euros. Em 2009, destacou-se ainda o sucesso das acções de desenvolvimento do canal de mediação, cujo contributo para o volume de produção da Companhia se situou em cerca de 27%, no final do ano.

Indicadores Financeiros

Em 2009, as carteiras de investimentos das Companhias de Seguros foram afectadas por um enquadramento económico particularmente desfavorável. A Lusitania Vida não constituiu excepção, tendo apresentado no ano uma redução de 32,3% dos Resultados líquidos, explicada na totalidade por perdas relacionadas com a desvalorização de activos.

Não obstante as condicionantes conjunturais, a Companhia apresentou uma performance globalmente positiva, materializada num significativo aumento da Produção e assinaláveis reduções das principais rubricas de custos, com os Custos com Sinistros e Custos por Natureza a registarem diminuições de 20,1% e de 10,8%, respectivamente.

É, ainda, de assinalar o acréscimo de 123% dos Recursos Próprios, para 40,137 milhões de Euros, a que correspondeu um importante reforço da Margem de Solvência da Companhia, de 1,5 em 2008, para 2,7 em 2009. A recuperação do valor de mercado dos activos financeiros afectos às provisões técnicas justificou na íntegra esta evolução.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Produção:	**74 606**	**109 916**	**35 310**	**47,3**
Seguros Vida	***32 767***	***35 387***	***2 620***	**8,0**
Contratos de Investimento	***41 839***	***74 529***	***32 690***	**78,1**
Custos com sinistros líquidos	34 559	27 612	-6 947	-20,1
Custos por Natureza	3 976	3 547	-429	-10,8
Resultado do Exercício	4 845	3 279	-1 566	-32,3
Rendibilidade do Activo Líquido	1,15%	0,66%	-0,49 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	26,88%	8,17%	-18,71 p.p.	
Activo Líquido	422 310	496 693	74 383	17,6
Recursos Próprios	18 023	40 137	22 114	122,7
Margem de Solvência	153,4%	266,2%	112,8 p.p.	
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	29	30	1	3,4

Perspectivas

Em 2010, a Lusitania Vida deverá continuar a dar especial relevo ao desenvolvimento do canal de mediadores, aproveitando o alargamento da rede de mediação da Lusitania, após a incorporação das actividades da Real e da Mutuamar.

Para o canal bancário manter-se-á a actual estreita complementaridade com a oferta da Associação Mutualista e com a da Lusitania Seguros, nomeadamente nos produtos vida-risco, permanecendo, assim, a actividade da Lusitania Vida, como uma importante fonte de proveitos para o Grupo.

Montepio Gestão de Activos

MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS – SGFI, SA.

A Montepio Gestão de Activos é a entidade do grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as actividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

Síntese da Actividade

O ano de 2009 foi marcado pela retoma do crescimento no mercado de fundos de investimento mobiliário, com os valores sob gestão a situarem-se em 17 223,1 milhões de Euros no final do ano, o que representou um aumento anual de 20,1%. Este valor ficou, ainda assim, aquém dos montantes sob gestão no final de 2007, que ascendiam a 25 763,1 milhões de Euros. (*Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios*). Para este crescimento do mercado contribuíram, em parte, o aumento das subscrições líquidas, na ordem dos 2 286,3 milhões de Euros, reflectindo a recuperação da confiança por parte dos investidores neste tipo de activos, bem como a valorização dos investimentos em Fundos de Investimento Mobiliário, decorrente da recuperação dos mercados financeiros.

No final de 2009, o valor dos activos geridos pela Montepio Gestão de Activos ascendia a 479,1 milhões de Euros, o que representou um crescimento de 50,4% desde o início do ano, claramente superior ao registado pelo mercado, no mesmo período. Este crescimento traduziu-se num aumento da quota de mercado, de 2,2%, no final de 2008, para 2,8% no final de 2009.

Nos últimos anos, a Montepio Gestão de Activos tem vindo a diversificar a oferta de fundos de investimento mobiliário, com o objectivo de alargar as suas propostas a diferentes perfis de risco. Neste sentido, foi lançado, em Julho de 2009, um novo fundo de características conservadoras, o Montepio Monetário Plus – FEI. Igualmente, a actividade de gestão discricionária de carteiras evoluiu positivamente em 2009, tendo os activos sob gestão da Montepio Gestão de Activos registado um aumento de 20,1% no ano, para 1 015,0 milhões de Euros, superando a taxa crescimento de 11,5%, do mercado.

Indicadores Financeiros

Em 2009, as comissões de gestão geradas pela actividade da Montepio Gestão de Activos registaram uma redução de 11,3%, em linha com a diminuição dos montantes médios sob gestão dos fundos de investimento mobiliário, observada entre os exercícios de 2008 e 2009.

A evolução negativa das receitas dos fundos de investimento foi, contudo, parcialmente compensada pelo aumento das comissões da actividade de gestão discricionária de carteiras, em 35,9%, das quais se destaca o contributo positivo das comissões variáveis, isto é, a remuneração da sociedade gestora por desempenhos acima do *benchmark* das carteiras sob gestão discricionária.

De sublinhar, ainda, o empenho da sociedade em manter uma rigorosa gestão dos custos fixos da actividade no exercício de 2009, tendo estes totalizado no ano 1,5 milhões de Euros, 1,8% abaixo do valor de 2008.

O Resultado do Exercício observou uma ligeira diminuição de 4%, face a 2008, tendo-se fixado em 0,5 milhões de Euros no ano de 2009.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activos sob Gestão	**1 163 752**	**1 494 106**	**330 354**	**28,4**
Fundos de Investimento Mobiliários	***318 541***	***479 058***	***160 517***	***50,4***
Gestão de Patrimónios	***845 211***	***1 015 048***	***169 837***	***20,1***
Comissões de Gestão	**5 323**	**4 723**	**-600**	**-11,3**
Gastos Administrativos	1 523	1 495	-28	-1,8
Resultado do Exercício	562	539	-23	-4,1
Rendibilidade do Activo Líquido	17,90%	16,23%	-1,67 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	21,77%	20,53%	-1,24 p.p.	
Activo Líquido	3 139	3 321	182	5,8
Recursos Próprios	2 581	2 626	45	1,7
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	13	13	0	

Perspectivas

Em 2010, a actividade de gestão de activos deverá manter-se condicionada pela volatilidade dos mercados financeiros, que tem marcado a actual conjuntura económica. Neste quadro, as prioridades da sociedade gestora serão a manutenção de uma rigorosa política de controlo dos custos fixos da actividade e o desenvolvimento da oferta de fundos de investimento, sempre que sejam identificadas oportunidades no mercado.

FUTURO Grupo Montepio

EMPRESA CERTIFICADA apcer ISO 9001

FUTURO – SGFP, SA.

A Futuro é a empresa do Grupo Montepio, especializada na gestão de Fundos de Pensões dirigidos a empresas e particulares, e que foi constituída legalmente em 14 de Janeiro de 1988.

Síntese da Actividade

No final de 2009, o valor sob gestão no mercado nacional de Fundos de Pensões ascendia a 21.395,9 milhões de Euros, o que traduz um acréscimo de 7,9% face ao final de 2008. (*Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios*). Os activos sob gestão dos Fundos de Pensões geridos pela Futuro mantiveram-se num valor sensivelmente idêntico ao registado no final do ano de 2008, totalizando 1 119,6 milhões de Euros, em Dezembro de 2009. Para esta evolução contribuíram em sentidos opostos os Fundos Fechados e os Fundos Abertos. De facto, os primeiros observaram uma redução de 3,3% do valor sob gestão, resultado da diminuição, no decorrer do ano, do número dos fundos sob gestão, de 9 para 8 e os segundos um crescimento no ano de 8,9%. No final do ano, a carteira de fundos geridos pela Futuro representava 5,2% do mercado português.

No âmbito dos objectivos traçados para desenvolvimento do segmento empresas no Grupo Montepio, foi lançado, em meados do ano, um novo fundo com a designação de Futuro XXI, com o intuito de alargar a oferta específica neste segmento. Em 2009 foi, ainda, celebrado o 20.º aniversário do PPR 5 Estrelas – o maior e mais antigo Fundo de Pensões do mercado.

Em 2009, o Fundo de Pensões Montepio registou um desempenho muito positivo, tendo a sua rendibilidade anual ascendido a 9,6%, valor que compara muito favoravelmente com a rendibilidade mediana do mercado de fundos de pensões fechados em Portugal em 2009, que terá sido, de acordo com os dados divulgados pela consultora internacional *Mercer*, de 8,8%.

Indicadores Financeiros

Em 2009, as receitas de gestão dos fundos de pensões da Futuro observaram uma ligeira quebra, de 2,9%, resultante da diminuição dos montantes médios sob gestão dos fundos abertos, do exercício de 2008 para o ano em análise. Por seu turno, o segmento dos fundos fechados contribuiu positivamente para o valor recebido em comissões de gestão, reflectindo uma performance acima do mercado dos fundos sob gestão da Futuro.

De realçar a redução dos custos fixos da actividade no exercício de 2009, em 3,0%, consequência do compromisso assumido pela sociedade em manter estes custos em níveis baixos e controlados.

O resultado líquido apurado foi de 0,3 milhões de Euros, o que representou uma taxa de crescimento de 6,2%, em 2009.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activos sob Gestão	**1 121 799**	**1 119 555**	**-2 244**	**-0,2**
Fundos Abertos	***287 201***	***312 764***	***25 563***	***8,9***
Fundos Fechados	***834 598***	***806 791***	***-27 807***	***-3,3***
Comissões de Gestão	**6 527**	**6 339**	**-188**	**-2,9**
Gastos Administrativos *	2 278	2 209	-69	-3,0
Resultado do Exercício	273	290	17	6,2
Rendibilidade do Activo Líquido	3,79%	3,81%	0,02 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	5,53%	5,83%	0,30 p.p.	
Activo Líquido	7 197	7 609	412	5,7
Recursos Próprios	4 944	4 975	31	0,6
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	31	32	1	3,2

* Exclui custos da prestação de serviços de gestão de carteiras realizada pela Montepio Gestão Activos

Perspectivas

Em 2010, a Futuro irá manter o actual modelo de negócio, tendo como principal objectivo o aumento da penetração no mercado das Pequenas e Médias Empresas, aproveitando a capacidade de distribuição do Montepio, designadamente do Portal na internet.

A par das acções de promoção das subscrições de PPR de forma periódica junto do segmento de Particulares, será, ainda, lançado na rede Montepio o novo Fundo FUTURO XXI dirigido ao segmento de Empresas.

Montepio RESIDÊNCIAS

RESIDÊNCIAS MONTEPIO – SERVIÇOS DE SAÚDE, SA.

A empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A. é uma empresa do Grupo Montepio, criada no final do ano de 2005, com o objectivo de reforçar a presença do Grupo na área da protecção social e da melhoria de qualidade de vida, em especial no segmento da 3.ª idade. A sua actividade centra-se na gestão de centros de Residências Sénior e na prestação de serviços de apoio domiciliário, através da comercialização dos cartões Vitalidade na rede comercial do Montepio.

Síntese da Actividade

Em 2009, a Residências Montepio inaugurou dois novos centros residenciais, tendo terminado o ano com três centros em funcionamento, nas cidades do Porto, Gaia e Coimbra. Com excepção do centro residencial de Coimbra que foi inaugurado no último mês do ano, com uma taxa de ocupação de cerca de 50%, os restantes dois centros residenciais apresentavam taxas de ocupação superiores a 70%, no final do exercício.

As actividades de Apoio Domiciliário e de tele-assistência, complementares à actividade das Residências Sénior, têm vindo a ser promovidas através da comercialização dos cartões Vitalidade + e Tele-Vitalidade, na rede de balcões do Montepio. O número de aderentes a estes serviços aumentou 34% em 2009.

Perspectivas

Para 2010 está prevista a abertura de mais dois centros residenciais, que em conjunto com as três residências em funcionamento em 2009 deverão gerar um aumento muito significativo das receitas. Em paralelo, a actividade de Apoio Domiciliário deverá registar um importante impulso, resultado do número crescente de residências em funcionamento e das sinergias existentes entre estas duas áreas de negócio.

No desenvolvimento da sua actividade, a Residências Montepio terá como principais objectivos, para o próximo ano, aumentar a taxa de ocupação das Residências em funcionamento, manter níveis de serviço elevados e a custos acessíveis e intensificar as acções de promoção dos serviços disponíveis, em colaboração com a rede de distribuição do Montepio.

De assinalar, ainda, o contributo do Grupo para a criação de emprego na economia, através da Residências Montepio, perspectivando-se que esta sociedade crie 150 novos empregos em 2010, passando assim a contar com cerca de 300 colaboradores.

4.8. RECONHECIMENTO

O ano de 2009 ficou associado à profunda crise económica e social que atingiu a globalidade dos Países e que o nosso País não é, infelizmente, excepção. Efectivamente, os problemas de fundo da economia portuguesa, de natureza mais estrutural, irão prolongar-se para além de 2009 e a eles não ficará indemne a actividade financeira.

Não obstante o Montepio estar inserido nesta conjuntura adversa, continuou – e continua – a reafirmar os seus valores de marca sólida, transparente e segura contribuindo activamente para a realização dos anseios de quantos compõem a nossa sociedade.

Ao longo de quase 170 anos sempre fomos capazes de transformar fragilidades em forças e as adversidades em sucessos e este tem de ser encarado como mais um desafio da sua história.

Consciente das dificuldades, o ano de 2009 foi um ano de grandes desafios e de oportunidades. Um ano em que as capacidades de adaptação, de mudança e de desenvolvimento se revelaram determinantes para o início de uma nova década, e para a qual estamos a preparar a nossa Instituição.

Mas não teria sido possível vencer os grandes desafios, sem o profissionalismo e dedicado empenhamento dos Trabalhadores e demais Colaboradores e sem o apoio e a compreensão dos nossos Associados e Clientes.

De igual modo, nos dirigimos às Autoridades Governamentais, Monetárias e Financeiras, pela colaboração e pelo apoio e confiança que nos dispensaram.

Para além deste conjunto de entidades, deixamos aqui expresso, também, uma palavra de agradecimento e apreço dirigida aos Senhores Membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho Geral, pela confiança e apoio sempre prestado.

Antes de terminar este Relatório, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia Geral o acompanhe, quer num voto de agradecimento às entidades e pessoas referidas, quer num voto de pesar por todos os Associados e Trabalhadores falecidos no decorrer do ano findo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

4.9. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

A presente declaração é feita nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Este Conselho de Administração tomou posse no dia 11 de Janeiro de 2010 mas confirmamos que, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas, com referência a 31 de Dezembro de 2009, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Mais se declara que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

5. Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Certificação Legal de Contas e Relatórios de Auditoria

5.1. MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

ACTIVO	NOTAS	2009			2008
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		**58 732**	**6 616**	**52 116**	**46 987**
Terrenos e Recursos Naturais	7	3 754		3 754	3 729
Edifícios e Outras Construções	7	17 650	6 616	11 034	12 758
Outras Imobilizações Corpóreas	7	90		90	89
Imobilizações em Curso	7	37 238		37 238	30 411
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		**1 911 835**	**65 569**	**1 846 266**	**1 613 448**
Participação Financeira Institucional	9	760 000		760 000	660 000
Participações Financeiras Diversas	9	81 965		81 965	51 094
Partes de Capital – Acções Diversas	8	4 274	1 228	3 046	4 926
Obrigações e Títulos de Participação	8	687 177	14 707	672 470	592 363
Empréstimos de Financiamento		3 606		3 606	3 533
Investimento em Imóveis	7	164 270	44 122	120 148	112 699
Outras Aplicações Financeiras	8	210 543	5 512	205 031	188 833
DÍVIDAS DE TERCEIROS		**2 419**	**544**	**1 875**	**7 588**
Associados		495		495	568
Estado e Outros Entes Públicos	17	1 334		1 334	1 526
Devedores Diversos		590	544	46	5 494
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS		**25 106**		**25 106**	**23 202**
Obrigações e Títulos de Participação	8	28 509		28 509	25 038
Derivados ao Justo Valor Negativo	8	(3 403)		(3 403)	(1 836)
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA		**673 394**		**673 394**	**896 890**
Depósitos Bancários	35	673 394		673 394	896 890
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		**11 020**		**11 020**	**12 211**
Acréscimos de Proveitos	32	11 020		11 020	12 029
Custos Diferidos	32				182
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			**50 738**		
TOTAL DE PROVISÕES			**21 991**		
TOTAL DO ACTIVO		**2 682 506**	**72 729**	**2 609 777**	**2 600 326**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

(milhares de euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2009	2008
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundo Social			
Fundos Próprios	23	79 436	75 971
Excedentes Técnicos	20 e 23	72 469	60 954
Reservas de Reavaliação	10 e 23	5 616	(20 862)
Reservas Legais	23	168 471	169 866
Outras Reservas	23	34 580	1 581
Resultados Transitados	23		45 273
Resultado Líquido do Exercício		42 533	9 390
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS		**403 105**	**342 173**
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		**2 201 184**	**2 053 801**
Provisões Matemáticas para Encargos com Modalidades Associativas	20 e 23	2 114 982	1 964 413
Subvenções e Melhorias de Benefícios	20 e 23	86 202	89 388
DÍVIDAS A TERCEIROS		**4 744**	**203 551**
Beneficiários		2 362	2 244
Dívidas a Instituições de Crédito	33		200 000
Estado e Outros Entes Públicos	17	803	702
Fornecedores		189	77
Outros Credores		1 390	528
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		**744**	**801**
Acréscimos de Custos	32	744	801
TOTAL DO PASSIVO		**2 206 672**	**2 258 153**
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS E PASSIVO		**2 609 777**	**2 600 326**
CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS			
Administração de Fundações	18	961	2 329
Responsabilidades Assumidas por Terceiros	18	31 595	37 489
Responsabilidades Assumidas perante Terceiros	18	15 945	36 636
Outras Contas Extrapatromoniais	18	10 988	6 894

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

DÉBITO		NOTAS	2009	2008
CUSTOS E PERDAS				
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS			**504 581**	**582 246**
Aumento das Provisões Matemáticas			321 658	355 924
Outros Custos das Modalidades Associativas				
Prestações			3 613	3 132
Capitais Vencidos		36	158 770	195 588
Subvenções e Melhorias de Benefícios			7 561	7 784
Rendas Vitalícias			2 724	2 738
Outros Custos Inerentes a Associados			10 255	17 080
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			**2 681**	**2 413**
CUSTOS COM O PESSOAL		26	**6 904**	**6 976**
AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO		7	**353**	**380**
PROVISÕES			**314**	**127**
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS			**718**	**749**
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS FINANCEIROS		27	**7 652**	**21 317**
JUROS E CUSTOS SIMILARES		27	**10 943**	**11 897**
	(A)		**534 146**	**626 105**
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS			**4 240**	**2 842**
Donativos		29	144	58
Perdas em Imobilizações		29	3 971	2 678
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores		29	111	102
Outras Perdas Extraordinárias		29	14	4
TOTAL DOS CUSTOS	**(C)**		**538 386**	**628 947**
RESULTADO DO EXERCÍCIO			**42 533**	**9 390**
TOTAL DO DÉBITO			**580 919**	**638 337**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

(milhares de euros)

CRÉDITO	NOTAS	2009	2008
PROVEITOS E GANHOS			
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS		**486 051**	**515 600**
Redução das Provisões Matemáticas		181 854	217 263
Outros Proveitos das Modalidades Associativas			
Jóias		285	387
Quotizações		77 280	70 933
Capitais Recebidos		224 330	224 210
Rendas Vitalícias		777	891
Outros Proveitos Inerentes a Associados		1 525	1 916
PROVEITOS SUPLEMENTARES		**8**	**6**
COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		**11 147**	**25 632**
Dotação da Caixa Económica	23	11 147	25 632
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		**78 225**	**89 771**
Juros Obtidos	27	43 830	65 593
Rendimento de Imóveis	27 e 28	17 499	16 218
Rendimento de Participações de Capital	27	2 694	3 104
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	27	12 657	3 027
Proveitos de Operações de Cobertura	27	1 545	1 829
	(B)	**575 431**	**631 009**
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		**5 488**	**7 328**
Ganhos em Imobilizações	29	1 461	6 968
Redução de Amortizações e Provisões	29	3 782	
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	29	221	353
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	29	24	7
TOTAL DO CRÉDITO	**(D)**	**580 919**	**638 337**
RESUMO:			
RESULTADOS CORRENTES	(B)-(A)	41 285	4 904
RESULTADO LÍQUIDO	(D)-(C)	42 533	9 390

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento / (Recebimento) de fornecedores	825	(283)
Devedores e credores	5 104	(5 638)
Custos inerentes a associados	(182 923)	(226 322)
Proveitos inerentes a associados	304 196	298 337
Associados e beneficiários	207	(86)
Outros proveitos operacionais	45	48
Outros custos operacionais	(10 160)	(9 365)
Fundos próprios	(830)	(829)
Excedentes técnicos		(2 957)
Custos e proveitos extraordinários	(143)	35
Impostos	292	124
	116 613	**53 064**
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Participações financeiras diversas	(28 483)	(7 506)
Imóveis	15 129	9 194
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos de crédito	(36 235)	(228 904)
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos negociáveis	(2 156)	27 062
Depósitos a prazo	283 497	(39 566)
Papel comercial	414	(15 000)
Juros de depósitos à ordem	1 013	4 210
Imobilizações corpóreas	(19 336)	(16 381)
Imobilizações incorpóreas		(68)
	213 843	**(266 959)**
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Participação institucional	(100 000)	(25 000)
Resultados transferidos da CEMG	11 272	25 757
Empréstimos de financiamento	1 440	(656)
Empréstimos bancários	(200 194)	200 000
	(287 482)	**200 101**
Variação Líquida em Caixa e Equivalentes	42 974	(13 794)
Caixa e Equivalentes no início do período	73 920	87 714
Caixa e Equivalentes no fim do período	116 894	73 920

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

Introdução

O Montepio Geral – Associação Mutualista («Associação») é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em 4 de Outubro de 1840.

A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver acções de protecção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

O Montepio Geral – Associação Mutualista é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. Iniciou a sua actividade em 4 de Outubro de 1840 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

A Associação prepara as suas Demonstrações Financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de Dezembro. Até 31 de Dezembro de 2007, a Associação preparava as suas Demonstrações Financeiras de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no citado Plano de Contas.

Em 31 de Dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia nessa data.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board («IASB») e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Comitee («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas com base nos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2009.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas Demonstrações Financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2008.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros activos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nos IFRS requer que a Associação efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das Demonstrações Financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.15.

As presentes notas às Demonstrações Financeiras respeitam a ordem estabelecida pelo Plano de Contas das Associações Mutualistas, pelo que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de situações a reportar.

A Associação não prepara Demonstrações Financeiras consolidadas. Nesta base, as Demonstrações Financeiras anexas da Associação não reflectem as variações patrimoniais que resultariam da aplicação de critérios de consolidação das participações financeiras diversas e da participação financeira institucional.

As Demonstrações Financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.2. IMOBILIZADO CORPÓREO

O imobilizado corpóreo encontra-se valorizado ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com o imobilizado corpóreo são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	N.º de anos
Instalações interiores	10
Edifícios e outras construções	50

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 - Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

3.3. INVESTIMENTO EM IMÓVEIS

A Associação classifica como Investimento em imóveis os edifícios arrendados.

Os Investimentos em imóveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

	N.º de anos
Investimento em imóveis	50

Quando existe indicação de que um investimento em imóveis possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um investimento em imóveis exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do um investimento em imóveis e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com os investimentos em imóveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

3.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (INSTITUCIONAL E DIVERSAS)

As participações financeiras correspondem a participações no capital de empresas em que o interesse da sua manutenção esteja ligado à actividade da Associação e da sua Caixa Económica.

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Associação exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Associação detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Associação detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presu-

mido que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Associação exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade.

3.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação («*trade date*»), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa («*discounted cash flows*») e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

3.6. CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Classificação

Conforme referido na nota 3.1, a Associação alterou as suas políticas contabilísticas tendo adoptado os critérios de reconhecimento e mensuração definidos nos IFRS. Nessa base a estrutura e nível de divulgação de informação das demonstrações financeiras não foram alterados.

Nessa base, para efeitos de mensuração dos instrumentos financeiros de acordo com os requisitos definidos no IAS 39 – Instrumentos financeiros, a Associação classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

  Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

  A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

  - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
  - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
  - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos disponíveis para venda*

  Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação («*trade date*»), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente («*bid-price*»). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Associação não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

3.7. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

3.8. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3.9. PROVISÕES DE COBRANÇA DUVIDOSA

A provisão para cobranças duvidosas é baseada na evolução das dívidas de cobrança duvidosa, sendo apresentada como dedução ao saldo de clientes de cobrança duvidosa.

A avaliação desta provisão é efectuada trimestralmente pela Associação, tomando em consideração o período de incumprimento.

3.10. RECONHECIMENTO DE CUSTOS E PROVEITOS

Os proveitos e os custos são registados no período a que dizem respeito, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

3.11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das Demonstrações Financeiras, a Associação efectua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos actuariais mais adequados face à realidade actual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efectuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detectada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

3.12. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido.

3.13. DESPESAS RELATIVAS À CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afectos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Comunicações e Relações Associativas e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação Mutualista, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial (ver nota 26).

3.14. LUCROS DISTRIBUÍDOS PELA CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

Os lucros recebidos da Caixa foram repartidos entre as rubricas de fundos próprios e comparticipações e subsídios à exploração da demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a referida distribuição (ver nota 35).

3.15. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na Nota 3 às Demonstrações Financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das Demonstrações Financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano de 2009, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Provisões técnicas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais. As provisões são revistas, anualmente, por actuários independentes.

6. Número de Associados

Em 31 de Dezembro de 2009, a Associação possuía 442 091 (2008: 431 596) Associados efectivos, que efectuaram 763 032 inscrições (2008: 729 228). Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2009	2008
Modalidades individuais:		
Capitais de reforma	234 667	232 433
Garantia de pagamento de encargos	143 301	144 476
Capitais de previdência diferidos com opção	135 243	126 646
Poupança reforma	21 150	18 378
Capitais para jovens	11 347	9 258
Capitais de previdência	7 481	6 911
Capitais de reforma com prazo certo	29 356	18 414
Pensões de reforma	6 162	5 879
Pensões de sobrevivência e dotes	1 725	1 779
Outros	2 742	2 816
	593 174	566 990
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma – restituição de quotas	6 072	5 810
Capital temporário de invalidez	292	307
Pensões de reforma – adicional de invalidez	246	272
Quotas para capitais de garantia	30	31
	6 640	6 420

7. Imobilizações e investimentos em imóveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imobilizações corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	3 754	3 729
Edifícios e outras construções	17 650	19 022
Outras imobilizações corpóreas	90	89
Imobilizações em curso	37 238	30 411
	58 732	53 251
Investimentos financeiros:		
Investimento em imóveis	164 270	154 126
	223 002	207 377
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(3 073)	(2 944)
Relativas a exercícios anteriores	(47 665)	(44 747)
	(50 738)	(47 691)
	172 264	159 686

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Imobilizações em curso inclui o montante de Euros 36 698 000 (2008: Euros 29 872 000) referente a custos incorridos com a construção de complexos habitacionais de residências assistidas e unidades de cuidados continuados.

Os movimentos da rubrica Imobilizações e investimentos financeiros, durante o exercício de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Transf. Euros '000	Abates/ Regularizações Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	3 729	25	–	–	3 754
Edifícios e outras construções	19 022	340	3	(1 715)	17 650
Outras imobilizações corpóreas	89	1	–	–	90
Imobilizações em curso	30 411	17 349	(10 477)	(45)	37 238
	53 251	17 715	(10 474)	(1 760)	58 732
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	154 126	2 392	10 474	(2 722)	164 270
	207 377	20 107	–	(4 482)	223 002
Amortizações acumuladas:					
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	6 264	352	–	–	6 616
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	41 427	2 720	–	(25)	44 122
	47 691	3 072	–	(25)	50 738

8. Carteira de títulos

Conforme referido na nota 3.6, os outros activos financeiros foram classificados nas várias categorias do IAS 39 Instrumentos financeiros e mensurados ao justo valor com as variações reflectidas nas reservas ou nos resultados de acordo com a política contabilística associada a cada carteira.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos classificados como disponíveis para venda são analisados como segue:

	Euros '000				
	Custo amortizado	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa		
Acções diversas	6 808	70	(595)	(1 357)	4 926
Obrigações e títulos de participação	595 767	3 650	(26 422)	(14 517)	558 478
Outras aplicações	190 708	4 260	(1 825)	(4 310)	188 833
31 de Dezembro de 2008	**793 283**	**7 980**	**(28 842)**	**(20 184)**	**752 237**
Acções diversas	4 253	111	(90)	(1 228)	3 046
Obrigações e títulos de participação	676 679	8 217	(18 717)	(14 707)	651 472
Outras aplicações	194 448	17 494	(1 399)	(5 512)	205 031
31 de Dezembro de 2009	**875 380**	**25 822**	**(20 206)**	**(21 447)**	**859 549**

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Valor de balanço – Obrigações	20 998	33 885
Valor de aquisição	*24 788*	*41 675*

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos classificados como detidos para negociação são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Valor de balanço – Obrigações	28 509	25 038
Valor de aquisição	*28 169*	*24 821*

No Anexo I é apresentado o inventário de títulos com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os derivados são analisados como segue:

	2009 Euros '000		2008 Euros '000	
	Nocional	**Justo Valor**	**Nocional**	**Justo valor**
Contratos sobre crédito				
Credit Default Swaps	10 500	(21)	30 000	(1 000)
Contratos sobre taxas de juro				
Interest Rate Swaps	25 000	(3 463)	25 000	(930)
Contratos sobre índices				
Call Options	104	81	104	66
Put Options	–	–	36	28
		(3 403)		(1 836)

A provisão para a carteira de títulos corresponde à imparidade determinada de acordo com os critérios estabelecidos pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros. O movimento ocorrido nesta rubrica, durante o exercício de 2009, é apresentado como segue:

	Euros '000			
	Saldo em 1 Janeiro	**Reforços**	**Reversões**	**Saldo em 31 Dezembro**
Acções, obrigações e outras aplicações financeiras	20 184	4 932	(3 669)	21 447

9. Participações financeiras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Participação financeira institucional	760 000	660 000
Participações financeiras diversas	81 965	51 094
	841 965	711 094

Durante o exercício de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 100 000 000, tendo sido integralmente subscrito pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

No decurso do exercício de 2009, o Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu à aquisição de uma participação de 35,5% na NEBRA, Energias Renovables, SL no montante de Euros 611 000.

Ainda no exercício de 2009, o Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu à realização de capital previamente subscrito das Residências Montepio – Serviços de Saúde, S.A. no montante de Euros 510 000.

Durante o exercício de 2009, o Montepio Geral – Associação Mutualista entregou à Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A. o montante de Euros 29 750 000 a título de prestações suplementares de capital.

A rubrica Participações financeiras pode ser analisada como segue:

	2009					
	Capital Social	Número acções	Percentagem de Participação	Custo Aquisição Euros '000	Capitais próprios (*) Euros '000	Valor Balanço Euros '000
Subsidiárias e associadas						
Caixa Económica Montepio Geral	760 000	–	100,00%	760 000	995 234	760 000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	25 581	3 285 475	64,22%	53 519	54 967	53 519
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 000	328 893	41,11%	9 647	16 501	9 647
Nova Câmbios, S.A.	750	4 500	30,00%	227	354	227
Silvip, S.A.	750	3 960	26,40%	308	677	308
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 567	52 822	61,74%	1 963	3 071	1 963
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	1 200	239 655	99,86%	1 331	2 622	1 331
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	10 000	100,00%	50	26	50
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	13 500	123 700	91,63%	12 370	11 336	12 370
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3 000	1 529 700	50,99%	1 530	188	1 530
Sagies, S.A.	500	27 000	27,00%	97	222	97
Leacock (Seguros), Lda.	300	a)	81,00%	242	1 886	242
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	100	700	70,00%	70	67	70
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	3 550	35,50%	611	n d	611
						841 965

a) Representada por quotas

* Os capitais próprios atribuíveis são relativos às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

A participação financeira institucional corresponde ao capital institucional (100%) na Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o balanço da Caixa pode ser resumido como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	305 018	254 742
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	51 745	92 125
Outros créditos sobre instituições de crédito	370 884	166 781
Créditos a clientes	14 448 162	14 724 822
Activos financeiros detidos para negociação	103 195	58 655
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 192	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	3 164 510	1 886 107
Derivados de cobertura	5 109	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	33 523	39 912
Investimentos em associadas	43 297	30 626
Activos não correntes detidos para venda	128 599	92 312
Outros activos tangíveis	91 173	85 847
Activos intangíveis	16 151	14 776
Outros activos	130 226	100 916
Total do Activo	18 895 784	17 559 379
Passivo		
Recursos de bancos centrais	502 353	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	945 400	1 073 122
Recursos de clientes	8 881 046	8 009 242
Responsabilidades representadas por títulos	4 583 307	4 670 942
Passivos financeiros detidos para negociação	41 345	37 643
Derivados de cobertura	598	1 234
Provisões	102 800	102 908
Outros passivos subordinados	381 043	386 872
Outros passivos	2 462 658	1 567 317
Total do Passivo	17 900 550	16 702 083
Situação Líquida		
Capital	760 000	660 000
Reservas de justo valor	(28 600)	(48 064)
Outras reservas e resultados transitados	226 056	210 049
Lucro do exercício	37 778	35 311
Total da Situação Líquida	995 234	857 296
	18 895 784	17 559 379

10. Critérios de reavaliação de investimentos financeiros

De acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros, os activos classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida.

11. Discriminação da reavaliação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Custo Aquisição Amortizado * Euros '000	Reserva de Reavaliação Euros '000	Valor de Balanço Euros '000
Acções diversas	3 025	21	3 046
Obrigações e títulos de participação	661 972	(10 500)	651 472
Outras aplicações financeiras			
Títulos da dívida pública	74 804	1 385	76 189
Fundos de investimento	99 132	14 701	113 833
Papel comercial	15 000	9	15 009
	853 933	5 616	859 549

* O custo de aquisição amortizado encontra-se deduzido de perdas por imparidade.

17. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Activo:		
IVA a recuperar	432	324
IVA – reembolsos pedidos	902	1 202
	1 334	1 526
Passivo:		
IRS retenções na fonte	96	82
IVA apuramento	706	618
Imposto do selo	1	2
	803	702

18. Contas extrapatrimoniais

Os saldos desta conta são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Responsabilidades assumidas perante terceiros	15 945	36 636
Valores recebidos em depósito e administração	961	2 329
Responsabilidades assumidas por terceiros	31 595	37 489
Outras contas extrapatrimoniais	10 988	6 894

A rubrica «Valores recebidos em depósito e administração», diz respeito ao património de várias fundações e de alguns prémios atribuídos em diversos âmbitos, que são geridos pela Associação.

A rubrica «Responsabilidades assumidas perante terceiros» inclui o montante de Euros 10 500 000 (2008: Euros 23 000 000) referente a derivados contratados com a Caixa Económica Montepio Geral, bem como o montante de Euros 5 445 000 (2008: Euros 13 636 000) de empreitadas adjudicadas.

A rubrica «Responsabilidades assumidas por terceiros» inclui o montante de Euros 25 104 000 (2008: Euros 32 140 000) referente a derivados contratados com a Caixa Económica Montepio Geral e ainda o montante de Euros 6 491 000 (2008: Euros 5 349 000) de garantias bancárias.

20. Fundos permanentes

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica dos fundos permanentes das modalidades associativas pode ser analisada como segue:

	2009 Euros '000			
	Provisões matemáticas	**Subvenções e melhorias de benefícios**	**Excedentes técnicos**	**Total**
Capitais de reforma	1 404 021	–	2 934	1 406 955
Capitais de reforma prazo certo	276 676	–	735	277 411
Poupança reforma	68 227	–	–	68 227
Capitais de previdência	11 152	24 969	13 385	49 506
Capitais de previdência diferidos com opção	125 271	7 762	28 825	161 858
Pensões de reforma	132 568	25 931	4 685	163 184
Capitais para jovens	35 311	4 635	10 655	50 601
Pensões de sobrevivência e dotes	6 600	20 680	2 672	29 952
Outros	30 098	2 225	7 887	40 210
	2 089 924	86 202	71 778	2 247 904
Rendas Vitalícias	25 058	–	691	25 749
	2 114 982	86 202	72 469	2 273 653

	2008 Euros '000			
	Provisões matemáticas	**Subvenções e melhorias de benefícios**	**Excedentes técnicos**	**Total**
Capitais de reforma	1 387 018	–	2 957	1 389 975
Capitais de reforma prazo certo	177 684	–	–	177 684
Poupança reforma	58 110	–	–	58 110
Capitais de previdência	10 520	25 011	11 898	47 429
Capitais de previdência diferidos com opção	111 708	9 084	24 406	145 198
Pensões de reforma	124 440	25 845	2 077	152 362
Capitais para jovens	33 656	5 502	9 818	48 976
Pensões de sobrevivência e dotes	6 889	21 550	3 448	31 887
Outros	28 193	2 396	6 344	36 933
	1 938 218	89 388	60 948	2 088 554
Rendas Vitalícias	26 195	–	6	26 201
	1 964 413	89 388	60 954	2 114 755

Em 31 de Dezembro de 2009, o grau de cobertura do património líquido sobre as provisões matemáticas corresponde a 116% (2008: 114%). As provisões matemáticas incluem o montante de Euros 67 793 000 (2008: 66 166 000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 3.11. A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2009 foi de 3,75% (2008: 3,75%).

23. Fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos

As rubricas incluídas nos fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos têm a seguinte composição:

	Saldos em 1 Janeiro Euros '000	Distribuição de resultados da Associação Euros '000	Distribuição de resultados da Caixa Euros '000	Distribuição de resultados transitados	Variação líquida das provisões matemáticas Euros '000	Transf. e dotações Euros '000	Outros Euros '000	Saldos em 31 Dezembro Euros '000
Fundos próprios e permanentes:								
Fundos próprios	75 971	7 740	125	1 472	–	(5 872)	–	79 436
Excedentes técnicos	60 954	4 308	–	10 914	–	(2 662)	(1 045)	72 469
	136 925	12 048	125	12 386	–	(8 534)	(1 045)	151 905
Reservas e resultados transitados:								
Reservas de reavaliação	(20 862)	–	–	–	–	–	26 478	5 616
Reservas gerais	169 866	4 465	–	7 099	–	(12 959)	–	168 471
Resultados transitados	45 273	–	–	(45 273)	–	–	–	–
Outras reservas	1 581	2 308	–	25 788	–	4 903		34 580
	195 858	6 773	–	(12 386)	–	(8 056)	26 478	208 667
Provisões para riscos e encargos:								
Provisões matemáticas	1 964 413	11 943	–		144 019	(5 410)	17	2 114 982
Subvenções e melhorias de benefícios	89 388	–	–		(4 214)	–	1 028	86 202
	2 053 801	11 943	–	–	139 805	(5 410)	1 045	2 201 184
	2 386 584	30 764	125	–	139 805	(22 000)	26 478	2 561 756

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante referido como «Outros» em termos do movimento dos Excedentes técnicos inclui a atribuição de melhorias de benefícios às modalidades actuariais e o custo com a actualização das rendas vitalícias.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, a Associação recebeu resultados da Caixa (nota 35), tendo efectuado o seu registo nas seguintes rubricas:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Comparticipações e subsídios à exploração	11 147	25 632
Fundos próprios	125	125
	11 272	25 757

Em conformidade com os Estatutos da Associação, os Fundos Permanentes destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

a) Provisões matemáticas – Encontram-se reflectidas no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos e destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros Estas provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 3.11.

b) Subvenções e melhorias de benefícios – Encontram-se reflectidas no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos e traduzem as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases actuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

Respondem ainda pelas responsabilidades assumidas pela Associação os valores apresentados nas seguintes rubricas do capital próprio:

a) Excedentes técnicos – Parte dos fundos permanentes, não afectos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

b) Reservas gerais – Estas reservas são dotadas com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respectivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respectivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

26. Custos com o pessoal

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afectos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Comunicações e Relações Associativas e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação Mutualista, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante de custos com pessoal suportado pela Associação ascende a Euros 6 904 000 (2008: Euros 6 976 000).

27. Demonstração de resultados financeiros

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	43 830	65 593
Rendimento de imóveis	17 499	16 218
Rendimentos de participações de capital	2 694	3 104
Outros proveitos e ganhos financeiros	12 657	3 027
Operações de cobertura	1 545	1 829
	78 225	89 771
Custos e perdas:		
Juros suportados	166	28
Conservação e reparação de edifícios	2 653	1 602
Outros custos e perdas financeiras	6 940	8 915
Operações de cobertura	1 184	1 352
Juros e custos similares	10 943	11 897
Amortizações de investimentos em imóveis	2 720	2 564
Provisões para aplicações financeiras	4 932	18 753
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	7 652	21 317
	18 595	33 214
Resultado financeiro	59 630	56 557

28. Rendimento de imóveis

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros' 000		
	Valor de balanço	Despesas de conservação e reparação	Rendimento dos imóveis
Imóveis	185 674	2 653	17 499

29. Demonstração de resultados extraordinários

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	1 461	6 968
Redução de provisões e amortizações	3 782	–
Correcções relativas a exercícios anteriores	221	353
Outros proveitos e ganhos extraordinários	24	7
	5 488	7 328
Custos e perdas:		
Donativos	144	58
Perdas em imobilizações	3 971	2 678
Correcções relativas a exercícios anteriores	111	102
Outros custos e perdas extraordinários	14	4
	4 240	2 842
Resultado extraordinário	1 248	4 486

32. Acréscimos e diferimentos

As rubricas de Acréscimos e diferimentos são analisadas como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Acréscimo de proveitos:		
Juros a receber		
Títulos	7 685	9 443
Depósitos a prazo	3 324	2 575
Outros proveitos a receber		
Outros	11	11
	11 020	12 029
Custos diferidos	–	182
Acréscimos de custos	744	801

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Acréscimos de custos inclui o montante de Euros 600 000 (2008: Euros 774 000), relativo a responsabilidades com férias e subsídio de férias.

33. Dívidas a instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008, a Associação Mutualista firmou um contrato de venda com acordo de recompra de títulos de rendimento fixo com a Caixa Económica – Montepio Geral no montante de Euros 200 000 000.

Importa referir que os activos vendidos não foram desreconhecidos uma vez que os riscos e os benefícios subjacentes aos títulos referidos eram da Associação Mutualista.

No início de 2009, o contrato acima referido atingiu o seu termo.

34. Imposto sobre o rendimento

A Associação é uma instituição particular de solidariedade social que beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea *b*) do número 1 do artigo 10.º do respectivo Código. Tal isenção foi confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996

35. Transacções com a Caixa Económica Montepio Geral

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos e as principais transacções efectuadas com a Caixa durante os exercícios findos nessas datas, foram os seguintes:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Depósitos à ordem	116 894	73 920
Depósitos a prazo	556 500	822 970
Empréstimos obtidos (nota 33)	–	200 000
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	11 729	11 219
Distribuição de resultados relativos ao exercício anterior (nota 23)	11 272	25 757
Aumento de capital institucional da Caixa (nota 9)	100 000	25 000

36. Capitais vencidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Capitais de reforma	117 620	164 336
Capitais de previdência diferidos com opção	26 382	24 973
Capitais de reforma prazo certo	6 898	–
Capitais para jovens	3 882	3 445
Outros	3 988	2 834
	158 770	195 588

A rubrica Capitais vencidos corresponde aos reembolsos de capitais relativos a modalidades cujo benefício se processa por amortização parcial ou total dos valores entregues pelos Associados. Estes reembolsos são deduzidos às responsabilidades da Associação para efeitos do apuramento periódico das provisões matemáticas.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA			**873 479**		**875 380**	**(21 447)**		**859 549**
ACÇÕES			***4 253***		***4 253***	***(1 228)***		***3 046***
EDP RENOVÁVEIS		6,83	786	6,83	786	(120)	6,63	762
NEBRA		172,63	164	172,63	164	–	172,11	164
ETFS SHORT DAX		102,04	1 000	102,04	1 000	(356)	65,60	643
ETFS SHORT DJ Eurostoxx 50		57,77	840	57,77	840	(317)	34,57	503
MOÇAMBIQUE – Companhia de Seguros		6,38	379	6,38	379	(159)	3,72	221
CLÍNICA SANTA MARIA DE BELÉM		7,44	493	7,44	493	–	6,49	430
E.I.A.		4,99	349	4,99	349	(236)	1,62	113
HOSPITAL DO CORAÇÃO		40,00	2	40,00	2	–	49,88	2
ESOFICATRA		24,00	36	24,00	36	–	20,10	30
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS		1,28	77	1,28	77	(40)	0,85	51
BANCO BPI		2,12	127	2,12	127	–	2,12	127
OBRIGAÇÕES			***674 716***		***676 679***	***(14 707)***		***651 472***
CRPC Outubro 2008/2013	37 000	1,00	37 000	1,00	37 000	–	1,02	37 670
CEMG Jun08-2018	28 000	1,00	28 000	1,00	28 000	–	0,97	27 295
CEMG Inflação 2008-2016	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,97	4 866
CRPC Fevereiro 2009/2014	15 000	1,00	15 000	1,00	15 000	–	0,98	14 729
CRPC Março 2009/2014 – 2S	19 000	1,00	18 993	1,00	18 994	–	0,98	18 683
CRPC SETEMBRO 2009/2014 – 7S	10 000	1,00	10 000	1,00	10 000	–	1,00	10 001
CRPC SETEMBRO 2009/2017 – 1S	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,99	4 967
CRPC SETEMBRO 2007/2012 – 2S	29 000	1,00	29 000	1,00	29 000	–	1,01	29 205
CRPC SETEMBRO 2008/13 – 2.ª EMISSÃO	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	1,01	2 017
CRPC 2009/2014 – 8 SERIE	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,00	5 008
OB CX TX VAR CEMG 2009/12	24 000	1,00	24 000	1,00	24 000	–	1,00	24 030
OB CX TX VAR CEMG 2009/13	1 700	1,00	1 700	1,00	1 700	–	1,00	1 703
CRPC 2009/2014 – 9 SERIE	7 000	1,00	7 000	1,00	7 000	–	0,99	6 955
CRPC 2009/2014 – 10 SERIE	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,00	4 976
CRPC Setembro 2008/2013	31 500	1,00	31 500	1,00	31 500	–	1,04	32 675
BELGACOM SA DROIT PUB	400	1,00	399	1,00	399	–	1,04	415
FORTIS BANK SA/NV	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	1,00	2 004
DEUTSCHE POSRBANK	2 000	1,00	1 994	1,00	1 996	–	0,90	1 790
LRP LB RHEINLAND – PFALZ	1 000	0,99	987	1,00	998	–	1,01	1 007
HYPOVERREINSBANK LUX	1 000	1,03	1 032	1,01	1 010	–	1,01	1 008
PORCHE INTL FINANCE	4 000	1,00	4 000	1,00	4 000	–	0,98	3 925
METRO AG	500	1,00	500	1,00	500	–	1,00	499
COMMERZBANK AG	4 000	0,99	3 967	0,99	3 977	–	0,90	3 610
DRESDNER BANK AG	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	1,00	1 504
LB BADEN – WUERTTEMBERG	1 000	1,00	998	1,00	999	–	1	1 052
BILBAO BIZKAIA KUTXA	2 000	1,00	1 996	1,00	1 997	–	0,87	1 731
CAJA ZARAGOZA ARAGON & R	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,78	1 560
CAJA SEVILLA MONPIS	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,51	2 550
AYT DEUDA SUBORDINADA	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,95	1 420
BANKINTER SA	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,99	986
BANCO DE VALENCIA SA	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,91	1 815
CAJA DE AHORROS GALICIA	3 500	1,00	3 497	1,00	3 499	–	0,98	3 442
CAIXA ESTALVIS TERRASSA	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,96	963
CAJA CANTABRIA	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,99	1 974
ABS BANCO POPULAR	100	1,00	100	1,00	100	–	0,94	94

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
PYME BANCO POPULAR (POPY 2006-1 B)	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,40	596
CEMG Abr/2012	6 000	1,00	6 000	1,00	6 000	–	1,05	6 293
VEOLIA ENVIRONNEMENT 2013	3 000	1,03	3 083	1,01	3 043	–	1,06	3 179
COMPAGNIE DE ST GOBAIN	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	1,03	2 057
VEOLIA ENVIRONNEMENT	1 000	0,99	990	0,99	993	–	1,01	1 009
COFIDIS	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,99	1 982
CIE FINANCIERE DU CRED	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,89	890
NATIXIS	1 750	1,00	1 749	1,00	1 749	–	0,87	1 514
BANQUES POPULAIRES CB	1 700	1,00	1 696	1,00	1 697	–	1,05	1 786
CAISSE REFINANCE L´HABIT	1 000	0,99	994	1,00	997	–	1,03	1 028
VIVENDI 5Y	100	1,00	100	1,00	100	–	1,15	115
CREDICO FUNDING SRL	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,98	980
SOMEC/94	150	0,99	149	0,99	149	(149)	0,00	–
BCPPL 0 05/09/14	2 000	1,00	1 998	1,00	1 998	–	0,96	1 916
BCP FLOAT 28-MAY-2010	2 000	0,99	1 980	0,99	1 981	–	1,00	2 002
BESPL 0 05/08/13	2 000	1,00	1 997	1,00	1 999	–	0,97	1 945
BANCO ESPIRITO SANTO 2008-2010	2 000	0,97	1 944	0,99	1 988	–	1,00	2 004
BESPL Float 02/13	1 200	1,00	1 198	1,00	1 198	–	1,00	1 200
BOLSIMO – Gestão de Activos	25 000	1,00	25 000	1,00	25 000	–	1,00	24 997
BRISA AUTO ESTRADAS PORTUGAL	1 300	0,97	1 258	0,97	1 262	–	1,00	1 297
BANCO SANTANDER TOTTA SA	1 000	1,00	997	1,00	999	–	1,04	1 037
CAIPL 0 08/30/11	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,02	5 103
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 5y (Fev/2014)	1 500	1,00	1 496	1,00	1 496	–	1,06	1 588
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	1 000	0,99	989	0,99	993	–	1,00	998
CGD COVERED	1 000	1,00	998	1,00	998	–	1,02	1 016
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 2010	6 000	0,99	5 946	1,00	5 984	–	1,00	6 014
CEMG 2013	9 200	0,75	6 900	0,82	7 505	–	0,98	8 981
MONTPI 0 02/28/18	20 456	0,99	20 328	0,99	20 351	–	0,98	19 955
MONTPI 0 07/23/18	17 070	0,99	16 921	0,99	16 943	–	0,98	16 658
LUSITANIA VIDA/2007	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,97	4 853
PTIPL 0 03/29/10	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,00	4 998
PTIPL 0 10/27/12	4 500	1,00	4 500	1,00	4 500	–	1,00	4 501
REN Redes Energéticas	1 100	1,00	1 096	1,00	1 097	–	1,10	1 214
BEI/96-16	379	1,00	381	1,00	380	–	1,26	479
SUN LIFE CANADÁ FUNDING	750	1,00	749	1,00	750	–	1,02	764
BESPL 6.25 05/11	1 000	1,04	1 043	1,04	1 037	–	1,04	1 040
DT 7,125 07/11/11	1 000	1,08	1 077	1,08	1 076	–	1,07	1 072
BNP PARIBAS	500	1,00	500	1,00	500	–	0,94	470
VOLKSWAGEN FIN SERV AG	500	1,03	517	1,02	508	–	1,06	528
TELECOM ITALIA SPA	500	1,06	531	1,03	513	–	1,07	534
EADS FINANCE B. V.	1 000	1,01	1 008	1,00	1 000	–	1,00	1 003
REPSOL INTL FINANCE	1 000	1,03	1 035	1,02	1 019	–	1,06	1 056
CEMG PELICAN MORTAGES 2A	1 692	0,85	1 438	0,86	1 449	–	0,87	1 473
BRISA FINANCE BV/2003	2 000	0,99	1 988	1,00	1 996	–	1,04	2 072
NOSTRUM MORTGAGES PLC	3 130	0,98	3 079	0,98	3 081	–	0,88	2 740
THYSSENKRUPP AG	2 000	1,03	2 055	1,01	2 015	–	1,03	2 052
CIMPL 4.5 05/11	653	1,01	662	1,01	661	–	1,02	663
AUTOSTRADE SPA	2 500	1,01	2 515	1,00	2 505	–	1,00	2 500
ROYAL BK OF SCOTLAND PLC	1 000	1,03	1 030	1,03	1 029	–	0,61	610
CITIGROUP GLOBAL MARKETS	1 000	0,68	678	0,72	718	–	0,82	825
F VAN LANSCHOT BANKIERS	1 500	1,00	1 505	1,00	1 501	–	0,99	1 486
PARPUBLICA	5 750	0,99	5 705	1,00	5 729	–	1,06	6 080
DNB NORBANK	2 000	1,00	2 004	1,00	2 003	–	0,95	1 899
BES FINANCE LTD	1 000	0,98	983	0,98	984	–	0,87	870

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
LANDSBANKI ISLANDS	500	0,99	494	0,99	494	(494)	0,00	–
MONTPI var 02/15	9 000	0,92	8 324	0,93	8 398	–	1,03	9 257
PORTUGAL TELECOM 2012	7 500	0,92	6 934	0,97	7 250	–	1,02	7 656
RCI BANQUE SA	1 500	1,00	1 498	1,00	1 500	–	0,99	1 492
CEMG 2012	4 600	1,00	4 580	1,00	4 588	–	0,99	4 538
CAIXA GERAL DEPO PARIS	3 000	0,96	2 873	0,97	2 907	–	0,93	2 804
FINANTIA	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	–	0,98	2 460
BCP FINANCE BANK	1 000	0,95	955	0,97	967	–	0,91	910
ABN AMRO BANK NV	2 000	0,96	1 917	0,97	1 936	–	0,80	1 601
FORTIS BANK	3 000	1,00	3 005	1,00	3 004	–	0,91	2 731
ST GEORGE BANK LTD	1 000	1,00	1 001	1,00	1 000	–	1,00	998
BANCO ITAU EUROPA, AS	2 000	0,98	1 950	0,99	1 990	–	0,99	1 985
MAGEL 3 A	2 529	0,91	2 289	0,91	2 290	–	0,83	2 089
HSBC FINANCE CORP	1 000	1,00	1 003	1,00	1 000	–	0,98	980
ALPHA CREDIT GROUP PLC	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,97	968
DEUTSCHE BANK AG	1 000	0,96	956	0,97	966	–	0,94	940
SEB 0 09/28/17	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,87	871
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL 2010	8 000	0,98	7 801	0,99	7 947	–	0,99	7 948
ING VERZEKERINGEN NV	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,99	986
PREPS 2005-2 B1	3 000	0,99	2 963	0,99	2 963	(2 826)	0,05	137
TELECOM ITALIA SPA	500	1,00	500	1,00	500	–	0,99	493
FORTIS BANQUE LUXEMBOURG	2 000	0,94	1 881	0,95	1 907	–	0,85	1 705
BANCHE POPOLARI UNITE 2015	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,93	1 860
KBC IFIMA NV	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,64	636
BK TOKYO – MITSUBISHI UFJ	1 000	0,97	968	0,98	979	–	1,00	997
ITAUEU 0 12/22/15	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,71	1 412
CEMG Jan/2011	6 950	0,94	6 543	0,98	6 780	–	0,99	6 880
TELEFONICA EMISIONES SAL	1 000	0,98	980	0,99	995	–	1,02	1 022
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,96	958
CITIGROUP INC	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,89	888
BANCHE POPOLARI UNITE 2011	2 000	1,00	1 997	1,00	1 999	–	0,98	1 968
GE CAPITAL EURO FUNDING	1 500	1,00	1 497	1,00	1 498	–	0,93	1 391
SANTANDER ISSUANCES	500	0,99	497	1,00	498	–	0,95	476
MORGAN STANLEY	1 000	1,00	1 001	1,00	1 000	–	0,93	933
CITIGROUP	1 000	0,94	942	0,98	977	–	1,01	1 013
HSBC FINANCE CORP	2 000	1,00	1 995	1,00	1 997	–	0,95	1 895
BANCO BPI SA, CAYMAN	2 000	1,00	1 998	1,00	2 000	–	1,00	1 996
CEMG 2016 (CALLABLE)	6 000	1,00	6 002	1,00	6 001	–	0,91	5 473
SEDNA FINANCE	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	(2 500)	0,00	0
LEHMAN BROTHERS HOLDINGS	1 000	1,00	998	1,00	998	(898)	0,10	100
ABB INTL FINANCE LTD	1 000	1,01	1 012	1,01	1 006	–	1,05	1 051
TELECOM ITALIA SPA	500	0,99	495	0,99	497	–	1,04	521
SLM CORP	2 000	1,00	1 994	1,00	1 997	–	0,74	1 471
FRANCE TELECOM	1 000	1,00	1 002	1,00	1 000	–	1,00	999
EDP FINANCE	2 000	1,01	2 015	1,00	2 007	–	1,04	2 086
LEHMAN BROTHERS HOLDINGS	2 500	1,00	2 491	1,00	2 491	(2 241)	0,10	250
IBERDROLA FINANZAS	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,00	998
BANCA ITALEASE	2 000	1,00	1 995	1,00	1 997	–	0,80	1 604
ERSTE BANK	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	–	0,81	1 620
PREPS LIMITED PARTNERSHIP	1 200	1,00	1 200	1,00	1 200	(1 142)	0,05	58
SELLA HOLDING BANCA SPA	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,97	969
TELEFONICA EMISIONES SAL	500	1,00	500	1,00	500	–	1,00	500
MERRILL LYNCH & CO	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,93	930
BBVA SENIOR FINANCE	3 000	1,00	2 999	1,00	3 000	–	1,00	3 000

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
VODAFONE GROUP PLC	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	0,99	1 989
ALLIED IRISH BANKS PLC	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,93	934
BANK OF AMERICA CORP	2 000	1,00	1 995	1,00	1 998	–	0,93	1 869
ING VERZEKERINGEN NV	2 000	1,00	1 997	1,00	1 998	–	0,91	1 811
UNICREDITO ITALIANO	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,91	910
ROTHSHILDS CONT FIN PLC	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,94	937
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL 2011	9 000	0,98	8 864	0,99	8 942	–	0,99	8 911
DOURO 2 A1 (SAGRES)	24	1,00	24	1,00	24	–	0,94	23
MEDIOBANCA	2 000	1,00	1 998	1,00	1 998	–	0,95	1 900
CASSA RISPARMIO FIRENZE	1 000	1,00	997	1,00	998	–	0,99	987
BBVA SUB CAPITAL UNIPERS	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,96	1 440
NOMURA EUROPE FINANCE	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,97	966
LUSITANO SME OLC	1 525	1,00	1 525	1,00	1 525	–	0,95	1 444
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN	1 000	1,00	999	1,00	999	–	1,05	1 052
COMMONWEALTH	1 500	1,00	1 497	1,00	1 499	–	0,99	1 492
BANIF FINANCE LTD	4 357	0,98	4 277	0,99	4 321	–	0,97	4 208
OTP BANK PLC	1 000	1,00	1 002	1,00	1 001	–	0,64	640
BANCA SELLA LT2	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	0,70	1 051
BANCA ITALEASE	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,97	971
DNB NOR BANK ASA	3 000	1,00	2 999	1,00	2 999	–	1,00	2 987
CARNIVAL PLC	1 000	1,00	995	1,00	997	–	1,01	1 006
EBS BUILDING SOCIETY	3 000	1,00	2 993	1,00	2 995	–	0,98	2 943
STANDARD CHARTERES BANK	1 000	1,00	997	1,00	998	–	0,90	899
PROMS XXS6-1 C	1 046	1,00	1 046	1,00	1 046	(269)	0,74	777
BANCA LOMBARDA	1 500	1,00	1 498	1,00	1 499	–	0,92	1 380
BCP FINANCE BANK 2016	1 000	0,92	918	0,93	934	–	0,89	890
STADSHYPOTEK AB	1 000	0,98	976	0,98	984	–	1,03	1 029
BANIF FINANCE LTD	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,00	999
MUFG CAPITAL FIN 4 LTD	750	1,00	750	1,00	750	–	0,78	585
RCI BANQUE SA	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	0,95	1 418
ANGLO IRISH BANK CORP	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	–	0,88	1 766
BANCO POPOLARE DI MILANO	2 000	1,00	1 994	1,00	1 996	–	0,97	1 948
BANCA ITALEASE 2010	2 000	1,00	1 997	1,00	2 000	–	0,99	1 983
BCP FINANCE BANK LTD	3 000	0,99	2 968	1,00	2 987	–	0,98	2 952
LEASEPLAN CORPORATION NV	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	1,00	1 496
HEAT MEZZANINE (Classe AAA)	475	1,00	475	1,00	475	–	0,76	359
MERRIL LYNCH & co Inc.	2 500	1,00	2 498	1,00	2 499	–	0,96	2 411
REPSOL INTL FINANCE	4 000	0,99	3 962	1,00	3 984	–	0,99	3 973
NOMURA EUROPE FINANCE NV	3 000	1,00	2 998	1,00	3 000	–	1,00	2 992
CLO PREPS	1 805	1,00	1 805	1,00	1 805	(949)	0,47	856
EATON VANCE CDO LTD	984	1,00	984	1,00	984	–	0,87	851
INTESA SANPAOLO SPA	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,98	1 967
BBVA SUB CAPITAL UNIPERS	2 000	1,00	1 997	1,00	1 998	–	0,95	1 891
BENDIGO BANK LTD	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	1,00	995
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,99	1 990
CEMG PELICAN MORTAGES 3A	2 314	0,88	2 048	0,90	2 084	–	1,00	2 314
LHB INTERNATIONAL HANDEL	250	1,00	250	1,00	250	–	0,98	245
UBS AG JERSEY BRANCH	500	0,97	486	0,98	492	–	0,98	491
GSCP 2007-5X A2 (CDO)	967	1,00	967	1,00	967	(127)	0,87	841
BANIF FINANCE LTD	2 000	1,00	1 995	1,00	1 997	–	0,95	1 901
BBVA BANCOMER AS	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,90	1 800
ULSTER BANK IRELAND LTD	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	0,99	1 982
BANCA DELLE MARCHE 2017	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	–	0,84	1 261
MERRILL LYNCH 2014	1 500	1,00	1 495	1,00	1 497	–	0,92	1 384

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
ESFG INTERNATIONAL LTD	500	1,00	500	1,00	500	–	0,81	405
SOCIETÉ GENERALE 2017	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	–	0,95	1 418
CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRANEO	1 750	1,00	1 748	1,00	1 749	–	0,82	1 431
BOIRO FINANCE BV	4 000	1,00	4 000	1,00	4 000	(2 340)	0,42	1 660
ENEL – SOCIETA PER AZIONI	500	1,00	499	1,00	499	–	0,99	495
NOMURA EUROPE FINANCE NV	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	0,95	1 901
UBI BANCA SPCA	1 000	1,00	998	1,00	999	–	0,97	970
ELECTRICITE DE FRANCE SA	500	0,99	497	0,99	497	–	1,07	534
NATIONAL AUSTRALIA BANK	500	1,00	500	1,00	500	–	1,03	517
ING BANK NV 2013	1 000	1,00	998	1,00	999	–	1,05	1 048
MALACHITE SENIOR MEZZANINE	840	1,00	840	1,00	840	(773)	0,08	67
ING GROEP NV FIXED RATE	1 000	0,99	990	0,99	990	–	0,90	896
UBS CAPITAL SECS LTD	500	1,00	500	1,00	500	–	0,97	485
CREDIT SUISSE LONDON	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	1,00	1 002
BANK OF NOVA SCOTIA	1 000	1,00	997	1,00	999	–	1,04	1 042
FORTIS FINANCE NV	500	1,00	500	1,00	500	–	0,96	481
NATIXIS 2010	1 000	1,00	1 002	1,00	1 000	–	1,00	1 002
BANQUE FED CRED MUTUEL	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	1,00	1 002
BANK OF MONTREAL	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,00	1 003
NORDEA BANK AB	1 250	1,00	1 249	1,00	1 250	–	1,00	1 252
XSTRATA CANADA FIN CORP	500	1,00	498	1,00	499	–	1,05	524
UNICREDITO SPA	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	1,00	2 002
INTESA SANPAOLO SPA	2 000	1,00	1 997	1,00	1 999	–	1,00	2 003
SNS BANK NEDERLAND	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	1,00	1 502
BANK OF IRELAND	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	1,00	998
E. ON INTL FINANCE BV	1 000	0,99	994	1,00	996	–	1,09	1 088
SPAREBANKEN VEST	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,00	997
SANTANDER INTL DEBT SA	1 000	1,00	999	1,00	999	–	1,07	1 069
BANK OF SCOTLAND PLC	1 000	1,00	998	1,00	999	–	1,00	997
CREDIT AGRICOLE	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	1,01	1 005
IBERDROLA FINAZAS SAL	200	1,00	200	1,00	200	–	1,08	216
ELECTRICIDADE DE FRANCE	200	1,00	199	1,00	199	–	1,09	217
VOLKSWAGEN FIN SERV AG	200	1,00	199	1,00	199	–	1,13	226
BMW US CAPITAL LLC	250	1,00	249	1,00	250	–	1,08	271
NATIONAL GRID PLC	150	0,99	149	1,00	149	–	1,11	166
SAINT GOBAIN 5,5 Y	125	1,00	125	1,00	125	–	1,17	146
TELEFONICA 5Y	400	1,00	400	1,00	400	–	1,07	429
EON 5Y	250	1,00	250	1,00	250	–	1,07	268
SIEMENS FINACIERINGSMAT 4Y	125	1,00	125	1,00	125	–	1,04	130
TELEFONICA 7Y 2009-16	250	1,00	250	1,00	250	–	1,08	269
CREDIT SUISSE LONDON – 2012	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,06	1 058
SAMPO OYJ	500	1,00	500	1,00	500	–	1,07	534
AEGON N.V.	125	1,00	125	1,00	125	–	1,08	135
PORTUGAL TELECOM 2013	150	1,00	150	1,00	150	–	1,08	162
VOLKSWAGEN INTL FIN NV	500	1,00	500	1,00	500	–	1,02	508
BANQUE PSA FINANCE	250	1,00	250	1,00	250	–	1,03	258
RENAUL 5 875 11/30/10	1 000	1,03	1 030	1,02	1 024	–	1,03	1 027
BMW 1,875 08-13-10	2 000	1,00	1 998	1,00	1 998	–	1,00	1 992
VLVY Float 09-10	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,01	1 014
BKIR Float 09/25/10	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,00	1 002
OUTRAS APLICAÇÕES			***194 510***		***194 448***	***(5 512)***		***205 031***
Títulos da dívida pública			74 867		74 805	–		76 189
BELGIUM KINGDOM / Mar-2018	1 000	0,98	980	0,98	984	–	1,03	1 034

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
BONO Y OBLIG DEL ESTADO / Jan-2016	1 000	0,94	940	0,95	954	–	0,99	994
FINNISH GOVERNMENT / Set-20017	1 000	0,99	991	0,99	993	–	1,04	1 039
HELLENIC REPUBLIC 5 YR	2 000	0,99	1 987	0,99	1 989	–	1,01	2 025
HELLENIC REPUBLIC / Jul-2015	3 000	0,98	2 933	0,98	2 952	–	0,93	2 786
BUONI POLIENNALI DEL TES / Jan-2010	1 000	0,99	991	1,00	1 000	–	1,00	1 000
BUONI POLIENNALI DEL TES / Ago-2015	4 000	0,98	3 934	0,99	3 951	–	1,03	4 138
BUONI POLIENNALI DEL TES	1 000	0,98	980	0,99	986	–	1,03	1 030
BUONI POLIENNALI DEL TES / Mar-2011	1 000	0,99	987	1,00	996	–	1,03	1 027
NETHERLANDS GOVERNMENT / Jul-2015	2 000	0,97	1 937	0,98	1 953	–	1,03	2 050
NETHERLANDS GOVERNMENT / Jul-2014	2 000	1,00	1 993	1,00	1 995	–	1,05	2 109
CONSOLIDADO 1942	279	0,94	262	0,95	263	–	0,63	177
CONSOLIDADO-CENTENÁRIOS 1940	410	1,00	409	1,00	409	–	0,85	350
OBRIGAÇÕES DO TESOURO / Out-2015	3 000	0,95	2 860	0,96	2 895	–	1,00	3 002
OBRIGAÇÕES DO TESOURO / Abr-2011	1 000	0,99	987	0,99	995	–	1,02	1 022
O. T's SETEMBRO 98/2013	11 700	1,04	12 164	1,02	11 916	–	1,09	12 798
O. T's JUNHO 2001/2011	12 000	1,00	11 958	1,00	11 989	–	1,05	12 595
PGB 4,35 10/16/17	2 500	1,04	2 609	1,04	2 609	–	1,04	2 590
OT 3,600% 15-OCT-2014	5 000	1,00	4 995	1,00	4 996	–	1,02	5 107
O. T's ABRIL 2005/2021	20 000	1,00	19 969	1,00	19 979	–	0,97	19 316
Fundos de investimento			104 643		104 643	(5 512)		113 833
FUNDO ROTSCHILD SAINT		163,61	749	163,61	749	(23)	166,37	762
FUNDO ARIS DEFENSIVE		141,70	105	141,73	105	–	126,31	94
GLOBAL HIGH YIELD BOND FUND		11,70	1.755	11,70	1.755	(728)	10,35	1.552
FUNDO NOVENERGIA II		52 656,56	22 850	52 656,56	22 850	–	65 601,21	28 467
FUNDO ONGOING INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENTS		1 000,00	30 000	1 000,00	30 000	–	1 203,87	36 116
FUNDO VISION ESCRITÓRIOS		4,76	4 759	4,76	4 759	–	4,52	4 520
FUNDO LOGISTICA DISTRIBUIÇÃO		6,12	2 447	6,12	2 447	–	6,15	2 462
FUNDO IBÉRIA		5,24	524	5,24	524	–	3,70	370
FUNDO VIP		9,28	31 219	9,28	31 219	–	9,49	31 901
MG-ACÇÕES EUROPA		48,58	1 966	48,58	1 966	(1.000)	35,67	1 443
MG MULTI GESTÃO DINÂMICA		46,27	1 388	46,27	1 388	(727)	29,56	887
MONTEPIO FINANCE SERVICE		50,00	2 000	50,00	2 000	(1.479)	23,64	946
MONTEPIO EURO ENERGY		50,00	2 150	50,00	2 150	(840)	42,38	1 822
MONTEPIO HEALTHCARE		50,00	2 250	50,00	2 250	(715)	44,70	2 011
FUNDO CAPITAL PVCI		1,00	480	1,00	480	–	1,00	480
Papel comercial	15 000		15 000		15 000	–		15 000
BOLSIMO			15 000		15 000	–		15 000
ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS			**24 788**		**24 788**	**–**		**20 998**
OBRIGAÇÕES			***24 788***		***24 788***	**–**		***20 998***
GOLDEN 2 SERIES	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	–	0,96	2 410
NIB CAPITAL	1 500	1,00	1 498	1,00	1 498	–	1,00	1 505
ATLANTEO 2019	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,13	1 130
KBC IFIMA	750	1,00	749	1,00	749	–	0,73	547
PYRAMID 2005 (Cid Finance)	4 000	1,00	4 000	1,00	4 000	–	0,84	3 372
LB BADEN-WUERTTEMBERG	1 000	0,98	981	0,98	981	–	0,84	842
UBS FLOAT	1 000	0,99	990	0,99	990	–	0,85	845
ZELA FINANCE CORPORATION	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,00	0
CLARIS LIMITED	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,00	0
SOCIETE GENERALE	1 450	1,00	1 450	1,00	1 450	–	0,95	1 375

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
BOIRO FINANCE BV	3 000	1,00	3 000	1,00	3 000	–	1,00	2 997
DRESDNER BANK AG	1 000	0,99	985	0,99	985	–	0,88	883
STARLING FINANCE	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,73	733
IVORY	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,86	860
MALACHITE JUNIOR MEZZANINE	160	1,00	160	1,00	160	–	0,00	0
NOMURA Var 09/19	2 000	1,00	1 990	1,00	1 990	–	1,00	1 994
NOMURA Var 10/14	1 500	0,99	1 485	0,99	1 485	–	1,00	1 505
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			**28 169**		**28 169**	**–**		**28 509**
OBRIGAÇÕES			***28 169***		***28 169***	**–**		***28 509***
MG ESPECIAL POUPANÇA	1 136	1,03	1 171	1,03	1 171	–	1,03	1 171
MG VALOR GARANTIDO	193	1,02	196	1,02	196	–	1,02	196
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 1.ª Série	22	1,04	23	1,04	23	–	1,04	23
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 2.ª Série	647	0,98	637	0,98	637	–	1,04	675
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 3.ª Série	96	1,03	99	1,03	99	–	1,04	99
AFORRO MONTEPIO 2006 (5 Anos) – 4.ª Série	157	0,97	153	0,97	153	–	1,03	162
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 Anos) – 1.ª Série	277	1,01	280	1,01	280	–	1,00	277
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 1.ª Série	645	1,01	651	1,01	651	–	1,00	646
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (5 ANOS) – 1.ª Série	140	0,97	137	0,97	137	–	1,03	145
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 2.ª Série	656	1,01	663	1,01	663	–	1,00	659
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 3.ª Série	848	1,01	858	1,01	858	–	1,01	855
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 3.ª Série	455	1,02	462	1,02	462	–	1,01	458
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 4.ª Série	385	1,02	392	1,02	392	–	1,01	390
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2006 (5 ANOS) – 1.ª Série	9	1,03	9	1,03	9	–	1,03	9
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 2.ª Série	416	1,01	422	1,01	422	–	1,00	418
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 5.ª Série	726	1,01	736	1,01	736	–	1,01	737
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 5.ª Série	365	1,02	371	1,02	371	–	1,01	370
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 6.ª Série	227	1,03	233	1,03	233	–	1,02	231
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 4.ª Série	424	1,01	429	1,01	429	–	1,01	430
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 6.ª Série	486	1,02	498	1,02	498	–	1,02	496
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 7.ª Série	113	1,03	116	1,03	116	–	1,02	115
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (3 ANOS) – 7.ª Série	407	1,03	418	1,03	418	–	1,02	416
MONTEPIO ENERGIA RENOVÁVEIS JUL 2007/10	925	0,97	900	0,97	900	–	1,00	924
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 8.ª Série	234	1,03	240	1,03	240	–	1,02	239
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007/2010 – 8.ª Série	784	1,03	809	1,03	809	–	1,03	804
MONTEPIO PLANETA TERRA 2007/10	399	0,97	386	0,97	386	–	0,99	397
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 9.ª Série	396	1,03	407	1,03	407	–	1,02	405
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007/2010 – 9.ª Série	256	1,03	264	1,03	264	–	1,03	263
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 10.ª Série	175	1,03	181	1,03	181	–	1,03	180
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 11.ª Série	264	1,04	273	1,04	273	–	1,03	272
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 Anos) – 1.ª Série	3 385	0,99	3 337	0,99	3 337	–	1,00	3 380

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
MONTEPIO ENERGIA RENOVÁVEIS JUN 2007/10	481	0,97	468	0,97	468	–	1,00	478
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 Anos) – 2.ª Série	1 726	0,99	1 700	0,99	1 700	–	1,00	1 723
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 Anos) – 3.ª Série	1 223	0,98	1 199	0,98	1 199	–	1,00	1 221
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 Anos) – 4.ª Série	1 001	0,98	984	0,98	984	–	1,00	999
MONTEPIO EURO AFORRO 2007/10 – 5.ª Série	1 186	0,98	1 160	0,98	1 160	–	1,00	1 183
AFORRO MONTEPIO 2008/11 – 1.ª Série	541	1,00	542	1,00	542	–	1,03	556
MONTEPIO CABAZ COMMODITIES AGRICOLA 2008/2011	706	0,98	690	0,98	690	–	1,00	705
MONTEPIO EURO AFORRO 2008 – 1.ª SÉRIE	1 783	0,97	1 732	0,97	1 732	–	0,99	1 769
MONTEPIO EURO AFORRO 2008/11 – 2.ª SÉRIE	1 578	0,97	1 529	0,97	1 529	–	0,99	1 564
MONTEPIO EURO AFORRO 2008/11 – 3.ª SÉRIE	1 184	0,97	1 147	0,97	1 147	–	0,99	1 172
MONTEPIO EURO AFORRO 2008/11 – 4.ª SÉRIE	1 309	0,97	1 267	0,97	1 267	–	0,99	1 295
TOTAL			**926 436**		**928 337**	**(21 447)**		**909 056**

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Certificação das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 2.609.777 milhares de euros, e um total de capital próprio de 403.105 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 42.533 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizados na sua preparação;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos descritos na Nota 3.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que no exercício de 2008, o Montepio Geral – Associação Mutualista, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. Sem prejuízo desta alteração destacamos ainda o facto do Montepio Geral – Associação Mutualista ter mantido em termos de divulgação de informação, os requisitos definidos no Plano de Contas das Associações Mutualistas.

Lisboa, 8 de Março de 2010

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

5.2. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE CONSOLIDADA

BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA ECONÓMICA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	2009			2008
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	305 018		305 018	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 870		69 870	114 502
Activos financeiros detidos para negociação	98 239		98 239	57 361
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 192		4 192	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	1 306 076	23 659	1 282 417	918 562
Aplicações em instituições de crédito	371 005	67	370 938	166 781
Crédito a clientes	15 176 295	493 913	14 682 382	15 009 892
Investimentos detidos até à maturidade	33 523		33 523	39 912
Derivados de cobertura	7 844		7 844	7 045
Activos não correntes detidos para venda	157 935	29 336	128 599	92 312
Outros activos tangíveis	201 031	109 756	91 275	85 950
Activos intangíveis	57 032	40 881	16 151	14 776
Investimentos em associadas e filiais excluidas da consolidação	40 775		40 775	16 813
Outros activos	117 018	3 474	113 544	68 855
TOTAL DE ACTIVO	**17 945 853**	**701 086**	**17 244 767**	**16 851 534**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			502 353	852 803
Passivos financeiros detidos para negociação			36 767	35 936
Recursos de outras instituições de crédito			637 770	744 456
Recursos de clientes e outros empréstimos			9 180 858	8 330 340
Responsabilidades representadas por títulos			4 914 915	5 061 487
Passivos financeiros associados a activos transferidos			428 147	485 186
Derivados de cobertura			5 008	1 801
Provisões			1 490	1 668
Outros passivos subordinados			381 043	386 872
Outros passivos			170 202	127 316
TOTAL DE PASSIVO			**16 258 553**	**16 027 865**
CAPITAL				
Capital			760 000	660 000
Reservas de reavaliação			- 14 486	- 46 069
Outras reservas e resultados transitados			196 224	175 864
Resultado do exercício			44 476	33 874
TOTAL DO CAPITAL			**986 214**	**823 669**
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL			**17 244 767**	**16 851 534**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	2009	2008
Juros e rendimentos similares	871 401	1 111 452
Juros e encargos similares	550 593	796 595
MARGEM FINANCEIRA	**320 808**	**314 857**
Rendimentos de instrumentos de capital	703	882
Rendimentos de serviços e comissões	88 719	84 544
Encargos com serviços e comissões	13 605	13 560
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	28 319	- 2 401
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1 657	3 765
Resultados de reavaliação cambial	2 070	1 681
Resultados de alienação de outros activos	389	498
Outros resultados de exploração	19 965	19 369
PRODUTO DA ACTIVIDADE	**449 025**	**409 635**
Custos com pessoal	147 352	151 260
Gastos gerais administrativos	79 204	85 696
Depreciações e amortizações	20 507	18 370
Provisões líquidas de reposições e anulações	154	185
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	147 798	97 855
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2 132	20 248
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	9 905	4 770
Resultados de associados e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	2 503	2 623
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**44 476**	**33 874**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	2009	2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	893 081	971 850
Comissões recebidas	88 661	84 633
Pagamento de juros	(598 748)	(614 973)
Pagamento de comissões	(15 050)	(11 516)
Despesas com pessoal e fornecedores	(245 084)	(242 238)
Recuperação de crédito e juros	3 308	4 324
Outros pagamentos e recebimentos	92 456	(16 140)
	218 624	**175 940**
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(110 698)	(188 610)
Outros activos	(72 683)	(9 009)
	(183 381)	**(197 619)**
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	880 451	(51 791)
Recursos para com instituições de crédito	(953 494)	86 780
Recursos de Bancos Centrais	500 000	850 000
	426 957	884 989
	462 200	**863 310**
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	703	882
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(33 355)	(17 955)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(161)	(135)
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(346 526)	(75 797)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	2 408	(3 608)
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	6 278	(638)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(11 690)	909
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(41 048)	17 560
Alienação de imobilizações	156	107
Aquisição de imobilizações	(27 350)	(24 834)
	(450 585)	**(103 509)**
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(11 271)	(25 758)
Aumento de capital	100 000	25 000
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	1 108 775	242 922
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(1 248 555)	(953 427)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	4 032	(21 765)
	(47 019)	**(733 028)**
Variação líquida em caixa e equivalentes	(35 404)	26 773
Caixa e equivalentes no início do período	204 402	177 629
Caixa (nota 17)	89 900	86 799
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	114 502	90 830
Caixa e equivalentes no fim do exercício	**168 998**	**204 402**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA CONSOLIDADA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2008	**835 733**	**635 000**	**200 825**	**5 506**	**(7 973)**	**2 375**
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor (Nota 40)	(40 091)	–	–	–	(40 091)	–
Distribuição de resultados (Nota 42)	(25 758)	–	–	–	–	(25 758)
Equivalência patrimonial	(5 089)	–	–	(3 511)	–	(1 578)
Resultado do exercício	33 874	–	–	–	–	33 874
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	798 669	635 000	200 825	1 995	(48 064)	8 913
Aumento de capital (Nota 38)	25 000	25 000	–	–	–	–
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	12 949	–	–	(12 949)
Reserva especial	–	–	3 211	–	–	(3 211)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**823 669**	**660 000**	**216 985**	**1 995**	**(48 064)**	**(7 247)**
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor (Nota 40)	19 464	–	–	–	19 464	–
Distribuição de resultados (Nota 42)	(11 271)	–	–	–	–	(11 271)
Equivalência patrimonial	9 876	–	–	12 120	–	(2 244)
Resultado do exercício	44 476	–	–	–	–	44 476
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	886 214	660 000	216 985	14 115	(28 600)	23 714
Aumento de capital (Nota 38)	100 000	100 000	–	–	–	–
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	7 125	–	–	(7 125)
Reserva especial	–	–	1 766	–	–	(1 766)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	**986 214**	**760 000**	**225 876**	**14 115**	**(28 600)**	**14 823**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	Nota	2009	2008
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	40	(28 600)	(48 064)
Resultado líquido do exercício		44 476	33 874
Total de rendimento integral do exercício		15 876	(14 190)

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

1. Políticas contabilísticas

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG») é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Económica Montepio Geral («CEMG») são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da CEMG agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até essa data. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Contudo, e tal como descrito na nota 49, a CEMG adoptou, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas pela CEMG em 2009 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a CEMG ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas podem também ser analisadas na nota 49.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados (negociação e *fair value option*) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. Os passivos sobre obrigações de benefícios definidos são reconhecidos ao valor presente dessa obrigação líquidos dos activos do fundo, deduzidos de perdas actuariais não reconhecidas.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na politica contabilística 1.22.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 4 de Março de 2010.

1.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da CEMG e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis à CEMG referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da CEMG, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a CEMG exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral, desde a data em que a CEMG assume o controlo sobre as suas actividades, até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a CEMG detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando a CEMG detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível à CEMG, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos da CEMG até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pela CEMG sejam recuperadas.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a CEMG adquire a influência significativa, até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a CEMG tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a CEMG exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto, da associada. Caso a CEMG detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que a CEMG não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte da CEMG é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre a CEMG e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível à CEMG do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada, de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis à CEMG iguala ou excede o valor contabilístico da operação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se a CEMG tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial («SPE's»)

A CEMG consolida pelo método integral determinados SPE's, constituídos especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a CEMG exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não existem outros SPE's que estejam abrangidos pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 – Consolidação de entidades de finalidade especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio da CEMG e para que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- A CEMG detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- A CEMG tem o direito de obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- A CEMG está exposta à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas da CEMG, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da CEMG nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

1.3. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

iv) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.5. CRÉDITO A CLIENTES

O Crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido em balanço quando (i) os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A política da CEMG consiste na avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se com imparidade quando (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade numa óptica individual é determinada através de uma análise da exposição total de crédito cliente a cliente. Para cada cliente considerado individualmente significativo, a CEMG avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada cliente junto da CEMG e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;

– a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;

– a deterioração significativa no *rating* do cliente;

– o património do cliente em situações de liquidação ou falência;

– a existência de credores privilegiados;

– o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade, numa óptica individual, o montante da perda a reconhecer, corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido de imparidade. Para um crédito com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva anual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

– para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou

– em relação a perdas incorridas mas não identificadas («IBNR») em créditos para os quais não existem evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

– experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;

– conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;

– período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela CEMG de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite à CEMG o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta-Circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a partir do exercício de 2009 a anulação contabilística dos créditos passou a ser efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.6. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

i) Classificação

A CEMG classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica «Activos financeiros detidos para negociação», sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica «Passivos financeiros detidos para negociação».

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 22 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pela CEMG, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A CEMG adoptou o *Fair value option* para certas emissões e depósitos a prazo efectuados que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados.

Os activos e passivos financeiros ao *Fair value option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para Activos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiras disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração à IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras nos anos de 2008 e 2009.

v) Imparidade

A CEMG avalia, em cada data de balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo, anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacio-

nado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.7. ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística 1.5.

1.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pela CEMG, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação e considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.9. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.10. APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis, penhores e cauções de operações de Leasing resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são classificados na rubrica Outros activos, e são registados no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação na data em que foi efectuada a dação em pagamento ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

1.11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a CEMG elegeu considerar como custo de aquisição o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

1.12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.13. LOCAÇÕES

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

– Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário («ACT»).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades líquidas da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, com referência a 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pela CEMG, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece que, os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente; (ii) o custo dos juros; (iii) o rendimento esperado dos activos do Fundo; (iv) uma parte

dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor; e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao Fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento; e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia, a recuperabilidade do eventual excesso do Fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.15. FISCALIDADE

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.16. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

1.17. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais per-

das de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito concedido vencido são considerados os seguintes aspectos:

– os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 – Rédito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e

– a contagem dos juros relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real é interrompida, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerarem, no âmbito da IAS 18 – Rédito, que a sua recuperação é remota.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.18. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

– os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

– os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

– os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.19. RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.20. RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

1.21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na política contabilística 1.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial («SPE's»)

A CEMG utiliza SPE's com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

A CEMG não consolida os SPE's em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se a CEMG está exposta aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pela CEMG requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação da CEMG fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	NOTAS	2009	2008
Juros e rendimentos similares	3	871 401	1 111 452
Juros e encargos similares	3	550 593	796 595
MARGEM FINANCEIRA		**320 808**	**314 857**
Rendimentos de instrumentos de capital	4	703	882
Resultados de serviços e comissões	5	88 719	84 544
Encargos com serviços e comissões	5	(13 605)	(13 560)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	28 319	(2 401)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	1 657	3 765
Resultados de reavaliação cambial	8	2 070	1 681
Resultados de alienação de outros activos		389	498
Outros resultados de exploração	9	16 657	15 044
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		**445 717**	**405 310**
Custos com pessoal	10	147 352	151 260
Gastos gerais administrativos	11	79 204	85 696
Depreciações e amortizações	12	20 507	18 370
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		**247 063**	**255 326**
Imparidade do crédito	13	144 490	93 530
Imparidade de outros activos	14	12 037	25 018
Outras provisões	15	154	185
RESULTADO OPERACIONAL		**41 973**	**31 251**
Resultados por equivalência patrimonial	16	2 503	2 623
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**44 476**	**33 874**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	NOTAS	2009	2008
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	305 018	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	69 870	114 502
Aplicações em instituições de crédito	19	370 938	166 781
Crédito a clientes	20	14 682 382	15 009 892
Activos financeiros detidos para negociação	21	103 195	59 118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22	4 192	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	23	1 282 417	918 562
Derivados de cobertura	24	5 109	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	25	33 523	39 912
Investimentos em associadas e outras	26	40 775	16 813
Activos não correntes detidos para venda	27	128 599	92 312
Outros activos tangíveis	28	91 275	85 950
Activos intangíveis	29	16 151	14 776
Outros activos	30	111 323	66 416
TOTAL DO ACTIVO		**17 244 767**	**16 851 534**
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	31	502 353	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	32	637 770	744 456
Recursos de clientes	33	9 180 858	8 330 340
Reesponsabilidades representadas por títulos	34	4 914 915	5 061 487
Passivos financeiros detidos para negociação	21	41 724	37 692
Derivados de cobertura	24	598	1 234
Provisões	35	1 490	1 668
Outros passivos subordinados	36	381 043	386 872
Outros passivos	37	597 802	611 313
TOTAL DO PASSIVO		**16 258 553**	**16 027 865**
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	38	760 000	660 000
Reservas de justo valor	40	(28 600)	(48 064)
Outras reservas e resultados transitados	39 e 40	210 338	177 859
Resultado líquido do exercício		44 476	33 874
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		**986 214**	**823 669**
TOTAL		**17 244 767**	**16 851 534**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

2. Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Margem financeira	320 808	314 857
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	29 976	1 364
	350 784	316 221

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	557 893	–	557 893	839 959	–	839 959
Juros de outras aplicações	1 729	–	1 729	17 900	–	17 900
Juros de depósitos	1 953	–	1 953	6 179	–	6 179
Juros de títulos disponíveis para venda	60 088	–	60 088	89 872	–	89 872
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 420	–	1 420	1 647	–	1 647
Juros de derivados de cobertura	5 713	–	5 713	7 172	–	7 172
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	234 226	234 226	–	140 836	140 836
Outros juros e rendimentos similares	8 379	–	8 379	7 887	–	7 887
	637 175	234 226	871 401	970 616	140 836	1 111 452
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	184 711	–	184 711	285 314	–	285 314
Juros de títulos emitidos	126 517	–	126 517	253 658	–	253 658
Juros de empréstimos	7 368	–	7 368	14 793	–	14 793
Juros de outros recursos	22 634	–	22 634	41 655	–	41 655
Juros de derivados de cobertura	3 615	–	3 615	7 966	–	7 966
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	189 929	189 929	–	160 029	160 029
Outros juros e encargos similares	15 819	–	15 819	33 180	–	33 180
	360 664	189 929	550 593	636 566	160 029	796 595
Margem Financeira	276 511	44 297	320 808	334 050	(19 193)	314 857

4. Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica no montante de Euros 703 000 (2008: Euros 882 000) refere-se a dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	60 489	58 985
Por operações realizadas por conta de terceiros	9 195	9 685
Por garantias prestadas	6 535	5 527
Outros rendimentos de serviços e comissões	12 500	10 347
	88 719	84 544
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	12 661	12 389
Por operações realizadas com títulos	484	412
Outros encargos com serviços e comissões	460	759
	13 605	13 560
Resultados líquidos de serviços e comissões	75 114	70 984

6. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	49	17	32	77	56	21
de outros emissores	1 002	66	936	117	46	71
Acções	660	17	643	154	1 183	(1 029)
	1 711	100	1 611	348	1 285	(937)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	112 842	109 941	2 901	3 793	5 313	(1 520)
Contratos sobre taxas de juro	352 804	345 979	6 825	202 581	165 941	36 640
Contratos sobre créditos (*CDS*)	6 541	6 014	527	8 595	8 152	443
Outros	58 081	42 507	15 574	71 926	108 818	(36 892)
	530 268	504 441	25 827	286 895	288 224	(1 329)
	531 979	504 541	27 438	287 243	289 509	(2 266)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	160	–	160	224	89	135
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	1 237	760	477	2 025	3 535	(1 510)
Recursos de clientes	521	795	(274)	1 588	3 159	(1 571)
Débitos representados por títulos	4 946	2 020	2 926	3 090	3 886	(796)
Outros passivos subordinados	35 515	37 923	(2 408)	47 781	44 174	3 607
	42 219	41 498	721	54 484	54 754	(270)
	574 358	546 039	28 319	341 951	344 352	(2 401)

7. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 005	2	1 003	173	15	158
De outros emissores	851	413	438	56	317	(261)
Acções	218	49	169	2 676	101	2 575
Outros títulos de rendimento variável	413	366	47	1 613	320	1 293
	2 487	830	1 657	4 518	753	3 765

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	30 469	28 399	2 070	91 239	89 558	1 681

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística 1.3.

9. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	4 578	4 206
Reembolso de despesas	1 541	1 606
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	7 574	8 699
Dívida readquirida	7 191	6 376
Outros	2 809	1 710
	23 693	22 597
Outros custos de exploração:		
Impostos	131	265
Donativos e quotizações	423	425
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 748	1 885
Outros	4 734	4 978
	7 036	7 553
Outros resultados líquidos de exploração	16 657	15 044

10. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Remunerações	105 633	98 471
Contribuições para o SAMS	6 349	6 328
Encargos sociais obrigatórios	7 924	7 848
Outros encargos com fundo de pensões	24 073	35 983
Outros custos	3 373	2 630
	147 352	151 260

As contribuições para o SAMS incluem o montante de Euros 705 000 (2008: Euros 572 000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver nota 44).

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui, em 2009, o montante de Euros 20 460 000 (2008: Euros 26 189 000) relativo ao custo com pensões de reforma do exercício. A referida rubrica inclui igualmente em 2009, o montante de Euros 4 800 000 (2008: Euros 9 801 000) relativo às responsabilidades dos colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2009, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	843	3 876	4 719
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	164	170
Remunerações variáveis	144	496	640
	993	4 536	5 529

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2008, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 119	4 446	5 565
Custos com pensões de reforma e SAMS	1 320	1 125	2 445
Remunerações variáveis	322	595	917
	2 761	6 166	8 927

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 4 685 000 e Euros 5 338 000, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante os exercícios de 2009 e 2008, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2009	2008
Direcção e coordenação	125	128
Chefia e gerência	512	569
Técnicos	662	520
Específicos	144	162
Administrativos	1 418	1 472
Auxiliares	74	80
	2 935	2 931

11. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Rendas e alugueres	24 613	23 779
Serviços especializados		
Informática	3 748	3 529
Trabalho independente	3 659	3 331
Outros serviços especializados	13 471	16 453
Publicidade e publicações	3 578	10 588
Comunicações e expedição	8 229	8 436
Água, energia e combustíveis	3 706	4 077
Conservação e reparação	4 754	3 187
Transportes	3 501	3 186
Seguros	2 881	2 359
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 187	1 434
Material de consumo corrente	1 756	1 868
Formação	718	761
Outros gastos administrativos	3 403	2 708
	79 204	85 696

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 15 764 000 (2008: Euros 15 482 000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de locatário.

12. Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Activos intangíveis:		
Software	8 338	8 152
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	3 269	3 306
Equipamento:		
Mobiliário e material	614	612
Máquinas e ferramentas	92	106
Equipamento informático	5 737	3 922
Instalações interiores	1 741	1 880
Equipamento de transporte	9	15
Equipamento de segurança	229	144
Locação operacional	478	233
	12 169	10 218
	20 507	18 370

13. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade do crédito:		
Dotação do exercício	527 206	425 567
Reversão do exercício	(379 432)	(327 710)
Recuperações de crédito e juros	(3 308)	(4 324)
	144 466	93 533
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do exercício	162	503
Reversão do exercício	(138)	(506)
	24	(3)
	144 490	93 530

14. Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do exercício	10 088	5 322
Reversão do exercício	(183)	(552)
	9 905	4 770
Imparidade para títulos:		
Dotação do exercício	2 398	20 321
Reversão do exercício	(266)	(73)
	2 132	20 248
	12 037	25 018

15. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do exercício	416	248
Reversão do exercício	(262)	(63)
	154	185

16. Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	1 267	628
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	1 290	1 906
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	–	191
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(54)	(102)
	2 503	2 623

17. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Caixa	99 128	89 900
Banco de Portugal	205 890	164 842
	305 018	254 742

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2009, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1,35% (2008: 4,14%).

18. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Em instituições de crédito no país	18 260	22 451
Em instituições de crédito no estrangeiro	9 433	48 875
Valores a cobrar	42 177	43 176
	69 870	114 502

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	245	590
Aplicações de muito curto prazo	–	14 372
Outras aplicações	50 014	26 385
	50 259	41 347
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	159	110
Aplicações de muito curto prazo	280 000	120 337
Outras aplicações	40 586	5 029
	320 745	125 476
	371 004	166 823
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(66)	(42)
	370 938	166 781

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2009, vencem juros à taxa média anual de 1% (2008: 2,99%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Até 3 meses	285 686	155 539
3 meses até 6 meses	50 014	9 394
6 meses até 1 ano	34 900	1 190
Mais de 5 anos	299	590
Duração indeterminada	105	110
	371 004	166 823

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são apresentados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	42	45
Dotação do exercício	162	503
Reversão do exercício	(138)	(506)
Saldo em 31 de Dezembro	66	42

20. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas		
Empréstimo	1 249 077	1 053 448
Créditos em conta corrente	2 309 633	2 617 830
Locação financeira	203 803	144 270
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	121 695	139 958
Factoring	76 807	54 169
Descobertos em depósitos à ordem	5 274	6 907
Outros créditos	681 904	814 634
A particulares		
Habitação	9 106 948	9 320 901
Locação financeira	36 411	27 283
Consumo e outros créditos	803 137	786 963
	14 594 689	14 966 363
Crédito ao exterior:		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	18	114
	14 594 707	14 966 477
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	73 470	76 995
Mais de 90 dias	508 118	350 341
	581 588	427 336
	15 176 295	15 393 813
Imparidade para riscos de crédito	(493 913)	(383 921)
	14 682 382	15 009 892

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor do crédito a clientes (líquido de imparidade), inclui o montante de Euros 318 961 000 (2008: Euros 375 280 000), referente a operações de securitização em que, de acordo com a politica contabilística 1.2, os SPE's são consolidados pela CEMG (ver nota 46). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representados por títulos (ver nota 34).

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Crédito a clientes inclui Euros 1 298 998 000 relativo a créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG, conforme nota 34.

A CEMG procedeu em Julho de 2009, à primeira emissão de obrigações hipotecárias, com um montante de Euros 1 000 000 000 e um prazo de 3 anos. A operação foi efectuada ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG. A taxa de juro da emissão é de 3,25%.

Em Dezembro de 2009, a CEMG procedeu à segunda emissão de obrigações hipotecárias, no valor de Euros 150 000 000 e um prazo de 7 anos, conforme referido na nota 34.

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 1 532 000 (2008: Euros 6 298 000). Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

Durante o mês de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração da CEMG deliberou sobre a venda à Bolsimo Gestão de Activos, S.A. («Bolsimo») de uma carteira de créditos em situação de incumprimento.

Esta venda implicou a transferência de todos os riscos e benefícios da referida carteira, incluindo o direito sobre as garantias constituídas em colateral de empréstimos/créditos.

Considerando a natureza desta operação o Conselho de Administração procedeu à sua análise e enquadramento contabilístico, nomeadamente à luz das regras de desreconhecimento da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, em particular as expressas nos parágrafos AG 36 e seguintes desta norma. Esta análise teve por base a verificação dos seguintes aspectos principais:

– Transferência integral dos direitos aos fluxos de caixa futuros do activo;

– Existência ou não de acerto de preço («preço contingente»);

– Existência ou não de direito de regresso dos créditos;

– Verificação da autonomia do Cessionário (*autopilot*); e

– Eventual controlo ou influência por parte da CEMG sobre a Bolsimo.

Em consequência da referida venda foi celebrado um contrato entre a CEMG e a Bolsimo, e cujas características permitiram ao Conselho de Administração concluir que por via da venda dos créditos, a CEMG eliminou a sua exposição à variabilidade resultante do montante e *timing* dos *cash flows* associados à carteira de crédito objecto da venda. Nessa base, concluiu que foram transferidos os riscos e os benefícios associados à carteira de crédito cedida, pelo que foram desreconhecidos de balanço créditos no montante de Euros 138 607 000. Relativamente às provisões especificamente associadas a esta carteira, no montante de Euros 58 636 000, a CEMG realocou para outros riscos de crédito provisões no montante de Euros 39 700 000 e registou em resultados como uma reposição de provisões o montante de Euros 18 936 000.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	455 186	2 295 521	9 921 728	452 576	13 125 011
Crédito com outras garantias	569 351	172 650	163 416	49 506	954 923
Crédito sem garantias	357 020	110 770	259 038	69 227	796 055
Crédito ao sector público	656	239	48 900	254	50 049
Crédito sobre o estrangeiro	18	–	–	–	18
Crédito em locação	232	91 175	148 807	10 025	250 239
	1 382 463	2 670 355	10 541 889	581 588	15 176 295

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Crédito com outras garantias incluía o montante de Euros 428 147 000 (2008: Euros 485 187 000) aproximadamente, relativo a créditos que foram objecto de securitização e que de acordo com a política contabilística 1.5 não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na nota 37.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	711 496	2 529 886	10 028 463	363 590	13 633 435
Crédito com outras garantias	627 711	77 820	128 858	18 782	853 171
Crédito sem garantias	305 976	118 244	209 682	42 528	676 430
Crédito ao sector público	25	454	56 195	342	57 016
Crédito sobre o estrangeiro	114	–	–	–	114
Crédito em locação	51	66 306	105 196	2 094	173 647
	1 645 373	2 792 710	10 528 394	427 336	15 393 813

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2009, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	49 580	116 482	93 464	259 526
Juros vincendos	(820)	(18 631)	(21 886)	(41 337)
Valores residuais	817	9 973	11 235	22 025
	49 577	107 824	82 813	240 214

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2008, em termos de prazos residuais é apresentado como segue

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	35 673	87 604	95 332	218 609
Juros vincendos	(8 586)	(24 105)	(27 942)	(60 633)
Valores residuais	532	8 244	4 801	13 577
	27 619	71 743	72 191	171 553

Em relação à locação operacional, a CEMG não apresenta contratos relevantes como locador. Por outro lado, e conforme a nota 11, a rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 15 764 000 (2008: Euros 15 482 000), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de locatário.

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2009 Euros '000	**2008 Euros '000**
Crédito com garantias reais	452 576	363 590
Crédito com outras garantias	49 506	18 782
Crédito sem garantias	69 227	42 528
Crédito ao sector público	254	342
Crédito em locação	10 025	2 094
	581 588	427 336

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2009 Euros '000	**2008 Euros '000**
Empresas:		
Construção/Produção	144 921	88 952
Investimento	52 602	33 682
Tesouraria	53 208	28 032
Outras finalidades	3 047	620
Particulares:		
Habitação	262 286	226 752
Crédito ao consumo	5 931	4 969
Outras finalidades	32 788	21 331
Sector Público Administrativo	254	390
Outros segmentos	26 551	22 608
	581 588	427 336

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	383 921	298 047
Dotação do exercício	527 206	425 567
Reversão do exercício	(379 432)	(327 710)
Utilização de imparidade	(37 782)	(11 983)
Saldo em 31 de Dezembro	493 913	383 921

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito com garantias reais	407 430	307 037
Crédito com outras garantias	24 415	17 785
Crédito sem garantias	62 068	59 099
	493 913	383 921

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito com garantias reais	22 139	12 532
Crédito com outras garantias	6 081	(3 832)
Crédito sem garantias	9 562	3 283
	37 782	11 983

As utilizações da imparidade para riscos de crédito correspondem a *write-offs* efectuados durante o exercício de 2009, em conformidade com a Carta-Circular n.º 15/2009, do Banco de Portugal.

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do exercício entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009 e durante o exercício de 2008, ascendeu ao montante de Euros 3 308 000 e Euros 4 324 000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.5, apresenta-se como segue:

	2009						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfolio*		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Crédito líquido de imparidade Euros '000
Crédito a empresas	1 085 531	167 948	4 302 436	171 707	5 385 967	339 655	5 046 312
Crédito a particulares – habitação	1 023	43	9 106 948	127 418	9 107 971	127 461	8 980 510
Crédito a particulares – Outro	7 585	7 493	674 772	19 304	682 357	26 797	655 560
	1 092 139	175 484	14 084 156	318 429	15 176 295	493 913	14 682 382

	2008						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfolio*		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Crédito líquido de imparidade Euros '000
Crédito a empresas	1 472 786	80 995	3 946 111	114 674	5 418 897	195 669	5 223 228
Crédito a particulares – habitação	182	1	9 320 901	169 686	9 321 083	169 687	9 151 396
Crédito a particulares – Outro	8 397	2 500	645 436	16 065	653 833	18 565	635 268
	1 481 365	83 496	13 912 448	300 425	15 393 813	383 921	15 009 892

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito com imparidade:		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros activos financeiros	60 962	87 878
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	7 872	5 074
Outros imóveis (Construção civil)	1 349 797	2 262 535
Outras garantias	28 216	12 769
	1 446 847	2 368 256
Análise paramétrica:		
Títulos e outros activos financeiros	31 173	27 287
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	2 044 393	2 193 801
Outros imóveis (Construção civil)	885 526	638 349
Outras garantias	50 269	11 424
	3 011 361	2 870 861
Crédito sem imparidade:		
Títulos e outros activos financeiros	509 751	471 790
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	14 209 225	13 481 391
Outros imóveis (Construção civil)	4 430 478	4 621 677
Outras garantias	80 483	84 403
	19 229 937	18 659 261
	23 688 145	23 898 378

21. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	1 380	1 200
Obrigações	5 772	3 172
	7 152	4 372
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	96 043	54 746
	103 195	59 118
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	41 724	37 692

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor de acordo com a política contabilística 1.6. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2009 é apresentada como segue:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	663	663
Estrangeiros	–	–	–	717	717
	–	–	–	1 380	1 380
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	–	5 772	–	5 772
	–	–	5 772	1 380	7 152
Cotados	–	–	5 772	1 380	7 152

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2008 é apresentada como segue:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	14	14
Estrangeiros	–	–	–	1 186	1 186
	–	–	–	1 200	1 200
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	1 666	1 506	–	3 172
	–	1 666	1 506	1 200	3 172
Cotados	–	1 666	1 506	1 200	4 372

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2009, pode ser analisado como segue:

		2009						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	605 000	22 762	14 110	12 252	(10 583)	302 500	302 500
Swap de taxa de juro	Depósitos	2 070 643	4 156	3 324	2 361	(1 423)	948 692	948 692
Swap de taxa de juro	Recursos	733 572	15 365	8 952	10 562	2 760	386 471	386 471
Swap de taxa de juro	Titularização	7 188 322	334	(3 699)	–	–	–	–
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	9 239 330	10 132	10 132	444	(444)	1 000 000	1 000 000
Swap cambial	Emissão de dívida	381 270	1 417	4 002	–	(1 128)	–	–
Futuros	–	2 432	–	2	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	76 540	584	612	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	87 410	(431)	(170)	–	–	–	–
		20 384 519	54 319	37 265	25 619	(10 818)	2 637 663	2 637 663

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2008, pode ser analisado como segue:

		2008						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	450 000	8 652	(8 865)	1 669	(5 986)	315 000	315 000
Swap de taxa de juro	Depósitos	277 388	832	(2 848)	939	(2 387)	168 619	168 619
Swap de taxa de juro	Recursos	1 550 151	6 413	(21 083)	13 323	(30 756)	954 640	954 640
Swap de taxa de juro	Titularização	1 926 961	4 033	(4 820)	–	–	–	–
Swap cambial	Emissão de dívida	151 020	(2 585)	4 044	(1 128)	2 664	10 360	10 360
Futuros	–	2 130	(2)	–	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	81 206	(28)	69	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	172 934	(261)	208	–	–	–	–
		4 611 790	17 054	(33 295)	14 803	(36 465)	1 448 619	1 448 619

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	187 000	356 800	19 293 067	19 836 867	90 055	37 306
Opções	250	50 300	25 990	76 540	1 209	625
Contratos sobre taxas de cambio:						
Swap cambial	381 270	–	–	381 270	4 191	2 774
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	2 432	–	–	2 432	–	–
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	1 000	86 410	87 410	588	1 019
	570 952	408 100	19 405 467	20 384 519	96 043	41 724

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	252 388	909 300	3 042 812	4 204 500	51 180	31 250
Opções	251	6 341	74 614	81 206	630	658
Contratos sobre taxas de cambio:						
Swap cambial	115 772	35 248	–	151 020	11	2 596
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	2 130	–	–	2 130	–	2
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	43 000	2 500	127 434	172 934	2 925	3 186
	413 541	953 389	3 244 860	4 611 790	54 746	37 692

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.4 no montante de Euros 4 956 000 (2008: Euros 1 757 000).

22. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 4 192 000 (2008: Euros 4 031 000) refere-se na sua totalidade a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme política contabilística 1.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado dos *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

23. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	7 954	125	(19)	–	8 060
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	312 574	3 321	(1 850)	(1 640)	312 405
Estrangeiros	792 764	2 469	(33 910)	(17 116)	744 207
Papel comercial	203 534	–	–	(998)	202 536
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	4 505	99	(10)	(321)	4 273
Estrangeiros	2 513	523	–	(746)	2 290
Unidades de participação	10 831	1 097	(445)	(2 837)	8 646
	1 334 675	7 634	(36 234)	(23 658)	1 282 417

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	2008				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	4	–	–	–	4
Estrangeiros	1 076	–	(38)	–	1 038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	67 725	80	(2 266)	(189)	65 350
Estrangeiros	765 866	346	(45 927)	(19 688)	700 597
Papel comercial	138 153	–	–	(998)	137 155
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	5 334	–	(23)	(91)	5 220
Estrangeiros	2 246	–	–	(810)	1 436
Unidades de participação	11 209	35	(271)	(3 211)	7 762
	991 613	461	(48 525)	(24 987)	918 562

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6 a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 39. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística 1.22.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	24 987	4 813
Dotação do exercício	2 398	20 321
Reversão do exercício	(266)	(73)
Utilização de imparidade	(3 461)	(74)
Saldo em 31 de Dezembro	23 658	24 987

Durante o exercício de 2009 e conforme referido na política contabilística 1.6, foram repostas perdas por imparidade, no montante de Euros 1 329 000.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	–	–	8 060	–	8 060
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	14 262	298 143	–	312 405
Estrangeiros	74 169	145 188	514 505	10 345	744 207
Papel comercial	172 401	30 135	–	–	202 536
	246 570	189 585	820 708	10 345	1 267 208
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	1 472	–	2 801	4 273
Estrangeiras	–	–	–	2 290	2 290
Unidades de participação	1 450	–	–	7 196	8 646
	1 450	1 472	–	12 287	15 209
	248 020	191 057	820 708	22 632	1 282 417

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	–	–	–	4	4
Estrangeiros	–	–	1 038	–	1 038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	–	60 325	5 025	65 350
Estrangeiros	29 257	71 136	588 350	11 854	700 597
Papel comercial	101 280	35 875	–	–	137 155
	130 537	107 011	649 713	16 883	904 144
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	2 757	2 463	5 220
Estrangeiras	–	–	–	1 436	1 436
Unidades de participação	–	1 852	–	5 910	7 762
	–	1 852	2 757	9 809	14 418
	130 537	108 863	652 470	26 692	918 562

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

– Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;

– Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística 1.6, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 28 600 000 e de Euros 23 658 000 (2008: Euros 48 064 000 e de Euros 24 987 000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	2009			2008		
	Cotados Euros '000	**Não cotados Euros '000**	**Total Euros '000**	**Cotados Euros '000**	**Não cotados Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	–	–	–	4	–	4
Estrangeiros	8 060	–	8 060	1 038	–	1 038
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	284 645	27 760	312 405	31 227	34 123	65 350
Estrangeiros	744 207	–	744 207	700 597	–	700 597
Papel comercial	–	202 536	202 536	–	137 155	137 155
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	700	3 573	4 273	166	5 054	5 220
Estrangeiros	2 132	158	2 290	1 278	158	1 436
Unidades de participação	8 646	–	8 646	7 762	–	7 762
	1 048 390	234 027	1 282 417	742 072	176 490	918 562

24. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Activo:		
Swap de taxa de juro	5 109	4 759
Swap cambial	–	2 968
	5 109	7 727
Passivo:		
Swap de taxa de juro	598	1 008
Swap cambial	–	226
	598	1 234

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	477	(1 510)
Responsabilidades representadas por títulos	2 926	(796)
Recursos de clientes	(318)	897
	3 085	(1 409)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009							
	***Nocionais* por prazo remanescente**				**Justo valor**			
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Inferior a três meses Euros '000**	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	–	44 000	155 000	199 000	1 168	–	3 343	4 511

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	–	–	204 000	204 000	–	–	3 751	3 751
Swap cambial	–	34 405	–	34 405	–	2 742	–	2 742
	–	34 405	204 000	238 405	–	2 742	3 751	6 493

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009, podem ser analisadas como segue:

			2009				
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	*Nocional* Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	44 000	4 086	492	642	146
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	–	–	2 203	(221)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	35 000	698	541	(86)	(86)
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	(273)	(3 015)	–	(3 011)
			199 000	4 511	(1 982)	2 759	(3 172)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008, podem ser analisadas como segue:

			2008				
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	*Nocional* Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	84 000	157	1 497	496	1 717
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	3 594	1 991	2 424	1 818
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	–	–	(2 452)	–	380
Swap cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	34 405	2 742	(259)	3 011	(63)
			238 405	6 493	777	5 931	3 852

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

25. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	18 573	24 977
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	14 950	14 935
	33 523	39 912

A CEMG avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2009, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2009, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT – Setembro 98/2013	Maio de 1998	Setembro de 2013	Taxa fixa de 5,450%	96
OT – Junho 02/2012	Fevereiro de 2002	Junho de 2012	Taxa fixa de 5,000%	105
OT – Maio 00/2010	Janeiro de 2000	Maio de 2010	Taxa fixa de 5,850%	6 394
OT – Junho 01/2011	Março de 2001	Junho de 2011	Taxa fixa de 5,150%	1 052
OT – Outubro 05/2015	Julho de 2005	Outubro de 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 067
OT – Abril 05/2011	Novembro de 2005	Abril de 2011	Taxa fixa de 3,200%	4 859
Buoni Poliennali Del Tes.06/2011	Março de 2006	Março de 2011	Taxa fixa de 3,500%	2 976
Netherlands Government 05/2015	Junho de 2005	Julho de 2015	Taxa fixa de 3,250%	4 948
Republic of Austria 04/2015	Maio de 2004	Julho de 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 001
Belgium Kingdom 05/2015	Março de 2005	Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 008
Buoni Poliennali Del Tes.05/2015	Maio de 2005	Agosto de 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 008
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2010	Janeiro de 2005	Janeiro de 2010	Taxa fixa de 3,000%	1 009
				33 523

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística 1.6.

Durante os exercícios de 2009 e de 2008, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

Em 31 de Dezembro de 2009, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	6 394	6 112	6 068	18 574
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1 009	–	2 976	10 964	14 949
	1 009	6 394	9 088	17 032	33 523
Cotados	1 009	6 394	9 088	17 032	33 523

Em 31 de Dezembro de 2008, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	6 389	18 491	97	24 977
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	–	–	3 981	10 954	14 935
	–	6 389	22 472	11 051	39 912
Cotados	–	6 389	22 472	11 051	39 912

26. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras		
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	22 466	6 668
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	15 791	7 091
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2 518	2 572
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A..	–	454
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	–	28
	40 775	16 813
Não cotados	40 775	16 813

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros '000	Passivo Euros '000	Capital Próprio Euros '000	Proveitos Euros '000	Resultado líquido Euros '000	Custo da participação Euros '000
31 de Dezembro de 2009						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	571 107	488 953	82 154	124 770	4 292	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	496 693	456 556	40 137	44 650	3 279	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	52 677	40 087	12 590	8 570	(271)	3 200
31 de Dezembro de 2008						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	279 763	254 360	25 403	162 070	2 392	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	422 310	404 287	18 023	40 405	4 845	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	55 392	42 531	12 861	9 216	(510)	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	5 762	1 179	4 583	5 339	1 933	50
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	152	53	99	–	(1)	29

	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível à CEMG	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	100%	100%	7 001	7 001	784	619
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	26,25%	26,25%	22 466	6 668	1 267	628
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	39,34%	39,34%	15 791	7 091	1 290	1 906
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	2 518	2 572	(54)	(102)
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	–	9,9%	–	454	–	191
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	–	28,9%	–	28	–	–

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Saldo inicial	16 813	20 188
Aquisições	12 750	29
Alienações	29	–
Transferências	49	–
Resultado de associadas	2 503	2 623
Reserva de justo valor de associadas	9 720	(5 089)
Dividendos recebidos	(1 089)	(938)
Saldo final	40 775	16 813

27. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	157 935	116 180
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(29 336)	(23 868)
	128 599	92 312

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística 1.10.

A rubrica Imóveis e outros activos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro solvendo).

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 9 464 000 (2008: Euros 4 703 000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Saldo em 1 de Janeiro	23 868	19 397
Dotação do exercício	10 088	5 322
Reversão do exercício	(183)	(552)
Utilização	(4 437)	(299)
Saldo em 31 de Dezembro	29 336	23 868

28. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	65 808	63 515
Obras em imóveis arrendados	32 208	30 730
Imobilizado em curso	43	120
Equipamento:		
Mobiliário e material	10 507	10 331
Máquinas e ferramentas	1 971	2 125
Equipamento informático	51 773	43 406
Instalações interiores	28 416	26 696
Equipamento de transporte	676	676
Equipamento de segurança	3 978	3 202
Locação operacional	4 084	2 226
Património artístico	986	478
Outras imobilizações corpóreas	31	31
Imobilizações em curso	550	495
	201 031	184 031
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(12 169)	(10 218)
Relativas a exercícios anteriores	(97 587)	(87 863)
	(109 756)	(98 081)
	91 275	85 950

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 515	2 293	–	–	65 808
Obras em imóveis arrendados	30 730	680	–	798	32 208
Imobilizado em curso	120	31	–	(108)	43
Equipamento:					
Mobiliário e material	10 331	433	(257)	–	10 507
Máquinas e ferramentas	2 125	35	(189)	–	1 971
Equipamento informático	43 406	8 404	(37)	–	51 773
Instalações interiores	26 696	330	–	1 390	28 416
Equipamento de transporte	676	–	–	–	676
Equipamento de segurança	3 202	786	(20)	10	3 978
Locação operacional	2 226	1 887	(29)	–	4 084
Património artístico	478	508	–	–	986
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	495	2 301	–	(2 246)	550
	184 031	17 688	(532)	(156)	201 031
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	14 830	1 007	–	–	15 837
Obras em imóveis arrendados	19 785	2 262	–	–	22 047
Equipamento:					
Mobiliário e material	7 436	614	(243)	–	7 807
Máquinas e ferramentas	1 923	92	(190)	–	1 825
Equipamento informático	32 171	5 737	(34)	–	37 874
Instalações interiores	18 384	1 741	–	–	20 125
Equipamento de transporte	661	9	–	–	670
Equipamento de segurança	2 615	229	(21)	–	2 823
Locação operacional	276	478	(6)	–	748
	98 081	12 169	(494)	–	109 756

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	102	–	–	63 515
Obras em imóveis arrendados	33 900	328	(7 798)	4 300	30 730
Imobilizado em curso	105	15	–	–	120
Equipamento:					
Mobiliário e material	9 361	1 200	(230)	–	10 331
Máquinas e ferramentas	2 358	73	(306)	–	2 125
Equipamento informático	36 573	6 833	–	–	43 406
Instalações interiores	25 176	311	(25)	1 234	26 696
Equipamento de transporte	1 133	–	(457)	–	676
Equipamento de segurança	2 835	377	(10)	–	3 202
Locação operacional	775	1 451	–	–	2 226
Património artístico	474	4	–	–	478
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	1 374	4 655	–	(5 534)	495
	177 508	15 349	(8 826)	–	184 031
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	13 827	1 003	–	–	14 830
Obras em imóveis arrendados	25 277	2 303	(7 795)	–	19 785
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 950	612	(126)	–	7 436
Máquinas e ferramentas	2 123	106	(306)	–	1 923
Equipamento informático	28 249	3 922	–	–	32 171
Instalações interiores	16 529	1 880	(25)	–	18 384
Equipamento de transporte	1 103	15	(457)	–	661
Equipamento de segurança	2 481	144	(10)	–	2 615
Locação operacional	43	233	–	–	276
	96 582	10 218	(8 719)	–	98 081

29. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Custo:		
Software	52 375	44 988
Adiantamentos por conta de imobilizações	4 657	2 331
	57 032	47 319
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(8 338)	(8 152)
Relativas a exercícios anteriores	(32 543)	(24 391)
	(40 881)	(32 543)
	16 151	14 776

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Software	44 988	7 790	–	(403)	52 375
Adiantamentos por conta de imobilizações	2 331	1 872	–	454	4 657
	47 319	9 662	–	51	57 032
Amortizações acumuladas:					
Software	32 543	8 338	–	–	40 881

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Trespasses	33	–	–	(33)	–
Software	36 667	7 737	–	584	44 988
Adiantamentos por conta de imobilizações	1 310	1 748	–	(727)	2 331
	38 010	9 485	–	(176)	47 319
Amortizações acumuladas:					
Software	24 391	8 152	–	–	32 543

30. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Bonificações a receber do Estado Português	13 739	20 468
Outros devedores	27 265	17 279
Outros proveitos a receber	6 456	6 442
Despesas com custo diferido	1 635	1 541
Contas diversas	65 701	24 159
	114 796	69 889
Imparidade para bonificações	(3 473)	(3 473)
	111 323	66 416

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 13 739 000 (2008: Euros 20 468 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	7 311	4 194
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	3 412	9 219
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	3 016	7 055
	13 739	20 468

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de Dezembro de 2009, o montante de Euros 32 816 000 (2008: Euros 5 929 000) relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme politica contabilística 1.6, a aguardar liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas relativas às responsabilidades da CEMG com benefícios a colaboradores, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	(569 822)	(514 212)
Valor do Fundo	504 883	436 148
	(64 939)	(78 064)
Perdas actuariais		
Corredor	56 982	51 421
Acima do corredor	29 334	29 268
	86 316	80 689
	21 377	2 625

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística 1.14.

31. Recursos de bancos centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 regista o montante de Euros 502 353 000 (2008: Euros 852 803 000) referente aos títulos vendidos, com acordo de recompra (*repos*), por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, que não são desreconhecidos do balanço.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Até 3 meses	–	751 544
3 meses até 6 meses	–	101 259
Mais de 6 meses	502 353	–
	502 353	852 803

32. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009			2008		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	7 995	53 745	61 740	–	106 829	106 829
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	4 023	572 007	576 030	4 772	632 855	637 627
	12 018	625 752	637 770	4 772	739 684	744 456

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Até 3 meses	298 005	210 021
3 meses até 6 meses	50 883	53 109
6 meses a 1 ano	55 960	116
1 ano até 5 anos	16	306 446
Mais de 5 anos	235 531	172 340
	640 395	742 032
Correcções de valor por operações de cobertura	(2 625)	2 424
	637 770	744 456

33. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009			2008		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	85 173	1 901 420	1 986 593	1 877 502	–	1 877 502
Depósitos a prazo (*)	–	6 679 111	6 679 111	–	5 770 374	5 770 374
Depósitos de poupança (*)	–	511 255	511 255	–	681 025	681 025
Outros recursos	896	–	896	177	–	177
Correcções de valor por operações de cobertura	3 003	–	3 003	1 262	–	1 262
	89 072	9 091 786	9 180 858	1 878 941	6 451 399	8 330 340

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 21 e na política contabilística 1.4.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui Euros 894 097 000 (2008: Euros 210 869 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Depósitos à ordem	1 986 593	1 877 502
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	1 277 080	1 328 202
3 meses até 6 meses	2 740 073	3 048 990
6 meses até 1 ano	1 336 994	1 018 856
1 ano até 5 anos	–	966 310
Mais de 5 anos	1 836 219	89 041
	9 176 959	8 328 901
Correcções de valor por operações de cobertura	3 003	1 262
	9 179 962	8 330 163
Outros recursos:		
Até 3 meses	896	177
	9 180 858	8 330 340

34. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Euro Medium Term Notes	3 142 351	4 096 489
Obrigações de Caixa	611 517	964 998
Obrigações Hipotecárias	1 161 047	–
	4 914 915	5 061 487

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 43.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui o montante de Euros 1 666 921 000 (2008: Euros 1 448 619 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o exercício de 2009, a CEMG procedeu à emissão de Euros 1 276 361 000 (2008: Euros 149 700 000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 1 248 555 000 (2008: Euros 703 427 000).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Até 6 meses	111 756	188 762
6 meses até 1 ano	726 782	988 412
1 ano até 5 anos	3 254 825	3 094 029
Mais de 5 anos	816 788	773 236
	4 910 151	5 044 439
Correcções de valor por operações de cobertura	4 764	17 048
	4 914 915	5 061 487

Durante o exercício de 2009, a CEMG procedeu à emissão de obrigações hipotecárias no montante de Euros 1 150 000 000, no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias.

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

As características destas emissões são apresentadas como segue:

Designação	Valor nominal Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating* (Moody's/Fitch)
Obrig. Hipotecárias	1 000 000	1 000 000	Julho, 2009	Julho, 2012	Anual	3,25%	Aa1 / AAA
Obrig. Hipotecárias	150 000	150 000	Dezembro, 2009	Dezembro, 2016	Trimestral	Eur 3m + 0,75%	Aa1 / AAA

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de Dezembro de 2009 a Euros 1 298 998 000, de acordo com a nota 20.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2009 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos [a] Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	4 096 489	–	(777 876)	(155 064)	(21 198)	3 142 351
Obrigações de Caixa	964 998	126 361	(470 679)	–	(9 163)	611 517
Obrigações Hipotecárias	–	1 150 000	–	–	11 047	1 161 047
	5 061 487	1 276 361	(1 248 555)	(155 064)	(19 314)	4 914 915

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística 1.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Pelican Mortgage No. 1	Dez.2002	Dez.2037	W.A.I. – 1,33%	118 586
Pelican Mortgage No. 2	Set.2003	Set.2037	W.A.I. – 1,53%	213 022
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 3,518%	125 000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. CEMG / 05	Set.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. CEMG / 05	Out.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	125 000
Obr. caixa MG Especial Poupança	Nov.2005	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 4% (10.º semestre taxa fixa de 6%)	23 000
Obr. CEMG / 06	Jan.2006	Jan.2011	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. caixa MG Valor Garantido 2006	Jan.2006	Jan.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (9.º semestre taxa fixa de 3,5% e no 10.º semestre taxa fixa de 4%)	10 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 1.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 4% (8.º semestre taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 5% e10.º semestre taxa fixa de 6%)	7 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 2.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,875% (8.º semestre taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 4,75% e 10º semestre taxa fixa de 7%)	4 000
Obr. CEMG / 06	Set.2006	Set.2011	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 3.ª Emissão	Set.2006	Set.2011	Taxa fixa semestral de 3,625% (8.º semestre taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 4%, e no 10 .º semestre taxa fixa de 7%)	3 500
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 4.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2011	Taxa fixa semestral de 3,375% (9.º semestre taxa fixa de 3,5%, e no 10 .º semestre taxa fixa de 7%)	3 750
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 5.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (9.º semestre taxa fixa de 3,625%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. caixa MG Ass./06 5 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,625% (9.º semestre taxa fixa de 3,75%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 3,755%	100 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 6,25%	5 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 6,5%	9 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 1ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,625% (7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	4 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,375% (7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 5%	90 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 6,25%	7 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 6,5%	11 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,625% (7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	3 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 6,75%	6 500
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 6,75%	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 7%	6 000
Obr. caixa – AM Eur 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa de 4,455%	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 6,75%	8 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (12.º trimestre taxa fixa de 7%)	12 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,750% (11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 971

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,875% (11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 500
Obr. CEMG / 07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,875% (11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (10.º trimestre tde 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,250% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 000
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de reembolso é pago uma remuneração variável, calculada pelo máximo entre 2% e a valorização do Activo financeiro subjacente (Índice ERIXP)	4 100
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 8ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 8ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 800
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos Julho 2007/2010	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é paga uma remuneração variável indexada ao índice ERIXP com um *floor* de 2%)	8 100
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 9.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,25% (11.º trimestre taxa fixa de 4,375% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	10 700
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 9.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	9 300
Obr. Caixa – Montepio Planeta Terra – Agosto 2007/2010	Ago.2007	Ago.2010	Taxa variável indexada a um cabaz de 10 acções com *floor* de 3,75%	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 10.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,25% (11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 11.ª Série	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa trimestral de 4,25% (11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 000
Obr.caixa – Montepio Setembro 2010	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa de 4,6126%	1 500
Montepio Standard Poor's BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Taxa fixa semestral de 0,9% (5.º ao 9.º semestre taxa fixa de 0,9%). Na maturidade, remuneração variável indexada ao Índice *Standard & Poor's* BRIC40	2 082
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 3.ª série	Nov.2007	Nov.2010	Taxa variável semestral: Euribor a 6 meses – 0,25% (6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	10 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 4.ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral: Euribor a 6 meses – 0,2% (6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	7 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 5.ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral: Euribor a 6 meses – 0,2% (6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	13 488
Obr. caixa – Montepio Cabaz Commodities Agrícolas	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa variável paga no reembolso que corresponde a 95% da performance de um Cabaz de 5 *Commodities*, com um mínimo de 1% e um máximo de 50%	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa trimestral de 4,25% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	10 000
Obr.caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor a 6 meses – 0,4% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,3% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	17 100

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. Caixa – Montepio Select 5 anos	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5% nos 4 primeiros anos e no reembolso remuneração variável entre 2,5% e 60% da performance média anual de um cabaz composto pelo Indíce *Dow Jones Eurostoxx Select Dividend 30* e o Índice *IBOXX Euro Eurozone Performance Sovereigns* 5 a 7 Anos	1 000
Obr. Caixa – Montepio Taxa Fixa 5Y – Janeiro 2008	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5%	2 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 2.ª série	Mar. 2008	Mar. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	13 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 3.ª série	Abr. 2008	Abr. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6º semestre Euribor a 6 meses)	15 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 4.ª série	Mai. 2008	Mai. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,1%)	12 100
Obr. Caixa- Montepio Inflação 2008 – 2016 – 1.ª Série	Jun. 2008	Jun. 2016	Taxa variável anual de 3,2% acrescida da taxa anual de Inflação Europeia	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013	Set. 2008	Set. 2013	Taxa fixa anual de 6% (3.º ao 5.º semestre Euribor 3m + 1%)	31 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Out. 2008/2013	Out. 2008	Out. 2013	Taxa variável trimestral indexada à Euribor 3m + 1%	37 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Fev. 2009/2014	Fev. 2009	Fev. 2014	Taxa fixa anual de 3,8% (2.º ao 5.º ano Euribor 3m + 0,84%)	15 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Mar. 2009/2014	Mar. 2009	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3,5% (2.º ao 5.º ano Euribor 3m + 0,80%)	19 000
Obr. Caixa – MG Taxa Fixa 3 anos – 25/05/2012	Mai. 2009	Mai. 2012	Taxa fixa anual de 2% (2.º ano taxa de 3%, 3.º ano taxa de 4%)	650
Obr. Caixa – MG 5% – Julho 2014	Jul. 2009	–	Taxa variável de acordo com o activo subjacente (*Dow Jones EuroStoxx 50 Price Index*)	300
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014	Set. 2009	Set. 2014	Taxa fixa anual de 3% (2.º, 3.º e 4.º ano 3%, 5.º ano 6%)	10 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2017	Set. 2009	Set. 2017	Taxa fixa anual de 3,75% (2.º ao 4.º ano 3,75%, 5.º ano 6,75%)	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2007/2012 – 2.ª série	Set. 2009	Set. 2012	Taxa variável indexada à média da Euribor 3m + 1%	29 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013 – 2.ª série	Set. 2009	Set. 2013	Taxa variável indexada à média da Euribor 3m + 1%	2 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 8.ª série	Nov. 2009	Nov. 2014	Taxa fixa de 3,25% até ao 4.º ano (No 5.º ano, taxa fixa de 5,75%)	5 000
Obr. Caixa – Taxa variável CEMG 2009-2012	Nov. 2009	Nov. 2012	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 1%	24 000
Obr. Caixa – Taxa variável CEMG 2009-2013	Nov. 2009	Nov. 2013	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 1%	1 700
Obr. Caixa – Montepio Títulos Europa 2009-2013	Dez. 2009	Dez. 2013	Taxa variável de acordo com o activo subjacente (*Dow Jones EuroStoxx* 50)	2 711
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 9.ª série	Dez. 2009	Dez. 2014	Taxa fixa de 3,20% até ao 4.º ano (No 5.º ano, taxa fixa de 5,5%)	7 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 10.ª série	Dez. 2009	Dez. 2014	Taxa fixa de 2% (2.º ano taxa fixa de 3%, 3.º ano taxa fixa de 3,5%, 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%).	5 000
Obrigações Hipotecárias	Jul. 2009	Jul. 2012	Taxa fixa de 3,25%	1 000 000
Obrigações Hipotecárias	Dez. 2009	Dez. 2016	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 0,75%	150 000
				4 973 960
Correcções de valor por operações de cobertura				4 764
Periodificações, custos e proveitos diferidos				(63 809)
				4 914 915

Em 31 de Dezembro de 2009, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,91% e 5,00%.

35. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos	1 396	1 084
Provisões para riscos diversos	94	584
	1 490	1 668

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Saldo em 1 de Janeiro	1 084	899
Dotação do exercício	416	248
Reversão do exercício	(104)	(63)
Saldo em 31 de Dezembro	1 396	1 084

Os movimentos da provisão para riscos diversos são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Provisões para riscos diversos:		
Saldo em 1 de Janeiro	584	838
Reversão do exercício	(158)	–
Utilização de provisões	(332)	(254)
Saldo em 31 de Dezembro	94	584

36. Outros passivos subordinados

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica regista o montante de Euros 381 043 000 (2008: Euros 386 872 000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2009 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão Euros '000	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses + 0,45%	50 050
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	150 415
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28 000	Euribor 12 meses + 0,10%	29 102
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	151 476
					381 043

Em 31 de Dezembro de 2009, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 1,19% e 2,66%.

37. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	7 038	8 067
Outros credores	32 541	35 523
Sector público administrativo	7 330	10 393
Passivos financeiros associados a activos transferidos	428 147	485 187
Férias e subsídio de férias a pagar	24 127	19 826
Outros custos a pagar	982	450
Receitas antecipadas	585	647
Operações sobre títulos a liquidar	38 610	6 154
Contas diversas	58 442	45 066
	597 802	611 313

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na nota 46.

38. Capital

Em 31 de Março de 2009, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 100 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 760 000 000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

39. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 40.

40. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Outro rendimento integral:		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(28 600)	(48 064)
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	163 321	156 197
Reserva especial	62 555	60 788
Outras reservas	14 115	1 995
Resultados transitados	(29 653)	(41 121)
	210 338	177 859

As reservas de justo valor reflectem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade, reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores, em conformidade com a política contabilística 1.6.

A movimentação durante o ano de 2009 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(38)	21	120	3	–	106
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(2 187)	2 095	3 014	–	(1 451)	1 471
Estrangeiros	(45 581)	8 204	1 302	2 063	2 571	(31 441)
	(47 806)	10 320	4 436	2 066	1 120	(29 864)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	(23)	248	93	1	(230)	89
Estrangeiras	–	281	146	32	64	523
Unidades de participação	(235)	460	43	10	374	652
	(258)	989	282	43	208	1 264
	(48 064)	11 309	4 718	2 109	1 328	(28 600)

A movimentação durante o ano de 2008 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(64)	(23)	–	49	–	(38)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(173)	(1 799)	–	(26)	(189)	(2 187)
Estrangeiros	(8 524)	(20 170)	(370)	(891)	(15 626)	(45 581)
	(8 761)	(21 992)	(370)	(868)	(15 815)	(47 806)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	–	37	(23)	–	(37)	(23)
Estrangeiras	(30)	762	–	30	(762)	–
Unidades de participação	818	2 902	(50)	(694)	(3 211)	(235)
	788	3 701	(73)	(664)	(4 010)	(258)
	(7 973)	(18 291)	(443)	(1 532)	(19 825)	(48 064)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	1 334 675	991 613
Imparidade acumulada reconhecida	(23 658)	(24 987)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	1 311 017	966 626
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	1 282 417	918 562
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(28 600)	(48 064)

41. Garantias e outros compromissos

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Garantias e avales prestados	426 156	431 209
Garantias e avales recebidos	29 733 532	30 265 782
Compromissos perante terceiros	1 211 311	1 377 791
Compromissos assumidos por terceiros	172 768	20 791
Activos cedidos em operações de titularização	333 270	389 663
Valores recebidos em depósito	5 371 322	5 510 251

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	423 107	428 782
Créditos documentários abertos	3 049	2 427
	426 156	431 209

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	1 472	2 756
Linhas de crédito irrevogáveis	302 264	281 103
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	19 829	19 634
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	3 209	3 173
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	884 537	1 071 125
	1 211 311	1 377 791

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente, todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colaterizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

42. Distribuição de resultados

Em 31 de Março de 2009, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 11 271 000 (2008: Euros 25 758 000).

43. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Activos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

1 Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

2 Métodos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

3 Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

– **Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito**

  Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros.

– **Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra**

  O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

  A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

– **Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda**

  Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

  As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos

de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

– **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

– **Derivados de cobertura e de negociação**

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados «ao balcão», aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

– **Créditos a clientes com maturidade definida**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 2,61% em Dezembro de 2009 (2008: 3,29%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

– **Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes**

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– **Recursos de clientes**

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o spread actual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 0,65% em Dezembro de 2009 (2008: 2,74%).

– **Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados**

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de hedge-accounting, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (spread comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2009, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras Esterlinas, Coroas Checas e Dólares de Hong-Kong utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euros	**Dólar Norte-Americano**	**Libra Esterlina**	**Coroa Checa**	**Dólar de Hong-Kong**
1 dia	0,300%	0,170%	0,565%	0,950%	0,360%
7 dias	0,300%	0,390%	0,565%	0,950%	0,360%
1 mês	0,465%	0,420%	0,580%	1,175%	0,125%
2 meses	0,500%	0,440%	0,625%	1,295%	0,075%
3 meses	0,630%	0,480%	0,705%	1,405%	0,120%
6 meses	0,930%	0,630%	0,920%	1,655%	0,110%
9 meses	1,090%	0,740%	1,210%	1,835%	0,240%
1 ano	1,210%	1,110%	1,575%	1,955%	0,595%
2 anos	1,861%	1,431%	1,993%	2,270%	1,220%
3 anos	2,260%	2,082%	2,650%	2,640%	1,840%
5 anos	2,805%	2,995%	3,388%	3,010%	2,720%
7 anos	3,213%	3,532%	3,768%	3,240%	3,200%
10 anos	3,598%	3,982%	4,088%	3,540%	3,570%
15 anos	3,963%	4,375%	4,088%	3,820%	3,570%
20 anos	4,070%	4,471%	4,088%	3,900%	3,570%
30 anos	3,952%	4,541%	4,088%	3,900%	3,570%

Cambios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**2009**	**2008**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,4406	1,3917	10,90	12,23	12,83	12,96	13,10
EUR/GBP	0,8881	0,9525	9,25	11,25	12,30	12,80	12,95
EUR/CHF	1,4836	1,4850	5,65	5,70	5,85	5,85	5,85
EUR/JPY	133,16	126,14	13,17	14,71	15,58	16,04	16,32

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	2009								
	Negociação Euros '000	**Designado ao justo valor Euros '000**	**Detido até a maturidade Euros '000**	**Empréstimos e aplicações Euros '000**	**Disponíveis para venda Euros '000**	**Outros ao custo amortizado Euros '000**	**Outros Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	305 018	–	–	–	305 018	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	69 870	–	–	–	69 870	69 870
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	370 938	–	–	–	370 938	370 938
Crédito a clientes	–	–	–	14 682 382	–	–	–	14 682 382	13 559 183
Activos financeiros detidos para negociação	103 195	–	–	–	–	–	–	103 195	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	4 192	–	–	–	–	–	4 192	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	1 282 417	–	–	1 282 417	1 282 417
Derivados de cobertura	5 109	–	–	–	–	–	–	5 109	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	33 523	–	–	–	–	33 523	34 681
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	40 775	40 775	40 775
	108 304	4 192	33 523	15 428 208	1 282 417	–	40 775	16 897 419	15 775 387
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	502 353	–	502 353	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	637 770	–	637 770	637 907
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	9 180 858	–	9 180 858	9 216 700
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	4 914 915	–	4 914 915	5 780 200
Passivos financeiros detidos para negociação	41 724	–	–	–	–	–	–	41 724	41 724
Derivados de cobertura	598	–	–	–	–	–	–	598	598
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	381 043	–	381 043	359 999
	42 322	–	–	–	–	15 616 939	–	15 659 261	16 539 481

	2008								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	254 742	–	–	–	254 742	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	114 502	–	–	–	114 502	114 502
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	166 781	–	–	–	166 781	166 781
Crédito a clientes	–	–	–	15 009 892	–	–	–	15 009 892	15 402 072
Activos financeiros detidos para negociação	59 118	–	–	–	–	–	–	59 118	59 118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	4 031	–	–	–	–	–	4 031	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	918 562	–	–	918 562	918 562
Derivados de cobertura	7 727	–	–	–	–	–	–	7 727	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	39 912	–	–	–	–	39 912	40 341
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	16 813	16 813	16 813
	66 845	4 031	39 912	15 545 917	918 562	–	16 813	16 592 080	16 984 689
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	852 803	–	852 803	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	744 456	–	744 456	744 456
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	8 330 340	–	8 330 340	8 407 895
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	5 061 487	–	5 061 487	6 258 969
Passivos financeiros detidos para negociação	37 692	–	–	–	–	–	–	37 692	37 692
Derivados de cobertura	1 234	–	–	–	–	–	–	1 234	1 234
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	386 872	–	386 872	386 676
	38 926	–	–	–	–	15 375 958	–	15 414 884	16 670 725

44. Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2009	2008
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	738	663
Pessoal no activo	2 844	2 799
	3 582	3 462

De acordo com a política contabilística 1.14, as responsabilidades da CEMG por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço								
Responsabilidades								
Reformados e pensionistas	(232 236)	(653)	(15 095)	(247 984)	(202 934)	(558)	(13 191)	(216 683)
Pessoal no activo	(300 758)	(6 874)	(14 206)	(321 838)	(278 234)	(6 147)	(13 148)	(297 529)
	(532 994)	(7 527)	(29 301)	(569 822)	(481 168)	(6 705)	(26 339)	(514 212)
Valor do Fundo	474 287	6 208	24 388	504 883	408 120	5 687	22 341	436 148
Défice de cobertura	(58 707)	(1 319)	(4 913)	(64 939)	(73 048)	(1 018)	(3 998)	(78 064)
Desvios actuariais diferidos	93 339	(7 356)	333	86 316	87 512	(7 176)	353	80 689
Activos / (Responsabilidades) líquidas em balanço	34 632	(8 675)	(4 580)	21 377	14 464	(8 194)	(3 645)	2 625

Em 31 de Dezembro de 2009, não existem imóveis utilizados pela CEMG ou títulos emitidos por esta, registados nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

De acordo com a política contabilística 1.14, a CEMG procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente. Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver nota 30).

De acordo com a referida política e conforme o estabelecido na IAS 19 – Benefícios dos empregados, a CEMG avalia à data de cada balanço, a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2009 e 2008 é analisado conforme segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	481 168	6 705	26 339	514 212	509 771	8 336	30 158	548 265
Custo do serviço corrente	14 983	422	705	16 110	19 773	1 132	572	21 477
Custo dos juros	27 667	386	1 514	29 567	26 763	438	1 583	28 784
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	(1 412)	(299)	(486)	(2 197)	2 419	(2 003)	(1 638)	(1 222)
– Resultantes de alterações de pressupostos	22 452	313	1 229	23 994	(73 290)	(1 198)	(4 336)	(78 824)
Pagamentos	(16 664)	–	–	(16 664)	(14 069)	–	–	(14 069)
Reformas antecipadas	4 800	–	–	4 800	9 801	–	–	9 801
Valores a 31 de Dezembro	532 994	7 527	29 301	569 822	481 168	6 705	26 339	514 212

A evolução dos valores relativos a responsabilidades não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2009 e 2008, é analisada conforme segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	73 048	1 018	3 998	78 064	97 966	1 602	5 796	105 364
Custo do serviço corrente	14 983	422	705	16 110	19 773	1 132	572	21 477
Custo dos juros	27 667	386	1 514	29 567	26 763	438	1 583	28 784
Rendimento esperado dos activos	(23 467)	(327)	(1 284)	(25 078)	(21 619)	(354)	(1 279)	(23 252)
Reformas antecipadas	4 800	–	–	4 800	9 801	–	–	9 801
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	(15 348)	(493)	(1 249)	(17 090)	50 188	(602)	1 662	51 248
– Resultantes de alterações de pressupostos	22 452	313	1 229	23 994	(73 290)	(1 198)	(4 336)	(78 824)
Contribuições para o Fundo	(45 553)	–	–	(45 553)	(36 648)	–	–	(36 648)
Encargos suportados pelo Fundo	125	–	–	125	114	–	–	114
Valores a 31 de Dezembro	58 707	1 319	4 913	64 939	73 048	1 018	3 998	78 064

Os elementos patrimoniais que compõem o activo do Fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Acções	40 774	31 467
Outros títulos de rendimento variável	78 910	68 372
Obrigações	296 343	275 337
Aplicações em bancos e outras	88 856	60 972
	504 883	436 148

Os títulos emitidos por empresas da CEMG existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Títulos de rendimento fixo	4 606	–
Títulos de rendimento variável	4 281	22 521
	8 887	22 521

A evolução do valor dos activos do Fundo durante o exercício de 2009 e 2008 é analisada conforme segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	408 120	5 687	22 341	436 148	411 805	6 734	24 362	442 901
Rendimento esperado dos activos	23 467	327	1 284	25 078	21 619	354	1 279	23 252
Ganhos e (perdas) actuariais	13 936	194	763	14 893	(47 769)	(1 401)	(3 300)	(52 470)
Contribuições para o Fundo da CEMG	43 924	–	–	43 924	35 176	–	–	35 176
Contribuições para o Fundo dos empregados	1 629	–	–	1 629	1 472	–	–	1 472
Pagamentos	(16 664)	–	–	(16 664)	(14 069)	–	–	(14 069)
Outros	(125)	–	–	(125)	(114)	–	–	(114)
Valores a 31 de Dezembro	474 287	6 208	24 388	504 883	408 120	5 687	22 341	436 148

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de Euros 21 500 000, efectuada pela CEMG em Janeiro de 2010 com data-valor de 2009. As contribuições efectuadas ao Fundo pela CEMG durante o exercício de 2009 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2009, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	87 512	(7 176)	353	80 689	111 886	(5 376)	3 027	109 537
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:								
– Actuariais	21 040	14	743	21 797	(70 871)	(3 201)	(5 974)	(80 046)
– Financeiros	(13 936)	(194)	(763)	(14 893)	47 769	1 401	3 300	52 470
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	(1 277)	–	–	(1 277)	(1 272)	–	–	(1 272)
Valores a 31 de Dezembro	93 339	(7 356)	333	86 316	87 512	(7 176)	353	80 689
Dos quais:								
Dentro do corredor	61 618	(4 856)	220	56 982	48 117	2 634	670	51 421
Fora do corredor	31 721	(2 500)	113	29 334	39 395	(9 810)	(317)	29 268

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do Fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2009, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 56 982 000 (2008: Euros 51 421 000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 29 334 000 (2008: Euros 29 268 000) serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 24 anos, tendo como base o saldo no final do período anterior, conforme referido na política contabilística 1.14.

Em 2009, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 26 676 000 (2008: Euros 38 082 000).

A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Custo dos serviços correntes	14 983	422	705	16 110	19 773	1 132	572	21 477
Custo dos juros	27 667	386	1 514	29 567	26 763	438	1 583	28 784
Rendimento esperado dos activos	(23 467)	(327)	(1 284)	(25 078)	(21 619)	(354)	(1 279)	(23 252)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	1 277	–	–	1 277	1 272	–	–	1 272
Reformas antecipadas	4 800	–	–	4 800	9 801	–	–	9 801
Custo do exercício	25 260	481	935	26 676	35 990	1 216	876	38 082

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a CEMG alterou os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2009. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	Pressupostos	
	2009	**2008**
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	5,50%	5,75%
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos actuariais líquidos do exercício de 2009 de Euros 6.904.000 (2008: Euros 27.576.000) são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados bem como do impacto da alteração de pressupostos e são analisados conforme segue:

	(Ganhos) / Perdas actuariais	
	2009 Euros '000	**2008 Euros '000**
Taxa de desconto	23 293	(80 056)
Taxa de crescimento dos salários	(1 334)	(3 243)
Taxa de crescimento das pensões	(162)	3 253
Rendimento dos fundos	(14 893)	52 470
	6 904	(27 576)

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando, este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% e 7,5% no exercício de 2009) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5% no exercício de 2009) de um ponto percentual no valor dos custos com benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	2009 Euros '000	**2008 Euros '000**	**2009 Euros '000**	**2008 Euros '000**
Impacto no custo com pensões	(2 322)	(2 029)	2 322	2 029
Impacto das responsabilidades	(2 186)	(2 023)	2 186	2 023

O valor das responsabilidades com benefícios de saúde está integralmente coberto pelo Fundo de Pensões e correspondente em 2009 a Euros 29 301 000 (2008: Euros 26 339 000).

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2010 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 28 000 000 (2008: Euros 32 873 000).

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
No início do exercício	14 464	(8 194)	(3 645)	2 625	13 980	(6 978)	(2 769)	4 173
Custo do exercício	(25 260)	(481)	(935)	(26 676)	(35 990)	(1 216)	(876)	(38 082)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	45 553	–	–	45 553	36 648	–	–	36 648
Outros	(125)	–	–	(125)	(114)	–	–	(114)
Valores a 31 de Dezembro	34 632	(8 675)	(4 580)	21 377	14 464	(8 194)	(3 645)	2 625

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

	2009			2008			2007			2006			2005		
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00
Responsabilidades	(532 994)	(7 527)	(29 301)	(481 168)	(6 705)	(26 339)	(509 771)	(8 336)	(30 158)	(475 205)	–	(31 190)	(439 080)	–	(29 057)
Saldo do fundo	474 287	6 208	24 388	408 120	5 687	22 341	411 805	6 734	24 362	351 341	–	23 060	307 380	–	20 341
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(58 707)	(1 319)	(4 913)	(73 048)	(1 018)	(3 998)	(97 966)	(1 602)	(5 796)	(123 864)	–	(8 130)	(131 700)	–	(8 716)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(1 412)	(299)	(486)	2 419	(2 003)	(1 638)	11 490	1 359	(3 266)	3 781	–	248	11 785	–	780
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(13 936)	(194)	(763)	47 769	1 401	3 300	2 372	(6 734)	(207)	(3 929)	–	(258)	(1 441)	–	(95)

45. Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2009, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	7 188	13 700	20 888
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	12 540	3 250	15 790
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	271	–	271
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	2 003	–	2 003
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	63 419	–	63 419
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	152 427	–	152 427
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	7 768	–	7 768
	245 616	16 950	262 566

À data de 31 de Dezembro de 2008, os débitos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	13 256	5 490	18 746
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	11 995	11 250	23 245
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	162	–	162
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	105	–	105
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	17 200	–	17 200
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	13 849	–	13 849
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	6 195	–	6 195
	62 762	16 740	79 502

À data de 31 de Dezembro de 2009, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	12	4 130	4 142
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	–	8 642	8 642
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	1	–	1
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	26 610	26 610
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	3 173	3 173
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	7	3 009	3 016
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	–	376	376
	20	45 940	45 960

À data de 31 de Dezembro de 2008, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	471	3 151	3 622
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	952	7 479	8 431
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2	–	2
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5	11 104	11 109
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	9	4 165	4 174
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	19	3 428	3 447
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	8	359	367
	1 466	29 686	31 152

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 10.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões da CEMG.

46. Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2009, existem cinco operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 1 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 2 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 3. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 4. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 5. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No*. 1 PLC e para o *Pelican Mortgages No*. 2 PLC.

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de Dezembro de 2009, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros'000
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650 000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700 000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750 000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
				4 100 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
*Pelican Mortgages No.*1	120 550	142 875
Pelican Mortgages No. 2	212 720	246 788
	333 270	389 663

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os principais impactos na consolidação destas entidades nas contas da CEMG, podem ser analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito a clientes (líquido de imparidade)	318 961	375 280
Responsabilidades representadas por títulos	331 608	390 545
Capital próprio	(379)	415
Resultado líquido	(791)	(39)

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2009, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (Valor Nominal) Euros	Data de reembolso	*Rating* das obrigações (Inicial)			*Rating* das obrigações (Actual)		
						Fitch	Moody's	S&P	Fitch	Moody's	S&P
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	611 000 000	76 986 058	–	2037	AAA	Aaa	n.d.	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	16 250 000	16 250 000	–	2037	AAA	A2	n.d.	AAA	A2	n.d.
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2037	BBB+	Baa2	n.d.	BBB+	Baa2	n.d.
	Classe D	3 250 000	3 250 000	3 250 000	2037	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	659 750 000	171 715 266	–	2036	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	17 500 000	17 500 000	–	2036	AAA	A1	AA–	AAA	A1	AA-
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2036	A–	Baa2	BBB	A–	Baa2	BBB
	Classe D	5 600 000	5 600 000	5 600 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 3	Classe A	701 315 365	414 922 986	–	2054	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	14 250 000	10 712 724	–	2054	AA–	Aa2	AA–	AA–	Aa2	AA-
	Classe C	12 000 000	9 021 241	–	2054	A	A3	A	A–	A3	A
	Classe D	6 375 000	4 792 534	–	2054	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	7 361 334	–	–	2054	BBB–	n.d.	BBB–	BBB–	n.d.	BBB-
	Classe F	4 125 000	4 125 000	4 125 000	2054	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 4	Classe A	832 000 000	743 481 648	743 481 648	2056	AAA	Aaa	n.d.	AAA	n.d.	n.d
	Classe B	55 500 000	55 500 000	55 500 000	2056	AA	Aa	n.d.	AA	n.d.	n.d.
	Classe C	60 000 000	60 000 000	60 000 000	2056	A–	A–	n.d.	A–	n.d.	n.d.
	Classe D	25 000 000	25 000 000	25 000 000	2056	BBB	Bbb	n.d.	BBB	n.d.	n.d
	Classe E	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2056	BB	Bb	n.d.	BB	n.d.	n.d.
	Classe F	28 600 000	28 600 000	28 600 000	2056	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 5	Classe A	750 000 000	711 060 368	711 060 368	2061	AAA	n.d.	n.d.	AAA	n.d.	n.d.
	Classe B	195 000 000	195 000 000	195 000 000	2061	BBB–	n.d.	n.d.	BBB–	n.d.	n.d.
	Classe C	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	B	n.d.	n.d.	B	n.d.	n.d.
	Classe D	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe E	4 500 000	4 500 000	4 500 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe F	23 000 000	23 000 000	23 000 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

47. Reporte por segmentos

No exercício de 2009, a CEMG adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

A actividade consolidada da CEMG é desenvolvida essencialmente no sector financeiro e direccionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à actividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não vida, através das suas associadas do sector segurador. Adicionalmente, a CEMG realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito a CEMG conta com uma rede de 326 balcões em Portugal e com uma sucursal em Cabo Verde e 6 escritórios de representação.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio a CEMG considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); (2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Sector Público Administrativo e (3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito. Cada segmento engloba as estruturas da CEMG que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem como as unidades autónomas da CEMG cuja actividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Em termos geográficos a CEMG, embora concentrando a sua actividade em Portugal, possui alguma actividade internacional desenvolvida pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI), pelo que segundo critérios geográficos, pode separar-se a actividade e resultados que são objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) da localizada em Cabo Verde (Área Internacional).

Descrição dos segmentos operacionais

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas da CEMG:

Banca de Retalho

Este Segmento Operacional corresponde a toda a actividade desenvolvida pela CEMG, com os clientes particulares, empresários em nome individual microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais electrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relacionase com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

Banca de Empresas

Este Segmento Operacional agrega a actividade da CEMG com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do sector financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

Outros segmentos

Neste segmento inclui-se toda a actividade desenvolvida de suporte às actividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a actividade de gestão financeira global da CEMG, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais à CEMG, os

investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida.

Critérios de imputação dos resultados aos segmentos

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões da CEMG, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na politica contabilística 1, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

A CEMG utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (banco MG Cabo Verde e empresas participadas) é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas da CEMG dedicadas ao segmento

A actividade da CEMG abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior a CEMG, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de actividade directo e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento; (iii) do cálculo da margem financeira final através da cedência dos activos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos; (iv) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento (v) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos); (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do BdP e com o modelo da imparidade;

As operações entre as unidades juridicamente autónomas da CEMG são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade consolidada da CEMG exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da actividade dos segmentos representar o negócio directo desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalencia patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. Na CEMG, estes activos encontram-se afectos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Activos por benefícios pós-emprego

Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do Fundo de Pensões da CEMG correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão, a CEMG considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por área geográfica, a unidade operacional que integra a Área Internacional é o Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI). Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquela unidade com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

Informação retrospectiva

A CEMG, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem das utilizadas até então nas demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação, de forma a torná-la consistente e comparável com as exigências da IFRS 8.

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2009, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Banca de Empresas Euros '000	Operações entre Segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	743 804	94 792	32 805	871 401
Juros e encargos similares	483 049	45 932	21 612	550 593
Margem financeira	260 755	48 860	11 193	320 808
Rendimentos de instrumentos de capital	–	–	703	703
Rendimentos de serviços e comissões	70 196	12 871	5 652	88 719
Encargos com serviços e comissões	(10 257)	(1 789)	(1 559)	(13 605)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	–	–	28 319	28 319
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	–	–	1 657	1 657
Resultados de reavaliação cambial	–	–	2 070	2 070
Resultados de alienação de outros activos	594	–	(205)	389
Outros resultados de exploração	5 864	340	10 453	16 657
Total de proveitos operacionais	327 152	60 282	58 283	445 717
Custos com o pessoal	108 581	19 367	19 404	147 352
Gastos gerais administrativos	58 205	11 067	9 932	79 204
Depreciações e amortizações	15 112	2 695	2 700	20 507
Total de custos operacionais	181 898	33 129	32 036	247 063
Total Provisões e Imparidade	124 882	20 010	11 789	156 681
Resultado operacional	20 372	7 143	14 458	41 973
Resultados por equivalência patrimonial	–	–	2 503	2 503
Resultado consolidado do exercício	20 372	7 143	16 961	44 476
Activo líquido	7 899 264	2 769 569	6 575 934	17 244 767
Passivo	7 447 511	2 611 180	6 199 862	16 258 553
Investimentos em associadas	–	–	40 775	40 775

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2008, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Banca de Empresas Euros '000	Operações entre Segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	959 346	108 106	44 000	1 111 452
Juros e encargos similares	693 554	75 041	28 000	796 595
Margem financeira	265 792	33 065	16 000	314 857
Rendimentos de instrumentos de capital	–	–	882	882
Rendimentos de serviços e comissões	75 485	6 732	2 327	84 544
Encargos com serviços e comissões	(11 891)	(1 030)	(639)	(13 560)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	–	–	(2 401)	(2 401)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	–	–	3 765	3 765
Resultados de reavaliação cambial	–	–	1 681	1 681
Resultados de alienação de outros activos	278	–	220	498
Outros resultados de exploração	4 087	992	9 965	15 044
Total de proveitos operacionais	333 751	39 759	31 800	405 310
Custos com o pessoal	132 537	11 499	7 224	151 260
Gastos gerais administrativos	75 087	6 518	4 091	85 696
Depreciações e amortizações	16 096	1 397	877	18 370
Total de custos operacionais	223 720	19 414	12 192	255 326
Total Provisões e Imparidade	82 123	11 592	25 018	118 733
Resultado operacional	27 908	8 753	(5 410)	31 251
Resultados por equivalência patrimonial	–	–	2 623	2 623
Resultado consolidado do exercício	27 908	8 753	(2 787)	33 874
Activo líquido	13 883 586	4 354 416	(1 386 468)	16 851 534
Passivo	13 204 984	4 141 581	(1 318 700)	16 027 865
Investimentos em associadas	–	–	16 813	16 813

A CEMG desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e em Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, a CEMG actua com especial enfoque nos mercados Português e Cabo Verdiano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal e Cabo Verde, sendo que o segmento Portugal representa a actividade desenvolvida pela Caixa Económica Montepio Geral. O segmento Cabo Verde inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Em 31 de Dezembro de 2009, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e rendimentos similares	871 401	10 242	(10 242)	871 401
Juros e encargos similares	551 445	9 390	(10 242)	550 593
Margem financeira	319 956	852	–	320 808
Rendimentos de instrumentos de capital	1 260	–	(557)	703
Rendimentos de serviços e comissões	88 719	–	–	88 719
Encargos com serviços e comissões	(13 605)	–	–	(13 605)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	28 317	2	–	28 319
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1 657	–	–	1 657
Resultados de reavaliação cambial	2 052	18	–	2 070
Resultados de alienação de outros activos	389	–	–	389
Outros resultados de exploração	16 683	(26)	–	16 657
Total de proveitos operacionais	445 328	846	(557)	445 717
Custos com o pessoal	147 352	–	–	147 352
Gastos gerais administrativos	79 147	57	–	79 204
Depreciações e amortizações	20 502	5	–	20 507
Total de custos operacionais	247 001	62	–	247 063
Imparidade do crédito	144 490	–	–	144 490
Imparidade de outros activos	12 037	–	–	12 037
Outras provisões	154	–	–	154
Resultado operacional	42 959	784	(557)	41 973
Resultados por equivalência patrimonial	2 503	–	–	2 503
Resultado consolidado do exercício	44 249	784	(557)	44 476

Indicadores de balanço	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	305 018	–	–	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 868	2	–	69 870
Aplicações em instituições de crédito	370 884	307 698	(307 644)	370 938
Crédito a clientes	14 682 382	–	–	14 682 382
Activos financeiros detidos para negociação	103 195	–	–	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 192	–	–	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	1 282 417	–	–	1 282 417
Derivados de cobertura	5 109	–	–	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	33 523	–	–	33 523
Investimentos em associadas e outras	47 776	–	(7 001)	40 775
Activos não correntes detidos para venda	128 599	–	–	128 599
Outros activos tangíveis	91 173	102	–	91 275
Activos intangíveis	16 151	–	–	16 151
Outros activos	111 323	–	–	111 323
Total do Activo	17 251 610	307 802	(314 645)	17 244 767
Recursos de bancos centrais	502 353	–	–	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	637 756	14	–	637 770
Recursos de clientes	9 188 690	299 812	(307 644)	9 180 858
Responsabilidades representadas por títulos	4 914 915	–	–	4 914 915
Passivos financeiros detidos para negociação	41 724	–	–	41 724
Derivados de cobertura	598	–	–	598
Provisões	1 490	–	–	1 490
Outros passivos subordinados	381 043	–	–	381 043
Outros passivos	597 801	–	–	597 802
Total do Passivo	16 266 372	299 826	(307 644)	16 258 553
Capital	760 000	7 001	(7 001)	760 000
Reservas de justo valor	(28 600)	–	–	(28 600)
Outras reservas e resultados transitados	209 590	191	557	210 338
Resultado líquido do período	44 249	784	(557)	44 476
Total da Situação Líquida	985 239	7 976	(7 001)	986 214
Total do Passivo e Situação Líquida	17 251 610	307 082	(323 505)	17 244 767

Em 31 de Dezembro de 2008, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e rendimentos similares	1 111 452	14 921	(14 921)	1 111 452
Juros e encargos similares	797 322	14 194	(14 921)	796 595
Margem financeira	314 130	727	–	314 857
Rendimentos de instrumentos de capital	1 013	–	(131)	882
Rendimentos de serviços e comissões	84 544	–	–	84 544
Encargos com serviços e comissões	(13 560)	–	–	(13 560)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(2 396)	(5)	–	(2 401)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	3 765	–	–	3 765
Resultados de reavaliação cambial	1 710	(29)	–	1 681
Resultados de alienação de outros activos	498	–	–	498
Outros resultados de exploração	15 069	(25)	–	15 044
Total de proveitos operacionais	404 773	668	(131)	405 310
Custos com o pessoal	151 260	–	–	151 260
Gastos gerais administrativos	85 651	45	–	85 696
Depreciações e amortizações	18 366	4	–	18 370
Total de custos operacionais	255 277	49	–	255 326
Imparidade do crédito	93 530	–	–	93 530
Imparidade de outros activos	25 018	–	–	25 018
Outras provisões	185	–	–	185
Resultado operacional	30 163	619	(131)	31 251
Resultados por equivalência patrimonial	2 623	–	–	2 623
Resultado consolidado do exercício	33 386	619	(131)	33 874

Indicadores de balanço	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	254 742	–	–	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	114 420	87	(5)	114 502
Aplicações em instituições de crédito	166 780	328 772	(328 771)	166 781
Crédito a clientes	15 009 892	–	–	15 009 892
Activos financeiros detidos para negociação	59 120	2	(4)	59 118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 031	–	–	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	918 562	–	–	918 562
Derivados de cobertura	7 727	–	–	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	39 912	–	–	39 912
Investimentos em associadas e outras	23 814	–	(7 001)	16 813
Activos não correntes detidos para venda	92 312	–	–	92 312
Outros activos tangíveis	85 848	102	–	85 950
Activos intangíveis	14 776	–	–	14 776
Outros activos	66 146	–	–	66 146
Total do Activo	16 858 352	328 963	(335 781)	16 851 534
Recursos de bancos centrais	852 803	–	–	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	744 350	111	(5)	744 456
Recursos de clientes	8 338 014	321 097	(328 771)	8 330 340
Responsabilidades representadas por títulos	5 061 487	–	–	5 061 487
Passivos financeiros detidos para negociação	37 694	2	(4)	37 692
Derivados de cobertura	1 234	–	–	1 234
Provisões	1 668	–	–	1 668
Outros passivos subordinados	386 872	–	–	386 872
Outros passivos	611 309	4	–	611 313
Total do Passivo	16 035 431	321 214	(328 780)	16 027 865
Capital	660 000	7 001	(7 001)	660 000
Reservas de justo valor	(48 064)	–	–	(48 064)
Outras reservas e resultados transitados	177 599	129	131	177 859
Resultado líquido do período	33 386	619	(131)	33 874
Total da Situação Líquida	822 921	7 749	(7 001)	823 669
Total do Passivo e Situação Líquida	16 858 352	328 963	(335 781)	16 851 534

47. Gestão de riscos

O Grupo Montepio («CEMG») está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e gestão dos riscos são efectuadas de um modo integrado, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos (DAGR), que integra quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas: integra os analistas de crédito, responsáveis pela apreciação de operações e atribuição de classificações internas de risco de crédito no segmento de empresas.

A DAGR assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam:

- Início da implementação de novos modelos de *scoring* para o segmento de pequenos negócios;
- Reforço da função de reporte da evolução do risco da carteira de crédito e monitorização da utilização dos sistemas de *rating* interno e de *scoring*;
- Envolvimento na implementação de novos sistemas de *workflow* de crédito a particulares e de gestão de limites de crédito a empresas;
- Extensão da metodologia de preçário de crédito ajustado de risco para a carteira de crédito a empresas, garantido desta forma a aplicação da metodologia aos principais segmentos;
- Integração do controlo de risco de contraparte.

No plano regulamentar, o ano de 2009 ficou marcado pelo desenvolvimento dos reportes previstos nos Pilares II – Adequação de Capital e III – Disciplina de Mercado, no âmbito de Basileia II.

Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP) e de Testes de Esforço. Os resultados de ambos os relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macro-económicos. Relativamente ao Pilar III foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Igualmente no âmbito de Basileia II, a CEMG encontra-se em processo de candidatura, sob a supervisão do Banco de Portugal, para utilização da abordagem baseada no método Standard (método *The Standardized Approach* – «TSA») para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional. Actualmente, a CEMG utiliza o método do Indicador Básico.

A CEMG tem vindo igualmente a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os recentes desenvolvimentos no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo a DAGR procedido a análises do respectivo impacto.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos («ALCO») e do Comité de Informática.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. De facto, a concessão de crédito a particulares obriga à submissão das propostas de crédito aos modelos de *scoring* reactivo existentes para as principais carteiras (crédito à habitação, crédito individual e cartões de crédito).

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, encontram-se em fase final de operacionalização informática novos modelos de *scoring* para pequenos negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69 870	114 502
Aplicações em instituições de crédito	370 938	166 781
Crédito a clientes	14 682 382	15 009 892
Activos financeiros detidos para negociação	101 815	57 918
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 192	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	1 267 208	904 144
Derivados de cobertura	5 109	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	33 523	39 912
Investimentos em associadas e outras	40 075	16 813
Outros activos	109 688	64 875
Garantias e avales prestados	426 156	431 209
Compromissos irrevogáveis	302 264	281 103
Credit default swaps (nocionais)	41 458	94 500
	17 455 378	17 193 407

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2009, encontra-se apresentada como segue:

	2009							
Sector de actividade	**Crédito a clientes**		**Activos financeiros detidos para negociação**	**Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Activos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	31 191	(914)	–	–	154	(47)	–	395
Indústrias extractivas	8 003	(333)	–	–	541	–	–	1 147
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	74 913	(4 098)	–	–	41	–	–	1 915
Têxteis e vestuário	35 051	(7 520)	–	–	–	–	–	1 345
Curtumes e calçado	8 316	(759)	–	–	–	–	–	–
Madeira e cortiça	29 909	(2 711)	–	–	–	–	–	932
Papel e indústrias gráficas	22 394	(2 061)	–	–	–	–	–	951
Refinação de petróleo	177	(48)	229	–	34 928	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	31 723	(813)	–	–	1 025	–	–	1 164
Produtos minerais não metálicos	23 189	(1 205)	–	–	–	–	–	2 136
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	81 352	(39)	–	–	–	–	–	3 943
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	17 471	(1 895)	–	–	270	–	–	1 798
Fabricação de material de transporte	12 672	(253)	–	–	5 387	–	–	134
Outras indústrias transformadoras	29 956	(2 988)	685	–	81 182	(698)	–	805
Electricidade, gás e água	73 634	(126)	406	3 206	37 098	(252)	–	890
Construção e obras públicas	2 684 448	(165 548)	–	–	41 533	(998)	–	212 348
Comércio por grosso e a retalho	662 998	(49 627)	49	–	13 428	–	–	36 394
Turismo	236 908	(14 834)	–	–	8 961	(90)	–	11 924
Transportes	103 126	(1 405)	–	–	2 966	–	–	11 775
Actividades de informação e comunicação	28 123	(2 115)	359	–	19 044	–	–	335
Actividades financeiras	155 795	(545)	101 467	986	906 640	(19 742)	–	38 623
Actividades imobiliárias	819 163	(28 075)	–	–	12 142	–	–	29 463
Serviços prestados às empresas	334 303	(10 243)	–	–	–	–	–	9 158
Administração e serviços públicos	203 243	(2 679)	–	–	10 168	–	33 523	4 020
Outras actividades de serviços colectivos	65 795	(2 356)	–	–	670	–	–	4 285
Crédito à habitação	9 106 948	(188 329)	–	–	86 460	(1 641)	–	9 056
Outros	295 494	(2 394)	–	–	43 437	(190)	–	41 220
TOTAL	15 176 295	(493 913)	103 195	4 192	1 306 075	(23 658)	33 523	426 156

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2008, encontra-se apresentada como segue:

	2008							
Sector de actividade	**Crédito a clientes**		**Activos financeiros detidos para negociação**	**Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Activos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	25 127	(821)	–	–	–	–	–	512
Indústrias extractivas	5 699	(63)	–	–	–	–	–	842
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	54 486	(2 412)	–	–	–	–	–	961
Têxteis e vestuário	30 279	(7 504)	–	–	–	–	–	1 333
Curtumes e calçado	5 658	(657)	–	–	–	–	–	66
Madeira e cortiça	28 304	(1 336)	–	–	–	–	–	1 205
Papel e indústrias gráficas	17 430	(1 834)	–	–	–	–	–	294
Refinação de petróleo	24	(2)	–	–	3 257	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	23 627	(628)	–	–	999	–	–	1 509
Produtos minerais não metálicos	18 055	(1 501)	–	–	–	–	–	1 625
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	54 438	(2 540)	–	–	–	–	–	3 277
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	13 855	(2 692)	–	–	–	–	–	1 497
Fabricação de material de transporte	10 386	(202)	–	–	–	–	–	232
Outras indústrias transformadoras	23 169	(2 322)	–	–	57 700	–	–	712
Electricidade, gás e água	38 318	(613)	1 187	2 998	31 404	(1 014)	–	516
Construção e obras públicas	2 886 325	(141 005)	–	–	10 981	(998)	–	205 943
Comércio por grosso e a retalho	553 210	(45 906)	–	–	8 896	–	–	37 728
Turismo	186 208	(14 489)	–	–	10 163	(54)	–	17 171
Transportes	82 708	(1 911)	2	–	15 898	–	–	3 993
Actividades de informação e comunicação	20 489	(1 947)	4	–	–	–	–	220
Actividades financeiras	96 081	(1 921)	57 925	1 033	707 440	(22 685)	–	55 172
Actividades imobiliárias	823 421	(32 525)	–	–	8 537	–	–	69 082
Serviços prestados às empresas	306 022	(9 063)	–	–	–	–	–	6 930
Administração e serviços públicos	186 503	(3 764)	–	–	2 883	–	39 912	2 896
Outras actividades de serviços colectivos	51 889	(2 683)	–	–	565	–	–	3 737
Crédito à habitação	9 320 901	(102 266)	–	–	59 970	(190)	–	10 299
Outros	531 201	(1 314)	–	–	24 856	(46)	–	3 457
TOTAL	15 393 813	(383 921)	59 118	4 031	943 549	(24 987)	39 912	431 209

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2009, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emitentes *investment grade*, com o valor nocional das posições de compra e venda de protecção a atingir no final do ano Euros 41 458 500 e Euros 37 958 500 respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («VaR»). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final de 2009 representavam 80,8% do total da carteira, sendo principalmente do sector da banca (84,8%).

A CEMG continua a calcular de forma regular o VaR da sua carteira de investimento de títulos sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica. Atendendo a que esta carteira é maioritariamente constituída por títulos de dívida de curto prazo e com taxa de juro variável.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2009 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 400 068 000 (2008: Euros 472 200 000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	2009				2008			
	Dezembro Euros '000	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**	**Dezembro Euros '000**	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**
Gap de taxa de juro	400 068	662 050	924 031	400 068	472 200	752 700	1 033 200	472 200

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	**3 a 6 meses Euros '000**	**De 6 meses a 1 ano Euros '000**	**de 1 a 5 anos Euros '000**	**Mais de 5 anos Euros '000**
31 de Dezembro de 2009					
Activo	13 368 081	4 169 695	115 793	183 241	50 222
Fora de balanço	3 855 697	265 965	489 500	48 500	–
Total	17 223 778	4 435 660	605 293	231 741	50 222
Passivo	11 231 280	2 668 503	1 668 584	1 918 256	341
Fora de balanço	4 165 097	451 782	2 400	31 882	8 500
Total	15 396 377	3 120 285	1 670 984	1 950 138	8 841
31 de Dezembro de 2008					
Activo	10 723 517	3 944 496	43 111	467 267	82 450
Fora de balanço	143 500	3 000	192 752	103 500	76 020
Total	10 867 017	3 947 496	235 863	570 767	158 470
Passivo	9 540 455	2 443 888	843 929	1 884 268	76 020
Fora de balanço	269 771	245 000	–	–	4 000
Total	9 810 226	2 688 888	843 929	1 884 268	80 020

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2009, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 bp motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 20 770 000 (2008: Euros 17 000 000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	2009			2008		
PRODUTOS	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**
Aplicações						
Crédito a clientes	15 159 383	3,71	562 858	15 067 513	5,60	844 039
Disponibilidades	157 614	1,23	1 934	155 963	3,90	6 076
Carteira de Títulos	1 158 637	5,34	61 860	982 895	9,35	91 896
Aplicações interbancárias	281 442	0,62	1 750	420 830	4,28	18 004
Outras aplicações	–	–	–	1 922	6,05	116
Swaps	–	–	239 586	–	–	147 784
Total Aplicações	16 757 076	5,18	867 988	16 629 123	6,66	1 107 915
Recursos						
Depósitos de clientes	8 558 425	1,75	184 689	8 232 516	2,72	285 291
Recursos interbancários	782 350	1,63	12 747	564 890	4,24	23 979
Recursos de titularização	711 568	2,22	15 793	731 364	4,53	33 151
Recursos de outras instituições de crédito	225 000	1,81	4 074	225 000	5,16	11 606
Responsabilidades representadas por títulos	5 424 995	3,10	124 589	5 830 109	4,67	251 045
Outros passivos subordinados	378 000	3,10	11 721	336 800	5,08	19 814
Outros recursos	682	3,18	22	876	2,63	23
Swaps			193 544	–	–	168 149
Total Recursos	16 081 020	4,98	547 179	15 921 655		793 058

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2009, por moeda, é analisado como segue:

	2009							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Dólar de Hong-Kong Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	298 830	4 141	443	116	131	1 019	338	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	63 353	3 475	877	437	3	1 668	57	69 870
Aplicações em instituições de crédito	370 627	97	–	–	214	–	–	370 938
Crédito a clientes	14 679 957	2 082	–	–	–	343	–	14 682 382
Activos financeiros detidos para negociação	103 070	125	–	–	–	–	–	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 189	3	–	–	–	–	–	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	1 280 778	1 598	–	–	–	41	–	1 282 417
Derivados de cobertura	5 109	–	–	–	–	–	–	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	33 523	–	–	–	–	–	–	33 523
Investimentos em associadas e outras	40 775	–	–	–	–	–	–	40 775
Activos não correntes detidos para venda	128 599	–	–	–	–	–	–	128 599
Outros activos tangíveis	91 275	–	–	–	–	–	–	91 275
Activos intangíveis	16 151	–	–	–	–	–	–	16 151
Outros activos	52 428	36 980	3 570	18 310	–	35	–	111 323
	17 168 664	48 501	4 890	18 863	348	3 106	395	17 244 767
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	502 353	–	–	–	–	–	–	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	636 337	1 247	4	41	–	140	1	637 770
Recursos de clientes	9 112 744	44 541	4 389	18 822	1	361	–	9 180 858
Responsabilidades representadas por títulos	4 912 833	2 082	–	–	–	–	–	4 914 915
Passivos financeiros detidos para negociação	41 702	22	–	–	–	–	–	41 724
Derivados de cobertura	598	–	–	–	–	–	–	598
Provisões	1 490	–	–	–	–	–	–	1 490
Passivos subordinados	381 043	–	–	–	–	–	–	381 043
Outros passivos	593 353	609	497	–	347	2 600	394	597 802
Total Passivo	16 182 455	48 501	4 890	18 863	348	3 101	395	16 258 553
Activo / (Passivo) líquido por moeda	986 209	–	–	–	–	5	–	986 214
Situação Líquida	986 207	2	–	–	–	5	–	986 214
Exposição Líquida	(2)	(2)	–	–	–	–	–	–

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2008, por moeda, é analisado como segue:

	2008							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Dólar de Hong-Kong Euros '000	Coroa Checa Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	247 954	4 359	728	168	–	–	1 533	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	68 766	43 716	687	812	–	–	521	114 502
Aplicações em instituições de crédito	40 283	62 399	6 555	29 668	9 271	18 605	–	166 781
Crédito a clientes	15 006 994	2 231	–	–	–	–	667	15 009 892
Activos financeiros detidos para negociação	59 056	62	–	–	–	–	–	59 118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 021	3	–	–	7	–	–	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	917 173	1 389	–	–	–	–	–	918 562
Derivados de cobertura	7 504	–	–	–	–	223	–	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	39 912	–	–	–	–	–	–	39 912
Investimentos em associadas e outras	16 813	–		–	–	–	–	16 813
Outros activos tangíveis	85 950	–	–	–	–	–	–	85 950
Activos intangíveis	14 775	–	–	–	–	–	–	14 775
Outros activos	130 616	117	12	106	9 271	18 605	2	158 729
	16 639 817	114 276	7 982	30 754	18 549	37 433	2 723	16 851 534
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	852 803	–	–	–	–	–	–	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	628 668	69 926	3 463	14 354	9 271	18 605	169	744 456
Recursos de clientes	8 270 167	39 730	3 897	16 312	–	–	234	8 330 340
Responsabilidades representadas por títulos	5 031 455	2 156	–	–	9 271	18 605	–	5 061 487
Passivos financeiros detidos para negociação	37 547	145	–	–	–	–	–	37 692
Derivados de cobertura	1 234	–	–	–	–	–	–	1 234
Provisões	1 668	–	–	–	–	–	–	1 668
Passivos subordinados	386 872	–	–	–	–	–	–	386 872
Outros passivos	605 685	2 369	622	88	7	223	2 319	611 313
Total Passivo	15 816 100	114 325	7 982	30 754	18 549	37 433	2 722	16 027 865
Activo / (Passivo) líquido por moeda	823 717	(49)	–	–	–	–	1	823 669
Situação Líquida	823 621	48	–	–	–	–	–	823 669
Exposição Líquida	96	(97)	–	–	–	–	1	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte da CEMG dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Risco Operacional

A CEMG encontra-se em processo de candidatura, sob a supervisão do Banco de Portugal, para utilização da abordagem baseada no método *Standard* (método «*The Standardized Approach*» – «TSA») para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, actualmente, a CEMG utiliza o método do Indicador Básico.

Em 2009 iniciou-se um vasto projecto de implementação de um Plano de Continuidade de Negócio Integrado, que constitui um mitigante de extrema importância, permitindo assegurar a continuidade das operações no caso de ocorrência de um evento que provoque disrupção da actividade.

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DAGR exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008 o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC's/NCA's, está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do exercício de 2009, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base consolidada, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 38 000 000, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 29 600 000 levados a resultados transitados, compensados por Euros 22.207.000 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso n.º 12/2001). O valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014.

Adicionalmente, os Fundos Próprios consolidados sofrem o efeito negativo do valor de Euros 30 500 000, referentes ao montante por regularizar de diferenças resultantes da alteração da tábua de mortalidade utilizada no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresenta-se como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	760 000	660 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	240 700	209 738
Outros ajustamentos regulamentares	(68 199)	(66 045)
Compensação do impacto na transição para as NIC/NCA	22 207	28 623
	954 708	832 316
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	18 154	8 420
Lower Tier 2	378 000	378 000
Deduções	(12 753)	(6 879)
	383 400	379 541
Deduções aos fundos próprios totais	(9 079)	(9 507)
Fundos próprios totais	1 329 030	1 202 350
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	737 373	776 151
Risco de mercado	2 985	5 265
Risco operacional	61 185	59 052
	802 705	840 468
Rácios Prudenciais		
Rácio *Tier 1*	9,51%	7,92%
Rácio de Solvabilidade	13,25%	11,44%

49. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a CEMG aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

- ***IAS 1 (Alterada) – Apresentação das Demonstrações Financeiras***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  As alterações face ao anterior texto da IAS 1 são apresentadas conforme segue:

  – A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas;

  – Na sequência das alterações impostas por esta norma, os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da CEMG decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

  Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto na CEMG foi exclusivamente ao nível da apresentação.

- ***IAS 23 (Alterada) – Custos de Empréstimos Obtidos***

  O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS – 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) e são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma alterada.

- ***IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda (*puttable instruments*) e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

  De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- ***IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta alteração à IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A CEMG, com referência a 31 de Dezembro de 2009, não tem qualquer plano de remuneração com acções, pelo que a entrada em vigor desta norma não teve qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da CEMG..

- ***IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos financeiros: Divulgações***

  O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2009 a IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos financeiros: Divulgações, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

  Esta alteração à IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre a mensuração dos justos valores, nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria interpretação e sobre o risco de liquidez.

  Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto na CEMG foi exclusivamente ao nível das divulgações.

- ***IFRS 8 – Segmentos Operacionais***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começarem ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

  A IFRS 8 – Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

  Face à natureza desta norma o impacto na CEMG foi exclusivamente ao nível da apresentação.

- ***IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

- ***IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis***

  O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

  Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito da IAS 18 – Rédito ou da IAS 11 – Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

  A CEMG não obteve qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

- ***IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2008, o IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta interpretação visa clarificar que:

  – a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;

  – o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade da CEMG, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e

– aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A CEMG não obteve qualquer impacto significativo nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

- ***Annual Improvement Project***

Em Maio de 2008 o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para a CEMG em 2009, tal como segue:

– Alteração à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 16 – Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessação do arrendamento e a data da sua alienação.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 19 – Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano e (iii) a distinção entre benefícios de curto, de médio e longo prazo.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 20 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com a IAS 20.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre a IAS 23 e a IAS 39.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e tal investimento se qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com a IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito da IAS 39.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 28 – Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz da IAS 36 – Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 38 – Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração consistiu fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação da IFRS 8 – Segmentos operacionais e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 40 – Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito da IAS 40 (antes abrangidas pela IAS 16 – Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a CEMG

- ***IAS 39 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

  Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

  A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

- ***IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas***

  As alterações à IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

  Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para as IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

  A CEMG não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- ***IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações à IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A CEMG não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

- ***IFRS 9 – Instrumentos financeiros***

  O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

  Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

  – os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

  – apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e

  – os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

  A CEMG está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 o IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

  Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima qualquer impacto ao nível da CEMG.

- ***IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, o IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A CEMG não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- ***IFRIC 18 – Transferencias de activos de clientes***

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

– as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;

– o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;

– a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);

– o reconhecimento de proveitos e;

– a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

- ***Annual Improvement Project***

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, tal como segue:

– Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com a IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Esta norma será adoptada prospectivamente pela CEMG.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11°
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 da **Caixa Económica Montepio Geral**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 17.244.767 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível de 986.214 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 44.476 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral;

b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS, seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Caixa Económica Montepio Geral** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral do exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 8 de Março de 2010

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

5.3. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE INDIVIDUAL

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	2009			2008
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	305 018		305 018	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 745		51 745	92 125
Activos financeiros detidos para negociação	98 239		98 239	56 899
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 192		4 192	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	3 194 409	29 899	3 164 510	1 886 107
Aplicações em instituições de crédito	370 950	66	370 884	166 781
Crédito a clientes	14 849 742	401 580	14 448 162	14 724 822
Investimentos detidos até à maturidade	33 523		33 523	39 912
Derivados de cobertura	7 844		7 844	7 045
Activos não correntes detidos para venda	157 935	29 336	128 599	92 312
Outros activos tangíveis	200 918	109 745	91 173	85 847
Activos intangíveis	57 032	40 881	16 151	14 776
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	43 297		43 297	30 626
Outros activos	135 920	3 473	132 447	103 354
TOTAL DE ACTIVO	**19 510 764**	**614 980**	**18 895 784**	**17 559 379**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			502 353	852 803
Passivos financeiros detidos para negociação			36 388	35 886
Recursos de outras instituições de crédito			945 400	1 073 122
Recursos de clientes e outros empréstimos			8 881 046	8 009 242
Responsabilidades representadas por títulos			4 583 307	4 670 942
Passivos financeiros associados a activos transferidos			2 301 379	1 450 122
Derivados de cobertura			5 008	1 801
Provisões			102 800	102 908
Outros passivos subordinados			381 043	386 872
Outros passivos			161 826	118 385
TOTAL DE PASSIVO			**17 900 550**	**16 702 083**
CAPITAL				
Capital			760 000	660 000
Reservas de reavaliação			-20 196	-39 660
Outras reservas e resultados transitados			217 652	201 645
Resultado do exercício			37 778	35 311
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO			**995 234**	**857 296**
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			**18 895 784**	**17 559 379**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	2009	2008
Juros e rendimentos similares	923 858	1 150 288
Juros e encargos similares	603 902	836 159
MARGEM FINANCEIRA	**319 956**	**314 129**
Rendimentos de instrumentos de capital	2 471	1 952
Rendimentos de serviços e comissões	88 719	84 544
Encargos com serviços e comissões	13 605	13 560
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	29 109	-2 356
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1 657	3 765
Resultados de reavaliação cambial	2 052	1 710
Resultados de alienação de outros activos	267	498
Outros resultados de exploração	19 990	19 392
PRODUTO BANCÁRIO	**450 616**	**410 074**
Gastos com pessoal	146 406	149 988
Gastos gerais administrativos	79 147	85 651
Amortizações do exercicio	20 502	18 367
Provisões líquidas de reposições e anulações	224	4 442
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	154 522	91 646
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	2 132	19 899
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	9 905	4 770
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**37 778**	**35 311**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(milhares de euros)

	2009	2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	943 814	1 008 067
Comissões recebidas	87 095	82 506
Pagamento de juros	(647 779)	(655 506)
Pagamento de comissões	(13 409)	(13 726)
Despesas com pessoal e fornecedores	(245 025)	(242 193)
Recuperação de crédito e juros	3 308	4 324
Outros pagamentos e recebimentos	93 685	(13 936)
	221 689	**169 536**
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	739 899	575 369
Outros activos	(64 174)	(9 098)
	675 725	**566 271**
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	898 716	(84 629)
Recursos para com instituições de crédito	(974 530)	121 098
Recursos de bancos centrais	500 000	850 000
	424 186	886 469
	1 321 600	**1 622 276**
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	2 471	1 952
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos para negociação	(33 355)	(14 856)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(161)	(135)
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(1 261 070)	(1 040 732)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	2 408	(3 608)
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	6 278	(638)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(12 671)	(29)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(41 048)	17 560
Alienação de imobilizações	156	107
Aquisição de imobilizações	(27 348)	(24 733)
	(1 364 340)	**(1 065 112)**
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(11 271)	(25 758)
Aumento de capital	100 000	25 000
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	1 167 712	(83 917)
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(1 248 555)	(417 500)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	3 702	(22 427)
	11 588	**(524 602)**
Variação líquida em caixa e equivalentes	(31 152)	32 562
Caixa e equivalentes no início do exercício	182 025	149 463
Caixa (nota 16)	89 900	86 799
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 17)	92 125	62 664
Caixa e equivalentes no fim do exercício	**150 873**	**182 025**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2008	**878 044**	**635 000**	**200 808**	**8 404**	**(7 973)**	**41 805**
Outros movimentos registados directamente na situação líquida						
Alterações de justo valor (Nota 39)	(40 091)	–	–	–	(40 091)	–
Distribuição de resultados (Nota 41)	(25 758)	–	–	–	–	(25 758)
Impacto da aplicação da IAS 19	(15 210)	–	–	–	–	(15 210)
Resultado do exercício	35 311	–	–	–	–	35 311
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	832 296	635 000	200 808	8 404	(48 064)	36 148
Aumento de capital (Nota 37)	25 000	25 000	–	–	–	–
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	12 837	–	–	(12 837)
Reserva especial	–	–	3 210	–	–	(3 210)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**857 296**	**660 000**	**216 855**	**8 404**	**(48 064)**	**20 101**
Outros movimentos registados directamente na situação líquida						
Alterações de justo valor (Nota 39)	19 464	–	–	–	19 464	–
Distribuição de resultados (Nota 41)	(11 271)	–	–	–	–	(11 271)
Impacto da aplicação da IAS 19	(8 033)	–	–	–	–	(8 033)
Resultado do exercício	37 778	–	–	–	–	37 778
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	895 234	660 000	216 855	8 404	(28 600)	38 575
Aumento de capital (Nota 37)	100 000	100 000	–	–	–	–
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	7 064	–	–	(7 064)
Reserva especial	–	–	1 766	–	–	(1 766)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	**995 234**	**760 000**	**225 685**	**8 404**	**(28 600)**	**29 745**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	Nota	2009	2008
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	39	(28 600)	(48 064)
Resultado líquido do exercício		37 778	35 311
Total de rendimento integral do exercício		9 178	(12 753)

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

1. Políticas contabilísticas

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG») é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da CEMG são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas («NCA's»), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA's traduzem-se na aplicação, às demonstrações financeiras individuais, das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição, conforme definido no n.º 2 e n.º 3 do Aviso n.º 1/2005 e do n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da CEMG agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com as NCA's, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Contudo e tal como descrito na nota 49, a CEMG adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória para os exercícios que iniciaram a 1 de Janeiro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas pela CEMG em 2009 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a CEMG ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 49.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados (negociação e *fair value option*) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. Os passivos sobre obrigações de benefícios definidos são reconhecidos ao valor presente dessa obrigação líquidos dos activos do fundo, deduzidos de perdas actuariais não reconhecidas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1.21.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2010.

1.2. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

iv) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.4. CRÉDITO A CLIENTES

O Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal, não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística 1.1, a CEMG aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela CEMG nos exercícios anteriores, como segue:

i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela CEMG, tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003.

ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999 e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003, do Banco de Portugal.

iii) Provisão para risco-país

A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º. 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim Oficial do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida Instrução.

iv) Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta-Circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal a partir do exercício de 2009, a anulação contabilística dos créditos passou a ser efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.5. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

i) Classificação

A CEMG classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica «Activos financeiros detidos para negociação», sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica «Passivos financeiros detidos para negociação».

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 21 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pela CEMG, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A CEMG adoptou o *Fair Value Option* para certas emissões e depósitos a prazo efectuados que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados.

Os activos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não

obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para Activos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiras disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração à IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras nos anos de 2008 e 2009.

v) Imparidade

A CEMG avalia, em cada data de balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor esti-

mado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo, anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.6. ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística 1.5.

1.7. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pela CEMG, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação e considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados

1.8. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.9. APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis, penhores e cauções de operações de Leasing resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são classificados na rubrica Outros activos, e são registados no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação na data em que foi efectuada a dação em pagamento ou arrematação judicial do bem. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

1.10. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os investimentos em associadas, nos quais a CEMG exerce influência significativa mas não exerce controlo, são valorizados ao custo de aquisição. Estes investimentos são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

1.11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA's, 1 de Janeiro de 2004, a CEMG elegeu considerar como custo de aquisição o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA's, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil. As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

1.12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.13. LOCAÇÕES

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

– Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário («ACT»).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

Em 2005, no seguimento da autorização formal do Banco de Portugal, a CEMG aplicou retrospectivamente os Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, através do reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuarias acumuladas registados no activo, de acordo com os anteriores princípios contabilísticos, por contrapartida de resultados transitados.

De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi inicialmente definido um período de diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Subsequentemente, com a alteração introduzida no ponto 2 do Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que, a 31 de Dezembro de 2009, ainda se encontre por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização estabelecido no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração inicialmente prevista.

Nesta base, para os Benefícios de Saúde, faltavam 42 meses para 31 de Dezembro de 2011 que acrescidos de 36 meses ficaram com um período de amortização de 78 meses (6 anos e seis meses). Para as Outras Responsabilidades, o prazo de diferimento passou a ser de 54 meses (4 anos e seis meses). O diferimento do impacto contabilístico decorrente desta alteração é analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde	10 anos
Abatimento de perdas actuariais diferidas, corredor e decrementos de invalidez	8 anos
Aumento de responsabilidades	8 anos

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA´s, o acréscimo de responsabilidades resultantes das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

As responsabilidades líquidas da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, com referência a 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pela CEMG, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece, que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente; (ii) o custo dos juros; (iii) o rendimento esperado dos activos do Fundo; (iv) uma parte dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor; e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao Fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento; (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia a recuperabilidade do eventual excesso do Fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.15. FISCALIDADE

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10- B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.16. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

1.17. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito concedido vencido são considerados os seguintes aspectos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 – Rédito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- a contagem dos juros relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real é interrompida, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerarem, no âmbito da IAS 18 – Rédito, que a sua recuperação é remota.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.18. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.19. RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.20. RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 4 da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, a CEMG está dispensada de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as consolidadas.

1.21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG é apresentada nas notas 1.1 a 1.21 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na política contabilística 1.4.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	NOTAS	2009	2008
Juros e rendimentos similares	3	923 858	1 150 288
Juros e encargos similares	3	603 902	836 159
MARGEM FINANCEIRA		**319 956**	**314 129**
Rendimentos de instrumentos de capital	4	2 471	1 952
Resultados de serviços e comissões	5	88 719	84 544
Encargos com serviços e comissões	5	(13 605)	(13 560)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	29 109	(2 356)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	1 657	3 765
Resultados de reavaliação cambial	8	2 052	1 710
Resultados de alienação de outros activos		267	498
Outros resultados de exploração	9	16 682	15 067
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		**447 308**	**405 749**
Custos com pessoal	10	146 406	149 988
Gastos gerais administrativos	11	79 147	85 651
Depreciações e amortizações	12	20 502	18 367
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		**246 055**	**254 006**
Imparidade do crédito	13	151 284	91 578
Imparidade de outros activos	14	12 037	24 669
Outras provisões	15	154	185
RESULTADO OPERACIONAL		**37 778**	**35 311**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**37 778**	**35 311**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(milhares de euros)

	NOTAS	2009	2008
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	305 018	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	51 745	92 125
Aplicações em instituições de crédito	18	370 884	166 781
Crédito a clientes	19	14 448 162	14 724 822
Activos financeiros detidos para negociação	20	103 195	58 655
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	21	4 192	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	22	3 164 510	1 886 107
Derivados de cobertura	23	5 109	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	24	33 523	39 912
Investimentos em associadas e outras	25	43 297	30 626
Activos não correntes detidos para venda	26	128 599	92 312
Outros activos tangíveis	27	91 173	85 847
Activos intangíveis	28	16 151	14 776
Outros activos	29	130 226	100 916
TOTAL DO ACTIVO		**18 895 784**	**17 559 379**
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	30	502 353	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	31	945 400	1 073 122
Recursos de clientes	32	8 881 046	8 009 242
Reesponsabilidades representadas por títulos	33	4 583 307	4 670 942
Passivos financeiros detidos para negociação	20	41 345	37 643
Derivados de cobertura	23	598	1 234
Provisões	34	102 800	102 908
Outros passivos subordinados	35	381 043	386 872
Outros passivos	36	2 462 658	1 567 317
TOTAL DO PASSIVO		**17 900 550**	**16 702 083**
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	37	760 000	660 000
Reservas de justo valor	39	(28 600)	(48 064)
Outras reservas e resultados transitados	38 e 39	226 056	210 049
Resultado líquido do exercício		37 778	35 311
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		**995 234**	**857 296**
TOTAL		**18 895 784**	**17 559 379**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

2. Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Margem financeira	319 956	314 129
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	30 766	1 409
	350 722	315 538

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	598 580	–	598 580	866 113	–	866 113
Juros de outras aplicações	1 731	–	1 731	17 900	–	17 900
Juros de depósitos	1 952	–	1 952	6 178	–	6 178
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	60 086	–	60 086	89 872	–	89 872
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 420	–	1 420	1 647	–	1 647
Juros de derivados de cobertura	5 713	–	5 713	7 172	–	7 172
Juros de activos financeiros detidos para negociação	–	234 230	234 230	–	140 989	140 989
Outros juros e rendimentos similares	20 146	–	20 146	20 417	–	20 417
	689 628	234 230	923 858	1 009 299	140 989	1 150 288
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	175 321	–	175 321	271 120	–	271 120
Juros de títulos emitidos	126 517	–	126 517	253 658	–	253 658
Juros de empréstimos	7 368	–	7 368	14 793	–	14 793
Juros de outros recursos	29 487	–	29 487	52 914	–	52 914
Juros de derivados de cobertura	3 614	–	3 614	7 966	–	7 966
Juros de passivos financeiros detidos para negociação	–	189 934	189 934	–	160 183	160 183
Outros juros e encargos similares	71 661	–	71 661	75 525	–	75 525
	413 968	189 934	603 902	675 976	160 183	836 159
Margem Financeira	275 660	44 296	319 956	333 323	(19 194)	314 129

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	703	882
Dividendos de empresas associadas	1 768	1 070
	2 471	1 952

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	60 489	58 985
Por operações realizadas por conta de terceiros	9 195	9 685
Por garantias prestadas	6 535	5 527
Outros rendimentos de serviços e comissões	12 500	10 347
	88 719	84 544
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	12 661	12 389
Por operações realizadas com títulos	484	412
Outros encargos com serviços e comissões	460	759
	13 605	13 560
Resultados líquidos de serviços e comissões	75 114	70 984

6. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	49	17	32	77	56	21
De outros emissores	1 002	66	936	117	46	71
Acções	660	17	643	154	1 183	(1 029)
	1 711	100	1 611	348	1 285	(937)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	112 842	109 941	2 901	3 793	5 313	(1 520)
Contratos sobre taxas de juro	352 772	345 154	7 618	202 265	165 587	36 678
Contratos sobre créditos (*CDS*)	6 541	6 014	527	8 595	8 152	443
Outros	58 080	42 508	15 572	71 926	108 818	(36 892)
	530 235	503 617	26 618	286 579	287 870	(1 291)
	531 946	503 717	28 229	286 927	289 155	(2 228)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	160	–	160	224	89	135
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	1 237	760	477	2 025	3 535	(1 510)
Recursos de clientes	520	795	(275)	1 586	3 150	(1 564)
Débitos representados por títulos	4 946	2 020	2 926	3 090	3 886	(796)
Outros passivos subordinados	35 515	37 923	(2 408)	47 781	44 174	3 607
	42 218	41 498	720	54 482	54 745	(263)
	574 324	545 215	29 109	341 633	343 989	(2 356)

O resultado de recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística 1.3

7. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	Proveitos Euros '000	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Proveitos Euros '000**	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 005	2	1 003	173	15	158
De outros emissores	851	413	438	56	317	(261)
Acções	218	49	169	2 676	101	2 575
Outros títulos de rendimento variável	413	366	47	1 613	320	1 293
	2 487	830	1 657	4 518	753	3 765

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2009			2008		
	Proveitos Euros '000	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Proveitos Euros '000**	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**
Reavaliação cambial	26 458	24 406	2 052	87 962	86 252	1 710

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística 1.2.

9. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	**2008 Euros '000**
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	4 578	4 206
Reembolso de despesas	1 541	1 606
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	7 574	8 699
Dívida readquirida	7 191	6 376
Outros	2 809	1 708
	23 693	22 595
Outros custos de exploração:		
Impostos	106	240
Donativos e quotizações	423	425
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 748	1 885
Outros	4 734	4 978
	7 011	7 528
Outros resultados líquidos de exploração	16 682	15 067

10. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Remunerações	105 633	98 471
Contribuições para o SAMS	6 349	6 328
Encargos sociais obrigatórios	7 924	7 848
Outros encargos com fundo de pensões	23 127	34 711
Outros custos	3 373	2 630
	146 406	149 988

As contribuições para o SAMS incluem o montante de Euros 705 000 (2008: Euros 572 000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver nota 43).

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui, em 2009, o montante de Euros 25 729 000 (2008: Euros 36 811 000) relativo ao custo com pensões de reforma do exercício. A referida rubrica inclui igualmente em 2009, o montante de Euros 4 800 000 (2008: Euros 9 801 000) relativo às responsabilidades dos colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2009, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	843	3 876	4 719
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	164	170
Remunerações variáveis	144	496	640
	993	4 536	5 529

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2008, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 119	4 446	5 565
Custos com pensões de reforma e SAMS	1 320	1 125	2 445
Remunerações variáveis	322	595	917
	2 761	6 166	8 927

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 4 685 000 e Euros 5 338 000, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante os exercícios de 2009 e 2008, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2009	2008
Direcção e coordenação	125	128
Chefia e gerência	512	569
Técnicos	662	520
Específicos	144	162
Administrativos	1 418	1 472
Auxiliares	74	80
	2 935	2 931

11. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Rendas e alugueres	24 613	23 770
Serviços especializados		
Informática	3 748	3 529
Trabalho independente	3 633	3 306
Outros serviços especializados	13 462	16 444
Publicidade e publicações	3 578	10 588
Comunicações e expedição	8 229	8 436
Água, energia e combustíveis	3 706	4 076
Conservação e reparação	4 754	3 187
Transportes	3 501	3 186
Seguros	2 881	2 359
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 179	1 434
Material de consumo corrente	1 749	1 868
Formação	718	761
Outros gastos administrativos	3 396	2 707
	79 147	85 651

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 15 764 000 (2008: Euros 15 482 000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de locatário.

12. Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Activos intangíveis:		
Software	8 338	8 152
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	3 266	3 303
Equipamento:		
Mobiliário e material	613	611
Máquinas e ferramentas	91	106
Equipamento informático	5 737	3 922
Instalações interiores	1 741	1 881
Equipamento de transporte	9	15
Equipamento de segurança	229	144
Locação operacional	478	233
	12 164	10 215
	20 502	18 367

13. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade do crédito:		
Dotação do exercício	527 206	423 215
Reversão do exercício	(372 638)	(327 310)
Recuperações de crédito e juros	(3 308)	(4 324)
	151 260	91 581
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do exercício	162	503
Reversão do exercício	(138)	(506)
	24	(3)
	151 284	91 578

14. Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do exercício	10 088	5 322
Reversão do exercício	(183)	(552)
	9 905	4 770
Imparidade para títulos:		
Dotação do exercício	2 398	20 372
Reversão do exercício	(266)	(473)
	2 132	19 899
	12 037	24 669

15. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do exercício	416	248
Reversão do exercício	(262)	(63)
	154	185

16. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Caixa	99 128	89 900
Banco de Portugal	205 890	164 842
	305 018	254 742

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2009, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1,35% (2008: 4,14%).

17. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Em instituições de crédito no país	135	75
Em instituições de crédito no estrangeiro	9 433	48 875
Valores a cobrar	42 177	43 175
	51 745	92 125

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

18. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	245	590
Aplicações de muito curto prazo	–	14 372
Outras aplicações	50 014	26 385
	50 259	41 347
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	105	110
Aplicações de muito curto prazo	280 000	120 337
Outras aplicações	40 586	5 029
	320 691	125 476
	370 950	166 823
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(66)	(42)
	370 884	166 781

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2009, vencem juros à taxa média anual de 1% (2008: 2,99%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Até 3 meses	285 686	155 539
3 meses até 6 meses	50 014	9 394
6 meses até 1 ano	34 900	1 190
Mais de 5 anos	245	590
Duração indeterminada	105	110
	370 950	166 823

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito, são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	42	45
Dotação do exercício	162	503
Reversão do exercício	(138)	(506)
Saldo em 31 de Dezembro	66	42

19. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas		
Empréstimo	1 249 077	1 053 448
Créditos em conta corrente	2 309 633	2 617 830
Locação financeira	203 803	144 270
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	121 695	139 958
Factoring	76 807	54 169
Descobertos em depósitos à ordem	5 274	6 907
Outros créditos	681 905	814 635
A particulares		
Habitação	8 780 393	8 936 771
Locação financeira	36 411	27 283
Consumo e outros créditos	803 137	786 963
	14 268 135	14 582 234
Crédito ao exterior:		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	18	114
	14 268 153	14 582 348
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	73 470	76 995
Mais de 90 dias	508 118	350 341
	581 588	427 336
	14 849 741	15 009 684
Imparidade para riscos de crédito	(401 579)	(284 862)
	14 448 162	14 724 822

Durante o mês de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração da CEMG deliberou sobre a venda à Bolsimo Gestão de Activos, S.A. («Bolsimo») de uma carteira de créditos em situação de incumprimento.

Esta venda implicou a transferência de todos os riscos e benefícios da referida carteira, incluindo o direito sobre as garantias constituídas em colateral de empréstimos/créditos.

Considerando a natureza desta operação o Conselho de Administração procedeu à sua análise e enquadramento contabilístico, nomeadamente à luz das regras de desreconhecimento da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, em particular as expressas nos parágrafos AG 36 e seguintes desta norma. Esta análise teve por base a verificação dos seguintes aspectos principais:

– Transferência integral dos direitos aos fluxos de caixa futuros do activo;

– Existência ou não de acerto de preço («preço contingente»);

– Existência ou não de direito de regresso dos créditos;

– Verificação da autonomia do Cessionário (*autopilot*); e

– Eventual controlo ou influência por parte da CEMG sobre a Bolsimo.

Em consequência da referida venda foi celebrado um contrato entre a CEMG e a Bolsimo, e cujas características permitiram ao Conselho de Administração concluir que por via da venda dos créditos, a CEMG eliminou a sua exposição à variabilidade resultante do montante e *timing* dos *cash flows* associados à carteira de crédito objecto da venda. Nessa base, concluiu que foram transferidos os riscos e os benefícios associados à carteira de crédito cedida, pelo que foram desreconhecidos de balanço créditos no montante de Euros 138 607 000. Relativamente às provisões especificamente associadas a esta carteira, no montante de Euros 58 636 000, a CEMG realocou para outros riscos de crédito provisões no montante de Euros 39 700 000 e registou em resultados como uma reposição de provisões o montante de Euros 18 936 000.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Crédito a clientes inclui Euros 1 298 998.000 relativo a créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG, conforme nota 33.

Conforme referido no parágrafo anterior, a CEMG procedeu em Julho de 2009, à primeira emissão de obrigações hipotecárias, com um montante de Euros 1 000 000 000 e um prazo de 3 anos. A operação foi efectuada ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG. A taxa de juro da emissão é de 3,25%.

Em Dezembro de 2009, a CEMG procedeu à segunda emissão de obrigações hipotecárias, no valor de Euros 150.000.000 e um prazo de 7 anos, conforme referido na nota 33.

A partir de 2009, na sequência da carta-circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 42.

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 1 532 000 (2008: Euros 6 298 000). Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria, a contratos de crédito de taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	455 186	2 295 521	9 595 507	452 576	12 798 790
Crédito com outras garantias	569 351	172 650	163 416	49 506	954 923
Crédito sem garantias	357 020	110 770	258 705	69 227	795 722
Crédito ao sector público	656	239	48 900	254	50 049
Crédito sobre o estrangeiro	18	–	–	–	18
Crédito em locação	232	91 175	148 807	10 025	250 239
	1 382 463	2 670 355	10 215 335	581 588	14 849 741

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Crédito com outras garantias incluía cerca de Euros 2.301.379.000 (2008: Euros 1.450.122.000) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística 1.4, não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica de Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na nota 36.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	711 496	2 529 886	9 644 584	363 590	13 249 556
Crédito com outras garantias	627 711	77 820	128 636	18 782	852 949
Crédito sem garantias	305 976	118 244	209 654	42 528	676 402
Crédito ao sector público	25	454	56 195	342	57 016
Crédito sobre o estrangeiro	114	–	–	–	114
Crédito em locação	51	66 306	105 196	2 094	173 647
	1 645 373	2 792 710	10 144 265	427 336	15 009 684

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2009, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	49 580	116 482	93 464	259 526
Juros vincendos	(820)	(18 631)	(21 886)	(41 337)
Valores residuais	817	9 973	11 235	22 025
	49 577	107 824	82 813	240 214

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2008, em termos de prazos residuais é apresentado como segue

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	35 673	87 604	95 332	218 609
Juros vincendos	(8 586)	(24 105)	(27 942)	(60 633)
Valores residuais	532	8 244	4 801	13 577
	27 619	71 743	72 191	171 553

Em relação à locação operacional, a CEMG não apresenta contratos relevantes como locador. Por outro lado, e conforme a nota 11, a rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 15 764 000 (2008: Euros 15 482 000), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de locatário.

A análise do Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito com garantias reais	452 576	363 590
Crédito com outras garantias	49 506	18 782
Crédito sem garantias	69 227	42 528
Crédito ao sector público	254	342
Crédito em locação	10 025	2 094
	581 588	427 336

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Empresas:		
Construção/Produção	144 921	88 952
Investimento	52 602	33 682
Tesouraria	53 208	28 032
Outras finalidades	3 047	620
Particulares:		
Habitação	262 286	226 752
Crédito ao consumo	5 931	4 969
Outras finalidades	32 788	21 331
Sector Público Administrativo	254	390
Outros segmentos	26 551	22 608
	581 588	427 336

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	284 862	205 197
Dotação do exercício	476 820	372 540
Reversão do exercício	(322 322)	(280 892)
Utilização de imparidade	(37 781)	(11 983)
Saldo em 31 de Dezembro	401 579	284 862

Adicionalmente, a CEMG tem em 31 de Dezembro de 2009, Euros 101 310 000 de provisões para riscos gerais de crédito (2008: Euros 101 240 000), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 34.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2009:

	Classes de incumprimento					
	Até 3 meses Euros '000	3 - 6 meses Euros '000	6 -12 meses Euros '000	1 - 3 anos Euros '000	Mais 3 anos Euros '000	Total Euros '000
Crédito vencido com garantia	58 035	16 047	46 629	237 300	154 350	512 361
Imparidade existente	431	1 880	11 982	141 206	127 345	282 844
Crédito vencido sem garantia	16 248	5 142	8 862	19 020	19 955	69 227
Imparidade existente	9 572	1 370	5 593	19 020	19 955	55 510
Total de crédito vencido	74 283	21 189	55 491	256 320	174 305	581 588
Total da imparidade para crédito vencido	10 003	3 250	17 575	160 226	147 300	338 354
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	133	802	5 276	41 584	15 430	63 225
Total da imparidade para riscos de crédito	10 136	4 052	22 851	201 810	162 730	401 579

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito com garantias reais	300 776	233 277
Crédito com outras garantias	38 351	15 241
Crédito sem garantias	62 452	36 344
	401 579	284 862

Em conformidade com a politica contabilística 1.4, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e, para os créditos colaterizados quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito com garantias reais	22 139	12 532
Crédito com outras garantias	6 080	(3 832)
Crédito sem garantias	9 562	3 283
	37 781	11 983

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do exercício entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009 e durante o exercício de 2008, ascendeu ao montante de Euros 3 308 000 e Euros 4 324 000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Crédito com imparidade:		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros activos financeiros	60 962	87 878
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	7 872	5 074
Outros imóveis (Construção civil)	1 349 797	2 262 535
Outras garantias	28 216	12 769
	1 446 847	2 368 256
Análise paramétrica:		
Títulos e outros activos financeiros	31 173	27 287
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	1 969 551	2 193 801
Outros imóveis (Construção civil)	885 217	638 349
Outras garantias	49 592	11 424
	2 935 533	2 870 861
Crédito sem imparidade:		
Títulos e outros activos financeiros	509 751	471 790
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	13 360 369	13 481 391
Outros imóveis (Construção civil)	4 429 434	4 621 677
Outras garantias	80 483	84 403
	18 380 037	18 659 261
	22 762 417	23 898 378

20. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	1 380	1 200
Obrigações	5 772	3 172
	7 152	4 372
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	96 043	54 283
	103 195	58 655
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	41 345	37 643

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística 1.5. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2009 é apresentada como segue:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	663	663
Estrangeiros	–	–	–	717	717
	–	–	–	1 380	1 380
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	–	5 772	–	5 772
	–	–	5 772	1 380	7 152
Cotados	–	–	5 772	1 380	7 152

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2008 é apresentada como segue:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	–	14	14
Estrangeiros	–	–	–	1 186	1 186
	–	–	–	1 200	1 200
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	1 666	1 506	–	3 172
	–	1 666	1 506	1 200	4 372
Cotados	–	1 666	1 506	1 200	4 372

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2009, pode ser analisado como segue:

		2009						
		Derivado			**Activo / Passivo associado**			
Produto derivado	**Activo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	605 000	22 762	14 109	12 252	(10 583)	302 500	302 500
Swap taxa de juro	Depósitos	2 070 643	4 156	3 326	2 361	(1 423)	948 692	948 692
Swap taxa de juro	Recursos	733 572	15 365	8 952	10 562	2 760	386 471	386 471
Swap taxa de juro	Titularização	7 188 322	713	(2 906)	–	–	–	–
Swap taxa de juro	Obrigações hipotecárias	9 239 330	10 132	10 132	444	(444)	1 000 000	1 000 000
Swap cambial	Emissão de dívida	381 270	1 417	4 001	–	(1 128)	–	–
Futuros	–	2 432	–	2	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	76 540	584	612	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	87 410	(431)	(170)	–	–	–	–
		20 384 519	54 698	38 058	25 619	(10 818)	2 637 663	2 637 663

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2008, pode ser analisado como segue:

		2008						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
Produto derivado	**Activo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	450 000	8 652	8 865	1 669	(5 986)	315 000	315 000
Swap taxa de juro	Depósitos	277 388	832	2 848	939	(2 387)	168 619	168 619
Swap taxa de juro	Recursos	1 550 151	6 413	21 083	13 323	(30 756)	954 640	954 640
Swap taxa de juro	Titularização	1 926 961	3 619	4 820	–	–	–	–
Swap cambial	Emissão de dívida	151 020	(2 585)	(4 044)	(1 128)	2 664	10 360	10 360
Futuros	–	2 130	(2)	–	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	81 206	(28)	(69)	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	172 934	(261)	(208)	–	–	–	–
		4 611 790	16 640	33 295	14 803	(36 465)	1 448 619	1 448 619

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009					
	***Nocionais* com prazo remanescente**				**Justo valor**	
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Activo Euros '000**	**Passivo Euros '000**
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap taxa de juro	187 000	356 800	19 293 067	19 836 867	90 055	37 927
Opções	250	50 300	25 990	76 540	1 209	625
Contratos sobre taxas de cambio:						
Swap cambial	381 270	–	–	381 270	4 191	2 774
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	2 432	–	–	2 432	–	–
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	1 000	86 410	87 410	588	1 019
	570 952	408 100	19 405 467	20 384 519	96 043	41 345

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap taxa de juro	252 388	909 300	3 042 812	4 204 500	51 717	31 201
Opções	251	6 341	74 614	81 206	630	658
Contratos sobre taxas de cambio:						
Swap cambial	115 772	35 248	–	151 020	11	2 596
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	2 130	–	–	2 130	–	2
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	43 000	2 500	127 434	172 934	2 925	3 186
	413 541	953 389	3 244 860	4 611 790	54 283	37 643

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.3 no montante de Euros 4 956 000 (2008: Euros 1 757 000).

21. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 4 192 000 (2008: Euros 4 031 000) refere-se na sua totalidade a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme politica contabilística 1.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

22. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	7 954	125	(19)	–	8 060
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	2 192 058	3 321	(1 850)	(1 640)	2 191 889
Estrangeiros	801 614	2 469	(33 910)	(23 357)	746 816
Papel comercial	203 534	–	–	(998)	202 536
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	4 505	99	(10)	(321)	4 273
Estrangeiros	2 513	523	–	(746)	2 290
Unidades de participação	10 831	1 097	(445)	(2 837)	8 646
	3 223 009	7 634	(36 234)	(29 899)	3 164 510

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	2008				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	4	–	–	–	4
Estrangeiros	1 076	–	(38)	–	1 038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	1 032 662	79	(2 266)	(189)	1 030 286
Estrangeiros	774 716	346	(45 927)	(25 929)	703 206
Papel comercial	138 153	–	–	(998)	137 155
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	5 334	–	(23)	(91)	5 220
Estrangeiros	2 246	–	–	(810)	1 436
Unidades de participação	11 208	35	(270)	(3 211)	7 762
	1 965 399	460	(48 524)	(31 228)	1 886 107

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística 1.5, a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 39. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística 1.22.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	31 228	11 403
Dotação do exercício	2 398	20 372
Reversão do exercício	(266)	(473)
Utilização de imparidade	(3 461)	(74)
Saldo em 31 de Dezembro	29 899	31 228

Durante o exercício de 2009 e conforme referido na política contabilística 1.5, foram repostas perdas por imparidade, no montante de Euros 1 329 000.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Estrangeiros	–	–	8 060	–	8 060
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	14 262	2 177 627	–	2 191 889
Estrangeiros	74 169	145 188	517 114	10 345	746 816
Papel comercial	172 401	30 135	–	–	202 536
	246 570	189 585	2 702 801	10 345	3 149 301
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	1 471	–	2 801	4 273
Estrangeiras	–	–	–	2 290	2 290
Unidades de participação	1 450	–	–	7 197	8 647
	1 450	1 471	–	12 288	15 209
	248 020	191 057	2 702 800	22 633	3 164 510

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	–	–	–	4	4
Estrangeiros	–	–	1 038	–	1 038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	–	1 025 261	5 025	1 030 286
Estrangeiros	29 257	71 136	590 959	11 854	703 206
Papel comercial	101 280	35 875	–	–	137 155
	130 537	107 011	1 617 258	16 883	1 871 689
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	2 757	2 463	5 220
Estrangeiras	–	–	–	1 436	1 436
Unidades de participação	–	1 852	–	5 910	7 762
	–	1 852	2 757	9 809	14 418
	130 537	108 863	1 620 015	26 692	1 886 107

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística 1.5, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 28 600 000 e de Euros 29 899 000 (2008: Euros 48 064 000 e de Euros 31 228 000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	2009			2008		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	–	–	–	4	–	4
Estrangeiros	8 060	–	8 060	1 038	–	1 038
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	2 164 127	27 761	2 191 888	31 227	999 059	1 030 286
Estrangeiros	744 206	2 610	746 816	700 596	2 610	703 206
Papel comercial	–	202 536	202 536	–	137 155	137 155
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	699	3 573	4 272	166	5 054	5 220
Estrangeiros	2 132	158	2 290	1 278	158	1 436
Unidades de participação	8 647	–	8 647	7 762	–	7 762
	2 927 871	236 638	3 164 509	742 071	1 144 036	1 886 107

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Activo:		
Swaps de taxa de juro	5 109	4 759
Swaps cambiais	–	2 968
	5 109	7 727
Passivo:		
Swaps de taxa de juro	598	1 008
Swaps cambiais	–	226
	598	1 234

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	477	(1 510)
Responsabilidades representadas por títulos	2 926	(796)
Recursos de clientes	(318)	897
	3 085	(1 409)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2009, é apresentada como segue:

	2009							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	–	44 000	155 000	199 000	1 168	–	3 343	4 511

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2008, é apresentada como segue:

	2008							
	Nocionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	–	–	204 000	204 000	–	–	3 751	3 751
Swap cambial	–	34 405	–	34 405	–	2 742	–	2 742
	–	34 405	204 000	238 405	–	2 742	3 751	6 493

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009, podem ser analisadas como segue:

			2009				
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	***Nocional*** **Euros '000**	**Justo valor do derivado (2) Euros '000**	**Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000**	**Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000**
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	44 000	4 086	492	642	146
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	–	–	2 203	(221)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	35 000	698	541	(86)	(86)
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	(273)	(3 015)	–	(3 011)
			199 000	4 511	(1 982)	2 759	(3 172)

(1) Atribuível ao risco coberto.
(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008, podem ser analisadas como segue:

			2008				
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	***Nocional*** **Euros '000**	**Justo valor do derivado (2) Euros '000**	**Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000**	**Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000**
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	84 000	157	1 497	496	1 717
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	3 594	1 991	2 424	1 818
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	–	–	(2 452)	–	380
Swap cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	34 405	2 742	(259)	3 011	(63)
			238 405	6 493	777	5 931	3 852

(1) Atribuível ao risco coberto.
(2) Inclui o juro corrido.

24. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	**2008 Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	18 573	24 977
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	14 950	14 935
	33 523	39 912

A CEMG avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2009, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2009, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OT – Setembro 98/2013	Maio de 1998	Setembro de 2013	Taxa fixa de 5,450%	96
OT – Junho 02/2012	Fevereiro de 2002	Junho de 2012	Taxa fixa de 5,000%	105
OT – Maio 00/2010	Janeiro de 2000	Maio de 2010	Taxa fixa de 5,850%	6 394
OT – Junho 01/2011	Março de 2001	Junho de 2011	Taxa fixa de 5,150%	1 052
OT – Outubro 05/2015	Julho de 2005	Outubro de 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 067
OT – Abril 05/2011	Novembro de 2005	Abril de 2011	Taxa fixa de 3,200%	4 859
Buoni Poliennali Del Tes.06/2011	Março de 2006	Março de 2011	Taxa fixa de 3,500%	2 976
Netherlands Government 05/2015	Junho de 2005	Julho de 2015	Taxa fixa de 3,250%	4 948
Republic of Austria 04/2015	Maio de 2004	Julho de 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 001
Belgium Kingdom 05/2015	Março de 2005	Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 008
Buoni Poliennali Del Tes.05/2015	Maio de 2005	Agosto de 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 008
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2010	Janeiro de 2005	Janeiro de 2010	Taxa fixa de 3,500%	1 009
				33 523

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística 1.5.

Durante os exercícios de 2009 e de 2008, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

Em 31 de Dezembro de 2009, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte

	2009				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Cotados:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	6 394	6 112	6 068	18 574
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1 009	–	2 976	10 964	14 949
	1 009	6 394	9 088	17 032	33 523

Em 31 de Dezembro de 2008, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Cotados:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	6 389	18 491	97	24 977
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	–	–	3 981	10 954	14 935
	–	6 389	22 472	11 051	39 912

25. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras		
Não cotadas:		
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	7 001	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	23 566	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9 530	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 200	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	–	50
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	–	29
	43 297	30 626

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Número de acções	Participação directa no capital	Valor nominal unitário Euros	Custo da participação Euros '000
31 de Dezembro de 2009				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	1 312 420	26,25%	5,00	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
.				43 297
31 de Dezembro de 2008				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	1 312 420	26,25%	5,00	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9 900	9,90%	5,00	50
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	1 000	28,9%	1,00	29
				30 626

26. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	157 935	116 180
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(29 336)	(23 868)
	128 599	92 312

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística 1.9.

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro solvendo).

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos activos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 9 464 000 (2008: Euros 4 703 000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Saldo em 1 de Janeiro	23 868	19 397
Dotação do exercício	10 088	5 322
Reversão do exercício	(183)	(552)
Utilização	(4 437)	(299)
Saldo em 31 de Dezembro	29 336	23 868

27. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	65 706	63 413
Obras em imóveis arrendados	32 208	30 730
Imobilizado em curso	43	120
Equipamento:		
Mobiliário e material	10 502	10 326
Máquinas e ferramentas	1 971	2 125
Equipamento informático	51 772	43 405
Instalações interiores	28 414	26 696
Equipamento de transporte	676	676
Equipamento de segurança	3 978	3 202
Locação operacional	4 084	2 226
Património artístico	986	478
Outras imobilizações corpóreas	31	31
Imobilizações em curso	550	495
	200 921	183 923
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(12 164)	(10 215)
Relativas a exercícios anteriores	(97 584)	(87 861)
	(109 748)	(98 076)
	91 173	85 847

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	2009				
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	**Aquisições/ Dotações Euros '000**	**Abates Euros '000**	**Regularizações/ Transferências Euros '000**	**Saldo em 31 Dezembro Euros '000**
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	2 293	–	–	65 706
Obras em imóveis arrendados	30 730	680	–	798	32 208
Imobilizado em curso	120	31	–	(108)	43
Equipamento:					
Mobiliário e material	10 326	433	(257)	–	10 502
Máquinas e ferramentas	2 125	35	(189)	–	1 971
Equipamento informático	43 405	8 404	(37)	–	51 772
Instalações interiores	26 696	328	–	1 390	28 414
Equipamento de transporte	676	–	–	–	676
Equipamento de segurança	3 202	786	(20)	10	3 978
Locação operacional	2 226	1 887	(29)	–	4 084
Património artístico	478	508	–	–	986
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	495	2 301	–	(2 246)	550
	183 923	17 686	(532)	(156)	200 921
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	14 827	1 004	–	–	15 831
Obras em imóveis arrendados	19 785	2 262	–	–	22 047
Equipamento:					
Mobiliário e material	7 433	613	(242)	–	7 804
Máquinas e ferramentas	1 923	91	(189)	–	1 825
Equipamento informático	32 168	5 737	(34)	–	37 871
Instalações interiores	18 385	1 741	–	–	20 126
Equipamento de transporte	664	9	–	–	673
Equipamento de segurança	2 615	229	(21)	–	2 823
Locação operacional	276	478	(6)	–	748
	98 076	12 164	(492)	–	109 748

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2008, são analisados como segue:

	2008				
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	**Aquisições/ Dotações Euros '000**	**Abates Euros '000**	**Regularizações/ Transferências Euros '000**	**Saldo em 31 Dezembro Euros '000**
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	–	–	–	63 413
Obras em imóveis arrendados	33 900	328	(7 798)	4 300	30 730
Imobilizado em curso	105	15	–	–	120
Equipamento:					
Mobiliário e material	9 356	1 200	(230)	–	10 326
Máquinas e ferramentas	2 358	73	(306)	–	2 125
Equipamento informático	36 572	6 833	–	–	43 405
Instalações interiores	25 176	311	(25)	1 234	26 696
Equipamento de transporte	1 133	–	(457)	–	676
Equipamento de segurança	2 835	377	(10)	–	3 202
Locação operacional	775	1 451	–	–	2 226
Património artístico	474	4	–	–	478
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	1 373	4 656	–	(5 534)	495
	177 501	15 248	(8 826)	–	183 923
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	13 827	1 000	–	–	14 827
Obras em imóveis arrendados	25 277	2 303	(7 795)	–	19 785
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 948	611	(126)	–	7 433
Máquinas e ferramentas	2 123	106	(306)	–	1 923
Equipamento informático	28 246	3 922	–	–	32 168
Instalações interiores	16 529	1 881	(25)	–	18 385
Equipamento de transporte	1 106	15	(457)	–	664
Equipamento de segurança	2 481	144	(10)	–	2 615
Locação operacional	43	233	–	–	276
	96 580	10 215	(8 719)	–	98 076

28. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Custo:		
Software	52 375	44 988
Adiantamentos por conta de imobilizações	4 657	2 331
	57 032	47 319
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(8 338)	(8 152)
Relativas a exercícios anteriores	(32 543)	(24 391)
	(40 881)	(32 543)
	16 151	14 776

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Software	44 988	7 790	–	(403)	52 375
Adiantamentos por conta de imobilizações	2 331	1 872	–	454	4 657
	47 319	9 662	–	51	57 032
Amortizações acumuladas:					
Software	32 543	8 338	–	–	40 881

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Trespasses	33	–	–	(33)	–
Software	36 667	7 737	–	584	44 988
Adiantamentos por conta de imobilizações	1 310	1 748	–	(727)	2 331
	38 010	9 485	–	(176)	47 319
Amortizações acumuladas:					
Software	24 391	8 152	–	–	32 543

29. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Bonificações a receber do Estado Português	13 739	20 468
Outros devedores	19 756	17 279
Outros proveitos a receber	6 456	6 442
Despesas com custo diferido	28 728	36 669
Contas diversas	65 020	23 531
	133 699	104 389
Imparidade para bonificações	(3 473)	(3 473)
	130 226	100 916

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 13 739 000 (2008: Euros 20 468 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	7 311	4 194
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	3 412	9 219
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	3 016	7 055
	13 739	20 468

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2009, o montante de Euros 27.094.000 (2008: Euros 35 127 000) referente ao valor ainda não registado na situação líquida do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 relativamente ao apuramento do valor actuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Neste caso é aplicado um diferimento de dez anos ou oito anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios, de acordo com a política contabilística 1.14.

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de Dezembro de 2009, o montante de Euros 32 816 000 (2008: Euros 5 929 000) relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme politica contabilística 1.5, a aguardar liquidação.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas relativas às responsabilidades da CEMG com benefícios a colaboradores, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	(569 822)	(514 212)
Valor do Fundo	504 883	436 148
	(64 939)	(78 064)
Perdas actuariais		
Corredor	80 954	81 931
Acima do corredor	7 580	29
	88 534	81 960
	23 595	3 896

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.14.

30. Recursos de bancos centrais

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica regista o montante de Euros 502 353 000 (2008: Euros 852 803 000) referente aos títulos vendidos, com acordo de recompra (*repos*) por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, que não são desreconhecidos do balanço.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Até 3 meses	–	751 544
3 meses até 6 meses	–	101 259
Mais de 6 meses	502 353	–
	502 353	852 803

31. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009			2008		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	7 995	53 745	61 740	–	106 829	106 829
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	4 023	879 637	883 660	4 777	961 516	966 293
	12 018	933 382	945 400	4 777	1 068 345	1 073 122

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Até 3 meses	605 635	538 686
3 meses até 6 meses	50 883	53 109
6 meses a 1 ano	55 960	116
1 ano até 5 anos	16	306 446
Mais de 5 anos	235 531	172 341
	948 025	1 070 698
Correcções de valor por operações de cobertura	(2 625)	2 424
	945 400	1 073 122

32. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009			2008		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	85 173	1 901 420	1 986 593	1 877 502	–	1 877 502
Depósitos a prazo (*)	–	6 379 299	6 379 299	–	5 449 219	5 449 219
Depósitos de poupança (*)	–	511 255	511 255	–	681 082	681 082
Outros recursos	896	–	896	177	–	177
Correcções de valor por operações de cobertura	3 003	–	3 003	1 262	–	1 262
	89 072	8 791 974	8 881 046	1 878 941	6 130 301	8 009 242

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 20 e na política contabilística 1.3.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui Euros 894 097 000 (2008: Euros 210 869 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Depósitos à ordem	1 986 593	1 877 502
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	1 240 950	1 270 016
3 meses até 6 meses	2 612 167	2 902 217
6 meses até 1 ano	1 253 706	906 440
1 ano até 5 anos	–	962 587
Mais de 5 anos	1 783 731	89 041
	8 877 147	8 007 803
Correcções de valor por operações de cobertura	3 003	1 262
	8 880 150	8 009 065
Outros recursos:		
Até 3 meses	896	177
	8 881 046	8 009 242

33. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	2 810 743	3 705 944
Obrigações de Caixa	611 517	964 998
Obrigações Hipotecárias	1 161 047	–
	4 583 307	4 670 942

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 42.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui o montante de Euros 1 666 921 000 (2008: Euros 1 448 619 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o exercício de 2009, a CEMG procedeu à emissão de Euros 1 276 361 000 (2008: Euros 149 700 000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 1 248 555 000 (2008: Euros 703 427 000).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Até 6 meses	111 756	188 762
6 meses até 1 ano	726 782	988 413
1 ano até 5 anos	3 254 825	3 094 029
Mais de 5 anos	485 180	382 690
	4 578 543	4 653 894
Correcções de valor por operações de cobertura	4 764	17 048
	4 583 307	4 670 942

Durante o exercício de 2009, a CEMG procedeu à emissão de Obrigações Hipotecárias no montante de Euros 1 150 000 000, no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias.

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

As características destas emissões são apresentadas como segue:

Designação	Valor nominal Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating* (Moody's/Fitch)
Obrig. Hipotecárias	1 000 000	1 000 000	Julho, 2009	Julho, 2012	Anual	3,25%	Aa1 / AAA
Obrig. Hipotecárias	150 000	150 000	Dezembro, 2009	Dezembro, 2016	Trimestral	Eur 3m + 0,75%	Aa1 / AAA

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de Dezembro de 2009, a Euros 1 298 998 000 de acordo com a nota 19.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2009 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos [a] Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	3 705 944	–	(777 876)	(155 064)	37 739	2 810 743
Obrigações de Caixa	964 998	126 361	(470 679)	–	(9 163)	611 517
Obrigações Hipotecárias	–	1 150 000	–	–	11 047	1 161 047
	4 670 942	1 276 361	(1 248 555)	(155 064)	39 623	4 583 307

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística 1.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 3,518%	125 000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. CEMG / 05	Set.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. CEMG / 05	Out.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	125 000
Obr. caixa MG Especial Poupança	Nov.2005	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 4% (10.º semestre taxa fixa de 6%)	23 000
Obr. CEMG / 06	Jan.2006	Jan.2011	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. caixa MG Valor Garantido 2006	Jan.2006	Jan.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (9.º semestre taxa fixa de 3,5% e no 10.º semestre taxa fixa de 4%)	10 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 1.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 4% (8.º semestre taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 5% e10.º semestre taxa fixa de 6%)	7 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 2.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,875% (8.º semestre taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 4,75% e 10º semestre taxa fixa de 7%)	4 000
Obr. CEMG / 06	Set.2006	Set.2011	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 3.ª Emissão	Set.2006	Set.2011	Taxa fixa semestral de 3,625% (8.º semestre taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 4%, e no 10 .º semestre taxa fixa de 7%)	3 500
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 4.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2011	Taxa fixa semestral de 3,375% (9.º semestre taxa fixa de 3,5%, e no 10 .º semestre taxa fixa de 7%)	3 750
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 5.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (9.º semestre taxa fixa de 3,625%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. caixa MG Ass./06 5 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,625% (9.º semestre taxa fixa de 3,75%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 3,755%	100 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 6,25%	5 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 6,5%	9 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 1ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,625% (7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	4 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,375% (7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 5%	90 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 6,25%	7 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 6,5%	11 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,625% (7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	3 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 6,75%	6 500
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 6,75%	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 7%	6 000
Obr. caixa – AM Eur 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa de 4,455%	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 6,75%	8 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (12.º trimestre taxa fixa de 7%)	12 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,750% (11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 971

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,875% (11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 500
Obr. CEMG / 07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,875% (11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (10.º trimestre tde 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,250% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 000
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de reembolso é pago uma remuneração variável, calculada pelo máximo entre 2% e a valorização do Activo financeiro subjacente (Índice ERIXP)	4 100
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 8ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 8ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 800
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos Julho 2007/2010	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é paga uma remuneração variável indexada ao índice ERIXP com um *floor* de 2%)	8 100
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 9.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,25% (11.º trimestre taxa fixa de 4,375% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	10 700
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 9.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (11.º trimestre taxa fixa de 4,125% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	9 300
Obr. Caixa – Montepio Planeta Terra – Agosto 2007/2010	Ago.2007	Ago.2010	Taxa variável indexada a um cabaz de 10 acções com *floor* de 3,75%	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 10.ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,25% (11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 11.ª Série	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa trimestral de 4,25% (11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 000
Obr.caixa – Montepio Setembro 2010	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa de 4,6126%	1 500
Montepio Standard Poor's BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Taxa fixa semestral de 0,9% (5.º ao 9.º semestre taxa fixa de 0,9%). Na maturidade, remuneração variável indexada ao Índice *Standard & Poor's* BRIC40	2 082
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 3.ª série	Nov.2007	Nov.2010	Taxa variável semestral: Euribor a 6 meses – 0,25% (6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	10 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 4.ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral: Euribor a 6 meses – 0,2% (6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	7 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 5.ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral: Euribor a 6 meses – 0,2% (6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	13 488
Obr. caixa – Montepio Cabaz Commodities Agrícolas	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa variável paga no reembolso que corresponde a 95% da performance de um Cabaz de 5 *Commodities*, com um mínimo de 1% e um máximo de 50%	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa trimestral de 4,25% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	10 000
Obr.caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor a 6 meses – 0,4% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,3% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	17 100

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. Caixa – Montepio Select 5 anos	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5% nos 4 primeiros anos e no reembolso remuneração variável entre 2,5% e 60% da performance média anual de um cabaz composto pelo Indíce *Dow Jones Eurostoxx Select Dividend 30* e o Índice IBOXX *Euro Eurozone Performance Sovereigns* 5 a 7 Anos	1 000
Obr. Caixa – Montepio Taxa Fixa 5Y – Janeiro 2008	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5%	2 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 2.ª série	Mar. 2008	Mar. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	13 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 3.ª série	Abr. 2008	Abr. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6º semestre Euribor a 6 meses)	15 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 4.ª série	Mai. 2008	Mai. 2011	Taxa fixa semestral: Euribor 6 meses – 0,3% (5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,1%)	12 100
Obr. Caixa- Montepio Inflação 2008 – 2016 – 1.ª Série	Jun. 2008	Jun. 2016	Taxa variável anual de 3,2% acrescida da taxa anual de Inflação Europeia	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013	Set. 2008	Set. 2013	Taxa fixa anual de 6% (3.º ao 5.º semestre Euribor 3m + 1%)	31 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Out. 2008/2013	Out. 2008	Out. 2013	Taxa variável trimestral indexada à Euribor 3m + 1%	37 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Fev. 2009/2014	Fev. 2009	Fev. 2014	Taxa fixa anual de 3,8% (2.º ao 5.º ano Euribor 3m + 0,84%)	15 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Mar. 2009/2014	Mar. 2009	Mar. 2014	Taxa fixa anual de 3,5% (2.º ao 5.º ano Euribor 3m + 0,80%)	19 000
Obr. Caixa – MG Taxa Fixa 3 anos – 25/05/2012	Mai. 2009	Mai. 2012	Taxa fixa anual de 2% (2.º ano taxa de 3%, 3.º ano taxa de 4%)	650
Obr. Caixa – MG 5% – Julho 2014	Jul. 2009	–	Taxa variável de acordo com o activo subjacente (*Dow Jones EuroStoxx 50 Price Index*)	300
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014	Set. 2009	Set. 2014	Taxa fixa anual de 3% (2.º, 3.º e 4.º ano 3%, 5.º ano 6%)	10 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2017	Set. 2009	Set. 2017	Taxa fixa anual de 3,75% (2.º ao 4.º ano 3,75%, 5.º ano 6,75%)	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2007/2012 – 2.ª série	Set. 2009	Set. 2012	Taxa variável indexada à média da Euribor 3m + 1%	29 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013 – 2.ª série	Set. 2009	Set. 2013	Taxa variável indexada à média da Euribor 3m + 1%	2 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 8.ª série	Nov. 2009	Nov. 2014	Taxa fixa de 3,25% até ao 4.º ano (No 5.º ano, taxa fixa de 5,75%)	5 000
Obr. Caixa – Taxa variável CEMG 2009-2012	Nov. 2009	Nov. 2012	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 1%	24 000
Obr. Caixa – Taxa variável CEMG 2009-2013	Nov. 2009	Nov. 2013	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 1%	1 700
Obr. Caixa – Montepio Títulos Europa 2009-2013	Dez. 2009	Dez. 2013	Taxa variável de acordo com o activo subjacente (*Dow Jones EuroStoxx* 50)	2 711
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 9.ª série	Dez. 2009	Dez. 2014	Taxa fixa de 3,20% até ao 4.º ano (No 5.º ano, taxa fixa de 5,5%)	7 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2009/2014 – 10.ª série	Dez. 2009	Dez. 2014	Taxa fixa de 2% (2.º ano taxa fixa de 3%, 3.º ano taxa fixa de 3,5%, 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%).	5 000
Obrigações Hipotecárias	Jul. 2009	Jul. 2012	Taxa fixa de 3,25%	1 000 000
Obrigações Hipotecárias	Dez. 2009	Dez. 2016	Taxa variável trimestralmente indexada à média da Euribor 3m + 0,75%	150 000
				4 642 352
Correcções de valor por operações de cobertura				4 764
Periodificações, custos e proveitos diferidos				(63 809)
				4 583 307

Em 31 de Dezembro de 2009, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,91% e 5,00%.

34. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	101 310	101 240
Provisões para outros riscos e encargos	1 490	1 668
	102 800	102 908

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	101 240	96 983
Dotação do exercício	50 386	50 675
Reversão do exercício	(50 316)	(46 418)
Saldo em 31 de Dezembro	101 310	101 240

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95,de de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na politica contabilística 1.4.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Saldo em 1 de Janeiro	1 668	1 737
Dotação do exercício	416	248
Reversão do exercício	(262)	(63)
Utilização de provisões	(332)	(254)
Saldo em 31 de Dezembro	1 490	1 668

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade da CEMG, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

35. Outros passivos subordinados

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica regista o montante de Euros 381 043 000 (2008: Euros 386 872 000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2009 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão Euros '000	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses + 0,45%	50 050
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	150 415
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28 000	Euribor 12 meses + 0,10%	29 102
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	151 476
					381 043

Em 31 de Dezembro de 2009, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 1,19% e 2,66%.

36. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	7 038	8 067
Outros credores	25 228	27 809
Sector público administrativo	7 330	10 393
Passivos financeiros associados a activos transferidos	2 301 379	1 450 122
Férias e subsídio de férias a pagar	24 127	19 826
Outros custos a pagar	982	450
Receitas com rendimento diferido	585	647
Operações sobre títulos a liquidar	38 610	6 154
Contas diversas	57 379	43 849
	2 462 658	1 567 317

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na nota 45.

37. Capital

Em 31 de Março de 2009, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 100 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 760 000 000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

38. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 39.

39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Outro rendimento integral:		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(28 600)	(48 064)
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	163 130	156 067
Reserva especial	62 555	60 788
Outras reservas	8 404	8 404
Resultados transitados	(8 033)	(15 210)
	226 056	210 049

As reservas de justo valor reflectem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade, reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores, em conformidade com a política contabilística 1.5.

A movimentação durante o ano de 2009 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(38)	21	120	3	–	106
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(2 187)	2 095	3 014	–	(1 451)	1 471
Estrangeiros	(45 581)	8 204	1 302	2 063	2 571	(31 441)
	(47 806)	10 320	4 436	2 066	1 120	(29 864)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	(23)	248	93	1	(230)	89
Estrangeiras	–	281	146	32	64	523
Unidades de participação	(235)	460	43	10	374	652
	(258)	989	282	43	208	1 264
	(48 064)	11 309	4 718	2 109	1 328	(28 600)

A movimentação durante o ano de 2008 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(64)	(23)	–	49	–	(38)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(173)	(1 799)	–	(26)	(189)	(2 187)
Estrangeiros	(8 524)	(20 170)	(370)	(891)	(15 626)	(45 581)
	(8 761)	(21 992)	(370)	(868)	(15 815)	(47 806)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	–	37	(23)	–	(37)	(23)
Estrangeiras	(30)	762	–	30	(762)	–
Unidades de participação	818	2 902	(50)	(694)	(3 211)	(235)
	788	3 701	(73)	(664)	(4 010)	(258)
	(7 973)	(18 291)	(443)	(1 532)	(19 825)	(48 064)

A rubrica Reservas e resultados transitados, em 31 de Dezembro de 2009, no montante de Euros 8 033 000 (2008: Euros 15 210 000) refere-se à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 19, conforme definido na política contabilística 1.14.

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	3 223 009	1 965 399
Imparidade acumulada reconhecida	(29 899)	(31 228)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	3 193 110	1 934 171
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	3 164 510	1 886 107
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(28 600)	(48 064)

40. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Garantias e avales prestados	426 156	431 209
Garantias e avales recebidos	29 733 532	30 265 782
Compromissos perante terceiros	1 211 311	1 377 791
Compromissos assumidos por terceiros	172 768	20 791
Activos cedidos em operações de titularização	333 270	389 663
Valores recebidos em depósito	5 371 322	5 510 251

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	423 107	428 782
Créditos documentários abertos	3 049	2 427
	426 156	431 209

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	1 472	2 756
Linhas de crédito irrevogáveis	302 264	281 103
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	19 829	19 634
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	3 209	3 173
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	884 537	1 071 125
	1 211 311	1 377 791

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer quer estas operações sejam devidamente colaterizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística 1.4 a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pela CEMG na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

41. Distribuição de resultados

Em 31 de Março de 2009, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 11 271 000 (2008: Euros 25 758 000).

42. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Activos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

1 Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

2 Métodos de valorização com parâmetros/preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

3 Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

– **Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito**

  Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– **Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra**

  O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

  A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas de mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano.

– **Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda**

  Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de mode-

los internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

– **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

– **Derivados de cobertura e de negociação**

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados «ao balcão», aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

– **Créditos a clientes com maturidade definida**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 2,61% em Dezembro de 2009 (2008: 3,29%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

– **Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes**

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– **Recursos de clientes**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* actual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 0,65% em Dezembro de 2009 (2008: 2,74%).

– **Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados**

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2009, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras Esterlinas, Coroas Checas e Dólares de Hong-Kong utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euros	Dólar Norte-Americano	Libra Esterlina	Coroa Checa	Dólar de Hong-Kong
1 dia	0,300%	0,170%	0,565%	0,950%	0,360%
7 dias	0,300%	0,390%	0,565%	0,950%	0,360%
1 mês	0,465%	0,420%	0,580%	1,175%	0,125%
2 meses	0,500%	0,440%	0,625%	1,295%	0,075%
3 meses	0,630%	0,480%	0,705%	1,405%	0,120%
6 meses	0,930%	0,630%	0,920%	1,655%	0,110%
9 meses	1,090%	0,740%	1,210%	1,835%	0,240%
1 ano	1,210%	1,110%	1,575%	1,955%	0,595%
2 anos	1,861%	1,431%	1,993%	2,270%	1,220%
3 anos	2,260%	2,082%	2.650%	2,640%	1,840%
5 anos	2,805%	2,995%	3,388%	3,010%	2,720%
7 anos	3,213%	3,532%	3,768%	3,240%	3,200%
10 anos	3,598%	3,982%	4,088%	3,540%	3,570%
15 anos	3,963%	4,375%	4,088%	3,820%	3,570%
20 anos	4,070%	4,471%	4,088%	3,900%	3,570%
30 anos	3,952%	4,541%	4,088%	3,900%	3,570%

Cambios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**2009**	**2008**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,4406	1,3917	10,90	12,23	12,83	12,96	13,10
EUR/GBP	0,8881	0,9525	9,25	11,25	12,30	12,80	12,95
EUR/CHF	1,4836	1,4850	5,65	5,70	5,85	5,85	5,85
EUR/JPY	133,16	126,14	13,17	14,71	15,58	16,04	16,32

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	2009								
	Negociação Euros '000	**Designado ao justo valor Euros '000**	**Detido até a maturidade Euros '000**	**Empréstimos e aplicações Euros '000**	**Disponíveis para venda Euros '000**	**Outros ao custo amortizado Euros '000**	**Outros Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	305 018	–	–	–	305 018	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	51 745	–	–	–	51 745	51 745
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	370 884	–	–	–	370 884	370 884
Crédito a clientes	–	–	–	14 448 162	–	–	–	14 448 162	13 371 811
Activos financeiros detidos para negociação	103 195	–	–	–	–	–	–	103 195	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	4 192	–	–	–	–	–	4 192	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	3 164 510	–	–	3 164 510	3 164 510
Derivados de cobertura	5 109	–	–	–	–	–	–	5 109	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	33 523	–	–	–	–	33 523	34 681
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	43 297	43 297	43 297
	108 304	4 192	33 523	15 175 809	3 164 510	–	43 297	18 529 635	17 454 442
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	502 353	–	502 353	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	945 400	–	945 400	945 537
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	8 881 046	–	8 881 046	8 916 889
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	4 583 307	–	4 583 307	4 565 025
Passivos financeiros detidos para negociação	41 345	–	–	–	–	–	–	41 345	41 345
Derivados de cobertura	598	–	–	–	–	–	–	598	598
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	381 043		381 043	359 999
	41 943	–	–	–	–	15 293 149	–	15 335 092	15 331 746

	2008								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	254 742	–	–	–	254 742	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	92 125	–	–	–	92 125	92 125
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	166 781	–	–	–	166 781	166 781
Crédito a clientes	–	–	–	14 724 822	–	–	–	14 724 822	15 089 645
Activos financeiros detidos para negociação	58 655	–	–	–	–	–	–	58 655	58 655
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	4 031	–	–	–	–	–	4 031	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	1 886 107	–	–	1 886 107	1 886 107
Derivados de cobertura	7 727	–	–	–	–	–	–	7 727	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	39 912	–	–	–	–	39 912	40 341
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	30 626	30 626	30 626
	66 382	4 031	39 912	15 238 470	1 886 107	–	30 626	17 265 528	17 630 780
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	852 803	–	852 803	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	1 073 122	–	1 073 122	1 073 285
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	8 009 242	–	8 009 242	8 086 797
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	4 670 942	–	4 670 942	4 643 065
Passivos financeiros detidos para negociação	37 643	–	–	–	–	–	–	37 643	37 643
Derivados de cobertura	1 234	–	–	–	–	–	–	1 234	1 234
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	386 872	–	386 872	367 676
	38 877	–	–	–	–	14 992 981	–	15 031 858	15 062 503

43. Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2009	2008
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	738	663
Pessoal no activo	2 844	2 799
	3 582	3 462

De acordo com a política contabilística 1.14, as responsabilidades da CEMG por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço								
Responsabilidades								
Reformados e pensionistas	(232 236)	(653)	(15 095)	(247 984)	(202 934)	(558)	(13 191)	(216 683)
Pessoal no activo	(300 758)	(6 874)	(14 206)	(321 838)	(278 234)	(6 147)	(13 148)	(297 529)
	(532 994)	(7 527)	(29 301)	(569 822)	(481 168)	(6 705)	(26 339)	(514 212)
Valor do Fundo	474 287	6 208	24 388	504 883	408 120	5 687	22 341	436 148
Défice de cobertura	(58 707)	(1 319)	(4 913)	(64 939)	(73 048)	(1 018)	(3 998)	(78 064)
Desvios actuariais diferidos	95 557	(7 356)	333	88 534	88 783	(7 176)	353	81 960
Activos / (Responsabilidades) líquidas em balanço	36 850	(8 675)	(4 580)	23 595	15 735	(8 194)	(3 645)	3 896

Em 31 de Dezembro de 2009, não existem imóveis utilizados pela CEMG ou títulos emitidos por esta, registados nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

De acordo com a política contabilística 1.14, a CEMG procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente. Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver nota 29).

De acordo com a referida politica e conforme o estabelecido na IAS 19 – Benefícios dos empregados, a CEMG avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2009 e 2008 é analisado conforme segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Valores em 1 de Janeiro	481 168	6 705	26 339	514 212	509 771	8 336	30 158	548 265
Custo do serviço corrente	14 983	422	705	16 110	19 773	1 132	572	21 477
Custo dos juros	27 667	386	1 514	29 567	26 763	438	1 583	28 784
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	(1 412)	(299)	(486)	(2 197)	2 419	(2 003)	(1 638)	(1 222)
– Resultantes de alterações de pressupostos	22 452	313	1 229	23 994	(73 290)	(1 198)	(4 336)	(78 824)
Pagamentos	(16 664)	–	–	(16 664)	(14 069)	–	–	(14 069)
Reformas antecipadas	4 800	–	–	4 800	9 801	–	–	9 801
Valores a 31 de Dezembro	532 994	7 527	29 301	569 822	481 168	6 705	26 339	514 212

A evolução dos valores relativos a responsabilidades não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2009 e 2008, é analisada conforme segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	73 048	1 018	3 998	78 064	97 966	1 602	5 796	105 364
Custo do serviço corrente	14 983	422	705	16 110	19 773	1 132	572	21 477
Custo dos juros	27 667	386	1 514	29 567	26 763	438	1 583	28 784
Rendimento esperado dos activos	(23 467)	(327)	(1 284)	(25 078)	(21 619)	(354)	(1 279)	(23 252)
Reformas antecipadas	4 800	–	–	4 800	9 801	–	–	9 801
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	(15 348)	(493)	(1 249)	(17 090)	50 188	(602)	1 662	51 248
– Resultantes de alterações de pressupostos	22 452	313	1 229	23 994	(73 290)	(1 198)	(4 336)	(78 824)
Contribuições para o Fundo	(45 553)	–	–	(45 553)	(36 648)	–	–	(36 648)
Encargos suportados pelo Fundo	125	–	–	125	114	–	–	114
Valores a 31 de Dezembro	58 707	1 319	4 913	64 939	73 048	1 018	3 998	78 064

Os elementos patrimoniais que compõem o activo do Fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Acções	40 774	31 467
Outros títulos de rendimento variável	78 910	68 372
Obrigações	296 343	275 337
Aplicações em bancos e outras	88 856	60 972
	504 883	436 148

Os activos dos fundos de pensões utilizados pela CEMG ou representativos de títulos emitidos por empresas da CEMG são analisados como segue

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Títulos de rendimento fixo	4 606	–
Títulos de rendimento	4 281	22 521
	8 887	22 521

A evolução do valor dos activos do fundo de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 pode ser analisada conforme segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	408 120	5 687	22 341	436 148	411 805	6 734	24 362	442 901
Rendimento esperado dos activos	23 467	327	1 284	25 078	21 619	354	1 279	23 252
Ganhos e (perdas) actuariais	13 936	194	763	14 893	(47 769)	(1 401)	(3 300)	(52 470)
Contribuições para o Fundo da CEMG	43 924	–	–	43 924	35 176	–	–	35 176
Contribuições para o Fundo dos empregados	1 629	–	–	1 629	1 472	–	–	1 472
Pagamentos	(16 664)	–	–	(16 664)	(14 069)	–	–	(14 069)
Outros	(125)	–	–	(125)	(114)	–	–	(114)
Valores a 31 de Dezembro	474 287	6 208	24 388	504 883	408 120	5 687	22 341	436 148

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de Euros 21 500 000, efectuada pela CEMG em Janeiro de 2010 com data-valor de 2009. As contribuições efectuadas ao Fundo pela CEMG durante o exercício de 2009 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2009, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	88 783	(7 176)	353	81 960	111 886	(5 376)	(3 027)	109 537
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:								
– Actuariais	21 040	14	743	21 797	(70 871)	(3 201)	(5 974)	(80 046)
– Financeiros	(13 936)	(194)	(763)	(14 893)	47 769	1 401	3 300	52 470
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	(330)	–	–	(330)	(1)	–	–	(1)
Valores a 31 de Dezembro	95 557	(7 356)	333	88 534	88 783	(7 176)	353	81 960
Dos quais:								
Dentro do corredor	87 377	(6 727)	304	80 954	76 666	4 197	1 068	81 931
Fora do corredor	8 180	(629)	29	7 580	12 117	(11 373)	(715)	29

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do Fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2009, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 80 954 000 (2008: Euros 81 931 000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 7 580 000 (2008: Euros 29 000) serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 24 anos, tendo como base o saldo no final do período anterior, conforme referido na política contabilística 1.14.

Em 2009, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 25 729 000 (2008: Euros 36 811 000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Custo dos serviços correntes	14 983	422	705	16 110	19 773	1 132	572	21 477
Custo dos juros	27 667	386	1 514	29 567	26 763	438	1 583	28 784
Rendimento esperado dos activos	(23 467)	(327)	(1 284)	(25 078)	(21 619)	(354)	(1 279)	(23 252)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	330	–	–	330	1	–	–	1
Reformas antecipadas	4 800	–	–	4 800	9 801	–	–	9 801
Outros	–	–	–	–	–	–	–	–
Custo do exercício	24 313	481	935	25 729	34 719	1 216	876	36 811

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a CEMG alterou os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2009. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	Pressupostos	
	2009	**2008**
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	5,50%	5,75%
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A taxa de rendimento do fundo de pensões foi determinada de forma consistente com as condições actuais de mercado e com a natureza e rendibilidade dos activos que integram o Fundo de Pensões.

Os ganhos actuariais líquidos do exercício de 2009 de Euros 6 904 000 (2008: Euros 27 576 000) são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados bem como do impacto da alteração de pressupostos e são analisados conforme segue:

	(Ganhos) / Perdas actuariais	
	2009 Euros '000	**2008 Euros '000**
Taxa de desconto	23 293	(80 056)
Taxa de crescimento dos salários	(1 334)	(3 243)
Taxa de crescimento das pensões	(162)	3 253
Rendimento dos fundos	(14 893)	52 470
	6 904	(27 576)

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando, este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% e 7,5% no exercício de 2009) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5% no exercício de 2009) de um ponto percentual no valor dos custos com benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	2009 Euros '000	**2008 Euros '000**	**2009 Euros '000**	**2008 Euros '000**
Impacto no custo com pensões	(2 322)	(2 029)	2 322	2 029
Impacto das responsabilidades	(2 186)	(2 023)	2 186	2 023

O valor das responsabilidades com benefícios de saúde está integralmente coberto pelo Fundo de Pensões e correspondente em 2009 a Euros 29 301 000 (2008: Euros 26 339 000).

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2010 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 28 000 000 (2008: Euros 32 873 000).

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	2009				2008			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
No início do exercício	15 735	(8 194)	(3 645)	3 896	13 920	(6 978)	(2 769)	4 173
Custo do exercício	(24 313)	(481)	(935)	(25 729)	(34 719)	(1 216)	(876)	(36 811)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	45 553	–	–	45 553	36 648	–	–	36 648
Outros	(125)	–	–	(125)	(114)	–	–	(114)
Valores a 31 de Dezembro	36 850	(8 675)	(4 580)	23 595	15 735	(8 194)	(3 645)	3 896

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

	2009			2008			2007			2006			2005		
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00
Responsabilidades	(532 994)	(7 527)	(29 301)	(481 168)	(6 705)	(26 339)	(509 771)	(8 336)	(30 158)	(475 205)	–	(31 190)	(439 080)	–	(29 057)
Saldo do fundo	474 287	6 208	24 388	408 120	5 687	22 341	411 805	6 734	24 362	351 341	–	23 060	307 380	–	20 341
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(58 707)	(1 319)	(4 913)	(73 048)	(1 018)	(3 998)	(97 966)	(1 602)	(5 796)	(123 864)	–	(8 130)	(131 700)	–	(8 716)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(1 412)	(299)	(486)	2 419	(2 003)	(1 638)	11 490	1 359	(3 266)	3 781	–	248	11 785	–	780
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(13 936)	(194)	(763)	47 769	1 401	3 300	2 372	(6 734)	(207)	(3 929)	–	(258)	(1 441)	–	(95)

44. Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2009, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	7 188	13 700	20 888
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	12 540	3 250	15 790
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	271	–	271
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	2 003	–	2 003
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	63 419	–	63 419
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	152 427	–	152 427
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	7 768	–	7 768
	245 616	16 950	262 566

À data de 31 de Dezembro de 2008, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	13 256	5 490	18 746
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	11 995	11 250	23 245
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	162	–	162
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	105	–	105
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	17 200	–	17 200
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	13 849	–	13 849
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	6 195	–	6 195
	62 762	16 740	79 502

À data de 31 de Dezembro de 2009, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	12	4 130	4 142
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	–	8 642	8 642
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	1	–	1
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	26 610	26 610
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	3 173	3 173
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	7	3 009	3 016
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	–	376	376
	20	45 940	45 960

À data de 31 de Dezembro de 2008, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	471	3 151	3 622
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	952	7 479	8 431
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2	–	2
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5	11 104	11 109
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	9	4 165	4 174
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	19	3 428	3 447
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	8	359	367
	1 466	29 686	31 152

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 10.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões da CEMG.

45. Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2009, existem cinco operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 1 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 65 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 2 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 3. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 4. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 5. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No*. 1 PLC e para o *Pelican Mortgages No*. 2 PLC.

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de Dezembro de 2009, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros' 000
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650 000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700 000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750 000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
				4 100 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
*Pelican Mortgages No.*1	120 550	142 875
Pelican Mortgages No. 2	212 720	246 788
	333 270	389 663

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2009, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (Valor Nominal) Euros	Data de reembolso	*Rating* das obrigações (Inicial)			*Rating* das obrigações (Actual)		
						Fitch	Moody's	S&P	Fitch	Moody's	S&P
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	611 000 000	76 986 058	–	2037	AAA	Aaa	n.d.	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	16 250 000	16 250 000	–	2037	AAA	A2	n.d.	AAA	A2	n.d.
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2037	BBB+	Baa2	n.d.	BBB+	Baa2	n.d.
	Classe D	3 250 000	3 250 000	3 250 000	2037	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	659 750 000	171 715 266	–	2036	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	17 500 000	17 500 000	–	2036	AAA	A1	AA–	AAA	A1	AA-
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2036	A–	Baa2	BBB	A–	Baa2	BBB
	Classe D	5 600 000	5 600 000	5 600 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 3	Classe A	701 315 365	414 922 986	–	2054	AAA	Aaa	AAA	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	14 250 000	10 712 724	–	2054	AA–	Aa2	AA–	AA–	Aa2	AA-
	Classe C	12 000 000	9 021 241	–	2054	A	A3	A	A–	A3	A
	Classe D	6 375 000	4 792 534	–	2054	BBB	Baa3	BBB	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	7 361 334	–	–	2054	BBB–	n.d.	BBB–	BBB–	n.d.	BBB-
	Classe F	4 125 000	4 125 000	4 125 000	2054	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 4	Classe A	832 000 000	743 481 648	743 481 648	2056	AAA	Aaa	n.d.	AAA	n.d.	n.d
	Classe B	55 500 000	55 500 000	55 500 000	2056	AA	Aa	n.d.	AA	n.d.	n.d.
	Classe C	60 000 000	60 000 000	60 000 000	2056	A–	A–	n.d.	A–	n.d.	n.d.
	Classe D	25 000 000	25 000 000	25 000 000	2056	BBB	Bbb	n.d.	BBB	n.d.	n.d
	Classe E	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2056	BB	Bb	n.d.	BB	n.d.	n.d.
	Classe F	28 600 000	28 600 000	28 600 000	2056	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pelican Mortgages No. 5	Classe A	750 000 000	711 060 368	711 060 368	2061	AAA	n.d.	n.d.	AAA	n.d.	n.d.
	Classe B	195 000 000	195 000 000	195 000 000	2061	BBB–	n.d.	n.d.	BBB–	n.d.	n.d.
	Classe C	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	B	n.d.	n.d.	B	n.d.	n.d.
	Classe D	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe E	4 500 000	4 500 000	4 500 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Classe F	23 000 000	23 000 000	23 000 000	2061	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

46. Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas

À data de 31 de Dezembro de 2009, os Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica Recursos de outras instituições de crédito são analisados como segue:

	Recursos de outras IC's Euros '000
Banco MG – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A (IFI)	327 644

47. Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

48. Gestão de riscos

O Grupo Montepio («CEMG») está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e gestão dos riscos são efectuadas de um modo integrado, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos (DAGR), que integra quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas: integra os analistas de crédito, responsáveis pela apreciação de operações e atribuição de classificações internas de risco de crédito no segmento de empresas.

A DAGR assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro. No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam:

- Início da implementação de novos modelos de *scoring* para o segmento de pequenos negócios;
- Reforço da função de reporte da evolução do risco da carteira de crédito e monitorização da utilização dos sistemas de *rating* interno e de *scoring*;
- Envolvimento na implementação de novos sistemas de *workflow* de crédito a particulares e de gestão de limites de crédito a empresas;
- Extensão da metodologia de preçário de crédito ajustado de risco para a carteira de crédito a empresas, garantido desta forma a aplicação da metodologia aos principais segmentos;
- Integração do controlo de risco de contraparte.

No plano regulamentar, o ano de 2009 ficou marcado pelo desenvolvimento dos reportes previstos nos Pilares II – Adequação de Capital e III – Disciplina de Mercado, no âmbito de Basileia II.

Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto- Avaliação do Capital Interno (ICAAP) e de Testes de Esforço. Os resultados de ambos os relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macro-económicos. Relativamente ao Pilar III foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Igualmente no âmbito de Basileia II, a CEMG encontra-se em processo de candidatura, sob a supervisão do Banco de Portugal, para utilização da abordagem baseada no método Standard (método *The Standardized Approach* – «TSA») para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional. Actualmente, a CEMG utiliza o método do Indicador Básico.

A CEMG tem vindo igualmente a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os recentes desenvolvimentos no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo a DAGR procedido a análises do respectivo impacto.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos («ALCO») e do Comité de Informática.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. De facto, a concessão de crédito a particulares obriga à submissão das propostas de crédito aos modelos de *scoring* reactivo existentes para as principais carteiras (crédito à habitação, crédito individual e cartões de crédito).

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scoring* comportamental.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, encontram-se em fase final de operacionalização informática novos modelos de *scoring* para pequenos negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 745	92 125
Aplicações em instituições de crédito	370 884	166 781
Crédito a clientes	14 448 162	14 724 822
Activos financeiros detidos para negociação	101 815	57 455
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 192	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	3 149 301	1 871 689
Derivados de cobertura	5 109	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	33 523	39 912
Investimentos em associadas e outras	43 297	30 626
Outros activos	101 498	64 247
Garantias e avales prestados	426 156	431 209
Compromissos irrevogáveis	302 264	281 103
Credit default swaps (nocionais)	41 458	94 500
	19 079 404	17 866 227

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2009, encontra-se apresentada como segue:

	2009							
Sector de actividade	**Crédito a clientes**		**Activos financeiros detidos para negociação**	**Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Activos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade [a] Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	28 399	(1 148)	–	–	154	(47)	–	395
Indústrias extractivas	7 817	(401)	–	–	541	–	–	1 147
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	73 471	(4 805)	–	–	41	–	–	1 915
Têxteis e vestuário	34 030	(7 750)	–	–	–	–	–	1 345
Curtumes e calçado	8 153	(823)	–	–	–	–	–	–
Madeira e cortiça	29 452	(2 957)	–	–	–	–	–	932
Papel e indústrias gráficas	22 213	(2 242)	–	–	–	–	–	951
Refinação de petróleo	177	(48)	229	–	34 928	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	31 314	(1 113)	–	–	1 025	–	–	1 164
Produtos minerais não metálicos	22 955	(1 404)	–	–	–	–	–	2 136
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	79 888	(3 279)	–	–	–	–	–	3 943
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	16 983	(2 051)	–	–	270	–	–	1 798
Fabricação de material de transporte	12 499	(373)	–	–	5 387	–	–	134
Outras indústrias transformadoras	28 928	(3 208)	685	–	81 182	(698)	–	805
Electricidade, gás e água	72 477	(968)	406	3 206	37 098	(252)	–	890
Construção e obras públicas	2 652 811	(190 541)	–	–	41 533	(998)	–	212 348
Comércio por grosso e a retalho	642 336	(55 196)	49	–	13 428	–	–	36 394
Turismo	228 966	(16 768)	–	–	8 961	(90)	–	11 924
Transportes	100 739	(2 431)	–	–	2 966	–	–	11 775
Actividades de informação e comunicação	25 191	(2 347)	359	–	19 044	–	–	335
Actividades financeiras	153 705	(2 373)	101 467	986	906 640	(19 743)	–	38 623
Actividades imobiliárias	810 370	(35 796)	–	–	12 142	–	–	29 463
Serviços prestados às empresas	297 801	(12 415)	–	–	–	–	–	9 158
Administração e serviços públicos	195 146	(3 981)	–	–	10 168	–	33 523	4 020
Outras actividades de serviços colectivos	62 795	(2 932)	–	–	670	–	–	4 285
Crédito à habitação	9 042 679	(142 791)	–	–	1 974 793	(7 881)	–	9 056
Outros	168 446	(2 748)	–	–	43 438	(190)	–	41 220
TOTAL	14 849 741	(502 889)	103 195	4 192	3 194 409	(29 899)	33 523	426 156

(a) inclui a provisão para imparidade no valor de 401 579 milhares de euros (ver nota 19) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 101 310 milhares de euros (ver nota 34).

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2008, encontra-se apresentada como segue:

	2008							
Sector de actividade	**Crédito a clientes**		**Activos financeiros detidos para negociação**	**Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Activos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	25 127	(821)	–	–	–	–	–	512
Indústrias extractivas	5 699	(63)	–	–	–	–	–	842
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	54 486	(2 412)	–	–	–	–	–	961
Têxteis e vestuário	30 279	(7 504)	–	–	–	–	–	1 333
Curtumes e calçado	5 658	(657)	–	–	–	–	–	66
Madeira e cortiça	28 304	(1 336)	–	–	–	–	–	1 205
Papel e indústrias gráficas	17 430	(1 834)	–	–	–	–	–	294
Refinação de petróleo	24	(2)	–	–	3 257	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	23 627	(628)	–	–	999	–	–	1 509
Produtos minerais não metálicos	18 055	(1 501)	–	–	–	–	–	1 625
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	54 438	(2 540)	–	–	–	–	–	3 277
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	13 855	(2 692)	–	–	–	–	–	1 497
Fabricação de material de transporte	10 386	(202)	–	–	–	–	–	232
Outras indústrias transformadoras	23 169	(2 322)	–	–	57 700	–	–	712
Electricidade, gás e água	38 318	(613)	1 187	2 998	31 404	(1 014)	–	516
Construção e obras públicas	2 886 325	(141 005)	–	–	10 981	(998)	–	205 943
Comércio por grosso e a retalho	553 210	(45 906)	–	–	8 896	–	–	37 728
Turismo	186 208	(14 489)	–	–	10 163	(54)	–	17 171
Transportes	82 708	(1 911)	2	–	15 898	–	–	3 993
Actividades de informação e comunicação	20 489	(1 947)	4	–	–	–	–	220
Actividades financeiras	96 081	(1 921)	57 462	1 033	707 440	(22 685)	–	55 172
Actividades imobiliárias	823 421	(32 525)	–	–	8 537	–	–	69 082
Serviços prestados às empresas	306 022	(9 063)	–	–	–	–	–	6 930
Administração e serviços públicos	186 503	(3 764)	–	–	2 883	–	39 912	2 896
Outras actividades de serviços colectivos	51 889	(2 683)	–	–	565	–	–	3 737
Crédito à habitação	9 163 523	(104 447)	–	–	1 033 755	(6 430)	–	10 299
Outros	304 450	(1 314)	–	–	24 857	(47)	–	3 457
TOTAL	15 009 684	(386 102)	58 655	4 031	1 917 335	(31 228)	39 912	431 209

(a) inclui a provisão para imparidade no valor de 284 862 milhares de euros (ver nota 19) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 101 240 milhares de euros (ver nota 33)

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2009, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emitentes *investment grade*, com o valor nocional das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do ano Euros 41 458 000 e Euros 37 958 500, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («*VaR*»). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final de 2009 representavam 80,8% do total da carteira, sendo principalmente do sector da banca (84,8%).

As carteiras próprias encontram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável, exibindo por isso níveis de *VaR* muito reduzidos (o cálculo do *VaR* é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%). A exposição ao risco de crédito é limitada pelo facto das obrigações em carteira se situarem genericamente em níveis de *investment grade*.

A CEMG continua a calcular de forma regular o *VaR* da sua carteira de investimento de títulos sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica. Esta carteira é maioritariamente constituída por títulos de dívida de curto prazo e com taxa de juro variável.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2009 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 389 892 000 (2008: Euros 458 900 000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	2009				2008			
	Dezembro Euros '000	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**	**Dezembro Euros '000**	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**
Gap de taxa de juro	389 892	650 646	911 400	389 892	458 900	739 400	1 019 900	458 900

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	**3 a 6 meses Euros '000**	**De 6 meses a 1 ano Euros '000**	**de 1 a 5 anos Euros '000**	**Mais de 5 anos Euros '000**
31 de Dezembro de 2009					
Activo	13 368 081	4 169 695	115 793	183 241	50 222
Fora de balanço	3 855 697	265 965	489 500	48 500	–
Total	17 223 778	4 435 660	605 293	231 741	50 222
Passivo	11 369 217	2 585 393	1 623 933	1 918 256	341
Fora de balanço	4 165 097	451 782	2 400	31 882	8 500
Total	15 534 314	3 037 175	1 626 333	1 950 138	8 841
GAP (Activos - Passivos)	1 689 464	1 398 485	(1 021 040)	(1 718 397)	41 381
31 de Dezembro de 2008					
Activo	10 723 517	3 944 496	43 111	467 267	82 450
Fora de balanço	143 500	3 000	192 752	103 500	76 020
Total	10 867 017	3 947 496	235 863	570 767	158 470
Passivo	9 733 744	2 380 049	731 452	1 880 616	76 020
Fora de balanço	269 771	245 000	–	–	4 000
Total	10 003 515	2 625 049	731 452	1 880 616	80 020
GAP (Activos - Passivos)	863 502	1 322 447	(495 589)	(1 309 849)	78 450

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2009, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 20 669 000 (2008: Euros 17 000 000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	2009			2008		
PRODUTOS	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**
Aplicações						
Crédito a clientes	14 803 140	4,16	615 312	14 478 792	6,05	882 724
Disponibilidades	149 705	1,29	1 934	148 424	4,09	6 076
Carteira de Títulos	2 859 754	2,16	61 860	1 602 280	5,74	91 896
Aplicações interbancárias	263 558	0,66	1 749	488 560	3,68	18 003
Outras aplicações	–	–	–	2 217	5,24	116
Swaps	–	–	239 589	–	–	147 784
Total Aplicações	18 076 157		920 444	16 820 273		1 146 599
Recursos						
Depósitos de clientes	8 539 978	1,89	185 540	8 291 152	2,71	286 019
Recursos de titularização	7 802 141	2,88	208 632	7 106 555	5,47	354 300
Recursos interbancários	785 274	1,62	12 747	551 699	4,35	23 979
Outros recursos	687	3,15	22	878	2,62	23
Swaps	–	–	193 548	–	–	168 149
Total Recursos	17 128 080		600 489	15 950 284		832 470

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2009, por moeda, é analisado como segue:

	2009							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	298 830	4 141	443	116	1 019	131	338	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	45 228	3 475	877	437	1 668	3	57	51 745
Aplicações em instituições de crédito	370 787	97	–	–	–	–	–	370 884
Crédito a clientes	14 445 524	2 082	–	–	343	213	–	14 448 162
Activos financeiros detidos para negociação	103 070	125	–	–	–	–	–	103 195
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 189	3	–	–	–	–	–	4 192
Activos financeiros disponíveis para venda	3 162 871	1 598	–	–	41	–	–	3 164 510
Derivados de cobertura	5 109	–	–	–	–	–	–	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	33 523	–	–	–	–	–	–	33 523
Investimentos em associadas e outras	43 297	–	–	–	–	–	–	43 297
Activos não correntes detidos para venda	128 599	–	–	–	–	–	–	128 599
Outros activos tangíveis	91 173	–	–	–	–	–	–	91 173
Activos intangíveis	16 151	–	–	–	–	–	–	16 151
Outros activos	71 259	36 981	3 570	18 381	35	–	–	130 226
Total Activo	18 819 610	48 502	4 890	18 934	3 106	347	395	18 895 784
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	502 353	–	–	–	–	–	–	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	910 445	14 265	2 912	17 392	386	–	–	945 400
Recursos de clientes	8 846 153	31 703	1 529	1 542	117	1	1	8 881 046
Responsabilidades representadas por títulos	4 581 225	2 082	–	–	–	–	–	4 583 307
Passivos financeiros detidos para negociação	41 323	22	–	–	–	–	–	41 345
Derivados de cobertura	598	–	–	–	–	–	–	598
Provisões	102 800	–	–	–	–	–	–	102 800
Outros passivos subordinados	381 043	–	–	–	–	–	–	381 043
Outros passivos	2 458 441	430	449	–	2 598	346	394	2 462 658
Total Passivo	17 824 381	48 502	4 890	18 934	3 101	347	395	17 900 550
Activo / (Passivo) líquido por moeda	995 229	–	–	–	5	–	–	995 234
Situação Líquida	995 237	2	–	–	(5)	–	–	–
Exposição Líquida	(8)	(2)	–	–	10	–	–	–

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2008, por moeda, é analisado como segue:

	2008							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Dólar de Hong-Kong Euros '000	Coroa Checa Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	247 954	4 359	728	168	–	–	1 533	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 515	43 716	687	807	–	–	400	92 125
Aplicações em instituições de crédito	72 679	47 716	3 150	15 360	9 271	18 605	–	166 781
Crédito a clientes	14 721 924	2 231	–	–	–	–	667	14 724 822
Activos financeiros detidos para negociação	58 593	62	–	–	–	–	–	58 655
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 021	3	–	–	7	–	–	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	1 884 718	1 389	–	–	–	–	–	1 886 107
Derivados de cobertura	7 504	–	–	–	–	223	–	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	39 912	–	–	–	–	–	–	39 912
Investimentos em associadas e outras	30 626	–	–	–	–	–	–	30 626
Outros activos tangíveis	85 847	–	–	–	–	–	–	85 847
Activos intangíveis	14 776	–	–	–	–	–	–	14 776
Outros activos	164 966	117	12	255	9 271	18 605	2	193 228
Total do Activo	17 380 035	99 593	4 577	16 590	18 549	37 433	2 602	17 559 379
Passivo por moeda								
Recursos de outras instituições de crédito	852 803	–	–	–	–	–	–	852 803
Recursos de clientes	957 334	69 926	3 463	14 354	9 271	18 605	169	1 073 122
Responsabilidades representadas por títulos	7 981 150	25 252	577	2 147	–	–	116	8 009 242
Passivos financeiros detidos para negociação	4 640 910	2 156	–	–	9 271	18 605	–	4 670 942
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	37 499	144	–	–	–	–	–	37 643
Derivados de cobertura	1 234	–	–	–	–	–	–	1 234
Provisões	102 908	–	–	–	–	–	–	102 908
Outros passivos subordinados	386 872	–	–	–	–	–	–	386 872
Outros passivos	1 561 982	2 163	537	88	7	223	2 317	1 567 317
Total Passivo	16 522 692	99 641	4 577	16 589	18 549	37 433	2 602	16 702 083
Activo / (Passivo) líquido por moeda	857 343	(48)	–	1	–	–	–	857 296
Situação Líquida	857 248	48	–	–	–	–	–	857 296
Exposição Líquida	95	(96)	–	1	–	–	–	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte da CEMG dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Risco Operacional

A CEMG encontra-se em processo de candidatura, sob a supervisão do Banco de Portugal, para utilização da abordagem baseada no método *Standard* (método «*The Standardized Approach*» – «*TSA*») para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, actualmente, a CEMG utiliza o método do Indicador Básico.

Em 2009 iniciou-se um vasto projecto de implementação de um Plano de Continuidade de Negócio Integrado, que constitui um mitigante de extrema importância, permitindo assegurar a continuidade das operações no caso de ocorrência de um evento que provoque disrupção da actividade.

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DAGR exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008 o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

Simultaneamente, através do Aviso n.º 7/2008, o Banco de Portugal prolongou por três anos o plano de amortização dos impactos diferidos da transição para as normas de contabilidade actualmente aplicáveis que ainda não se encontravam

reconhecidos nos fundos próprios de 30 de Junho de 2008, associados a cuidados médicos pós-emprego e a responsabilidades do fundo de pensões. Por outro lado, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 11/2008 que permitiu, para efeitos prudenciais, o alargamento do corredor do fundo de pensões pelo montante das perdas actuariais de 2008, excluindo o rendimento esperado dos activos do fundo relativamente ao mesmo ano de 2008, sujeito, em sede de tratamento prudencial, a uma amortização constante ao longo dos quatro anos seguintes.

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC's / NCA's, está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do exercício de 2009, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base individual, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 20 500 000, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 8 033 000 levados a resultados transitados e de Euros 27 094 000 registados em encargos diferidos e outros desvios de Euros 7.579.000, compensados por uma variação positiva de mais Euros 22 207 000 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso 12/2001).

O valor de Euros 27 094 000, dos quais Euros 7 488 000 são referentes a benefícios de saúde e Euros 19.606.000 a outros benefícios pós reforma, será progressivamente levado a resultados transitados até se extinguir em 2014. De igual modo, o valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014. No final do período, as diferenças apuradas no Fundo de Pensões terão sido totalmente absorvidas pelas reservas estatutárias.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade – representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios – igual ou superior ao mínimo regulamentar de 8%. Adicionalmente, o Banco de Portugal efectuou uma recomendação no sentido de, até 30 de Setembro de 2009, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada, bem como as respectivas empresas-mãe, reforçarem os seus rácios de adequação dos fundos próprios de base (rácio *Tier 1*) para valores não inferiores a 8%.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresenta-se como segue:

	2009 Euros '000	2008 Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	760 000	660 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	254 430	236 956
Outros ajustamentos regulamentares	(64 954)	(63 898)
Impacto na transição para as NIC/NCA	22 207	28 623
	972 684	861 681
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	18 154	8 420
Lower Tier 2	378 000	378 000
Deduções	(13 674)	(13 674)
	382 480	372 746
Deduções aos fundos próprios totais	(9 079)	(9 507)
Fundos próprios totais	1 346 085	1 224 920
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito (Aviso n.º 5/2007)	728 989	767 686
Risco de mercado (Aviso n.º 8/2007)	2 986	5 265
Risco operacional (Aviso n.º 9/2007)	62 243	58 981
	794 218	831 932
Rácios Prudenciais		
Rácio *Tier 1*	9,80%	8,29%
Rácio de Solvabilidade	13,56%	11,78%

49. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a CEMG aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

- ***IAS 1 (Alterada) – Apresentação das Demonstrações Financeiras***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  As alterações face ao anterior texto da IAS 1 são apresentadas conforme segue:

  – A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas;

  – Na sequência das alterações impostas por esta norma, os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da CEMG decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

  Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto na CEMG foi exclusivamente ao nível da apresentação.

- ***IAS 23 (Alterada) – Custos de Empréstimos Obtidos***

  O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, a IAS – 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) e são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma alterada.

- ***IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda (*puttable instruments*) e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

  De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- ***IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta alteração à IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A CEMG, com referência a 31 de Dezembro de 2009, não tem qualquer plano de remuneração com acções, pelo que a entrada em vigor desta norma não teve qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da CEMG.

- ***IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos financeiros: Divulgações***

  O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2009 a IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos financeiros: Divulgações, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

  Esta alteração à IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre a mensuração dos justos valores, nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria interpretação e sobre o risco de liquidez.

  Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto na CEMG foi exclusivamente ao nível das divulgações.

- ***IFRS 8 – Segmentos Operacionais***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começarem ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

  A IFRS 8 – Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

  Face à natureza desta norma o impacto na CEMG foi exclusivamente ao nível da apresentação.

- ***IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

- ***IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis***

  O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

  Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito da IAS 18 – Rédito ou da IAS 11 – Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

  A CEMG não obteve qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

- ***IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2008, o IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta interpretação visa clarificar que:

  – a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;

  – o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade da CEMG, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e

  – aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A CEMG não obteve qualquer impacto significativo nas suas demonstrações financeiras decorrentes da entrada em vigor desta interpretação.

- ***Annual Improvement Project***

Em Maio de 2008 o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para a CEMG em 2009, tal como segue:

– Alteração à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 16 – Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessação do arrendamento e a data da sua alienação.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 19 – Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano e (iii) a distinção entre benefícios de curto, de médio e longo prazo.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 20 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com a IAS 20.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre a IAS 23 e a IAS 39.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e tal investimento se qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com a IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito da IAS 39.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 28 – Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz da IAS 36 – Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 38 – Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços

que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos.

A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração consistiu fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação da IFRS 8 – Segmentos operacionais e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

– Alteração à IAS 40 – Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito da IAS 40 (antes abrangidas pela IAS 16 – Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição.

  A CEMG não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a CEMG

- ***IAS 39 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

  Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

  A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

- ***IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas***

  As alterações à IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

  Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para as IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

  A CEMG não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- ***IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas***

  O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resul-

tados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios

Adicionalmente, das alterações à IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A CEMG não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

- ***IFRS 9 – Instrumentos financeiros***

  O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

  Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

  – os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

  – apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e

  – os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

  A CEMG está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

- ***IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 o IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

  Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima qualquer impacto ao nível da CEMG.

- ***IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, o IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

  Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

  A CEMG não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

- ***IFRIC 18 – Transferencias de activos de clientes***

  O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços

A interpretação clarifica:

– as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;

– o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;

– a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);

– o reconhecimento de proveitos e;

– a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

- ***Annual Improvement Project***

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, tal como segue:

– Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com a IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Esta norma será adoptada prospectivamente pela CEMG.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 da **Caixa Económica Montepio Geral**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 18.895.784 milhares de euros e um total de capital próprio de 995.234 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 37.778 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da **Caixa Económica Montepio Geral**, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral;

b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as NCA's, seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Caixa Económica Montepio Geral** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral do exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 8 de Março de 2010

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

6. Relatórios, Pareceres e Declaração em Conformidade do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O MG – AM E A CEMG

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, adiante designado por Montepio Geral, e na alínea *f*) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, e na condição de Conselho Fiscal de ambas as Instituições, este Órgão social submete à vossa apreciação, o Relatório da sua actividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Contas Individuais do exercício de 2009 do Montepio Geral e da Caixa Económica, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Em 2009 o Conselho Fiscal acompanhou a gestão do Montepio Geral e da Caixa Económica através da leitura das actas do Conselho de Administração e de reuniões periódicas com este e com alguns dos seus elementos, bem como da documentação contabilística e de relatórios e dados quantitativos fornecidos mensalmente pelos Serviços, da presença nas reuniões do Conselho Geral realizadas e, ainda, de reuniões de trabalho com alguns Directores mais próximos do desempenho das funções do Conselho Fiscal.
2. No desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Instituição, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.
3. Durante o exercício o Conselho Fiscal elaborou os vários documentos que estatutariamente lhe competem e outros exigidos pelo Banco de Portugal, designadamente, os Pareceres sobre a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, em base individual e em base consolidada, preparados com o apoio técnico da sociedade de revisores oficiais de contas em que, para além das deficiências identificadas e das melhorias recomendadas, se expressa a opinião de que os procedimentos de controlo interno como um todo, respondem de forma eficaz e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, aos requisitos constantes do Aviso n.º 5/2008, do Banco de Portugal.
4. No exercício de 2009, as demonstrações financeiras do Montepio Geral foram preparadas com base nos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS»), tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação Mutualista na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, são consistentes com as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2008, respeitando os requisitos definidos no Plano de Contas das Associações Mutualistas.
5. No que se refere às contas da Caixa Económica, continuaram a ser preparadas, apresentadas e divulgadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas («NCA's»), que se traduzem na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência.
6. Relativamente ao Relatório de Gestão, o Conselho Fiscal verificou que, nos aspectos essenciais, o seu conteúdo é concordante com as demonstrações financeiras que são apresentadas, assim como satisfaz os requisitos legais e estatutários.
7. Na apreciação das Demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação das Contas (Montepio Geral) e a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria (Caixa Económica)

elaborados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, entidade que, por contrato, acompanhou e auditou ao longo do ano e no final do exercício de 2009 a contabilidade e as contas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários. Os documentos produzidos pela referida entidade foram apresentados sem reservas e a cujos teores damos a nossa concordância, sendo, no entanto, de referir, que a Certificação de Contas do Montepio Geral apresenta uma ênfase, com cujo teor também concordamos, e que se refere à alteração das políticas contabilísticas já mencionadas no n.º 4 acima, e que se encontram amplamente desenvolvidas nas Notas às Demonstrações Financeiras n.os 3.1 e 3.15.

8. Após o encerramento do exercício apreciámos os documentos de prestação de contas, compreendendo o Relatório de Gestão, o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas explicativas.

9. O Conselho Fiscal chama a atenção para a importância dos relatos sobre Responsabilidade Social e Governo Institucional, constantes do Relatório e Contas anuais de 2009.

10. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras das Instituições e respectivas Notas explicativas respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos resultados apurados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

11. Agradecemos a referência feita no Relatório de Gestão à nossa actividade, assim como também acompanhamos o Conselho de Administração no reconhecimento às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e aos Trabalhadores e demais Colaboradores referidos no Relatório.

12. O ano de 2009 ficou marcado por um agravamento da situação económica, tanto a nível nacional como internacional, com um claro abrandamento dos níveis de produção e de procura e com consequentes efeitos nas expectativas dos agentes económicos. A contracção do investimento, o aumento do desemprego, o crescente endividamento interno e externo, são elementos característicos da situação no ano transacto. Apesar deste contexto menos favorável e destas condicionantes, o Montepio Geral e a Caixa Económica conseguiram alcançar a quase generalidade dos seus objectivos de crescimento, de rendibilidade e de solidez, prosseguindo as suas linhas de orientação estratégica.

13. O Conselho Fiscal dá, por isso, o apoio às medidas que vêm sendo tomadas no Montepio Geral e na CEMG, na certeza de que o Conselho de Administração, com a colaboração dos Trabalhadores, seguirá os caminhos que lhe permitam minimizar as dificuldades que se suscitam e retomar, o ritmo do crescimento que se vinha prosseguindo na Instituição.

Em conformidade com o exposto, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

a) Os Relatórios de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Montepio Geral e da Caixa Económica, inerentes a 31 de Dezembro de 2009;

b) As propostas de aplicação de resultados contidas nos mencionados Relatórios de Gestão;

c) As demais propostas contidas no Relatório de Gestão do Montepio Geral;

d) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo seu empenhamento na actividade desenvolvida.

Lisboa, 8 de Março de 2010

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal

José Moreira Venâncio – Vogal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea *f*) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação o Relatório e Parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2009 da Caixa Económica e das empresas participadas englobadas na consolidação, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Procedemos à análise do Relatório consolidado do Conselho de Administração e das Contas consolidadas, compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração dos resultados consolidados, as Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral relativos ao exercício de 2009 e as correspondentes Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Relativamente ao Relatório consolidado de gestão, o Conselho Fiscal verificou que, nos aspectos essenciais, o seu conteúdo é concordante com as Demonstrações financeiras consolidadas que são apresentadas, assim como satisfaz os requisitos legais e estatutários.
3. Na apreciação das Demonstrações financeiras consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, sem reservas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com cujo teor concordámos.
4. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, Demonstração dos resultados consolidados, Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do exercício de 2009 e correspondentes Notas explicativas) são adequadas à compreensão da situação patrimonial da Caixa Económica e das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de Dezembro de 2009, e à forma como se formaram os resultados consolidados de 2009.

Em conformidade com o exposto, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Lisboa, 8 de Março de 2010

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal

José Moreira Venâncio – Vogal

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

A presente declaração é feita nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

No cumprimento das competências definidas estatutariamente, é da responsabilidade do Conselho Fiscal exercer o controlo e fiscalizar a actividade da Instituição expressando uma opinião profissional baseada no exame efectuado ao relatório de gestão e às demonstrações financeiras.

Pela presente declaração, confirmamos todos os elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, nos foram facultados:

- A informação financeira individual e consolidada, com referência a 31 de Dezembro de 2009, que dá uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e
- O relatório de gestão que expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

Lisboa, 8 de Março de 2010

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal

José Moreira Venâncio – Vogal

7. Relatório de Responsabilidade Social

MISSÃO DO MONTEPIO

O Montepio assume a sua matriz mutualista ao serviço de uma comunidade crescente, que já ultrapassa largamente as quatro centenas de milhar de Associados. No centro da sua razão de ser estão a resolução de problemas e satisfação de necessidades sociais, observando princípios de solidariedade e elevados valores éticos.

Essa missão tem finalidades de solidariedade social e tem intrínseca uma actuação de elevada responsabilidade social, de que o Montepio se orgulha de evidenciar ao longo da sua história, de quase 170 anos.

Na concretização da sua nobre missão, o Montepio tem contribuído para o desenvolvimento económico, social e cultural de Portugal, através das suas actividades financeiras e bancárias cada vez mais diversificadas e de maior qualidade, que se estendem a todo o território nacional, e através da concretização de diversas acções de Responsabilidade Social, progressivamente mais sistematizadas, abrangentes e divulgadas, na promoção de uma sociedade inclusiva, no desenvolvimento de uma cidadania consciente e na disseminação da solidariedade.

Apesar da longa, contínua e crescente actuação no domínio da solidariedade social, de que faz parte a criação da Fundação Montepio em 1995, embora de forma muito discreta no passado, o Montepio vem impondo à sua organização a necessidade de um melhor enquadramento estratégico, melhor sistematização, programação e comunicação das suas intervenções. Desta forma, incorporou-se a Responsabilidade Social na Visão e nos desígnios estratégicos das entidades do Montepio e definiram-se orientações sobre a política de Responsabilidade Social, tendo sido criado, em 2006, um órgão específico – Gabinete de Responsabilidade Social para as concretizar, na dependência directa do Conselho de Administração.

Nos últimos anos, tem sido possível uma actuação de responsabilidade social mais organizada, metódica, abrangente e integrada no seio das diversas entidades do Grupo Montepio e com maior visibilidade interna e externa, por via do aumento da comunicação e divulgação, que permite difundir e propagar boas práticas de solidariedade. Em 2009, prosseguiram os desenvolvimentos neste sentido com vista a dar a conhecer a todos quantos trabalham nas diversas entidades do grupo e, sobretudo a todos os que se relacionam com o Grupo Montepio, os contributos que têm sido dados para as causas comuns e para a sociedade no seu todo, evidenciando a realidade que nos distingue e reafirmando os compromissos do Montepio com o futuro.

GOVERNO SOCIETÁRIO

A longevidade e solidez do Montepio e a crescente adesão de Associados e clientes traduzem a confiança do mercado e da sociedade na Instituição e na Marca Montepio. Para tal, contribuem as políticas de governação de rigor, prudência e transparência, tendo subjacentes princípios de actuação baseados em elevados padrões deontológicos e éticos.

Tendo em vista a adequada valorização do património dos Associados e dos Clientes, o Montepio segue uma política de conformidade com as normas internas e externas (*compliance*) exigente, que se reflecte não só no seu estrito cumprimento, mas também, na adopção de recomendações e boas práticas de gestão, designadamente na divulgação de informação, no desenvolvimento contínuo dos processos de gestão de riscos e dos sistemas de controlo interno, a que se se juntam políticas de melhoria da qualidade do atendimento e do serviço, e de utilização mais eficiente e valorização dos recursos.

Os trabalhos de revisão dos Estatutos vão permitir, no futuro, continuar a modernizar e adaptar a organização à evolução dos sistemas e metodologias de gestão, bem como a novos requisitos regulamentares no domínio do governo societário.

ASSOCIADOS E CLIENTES

O Montepio está ao serviço dos Associados, dos Clientes e da Comunidade em geral, apoiando as famílias e contribuindo para o desenvolvimento do sector produtivo, através da identificação e antecipação, pró-activa e sistemática, dos seus pro-

blemas e necessidades, para encontrar a melhor resposta, através da adaptação e inovação contínua da oferta de produtos e serviços, tanto na esfera mutualista como bancária e financeira.

Na vertente Particulares, a carteira de oferta do Grupo Montepio é bastante diversificada e alargada, permitindo satisfazer integralmente as necessidades bancárias e financeiras dos Associados e dos Clientes ao longo do ciclo de vida, de forma diferenciada face às alternativas de mercado.

O contributo para o desenvolvimento económico traduz-se no crescente desenvolvimento da banca de Empresas, no apoio ao investimento e renovação da estrutura produtiva nacional, com destaque para os segmentos de Microempresas e PME, através de uma oferta mais diversificada, a que se junta os protocolos com entidades públicas e com o Banco Europeu de Investimento, por forma a disponibilizar aos clientes soluções de financiamento de médio e longo prazo em condições mais favoráveis, de que se destaca:

- Linhas de Crédito PME Investe – destinadas a apoiar o investimento das micro e pequenas empresas, do sector automóvel, de sectores exportadores e do sector do turismo, cujo envolvimento do Montepio atingiu os 131 milhões de Euros;
- Linha de crédito para financiar o investimento, expansão e inovação das PME, através de protocolo directo com o BEI, num montante de 100 milhões de Euros;
- Linhas de Crédito para apoio às empresas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que representam um envolvimento do Montepio no montante de 11 milhões de Euros;
- Linha de Crédito para apoio às PME dos Sectores Agrícola, Florestal e Agro-Industrial – gerida pelo IFAP, com vista a dinamizar a actividade económica das empresas dos sectores agrícola, pecuário, florestal e das agro-indústrias, com um envolvimento de 2,7 milhões de Euros.

A preocupação com o progresso e a inclusão social, destinada a desempregados, jovens à procura do primeiro emprego e trabalhadores independentes com baixos rendimentos, conduziu à disponibilização da Linha de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, protocolada com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Nesta vertente, estão a ser analisadas outras possibilidades de alargamento do programa de microcrédito, que actualmente é disponibilizado através da estrutura comercial especializada em Microcrédito, no âmbito do protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Acresce ainda, no domínio da responsabilidade ambiental, a disponibilização da Linha de Crédito Energias Renováveis, resultante do protocolo com o Ministério das Finanças e Administração Pública e Ministério da Economia e Inovação, destinada às IPSS e Particulares, com vista à instalação de equipamentos para a geração e utilização de energias amigas do ambiente.

Consciente de que a criação de valor para os Associados e Clientes é mais abrangente do que a oferta financeira e bancária e o nível e qualidade de serviço prestado, o Montepio tem vindo a desenvolver uma política de apoios a projectos que transmitam, de forma objectiva, os valores da marca. Assim, pelo segundo ano consecutivo, o Montepio associou-se ao maior evento infantil realizado em Portugal, o Festival «Panda» e, no âmbito da estratégia de proximidade com a cultura nacional, patrocinou a versão portuguesa do mais premiado musical da história da Broadway, «The Producers», de Mel Brooks, e o projecto e disco «Amália Hoje», um tributo à melhor artista da música tradicional portuguesa, Amália Rodrigues, que alcançou o 3.º disco de platina.

PASSEIOS COM HISTÓRIA

*O Montepio lançou um projecto de índole cultural destinado a aprofundar as relações e a cimentar os vínculos com os Associados, os quais foram convidados a participar em **Passeios com História**. Realizaram-se diversas visitas temáticas a museus e a outros locais emblemáticos de todo o país, tais como ao Berço de Portugal, a Braga Romana, a Belém e Baixa Pombalina, a Sintra Romântica, ao Porto das Obras de Camilo e Julio Dinis. As visitas foram acompanhadas por guias oficiais que enquadraram os vários grupos de Associados e proporcionaram conhecimento sobre cada tema.*

Na vertente associativa, prosseguiram as iniciativas de formação para Associados e foram realizados encontros de cariz cultural e desportivo, que possibilitaram contactos mais personalizados com os Associados, potenciando a participação associativa e a vocação de partilha dos valores do humanismo.

EMPREGO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O Grupo Montepio continua a manter-se como contribuinte líquido para o aumento do emprego em Portugal, tendo aumentado o número de colaboradores das diversas entidades do Grupo, incluindo a Associação Mutualista, a Caixa Económica, a Lusitania – Companhia de Seguros, a Futuro e a Residências Montepio, em mais 114, dando um contributo positivo de grande importância no actual contexto.

O processo de recrutamento de novos colaboradores respeita os princípios da igualdade de género, não discriminação em razão da idade, etnia, doença ou deficiência. A este propósito, vale a pena referir que o Montepio foi a única entidade financeira que subscreveu o Código de Conduta «Empresas e VHI», com o objectivo de garantir que nenhum colaborador ou candidato a colaborador pode ser discriminado por ser portador do vírus da SIDA.

O período de integração dos novos colaboradores inclui uma formação inicial, ministrada em parceria com o Instituto de Formação Bancária, com a duração de 176 horas, garantindo o alinhamento com a cultura organizacional e contacto com a realidade laboral, incluindo-se um módulo específico dedicado à responsabilidade social, com o envolvimento directo do Conselho de Administração. Dada a importância que uma primeira experiência em contexto profissional assume na promoção da empregabilidade e no percurso profissional dos jovens, o Montepio proporcionou a realização de estágios na área comercial de particulares e empresas em 93 dos seus balcões no Continente e Ilhas.

Os Recursos Humanos constituem o alicerce fundamental e a base de desenvolvimento do Montepio, tendo sido privilegiada, desde sempre, a sua valorização, através do investimento em formação profissional e na promoção e apoio ao seu desenvolvimento cultural e desportivo. Para o desenvolvimento e o enriquecimento das competências profissionais dos colaboradores, realizaram-se 172 605 horas totais de formação, envolvendo 2 706 participantes, que permitiu um aumento do número de horas médio de formação por colaborador de 36 para 57 horas.

Durante 2009, prosseguiu-se a estratégia de alinhamento das políticas de Recursos Humanos com os objectivos estratégicos da Instituição e com as expectativas dos colaboradores, através do desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Desempenho, com vista a fortalecer o seu grau de compromisso para com a Instituição, aumentar a sua motivação e níveis de realização profissional, num sistema de maior clareza, objectividade, rigor e responsabilização.

A evolução na carreira foi também um dos eixos estratégicos da gestão de Recursos Humanos tendo-se promovido um rejuvenescimento do quadro directivo, sustentado principalmente no potencial humano interno e apoiado num projecto específico de *Coaching*.

Na área da Segurança e Saúde no Trabalho desenvolveram-se medidas para aumentar a prevenção, monitorização e o controlo das ameaças externas às condições de bem-estar e de saúde dos colaboradores, assegurando assim a continuidade do negócio.

Durante 2009, o Montepio desenvolveu diversas iniciativas de âmbito lúdico e cultural que envolveram os colaboradores e respectivas famílias. Foram também concedidos diversos benefícios de carácter social, destinados a apoiar a assumpção de encargos familiares relevantes. Procurou-se, também, identificar necessidades de apoio social concreto aos Colaboradores, que se traduziram no acompanhamento de proximidade através de um Assistente Social. Outras acções de carácter mais transversal têm sido desenvolvidas no contexto da Política Social do Montepio, em prol do bem-estar dos colaboradores, e suas famílias, nomeadamente o estabelecimento de protocolos com entidades no domínio do apoio terapêutico e psicológico.

Montepio
Serviços Sociais

COMUNIDADE E SOLIDARIEDADE SOCIAL

A Fundação Montepio continuou activa no seu papel de acção social, através da concessão de apoios a 154 projectos e entidades, num valor total aproximado de 1,5 milhões de Euros, entre os quais, se destaca o Programa Frota Solidária, o Prémio Escolar Montepio, o Cartão + Vida e os Donativos de Natal. Salienta-se, ainda, o programa de Educação Financeira implementado em parceria com a Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar que abrangeu 318 pessoas, de Junho a Dezembro de 2009.

Como agente dinamizador da economia social, o Montepio prosseguiu o seu apoio às instituições do Terceiro Sector. A loja mutualista recebeu, em 2009, ao abrigo do projecto Incluarte, 23 instituições, permitindo-lhes angariar donativos e vender os produtos criados pelos seus utentes. Procedeu-se à consolidação de protocolos de cooperação diversas entidades do Terceiro Sector, entre os quais com a Liga dos Bombeiros Portugueses e com a Confederação das Colectividades de Cultura e Recreio.

FROTA SOLIDÁRIA
SUPERAR OBSTÁCULOS
Montepio

Com vista a disseminar práticas de solidariedade social, o Montepio realizou, ao longo de 2009, campanhas de mobilização dos colaboradores do Montepio destinadas a beneficiar IPSS parceiras. A primeira campanha visou a angariação de alimentos e medicamentos para mais de 600 animais da União Zoófila, da Sociedade Protectora dos Animais e da Associação PATA (Funchal). A segunda campanha teve como objectivo angariar artigos de higiene para bebés e jovens adolescentes grávidas de duas Instituições de Solidariedade Social, o Ninho dos Pequeninos em Leiria e a Fundação Portuguesa da Juventude no Porto. A terceira Campanha Solidária foi desenvolvida com a Associação CASA que dá apoio a famílias carenciadas e sem-abrigo em várias regiões do País: Lisboa, Setúbal, Cascais, Coimbra, Porto, Faro e Funchal.

Dada a inequívoca afirmação solidária do Montepio junto do terceiro sector, o Montepio é considerado uma referência no domínio do Voluntariado Empresarial. Ao longo do ano de 2009 foram organizadas 17 acções de voluntariado, em áreas tão diversas como a da solidariedade, da saúde, da educação, da protecção ambiental e da defesa dos animais. Participaram nessas acções 204 colaboradores e reformados do Montepio, tendo sido beneficiadas directamente cerca de 4600 pessoas e 300 animais e indirectamente as comunidades envolventes. A maioria das acções visou aumentar a corrente de solidariedade social apoiando diversas Instituições que dão apoio na área da deficiência, crianças e famílias de meios desfavorecidos e sem-abrigo. Decorreram, também, acções de promoção da educação de Crianças, Jovens e Associados Seniores e de preservação do ambiente e da qualidade de vida de todos os seres vivos.

VOLUNTARIADO MONTEPIO
SOLIDARIAMENTE CONSIGO

Nota ainda para o papel do Montepio na promoção e difusão das políticas de Responsabilidade Social e de Desenvolvimento Sustentável, através das suas participações no Grupo de Reflexão para a Ética Empresarial, na Associação Aprender a Empreender, no Movimento ECO, no Centro Nacional de Fundações, no Comité de Responsabilidade Social do *European Savings Banks*, na Associação de Responsabilidade Social Portugal e no Conselho Português para o Desenvolvimento Sustentável.

8. Relatório do Governo Institucional

CAPÍTULO 0
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

O presente relatório foi elaborado de harmonia com o estabelecido no Regulamento da CMVM n.º 1/2007 (alterado pelo Regulamento da CMVM n.º 1/2010) e em conformidade com os princípios e práticas de governação adoptadas pelo Montepio, dando-se cumprimento, na generalidade, às recomendações da CMVM, e de acordo com a especificidade da sua natureza jurídica.

As orientações estratégicas continuam a centrar-se no desenvolvimento da estrutura e do sistema de governação, ponderando sempre as necessidades do mercado em geral e dos associados em particular.

Para além das disposições legais, estatutárias e regulamentares, todas as actividades desenvolvidas pelo Montepio (Associação Mutualista e Caixa Económica) regem-se, também, pelo cumprimento das deliberações dos órgãos associativos, das normas internas, das regras de conduta e normas deontológicas.

No portal interno, Intranet, o Normativo Interno é divulgado a todos os trabalhadores, e contém todo um conjunto de documentos classificados em função dos objectivos e correspondentes conteúdos, bem como um conjunto de normas e usos profissionais e deontológicos. No que se refere ao cumprimento das normas prudenciais em vigor e dos respectivos prazos de reporte para as entidades externas existe uma Norma Interna com vista a assegurar o cumprimento do dever de informação.

No sítio da *Internet* do Montepio: www.montepio.pt encontram-se disponíveis entre outros, os estatutos, a informação financeira, incluindo relatórios e contas anuais, semestrais e informação trimestral, bem como as notações de *rating* e demais informação de carácter obrigatório.

CAPÍTULO I
ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o órgão colegial e institucional composto por associados efectivos do Montepio Geral – Associação Mutualista, admitidos há mais de dois anos, que tem, entre outras, as seguintes funções:

- Eleger ou destituir os titulares dos Órgãos;
- Deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração (CA), contas do exercício e parecer do Conselho Fiscal e, ainda, apreciar o relatório do Conselho Geral;
- Deliberar sobre o programa de acção e orçamento apresentados pelo CA, e sobre o parecer do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre a aplicação de resultados;
- Autorizar a constituição de fundos próprios não previstos, expressamente, nos Estatutos e o aumento de quaisquer fundos, quando tal não se inscreva na competência do Conselho de Administração;
- Deliberar sobre a alteração dos Estatutos;
- Eleger trienalmente e mandatar uma comissão com poderes para fixação das retribuições dos titulares dos Órgãos.

O funcionamento da Assembleia Geral é regido por um Regulamento, em complemento dos Estatutos.

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos, a Assembleia Geral é convocada com a antecedência mínima de quinze dias e não poderá reunir, em primeira convocação, sem estarem presentes, pelo menos, metade dos seus membros. Em

segunda convocação, que poderá decorrer uma hora após a primeira convocação, a Assembleia pode deliberar, seja qual for o número de presenças.

Todavia, as deliberações sobre a reforma ou alteração dos Estatutos, fusão, cisão, transformação e incorporação de ou na Caixa Económica, exigem a presença de, pelo menos, dois terços de todos os seus membros, em primeira convocação, e qualquer número de membros, em segunda convocação, que todavia deverá ocorrer entre quinze e vinte dias sobre a data da primeira.

Os avisos convocatórios das Assembleias Gerais, para além de serem publicados na imprensa diária são disponibilizados aos associados no sítio da *Internet*, e tratando-se de prestação de contas anuais são igualmente publicadas no site da CMVM, via *extranet*.

Em 2009, a Assembleia Geral reuniu por três vezes, sendo uma delas para eleger os Órgãos Associativos para o triénio 2010-2012, simultaneamente para o Montepio Geral – Associação Mutualista e para a Caixa Económica Montepio Geral. Os titulares, eleitos a 11 de Dezembro de 2009, tomaram posse no dia 11 de Janeiro de 2010.

I.1. COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e dois Secretários, sendo o Presidente substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo 1.º Secretário e nas faltas ou impedimentos deste, pelo 2.º Secretário. À semelhança dos restantes membros dos órgãos associativos os membros da Mesa da Assembleia Geral são eleitos trienalmente, sendo permitida a sua eleição por mais de três mandatos sucessivos.

Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral compete, em especial, convocar a Assembleia Geral e dirigir os trabalhos e aos Secretários cabe, em especial, lavrar as actas das sessões e emitir as respectivas certidões.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe de recursos humanos e logísticos de apoio para o exercício das suas funções, facultados pelo Secretário Geral da Instituição e respectivos serviços.

A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral é auferida em senhas de presença que cifrou, no exercício de 2009, no valor unitário de 813,75€.

I.2. EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Nos termos previstos nos Estatutos, terão direito a participar na Assembleia Geral e a exercer o direito de voto todos os associados efectivos, isto é, todas as pessoas individuais que tenham sido admitidos há mais de dois anos, maiores, capazes e que cumpram as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, tendo cada associado direito a um voto.

Este procedimento aplica-se também ao exercício do voto por correspondência.

O exercício do direito de voto é admitido por todos os associados em termos iguais e é efectivado, quer presencialmente, quer por correspondência, neste último caso, se se tratar de eleição dos órgãos associativos e de acordo com o estipulado nos Estatutos.

Além da convocatória publicada nos jornais, nos termos da lei, os membros da Assembleia Geral são informados da sua realização por notícias divulgadas no sítio da *Internet* da Instituição, onde se faz igualmente a publicação dos principais documentos a ser apreciados e votados, e ainda através de comunicação escrita expedida, sem carácter vinculativo, para as suas residências.

Paralelamente, são colocados à disposição dos membros da Assembleia, na sede, e com a antecedência mínima de quinze dias sobre a realização da Assembleia Geral, todos os documentos inerentes à ordem de trabalhos.

Através do aviso convocatório é indicado de forma clara não apenas a data, hora e local da realização da Assembleia Geral, mas ainda a informação sobre os locais onde os associados podem obter esclarecimentos e são recepcionados os votos, quando a votação é feita por correspondência.

Por ocasião da eleição dos órgãos associativos e institucionais para o triénio 2010/2012, a eleição do associado-trabalhador, que integra o Conselho Fiscal, ocorreu através de voto electrónico, em conformidade com as regras legais e estatutárias aplicáveis.

Após o acto eleitoral e o seu apuramento final, os resultados são publicados quer a nível do portal interno *Intranet* quer no sítio da *Internet*.

Não existe, ainda, um sistema que proporcione o exercício do direito de voto por meios electrónicos para a eleição dos restantes órgãos associativos.

I.3. COMISSÃO DE VENCIMENTOS

A Assembleia Geral de Associados elege, trienalmente, a Comissão de Vencimentos, composta por três Associados, um Presidente e dois Vogais, em que nenhum deles é membro do órgão de administração, seu cônjuge, parente ou afim em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

Com poderes para a fixação das remunerações dos órgãos associativos, a Comissão de Vencimentos elabora, anualmente, um relatório em que explicita os critérios usados para a formação das suas deliberações.

A próxima eleição da Comissão de Vencimentos para o triénio 2010/2012 irá decorrer na Assembleia Geral de Associados de 24 de Março de 2010.

CAPÍTULO II
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Para além da Assembleia Geral, são órgãos da Instituição: o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Conselho Geral.

II.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão do Montepio Geral – Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral. Compete-lhe, nomeadamente:

- elaborar anualmente o relatório e contas e a proposta de distribuição de resultados, bem como o programa de acção e orçamento para o ano seguinte;
- deliberar sobre o aumento de capital institucional e sobre a emissão de títulos representativos de unidades do fundo de participação, dentro dos limites estatutariamente permitidos;
- deliberar sobre a abertura e encerramento de sucursais e de qualquer outra forma de representação;
- deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;

O Conselho de Administração, composto por membros executivos, funciona colegialmente, podendo deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares e reúne, em regra, duas vezes por semana, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos seus membros, tendo o Presidente direito a voto de qualidade.

II.1.1. Distribuição de Pelouros

A distribuição dos pelouros entre os membros do Conselho de Administração é a seguinte:

António Tomás Correia
Secretariado-Geral, Direcção de Planeamento e Estudos, Gabinete de Apoio ao Conselho, Gabinete de Estratégia Financeira do Grupo, Gabinete de Relações Públicas Institucionais, Gabinete de Responsabilidade Social, Participadas da área de seguros.

José de Almeida Serra
Direcção de Análise e Gestão de Riscos, Direcção de Auditoria e Inspecção, Direcção Financeira e Internacional, Gabinete de Comunicação e Relações Associativas, Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, Participadas das áreas financeira, fundos de pensões e outras.

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Direcção Comercial Grande Porto, Direcção Comercial Norte, Direcção de Desenvolvimento Organizacional, Direcção de Operações, Direcção de Sistemas de Informação, Direcção de Serviços Partilhados.

Eduardo José da Silva Farinha
Direcção Comercial Centro, Direcção Comercial Grande Lisboa, Direcção de Contabilidade, Direcção Imobiliária e Instalações, Direcção Jurídica e Recuperação de Crédito, Direcção de Recursos Humanos, Participada das áreas financeira e de seguros.

Álvaro Cordeiro Damaso
Direcção Comercial de Empresas, Direcção Comercial Lisboa e Regiões Autónomas, Direcção Comercial Sul, Direcção de Marketing, Gabinete de Compliance, Gabinete de Procuradoria do Cliente.

Cada pelouro tem membros substitutos. Sempre que se verifique uma reorganização orgânica, procede-se a uma redistribuição de pelouros.

II.1.2. Qualificações profissionais dos membros do Órgão de Administração

	Formação Académica	Experiência Profissional
António Tomás Correia *Presidente*	Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa	**Entre 1995 e 2003** Administrador da CGD **Entre 2004 e 30 de Abril de 2008** Administrador do Montepio **Desde 1 de Maio de 2008** Presidente do Conselho de Administração do Montepio
José de Almeida Serra *Vogal*	Licenciado em Economia pelo ISCEF e pós-graduação pelo *Massachusetts Institute of Technology*	**Entre 1999 e 2003** Administrador da SOGRUPO (Grupo CGD) **Desde 2004** Administrador do Montepio
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral *Vogal*	Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia	**Entre 2000 e 2006** Administrador do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, e de um conjunto de empresas deste grupo financeiro **Desde Janeiro de 2007** Administrador do Montepio
Eduardo José da Silva Farinha *Vogal*	Licenciado em Finanças pelo ISCEF	**Entre 1996 e 2006** Presidente do Conselho de Administração da Credivalor – Soc. Parabancária de Valorização de Créditos, SA **Desde Janeiro de 2007** Administrador do Montepio
Álvaro Cordeiro Dâmaso *Vogal*	Licenciado em Direito	Presidente da Bolsa de Valores de Lisboa (BVL) – **1 ano** Presidente do ICP – ANACOM **durante 3 anos** Presidente do Conselho Consultivo da ANACOM **durante 5 anos** **Entre 2006/2007** Gerente da Melo Abreu, Lda. **Entre 2007/2009** Presidente da Agência de Promoção do Investimento dos Açores **Desde Janeiro de 2010** Administrador do Montepio

II.1.3. Funções exercidas em Empresas Participadas

Presidente: António Tomás Correia

Presidente do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, SA
Presidente do Conselho de Administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA

Vogal: José de Almeida Serra

Presidente do Conselho de Administração das Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA
Presidente do Conselho de Administração do Montepio Gestão de Activos – SGFI, SA
Presidente do Conselho de Administração da Futuro – Soc. Gestora de Fundos de Pensões, SA
Presidente do Conselho de Administração do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)
Membro da Comissão de Vencimentos da SAGIES – Soc. de Análise e Gestão de Instalações e Equipamentos Sociais, SA

Vogal: Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Vogal do Conselho de Administração da SAGIES – Soc. de Análise e Gestão de Instalações e Equipamentos Sociais, SA
Membro não executivo do Conselho de Administração da SIBS – Soc. Interbancária de Serviços, SA

Vogal: Eduardo José da Silva Farinha

Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Montepio Gestão de Activos – SGFI, SA
Presidente do Conselho de Administração do MG Investimentos Imobiliários, SA
Presidente do Conselho de Gerência da Leacock Seguros, Lda.
Presidente da Comissão de Remunerações da Bolsimo – Gestão de Activos, SA
Vice-Presidente do Conselho de Administração da MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Vogal do Conselho de Administração da Clínica CUF Belém, SA

II.1.4. Remuneração

Conforme referido no ponto I.3. deste relatório, a fixação da remuneração dos órgãos institucionais, é determinada pela Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral. Encontra-se em anexo ao presente Relatório a declaração sobre a política de remuneração.

Em 2009, a remuneração auferida pelos quatro elementos que compunham o Conselho de Administração, foi a seguinte:

(euros)

	2009 Valor
António Tomás Correia – Presidente	524 408,09
José de Almeida Serra	462 885,15
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral	468 177,15
Eduardo José da Silva Farinha	462 885,15
TOTAL	**1 918 355,54**

II.2. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, composto por um Presidente e dois Vogais; um deles, Revisor Oficial de Contas e o outro é indigitado pelos trabalhadores nos termos do artigo 28.º dos Estatutos. De acordo com o estipulado estatutariamente, o Conselho Fiscal reúne, pelo menos, uma vez por mês e só pode deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares, tendo o Presidente direito a voto de qualidade. No exercício das suas funções compete-lhe verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e dar pareceres sobre o relatório e contas, aumentos de capital, controlo interno, propostas, orçamento e programa de acção apresentados pelo Conselho de Administração.

Em 2009, o Conselho Fiscal reuniu vinte vezes. Os membros do Conselho Fiscal, para além das senhas de presença, auferem uma remuneração mensal ilíquida no valor de 5 500,00€ para o Presidente, e de 5 000,00€ para cada um dos vogais.

II.3. CONSELHO GERAL

O Conselho Geral é composto pelos titulares da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e por vogais eleitos entre os membros da Assembleia Geral. Compete ao Conselho Geral, entre outras funções, a orientação estratégica da Instituição e, sob proposta do Conselho de Administração, a aprovação das linhas gerais de orientação dos planos plurianuais de acção e sua actualização.

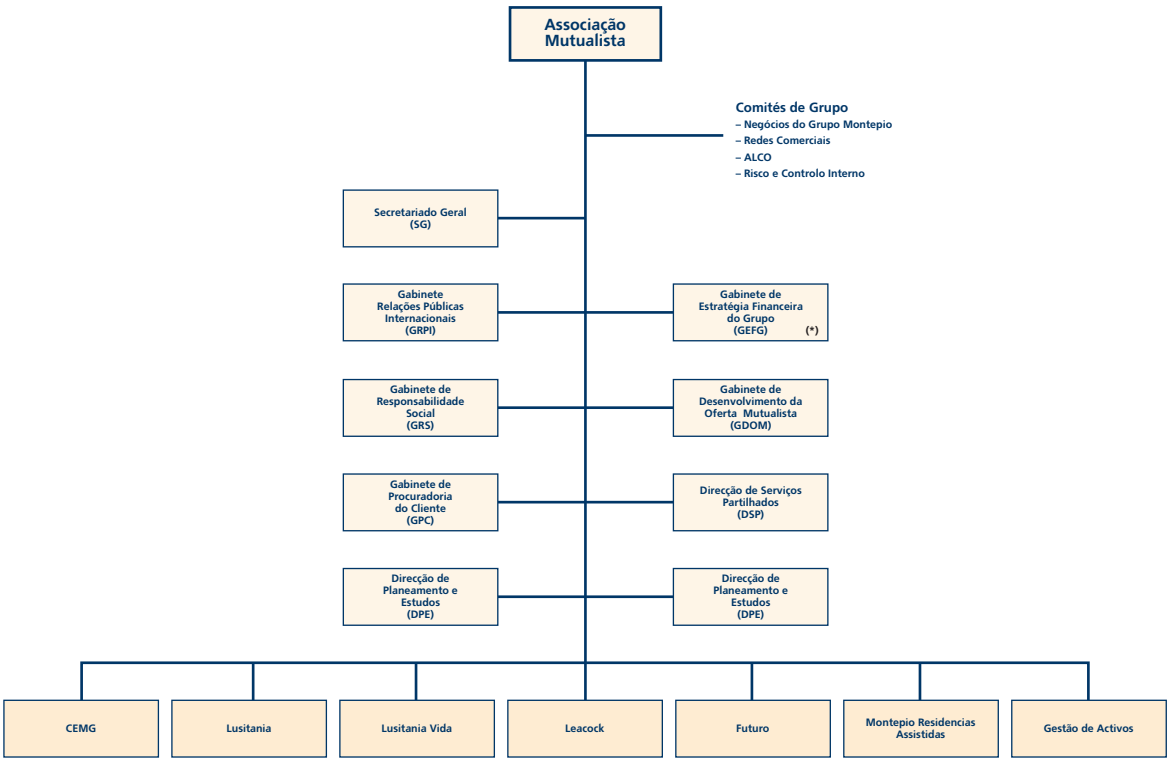
Em 2009, o Conselho Geral reuniu por sete vezes.

II.4. ESTRUTURA ORGÂNICA E SEU FUNCIONAMENTO

A estrutura orgânica e funcional, bem como a atribuição de funções e responsabilidades, é da competência do Conselho de Administração.

Reportam directamente ao Conselho de Administração, vários órgãos estruturais. Cada órgão está, por sua vez, dividido em Direcções e Departamentos, que funcionam de forma descentralizada na tomada de decisões pelos diferentes níveis hierárquicos, que é, naturalmente, acompanhada por uma maior responsabilização ao longo da cadeia de decisões bem como por um reforço dos órgãos de auditoria e controlo.

Após a definição do novo modelo corporativo procedeu-se, em 2009, a um reajustamento da estrutura orgânica, nomeadamente nalgumas Direcções, com as adaptações e melhoramentos considerados necessários, a fim de dotar a Instituição de uma estrutura organizacional ainda mais flexível e permitir uma melhor conjugação de esforços potenciadores de uma maior eficiência e rentabilidade.

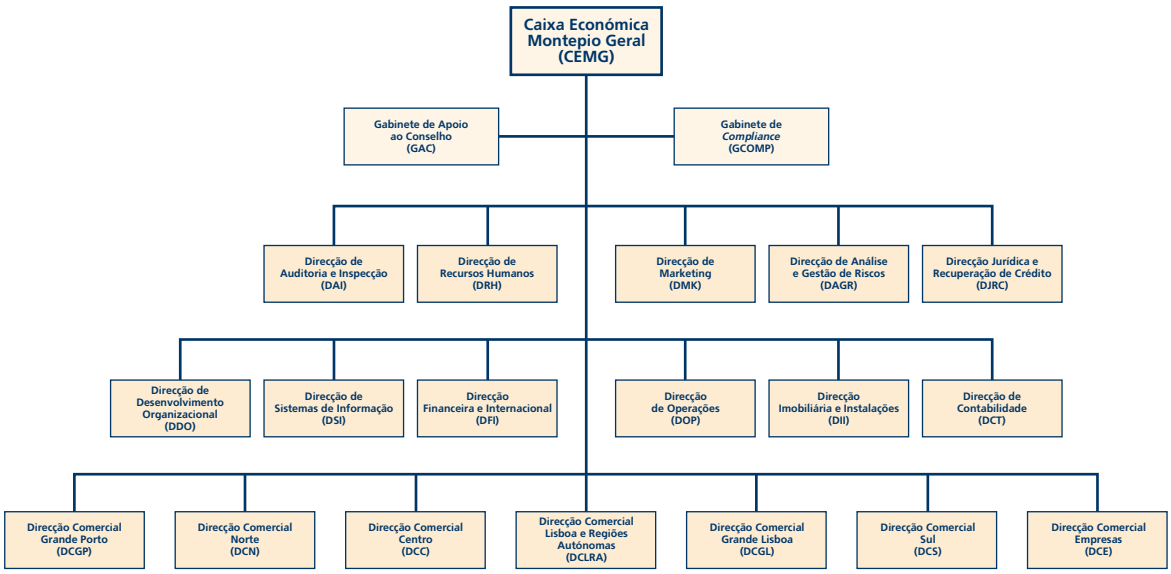


Acresce afirmar que a este conjunto de empresas participadas se juntam a Bolsimo – Gestão de Activos, SA, a Germont – Empreendimentos Imobiliários, SA e a MG Investimentos Imobiliários, SA.

Visando o reforço de integração das estratégias das entidades do Grupo Montepio (conjunto de empresas constituído pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, pela Caixa Económica Montepio Geral e pelas sociedades em que detêm participações financeiras) e do acompanhamento das diferentes temáticas das Linhas de Orientação Estratégica, foi criado um conjunto de Comités, como se verifica no estatuto acima referenciado, e que são: o Comité de Negócio do Grupo Montepio, o Comité de Redes Comerciais, o Comité ALCO e o Comité de Risco e Controlo Interno.

A actividade destes Comités visa, essencialmente, elaborar recomendações e propostas, para aprovação em Conselho de Administração, contando, cada um deles, com a presença do Presidente do Conselho de Administração, dos Administradores dos pelouros dos órgãos envolvidos e dos responsáveis máximos das várias áreas participantes.

No estatuto orgânico da CEMG ocorreram, essencialmente, alterações de designações e transferência de serviços, visando um funcionamento mais eficiente e flexível que, face à evolução dos mercados e da concorrência, exige adequadas respostas em termos de estrutura, de modos de processamento e de instrumentos de gestão.



A desagregação da estrutura orgânica e dos respectivos responsáveis pode ser consultada no relatório de gestão no ponto designado por «Direcção».

II.5. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, aprova e revê anualmente os objectivos e linhas de orientação estratégica para o triénio seguinte e controla, permanentemente, a evolução global da Instituição, os riscos inerentes à actividade e a condução e execução dos vários projectos.

Em capítulo próprio, no Relatório de Gestão, consta uma descrição pormenorizada dos princípios, metodologias e instrumentos adoptados na gestão dos vários riscos. No entanto, descrevem-se, em síntese, as metodologias utilizadas e a identificação dos órgãos responsáveis das funções de auditoria interna, de *compliance* e de gestão de riscos.

Cabe à Direcção de Auditoria e Inspecção, para além de avaliar o sistema de controlo interno, proceder à análise e avaliação dos procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com as normas e critérios definidos e verificar o correcto cumprimento das normas em vigor.

Com a colaboração e em articulação com os Auditores Externos, a Auditoria Interna coordenou a elaboração dos Relatórios anuais do Controlo Interno em base individual e consolidada remetidos ao Banco de Portugal, e elaborou o Relatório anual de Supervisão e Controlo sobre a Actividade de Intermediação Financeira enviado à CMVM.

A função de Auditoria Interna constitui, assim, parte integrante do sistema de monitorização contínua do controlo interno do MGAM e da CEMG, procedendo à verificação independente da adequação e do cumprimento das políticas definidas e actuando como coadjuvante da gestão de topo.

No que diz respeito à gestão de riscos, a Direcção de Análise e Gestão de Riscos (DAGR) efectua a análise e a gestão de riscos, numa óptica de grupo, incluindo a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez, cambial, de mercado e operacional.

No âmbito da função de gestão de riscos, a DAGR garante os deveres de reporte às autoridades de supervisão, designadamente nos domínios dos requisitos de fundos próprios, grandes riscos, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco-país, risco de contraparte, *stress testing*, auto-avaliação da adequação de Fundos Próprios e Disciplina de Mercado.

No quadro da gestão global de riscos, cabe ao Gabinete de *Compliance* assegurar a necessária articulação com a Direcção de Análise e Gestão de Riscos, reportando-lhe factos susceptíveis de exposição material, efectuando igualmente a interac-

ção com o Gabinete de Procuradoria do Cliente, no caso das Reclamações e com a Auditoria Interna, em matéria de Controlo Interno.

No que respeita ao risco de *Compliance* cabe ao Gabinete de *Compliance* o seu controlo bem como garantir a execução das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração no domínio deste tipo de risco e de prevenção do branqueamento de capitais.

A função de *compliance* é exercida de forma permanente e efectiva, autónoma e independente visando contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura organizativa e todos os colaboradores cumpram integralmente as disposições externas e internas vigentes.

Neste âmbito, em 2009, e face à publicação e entrada em vigor de variada Legislação e Normas emanadas pelas Entidades de Supervisão, em grande parte com origem na transposição de Directivas Comunitárias e enquadrados na Supervisão Comportamental, houve a necessidade de adaptar e/ou alterar processos e procedimentos das actividades abrangidas com tais medidas, com impacto no planeamento, obrigando a redefinir prioridades face aos prazos de implementação impostos, com custos de desenvolvimento e alocação de recursos, que afectou e envolveu diferentes áreas orgânicas.

CAPÍTULO III
INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1. INFORMAÇÃO

A CEMG foi constituída com a finalidade de colocar à disposição do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) os resultados dos seus exercícios, após as deduções estatutariamente previstas, para que este os aplique na satisfação dos seus fins, conforme o estipulado no artigo 4.º dos seus Estatutos.

Ainda nos termos do artigo 7.º dos Estatutos da CEMG, o capital institucional é permanente, não é exigível e não dá origem ao pagamento de juros ou dividendos.

O capital institucional constitui-se quer através da entrega de valores efectuada pelo MGAM para esse fim e que ficam integrados no património da CEMG, quer pela incorporação de reservas da própria CEMG.

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital institucional da CEMG era de 760 milhões de Euros, e estava integralmente realizado.

Como foi referenciado no início deste Relatório, todos os documentos de prestação de contas estão disponíveis no sítio da *Internet* na área financeira. Por outro lado, também a informação de natureza institucional relevante encontra-se disponível na área institucional.

A Instituição divulga informação, com periodicidade trimestral, semestral e anual para além da publicação de relatórios mensais e semanais de análise económica e de mercados financeiros.

Não possuindo o designado Gabinete de Apoio ao Investidor, o que se explica por não sermos uma entidade que recorra ao mercado para constituição do seu capital, existe um serviço responsável pela divulgação da informação institucional e financeira.

III.2. AUDITORIA

A KPMG & Associados – SROC, SA é o Auditor Externo responsável pelos serviços de Auditoria e Revisão Oficial de Contas quer da Associação Mutualista quer da Caixa Económica Montepio Geral.

Durante o ano de 2009, a remuneração auferida pela KPMG Associados – SROC, SA, referente aos diferentes tipos de serviços prestados ao Montepio Geral - Associação Mutualista e à Caixa Económica Montepio Geral foi de 41 664 e 609 294 Euros, respectivamente.

ANEXO
DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Caixa Económica Montepio Geral obedece aos seguintes princípios:

1 – As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma Comissão de Vencimentos, eleita nos termos do art. 16º b) dos Estatutos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.

2 – O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.

3 – O estatuto remuneratório dos membros do órgão de administração é constituída por:

a) Remuneração fixa mensal, paga em dobro nos meses de Janeiro (subsídio de férias) e Novembro (subsídio de Natal), diferenciada, por acréscimo, em relação ao Presidente do Conselho de Administração e equivalente no que respeita aos demais membros;

b) Subsídio anual de montante fixo, pago no mês de Abril, de montante que não excede 11% da remuneração fixa anual;

c) Ajudas de custo, em caso de deslocação, pagas em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal;

d) Eventualmente, por uma gratificação especial a atribuir, em condições de distribuição e com critérios idênticos aos aplicados aos Directores de primeira linha;

e) Esta remuneração variável nunca pode exceder 20% da remuneração fixa anual;

f) As remunerações referidas em a) e c) podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que forem revistas as remunerações do quadro de pessoal;

g) No termo das suas funções têm os membros do órgão de administração direito a receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções, acrescida do que mais for devido, por aplicação analógica do regime em vigor para o contrato de trabalho;

h) No caso de destituição sem justa causa têm os membros do órgão de administração direito a receber as remunerações mensais que lhe fossem devidas até ao termo do exercício das suas funções;

i) Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em participadas, quer pagas por estas, quer pela CEMG.

4 – A remuneração dos membros do órgão de fiscalização é constituída por uma remuneração mensal ilíquida, paga 14 vezes, sendo a do Presidente superior às dos restantes membros. Aplica-se a esta remuneração o disposto na alínea f) do número antecedente.

9. Anexos

9.1. RECOMENDAÇÕES DO *FINANCIAL STABILITY FORUM* (FSF) E DO *COMMITEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISERS* (CEBS), RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

A Carta Circular n.º 58/2009/DSB, do Banco de Portugal, estabelece a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do FSF e do CEBS, referentes à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade.

Neste contexto, o Banco de Portugal recomenda que, enquanto se manifestarem os efeitos da presente crise e sempre que ocorram outras circunstâncias excepcionais de mercado, as instituições elaborem um capítulo ou anexo específico aos respectivos documentos de prestação de contas, dedicado aos principais impactos daí emergentes, de modo a manter uma adequada transparência na divulgação da informação.

Algumas das recomendações encontram-se cobertas no Relatório de Gestão ou nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras pelo que, quando tal suceder, far-se-á remissão para tais documentos.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

Nos pontos 4.6.2, 4.6.3 e 4.6.5 do Relatório de Gestão (RG) apresenta-se a descrição do modelo de negócio, tendo-se dado ênfase à actuação dos Gestores de Cliente e de Negócio considerando a segmentação de clientes *(mass market*, *mass-affluent* e *affluent*), de modo a melhorar o desempenho de penetração nos segmentos de particulares de retalho e de alto rendimento, e nos segmentos de empresas, concretamente nas Microempresas e PME. Em linha com as orientações definidas no Plano Estratégico, tem-se vindo a intensificar a actuação no sentido do incremento da fidelização de clientes e da diversificação da actividade creditícia, atendendo ao desenvolvimento do contexto em que se desenvolve o negócio.

2. Descrição das estratégias e objectivos

No ponto 4.4 do RG apresenta-se a estratégia global do Montepio, bem como as estratégias aprovadas para a Associação Mutualista e para a Caixa Económica.

As operações de titularização realizadas estão referenciadas no ponto 4.6.5 do RG (recursos complementares de balanço) e no ponto 46 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

Nos pontos 4.6.2, 4.6.3 e 4.6.5 do RG é feita a descrição do desenvolvimento das actividades e a sua contribuição para o negócio.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos e práticas de gestão

No ponto 4.6.4 do RG e no ponto 48 das Nota Explicativas às Demonstrações Financeiras apresenta-se a descrição e a quantificação dos diversos riscos incorridos, bem como as práticas de acompanhamento, de recuperação e de controlo adoptadas para a minimização dos mesmos.

No Capítulo II, do ponto 8 do RG (relatório do governo institucional), dá-se nota da organização interna existente e das actividades relacionadas com os riscos.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10. e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas e impacto dos *write-downs* e decomposição dos *write-downs*

No ponto 4.6.5 do RG (carteira de títulos) é abordada a questão das imparidades relacionadas com a evolução dos mercados financeiros.

Também neste ponto e no âmbito da análise dos Resultados e das Provisões e Imparidades, dá-se nota do valor da imparidade da carteira de títulos, o qual regrediu 89,5%, em relação ao ano anterior, e o seu peso no total das Provisões e Imparidades passou de 16,5%, em 2008, para 1,3%, em 2009. Os pontos 20 e 23 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras também relevam o impacto das imparidades.

12. e 13. Decomposição dos *write-downs* entre montantes realizados e não realizados e impacto na cotação das acções da entidade.

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima associada ao prolongamento da turbulência financeira.

No ponto 4.6.4 do RG (riscos em activos financeiros e riscos estruturais de balanço) estão referenciadas de forma global estas questões.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos *spreads* associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados.

Nos pontos 21 a 24, 34 e 36 das Notas Explicativas às Demonstração Financeiras é apresentada informação detalhada que se considera suficiente, tendo em conta o âmbito pretendido.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições «vivas».

Os pontos 21, 23 e 24 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras apresentam os valores desdobrados por nocional, balanço e justo valor.

17. Informação sobre mitigantes de risco de crédito (e.g. através de *credit default swaps*) e o respectivo valor das exposições existentes.

O ponto 21 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras apresenta a informação sobre os mitigantes de riscos de crédito referentes aos activos e passivos ao justo valor através de resultados.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições.

Considera-se que a informação constante dos pontos 4.6.4 e 4.6.5, bem como os pontos 34, 46 e 48 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, responde a esta questão.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, compras, *write-downs*, etc.).

A informação constante do ponto 40 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras contempla a resposta a este quesito.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo «veículos» e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que não tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

Nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, o ponto 46, referente a «Securitização de activos» apresenta uma descrição detalhada sobre as diversas operações de titularização realizadas e os respectivos «veículos», ou seja, *Special Purpose Vehicle* (SPV).

21. Exposição a seguradoras de tipo «monoline» e qualidade dos activos segurados.

Não aplicável.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22., 23., 24. e 25. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos, consolidação dos *Special Purpose Vehicle* (SPV), divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros e descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

Os pontos 1, 46 e 49 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras contemplam informação muito detalhada sobre estas questões.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

Um dos objectivos do sistema de controlo interno do Montepio é o de assegurar o cumprimento das normas prudenciais em vigor, a fiabilidade de informação, e os prazos de reporte de informação para as diversas entidades externas, o qual estabelece a identificação dos órgãos responsáveis pelos reportes e pelo controlo global de execução.

Quanto à divulgação interna dos principais reportes de gestão tem-se vindo progressivamente, por um lado, a concentrar esta responsabilidade em órgãos mais vocacionados para o efeito e, por outro, a descentralizar os reportes mais especializados em órgãos que, dadas as suas funções e actividades específicas, estão mais habilitados a garantir níveis de fiabilidade e de tempestividade mais adequados.

No ano de 2009, de modo a assegurar uma informação mais regular e integrada, sobretudo ao nível da informação estratégica e de controlo de gestão, acessível a todos os colaboradores, foram desenvolvidos mecanismos de disponibilização de informação através da *intranet*.

9.2. RELATÓRIO ACTUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

1. ENQUADRAMENTO

O presente Relatório abrange as modalidades actuariais do Montepio Geral – Associação Mutualista (MG – AM) com reservas matemáticas e as Rendas Vitalícias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas. Toda a informação apresentada reporta a 31 de Dezembro de 2009.

As reservas matemáticas de cada modalidade associativa e das rendas vitalícias são calculadas com as bases técnicas actuariais aprovadas pela entidade de supervisão[1]. As reservas matemáticas calculadas desta forma, adiante denominadas de Reservas Matemáticas Estatutárias, são as únicas que o MG – AM tem obrigatoriedade de constituir.

Contudo, algumas modalidades e rendas vitalícias, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desactualização das bases técnicas.

Neste contexto, é anualmente efectuado um teste à adequação das reservas matemáticas estatutárias, que consiste em recalculá-las utilizando uma taxa técnica de juro e tábuas de mortalidade mais adequadas à realidade actual.

Este teste, que tem vindo a ser realizado desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar constituindo uma provisão adicional às reservas matemáticas estatutárias. Este valor de provisão adicional constituído no final de cada ano é adiante denominado de Reservas Matemáticas Actuariais.

Em 31 de Dezembro de 2009, o total de reservas matemáticas estatutárias era de 375,8 M€, tendo registado um aumento de 19,1 M€ durante o ano de 2009.

Adicionalmente, na sequência do teste à adequação das responsabilidades realizado anualmente, o MG-AM constituiu um reforço líquido de reservas matemáticas no montante de 1,6 M€. O valor das reservas matemáticas actuariais ascendeu a 67,8 M€ em 31 de Dezembro de 2009.

O somatório das reservas matemáticas (estatutárias e actuariais) atingiu em 31 de Dezembro de 2009 os 443,6 M€, ou seja, mais 20,7 M€ do que em período homólogo de 2008.

2. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

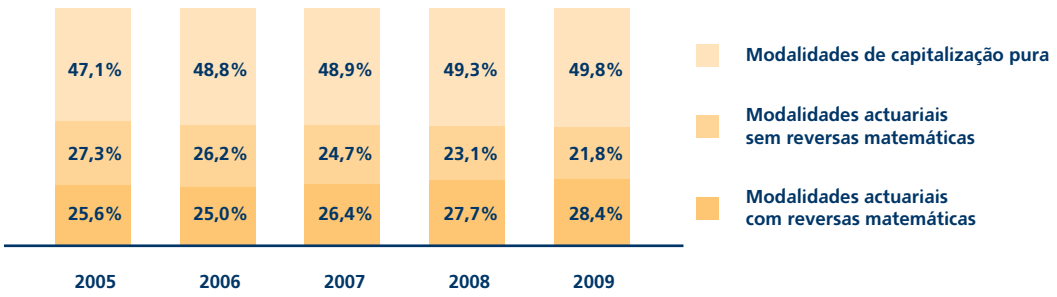
2.1. Análise Global

Em 31 de Dezembro de 2009, o número de subscrições nas modalidades associativas do MG – AM era de 770 544, o que representa um crescimento de 4,6% relativamente a 31 de Dezembro de 2008. Neste número estão incluídas 7 512 subscrições em coberturas adicionais.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades actuariais com reservas matemáticas[2];
- Modalidades actuariais sem reservas matemáticas[3];
- Modalidades de capitalização pura[4].

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



1 Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Direcção Geral da Segurança Social.
2 Não se inclui nesta análise gráfica as Rendas Vitalícias por não serem uma modalidade associativa.
3 Garantia de Pagamento de Encargos – 1988, Garantia de Pagamento de Encargos I e Garantia de Pagamento de Encargos II.
4 Capitais de Reforma, Capitais de Reforma por Prazo Certo e Poupança Reforma.

Da sua análise verifica-se que o peso das modalidades actuariais com reservas matemáticas no total de subscrições tem vindo a crescer desde 2007, representando actualmente 28,4% do total de subscrições (face a 27,7% em 2008).

Quanto às modalidades de capitalização pura, o número de subscrições continua a aumentar, mantendo a tendência dos últimos anos, tendo actualmente um peso de 49,8% (face a 49,3% em 2008).

2.2. Modalidades Associativas com Reservas Matemáticas

As modalidades actuariais com maior aceitação e procura pelos associados foram, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%) e a modalidade Capitais para Jovens (3%), sendo as modalidades mais subscritas, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito.

MODALIDADES ACTUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES		CAPITAIS SUBSCRITOS	
Modalidade	%	Modalidade	%
Capitais Previdência Diferidos com Opção– 3%	78,9	Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	73,4
Capitais para Jovens – 3%	14,5	Capitais para Jovens – 3%	17,5
Pensões de Reforma – 3%	3,7	Capitais de Previdência – 3%	8,5

Apresenta-se de seguida, os acumulados do número de subscrições e valores subscritos, bem como a quotização anual, à data de 31 de Dezembro de 2009.

SUBSCRIÇÕES

(euros)

MODALIDADES DE INSCRIÇÃO ABERTA	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência – 3%	940	5 183 767,34	5 514,65	127 464,48	135,60
Pensões de Reforma – 3%	901	422 537,43	468,96	367 814,88	408,23
Restituição de Quotas – 3%	809	579 998,86	716,93	51 563,40	63,74
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	63 006	121 675 986,52	1 931,18	8 513 247,72	135,12
Capitais para Jovens – 3%	5 575	17 160 915,91	3 078,19	1 039 032,00	186,37
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	86	163 745,31	1 904,02	1 050,60	12,22

(euros)

MODALIDADES DE INSCRIÇÃO FECHADA	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência	7 858	22 341 219,59	2 843,12	670 210,56	85,29
Subsídio por Morte	1 576	1 342 813,99	852,04	19 767,00	12,54
Pensões de Reforma – 6%	1 667	3 284 112,64	1 970,07	1 406 271,60	843,59
Pensões de Reforma – 4%	2 220	2 795 783,97	1 259,36	1 593 503,88	717,79
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	2 230	2 417 548,76	1 084,10	1 554 017,76	696,87
Restituição de Quotas – 6%	1 728	17 526 549,74	10 142,68	126 728,40	73,34
Restituição de Quotas – 4%	4 370	25 667 745,81	5 873,63	324 168,36	74,18
Adicional de Invalidez – 6%	133	968 117,67	7 279,08	7 535,16	56,66
Adicional de Invalidez – 4%	123	255 096,91	2 073,96	2 468,64	20,07
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	110 838	409 339 585,85	3 693,13	22 759 166,76	205,34
Capitais de Previdência a Prazo	192	2 035 492,20	10 601,52	58 531,92	304,85
Capitais para Jovens	10 423	47 524 949,30	4 559,62	2 689 342,56	258,02
Pensões para Deficientes	24	54 312,27	2 263,01	24 122,28	1 005,10
Capitais Temporários por Invalidez ou Morte	2	16 502,19	8 251,10	49,44	24,72
Capitais Temporários por Invalidez	232	1 645 212,53	7 091,43	9 632,28	41,52
Rendas de Sobrevivência	33	71 361,68	2 162,48	49 010,76	1 485,17
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	33	152 664,76	4 626,20	11 141,64	337,63
Capitais para Estudos	1 345	615 498,28	457,62	475 532,16	353,56
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 017	34 249,65	16,98	9 259,56	4,59
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	1 228,25	173,64	28,94
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subsídio de Funeral e Luto (L. Nacional)	58	5 314,08	91,62	0,00	0,00

Apresenta-se também o número de pensões existentes em 31 de Dezembro de 2009, os respectivos valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre as subvenções e melhorias e as pensões [5].

PENSÕES

(euros)

MODALIDADES	N.º de Pensões	Encargo anual (a)		Encargo Médio por Pensão	Relação entre Subv. + Melh. e Pensões
		Pensões	Subvenções e Melhorias (b)		
Capitais de Previdência	1 284	131 041,20	488 281,80	482,34	3,73
Pensões de Reforma – 6%	1 531	2 313 678,72	1 802 819,16	2 688,76	0,78
Pensões de Reforma – 4%	357	368 621,04	42 995,40	1 152,99	0,12
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	25	16 677,60	34,32	668,48	0,00
Capitais para Jovens	226	351 517,08	142 931,88	2 187,83	0,41
Pensões para Deficientes	1	1 267,08	17,04	1 284,12	0,01
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	549,48	3 316,84	0,06
Capitais para Estudos	297	113 608,80	26 946,25	473,25	0,24
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	873,60	1 304,22	0,50
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	173	381 441,84	49 092,48	2 488,64	0,13
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	105	228 455,28	2 169,48	2 196,43	0,01
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 490	37 589,16	1 527 936,84	628,73	40,65
Rend. Vital. Favor Pessoas Certas	44	779,40	7 950,48	198,41	10,20

(a) O valor da pensão de capitais para estudos refere-se a uma semestralidade.
(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

Analisando a relação entre as Subvenções e Melhorias e as Pensões, constata-se que é nas modalidades mais antigas que esta relação é mais elevada, atingindo 40,65 nas Pensões de Sobrevivência e Dotes.

2.3. Rendas Vitalícias

Em 31 de Dezembro de 2009, existiam 842 rendas e 446 rendistas. Estes valores incluem três rendas vitalícias diferidas (e os respectivos rendistas), cujo pagamento ainda não se iniciou, bem como uma renda vitalícia imediata constituída no mês de Dezembro cujo pagamento tem início em Janeiro de 2010.

O montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias, em 2009, totalizou 777.431,46€.

RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Número		Valor anual (a)	
Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
842	446	2 751 474,54	3 267,78

(a) O valor anual das rendas em vigor a 31 de Dezembro, corresponde ao encargo anual das rendas em vigor a esta data.
Este valor difere do valor apresentado em Balancete, o qual corresponde ao montante efectivamente vencido no ano findo.

3. RESERVAS MATEMÁTICAS

A partir de 2005, o MG – AM passou a fazer constar do seu Balanço dois tipos de Reservas Matemáticas:

i) Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas de acordo com as bases técnicas (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas oficialmente pela entidade de supervisão;

ii) Reservas Matemáticas Actuariais, que correspondem a um reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante de um teste de adequação das reservas matemáticas das modalidades actuariais e das Rendas Vitalícias.

O teste de adequação das responsabilidades incide sobre os produtos do MG – AM que se encontram encerrados a novas inscrições [6] e consiste em recalcular as reservas matemáticas de cada modalidade e das Rendas Vitalícias utilizando uma

5 Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.
6 As modalidades de inscrição aberta não são sujeitas ao teste de adequação uma vez que apresentam bases técnicas ajustadas à realidade actual.

taxa técnica de juro e tábuas de mortalidade diferentes das que estão em vigor em cada modalidade e mais adequadas à realidade actual, nomeadamente:

i) Utilização de uma taxa técnica de juro realista, ou seja, substituição das actuais taxas de 6% e 4% por uma taxa consistente com a situação do mercado financeiro a 31 de Dezembro;

ii) Utilização de tábuas de mortalidade realistas, ou seja, substituição das tábuas de mortalidade de cada modalidade por tábuas que traduzam mais fielmente a mortalidade real do MG – AM.

Quando o valor das reservas matemáticas calculadas de acordo com os novos pressupostos actuariais é superior ao valor das reservas matemáticas calculadas com as bases técnicas aprovadas pela entidade de supervisão, considera-se que existe uma insuficiência prevista das reservas matemáticas e é efectuado um provisionamento adicional pela diferença.

3.1. Reservas Matemáticas Estatutárias

Em 31 de Dezembro de 2009, o total das reservas matemáticas estatutárias era de 375.840.055,87€, tendo aumentado 5,4% em relação ao ano anterior.

As reservas matemáticas estatutárias encontram-se divididas em:

- Reservas matemáticas das Subscrições;
- Reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções;
- Reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar.

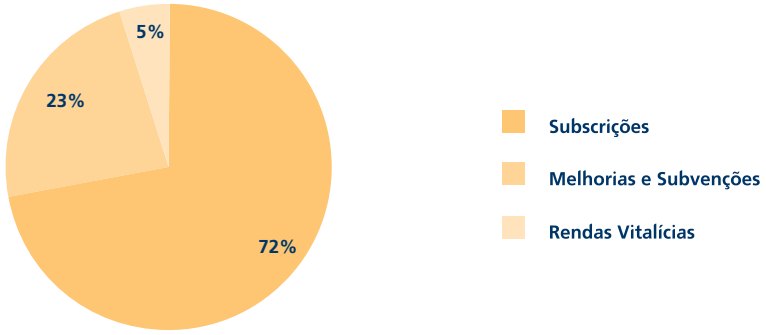
RESERVAS MATEMÁTICAS

(euros)

Benefícios	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Formação	235 723 397,84	57 200 001,16	
Curso	34 642 879,40	28 980 131,22	21 377,87
Rendas Vitalícias	19 272 268,38		

Os próximos dois gráficos ilustram a composição das reservas matemáticas estatutárias e a sua evolução nos últimos cinco anos. Em ambos, dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas das Melhorias e Subvenções.

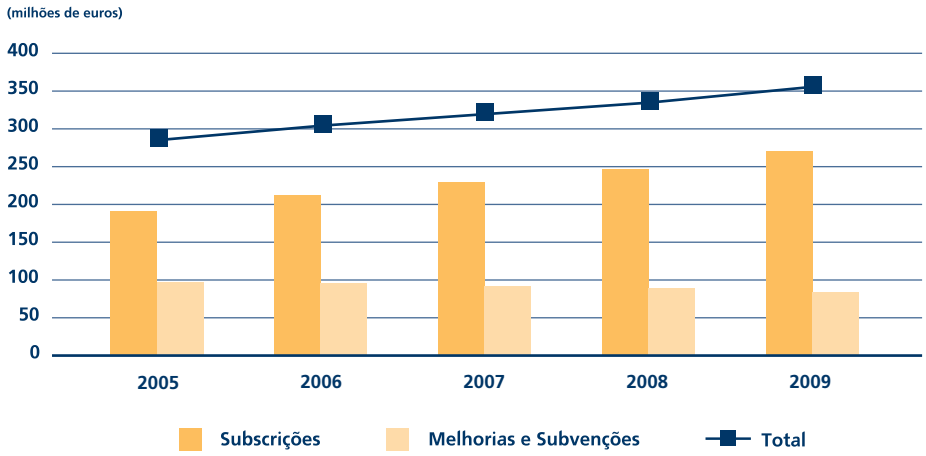
RESERVAS MATEMÁTICAS (DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL)



Comparando com 2008, o peso das reservas matemáticas das Subscrições aumentou 3%, enquanto os outros dois diminuíram. O das Melhorias e Subvenções decresceu 2% e o das Rendas Vitalícias 1%.

Nos últimos cinco anos, o total das reservas matemáticas cresceu 24%, tendo as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registado mais uma vez uma ligeira descida, mantendo a tendência decrescente dos últimos anos.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS



Indica-se, de seguida, as reservas matemáticas das Subscrições, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de Dezembro de 2009, discriminadas por modalidade, bem como a sua variação relativamente a 31/12/2008.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	940	5 183 767,34	110 176,95	
Pensões de Reforma – 3%	901	422 537,43	567 418,92	
Restituição de Quotas – 3%	809	579 998,86	72 335,62	
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	63 006	121 675 986,52	15 994 762,71	
Capitais para Jovens – 3%	5 575	17 160 915,91	3 557 649,87	
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	86	163 745,31	754,95	
Capitais de Previdência	7 858	22 341 219,59	9 916 918,10	
Subsídio por Morte	1 576	1 342 813,99	885 224,83	
Pensões de Reforma – 6%	1 667	3 284 112,64	24 696 091,68	
Pensões de Reforma – 4%	2 220	2 795 783,97	16 742 410,91	
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	2 230	2 417 548,76	13 327 620,34	
Restituição de Quotas – 6%	1 728	17 526 549,74	862 524,46	
Restituição de Quotas – 4%	4 370	25 667 745,80	2 187 477,32	
Adicional de Invalidez – 6%	133	968 117,67	52 156,17	
Adicional de Invalidez – 4%	123	255 096,91	11 378,32	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	110 838	409 339 585,85	109 276 543,78	
Capitais de Previdência a Prazo	192	2 035 492,20	1 312 478,79	
Capitais para Jovens	10 423	47 524 949,30	30 663 581,60	
Pensões para Deficientes	24	54 312,27	330 512,28	
Capitais Temporários por Invalidez ou Morte	2	16 502,19	457,17	
Capitais Temporários por Invalidez	232	1 645 212,53	31 123,12	
Rendas de Sobrevivência	33	71 361,68	356 547,71	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	33	152 664,76	49 940,34	
Capitais para Estudos	1 345	615 498,28	4 355 772,63	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 017	34 249,65	352 313,68	
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	3 546,39	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	699,05	
Subsídio de Funeral e Luto – L. Nacional	58	5 314,08	4 980,15	**235 723 397,84**

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES *(cont.)*

(euros)

BENEFÍCIOS EM CURSO	Quantidade	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	1 284	131 041,20	1 124 647,09	
Pensões de Reforma – 6%	1 531	2 313 678,72	20 392 686,53	
Pensões de Reforma – 4%	357	368 621,04	3 947 101,07	
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	25	16 677,60	223 394,27	
Capitais para Jovens	226	351 517,08	833 927,40	
Pensões para Deficientes	1	1 267,08	21 736,37	
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	167 750,15	
Capitais para Estudos	297	113 608,80	819 012,67	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	9 759,27	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	173	381 441,84	3 372 908,62	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	105	228 455,28	3 479 670,93	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 490	37 589,16	245 131,04	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	44	779,40	5 153,99	**34 642 879,40**

RENDAS VITALÍCIAS	Quantidade	Valor anual	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Rendas Vitalícias – 6%	194	296 704,68	1 240 336,41	
Rendas Vitalícias – 4%	557	2 209 200,00	14 745 541,02	
Rendas Vitalícias – 3%	91	245 569,86	3 286 390,95	**19 272 268,38**
TOTAL				**289 638 545,62**

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	2	13,45	8,67	
Pensões de Reforma – 3%	49	105,60	1 130,83	
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	17 008	38 497,79	31 402,18	
Capitais para Jovens – 3%	811	5 932,16	4 395,82	
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	37	35,17	2,10	
Capitais de Previdência	7 858	37 902 255,62	21 494 250,76	
Subsídio por Morte	1 571	1 085 784,05	753 232,92	
Pensões de Reforma – 6%	1 667	1 460 086,20	9 908 400,12	
Pensões de Reforma – 4%	2 220	113 058,69	893 817,31	
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	177	790,72	8 221,27	
Adicional de Invalidez – 6%	133	288 366,13	19 745,97	
Adicional de Invalidez – 4%	120	3 753,39	412,05	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	104 701	20 353 646,59	7 730 596,34	
Capitais de Previdência a Prazo	192	232 923,15	195 303,15	
Capitais para Jovens	10 417	4 974 447,69	4 313 224,62	
Pensões para Deficientes	24	14 143,03	111 934,56	
Capitais Temporários por Invalidez ou Morte	2	3 595,08	58,86	
Capitais Temporários de Invalidez	231	263 129,01	8 969,66	
Rendas de Sobrevivência	33	6 052,99	59 671,755	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	33	6 610,50	2 978,88	
Capitais para Estudos	1 345	43 496,55	399 829,54	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 017	971 220,71	11 228 765,23	
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	22 637,13	13 918,93	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	927,31	7 645,98	
Subsídio de Funeral e Luto – L. Nacional	58	12 894,12	12 083,66	**57 200 001,16**

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES *(cont.)*

(euros)

BENEFÍCIOS EM CURSO	Quantidade	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	1 284	487 813,08	3 469 759,12	
Pensões de Reforma – 6%	1 531	1 802 819,16	14 682 700,50	
Pensões de Reforma – 4%	357	42 995,40	436 269,42	
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	12	34,32	492,59	
Capitais para Jovens	226	142 931,88	317 924,65	
Pensões para Deficientes	1	17,04	292,31	
Rendas de Sobrevivência	3	549,48	9 721,48	
Capitais para Estudos	297	26 946,25	159 258,56	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	873,60	4 915,39	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	148	49 092,48	379 104,62	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	75	2 169,48	33 560,47	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 490	1 523 826,84	9 434 546,57	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	44	7 950,48	51 585,54	**28 980 131,22**
TOTAL				**86 180 132,38**

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

PENSÕES EM CURSO	Quantidade	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	32	468,72	4 729,42	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	370	4 110,00	16 648,45	**21 377,87**
TOTAL				**21 377,87**

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor das reservas matemáticas das Subscrições era de 289 638 545,62€, tendo-se registado um aumento de 22 323 586,98€ em relação a 2008.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2009	31/12/2008	Variação anual
Benefícios em formação	235 723 397,84	217 230 103,23	18 493 294,61
Benefícios em curso	34 642 879,40	30 169 824,88	4 473 054,52
Rendas Vitalícias	19 272 268,38	19 915 030,53	(642 762,15)
TOTAL	**289 638 545,62**	**267 314 958,64**	**22 323 586,98**

Por outro lado, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 3 183 435,07€. O seu valor em 31 de Dezembro de 2009 era de 86 180 132,38€.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2009	31/12/2008	Variação anual
Benefícios em formação	57 200 001,16	60 997 588,95	(3 797 587,79)
Benefícios em curso	28 980 131,22	28 365 978,50	614 152,72
TOTAL	**86 180 132,38**	**89 363 567,45**	**(3 183 435,07)**

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente estáveis durante 2009, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2009	31/12/2008	Variação anual
Benefícios em curso	21 377,87	24 165,77	(2 787,90)
TOTAL	**21 377,87**	**24 165,77**	**(2 787,90)**

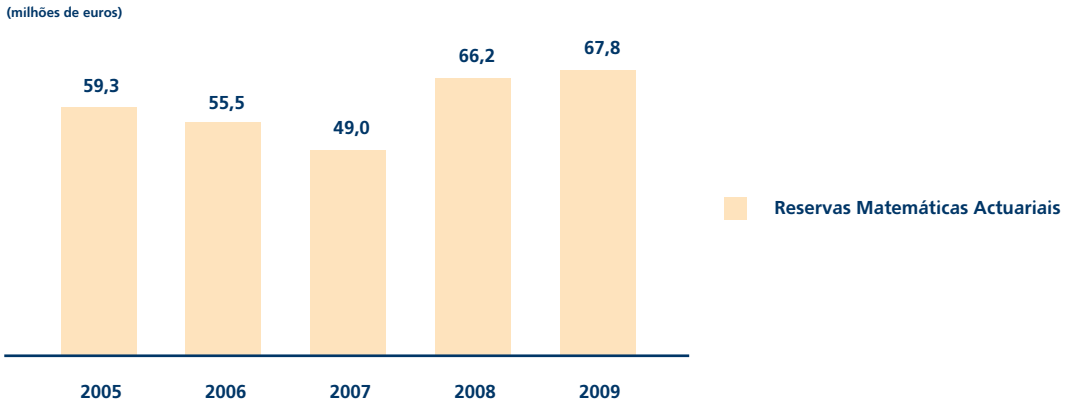
Em 31 de Dezembro de 2009, o total de reservas matemáticas atingiu os 375 840 055,87€, tendo aumentado 19 137 364,01€ durante o ano de 2009.

3.2. Reservas Matemáticas Actuariais

Adicionalmente, na sequência do teste à adequação das responsabilidades realizado anualmente, o MG – AM constituiu um reforço líquido de reservas matemáticas no montante de 1 627 706,44€. O valor acumulado da provisão adicional ascendeu a 67 793 224,67€ em 31 de Dezembro de 2009.

O gráfico seguinte apresenta a evolução anual da provisão adicional que o MG – AM tem vindo a constituir desde 2005.

PROVISÃO ADICIONAL DE RESERVAS MATEMÁTICAS



Da sua análise constata-se que, após um período de sucessivas subidas das taxas de juro de longo prazo, que resultou em libertações de parte da provisão adicional constituída em 2005, as reservas matemáticas actuariais foram reforçadas em 2008 e 2009, resultado, fundamentalmente, da descida das taxas de juro.

Indica-se, de seguida, o valor das reservas matemáticas actuariais a 31 de Dezembro de 2009, discriminado por modalidade.

RESERVAS MATEMÁTICAS ACTUARIAIS A 31/12/2009

(euros)

MODALIDADES	Reservas Matemáticas Actuariais
Pensões de Reforma – 6%	47 561 831,51
Pensões de Reforma – 4%	3 844 994,73
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	1 831 799,23
Capitais de Previdência a Prazo	17 366,82
Capitais para Jovens	256 257,65
Pensões para Deficientes	33 819,24
Capitais para Estudos	86 838,92
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	15 370,19
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	2 307 602,28
Pensões de Sobrevivência e Dotes	6 003 254,64
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	47 575,58
Rendas Vitalícias – 6%	626 161,09
Rendas Vitalícias – 4%	5 160 352,79
TOTAL	**67 793 224,67**

3.3. Total das Reservas Matemáticas

No final de 2009, o total de reservas matemáticas (estatutárias e actuariais) era de 443 633 280,54€.

TOTAL DE RESERVAS MATEMÁTICAS A 31/12/2009

(euros)

MODALIDADES DE INSCRIÇÃO ABERTA	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Actuariais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	110 185,62		110 185,62
Pensões de Reforma – 3%	568 549,75		568 549,75
Restituição de Quotas – 3%	72 335,62		72 335,62
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	16 026 164,89		16 026 164,89
Capitais para Jovens – 3%	3 562 045,69		3 562 045,69
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	757,05		757,05
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	3 513 231,40		3 513 231,40
	23 853 270,02		**23 853 270,02**

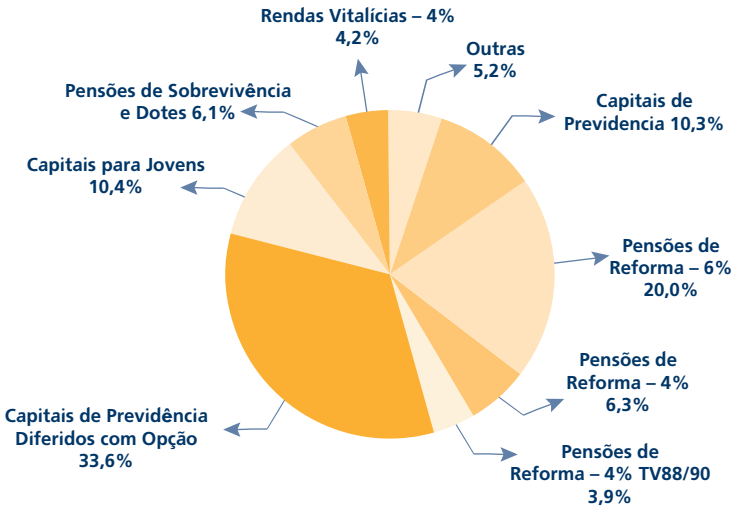
MODALIDADES DE INSCRIÇÃO FECHADA	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Actuariais	Totais
Capitais de Previdência	36 010 304,49		36 010 304,49
Subsídio por Morte	1 638 457,75		1 638 457,75
Pensões de Reforma – 6%	69 679 878,83	47 561 831,51	117 241 710,34
Pensões de Reforma – 4%	22 019 598,71	3 844 994,73	25 864 593,44
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	13 559 728,47	1 831 799,23	15 391 527,70
Restituição de Quotas – 6%	862 524,46		862 524,46
Restituição de Quotas – 4%	2 187 477,32		2 187 477,32
Adicional de Invalidez – 6%	71 902,14		71 902,14
Adicional de Invalidez – 4%	11 790,37		11 790,37
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	117 007 140,12		117 007 140,12
Capitais de Previdência a Prazo	1 507 781,94	17 366,82	1 525 148,76
Capitais para Jovens	36 128 658,27	256 257,65	36 384 915,92
Pensões para Deficientes	464 475,52	33 819,24	498 294,76
Capitais Temporários por Invalidez ou Morte	516,03		516,03
Capitais Temporários por Invalidez	40 092,78		40 092,78
Rendas de Sobrevivência	593 691,09		593 691,09
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	52 919,22		52 919,22
Capitais para Estudos	5 733 873,40	86 838,92	5 820 712,32
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	14 674,66	15 370,19	30 044,85
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	3 752 013,24	2 307 602,28	6 059 615,52
Pensões de Sobrevivência e Dotes	21 277 404,97	6 003 254,64	27 280 659,61
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	17 465,32		17 465,32
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	65 084,56	47 575,58	112 660,14
Subsídio de Funeral e Luto (L. Nacional)	17 063,81		17 063,81
	332 714 517,47	**62 006 710,79**	**394 721 228,26**

RENDAS VITALÍCIAS	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Actuariais	Totais
Rendas Vitalícias – 6%	1 240 336,41	626 161,09	1 866 497,50
Rendas Vitalícias – 4%	14 745 541,02	5 160 352,79	19 905 893,81
Rendas Vitalícias – 3%	3 286 390,95		3 286 390,95
	19 272 268,38	**5 786 513,88**	**25 058 782,26**

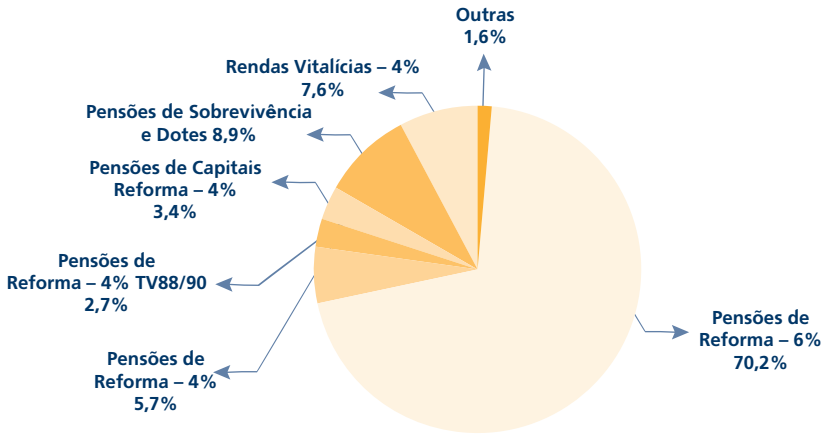
TOTAL	375 840 055,87	67 793 224,67	443 633 280,54

Em 31 de Dezembro de 2009, a quase totalidade das reservas matemáticas (estatutárias e actuariais) das modalidades e rendas vitalícias encerradas a novas inscrições, resumia-se a um grupo restrito de modalidades.

MODALIDADES DE INSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS



MODALIDADES DE INSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ACTUARIAIS



Neste contexto, destaca-se o peso de 70,2% que a modalidade Pensões de Reforma (6%) detém no total das reservas actuariais (i.e. provisão adicional de reservas matemáticas, decorrente do teste anual de adequação das responsabilidades), quando comparado com os 20,0% que representa no total das reservas estatutárias das modalidades encerradas a novas inscrições.

4. SITUAÇÃO TÉCNICO-ACTUARIAL DO MG – AM

As reservas matemáticas estatutárias foram verificadas e validadas no Núcleo de Actuariado do Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pela entidade de supervisão.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas internacionais, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos actuariais actualizados, tendo-se procedido ao reforço da provisão adicional de reservas matemáticas.

No seu conjunto, o montante de responsabilidades do MG – AM está integralmente coberto pelo volume do activo líquido, pelo que o MG – AM apresenta uma adequada situação técnico-actuarial.

Lisboa, 26 de Janeiro de 2010

A Actuária,

Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Actuária Titular pelo Instituto dos Actuários Portugueses

9.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

(milhares de euros)

	Pensões de Reforma				P. R. – Restituição de Quotas				P. R. – Adicional de Invalidez			Pensões p/ Defi-cientes	Pensões Sobre-vivencia e Dotes
	4%	4% TV 88/90	6%	3%	4%	4% TV 88/90	6%	3%	4%	4% TV 88/90	6%		
1. PROVEITOS E GANHOS													
Proveitos Inerentes a Associados	3 587	2 138	7 646	310	241	190	179	45	2	1	17	61	1722
Jóias													
Quotizações	1 643	1 590	1 444	274	171	143	97	40	1	1	8	25	9
Capitais Recebidos													
Redução Provisões Matemáticas	1 943	548	6 202	36	69	47	82	4			9	37	1 713
Outros Prov. Inerentes a Associados	1	1											
Proveitos Suplementares													
Comparticipações e Subsídios à Exploração	140	68	350		14	7	7					4	210
Proveitos e Ganhos Financeiros	503	350	3 186	22	12	7	57			1	6	36	452
Proveitos e Ganhos Extraordinários	20	2	46				1						7
TOTAL	**4 250**	**2 558**	**11 228**	**332**	**266**	**204**	**243**	**45**	**2**	**2**	**23**	**101**	**2 391**
2. CUSTOS E PERDAS													
Custos Inerentes a Associados	5 047	2 614	14 334	323	137	146	54	42	1	1	29	94	2 153
Prestações	318	6	2 172										38
Capitais Vencidos											21		
Subvenções e Melhorias de Benefícios	41		1 735								5		1 550
Rendas Vitalícias													
Aumento de Provisões Matemáticas	4 465	2 411	10 339	295	136	146	53	42	1	1	3	93	555
Outros Custos Inerentes a Associados	223	196	88	28	2	1	1						9
Encargos Administrativos	78	44	352	1	7	4	7				1	2	96
Custos e Perdas Financeiras	44	9	252	1	2	1	5				1	1	30
Custos e Perdas Extraordinárias			1										4
TOTAL	**5 169**	**2 667**	**14 939**	**325**	**147**	**152**	**66**	**42**	**1**	**1**	**30**	**97**	**2 282**
3. MEIOS LIBERTOS	**(919)**	**(109)**	**(3 711)**	**8**	**119**	**52**	**177**	**3**	**1**	**1**	**(7)**	**5**	**109**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBIZADO	21	11	272	1	2	1	5				1	2	33
5. PROVISÕES P/APLIC. E INVESTIM. FINANC.	2	1	28				1						3
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3-4-5)	**(941)**	**(121)**	**(4 011)**	**7**	**117**	**51**	**171**	**3**	**1**	**1**	**(8)**	**3**	**73**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS *(continuação)*

	Rendas Vitalícias F. Pessoas Certas	Rendas de Sobre-vivência	Capitais de Previdência		C. P. Diferidos c/ Opção		Capitais Previd. a Prazo	Capitais Previd. F. Pessoas Certas	Capitais p/ Jovens		Cap. Dif. c/ Cobertura Adicional	Capitais p/ Estudos
			4%	3%	4%	3%			4%	3%		
1. PROVEITOS E GANHOS												
Proveitos Inerentes a Associados	11	51	2 149	114	60 137	11 051	498		8 994	2 039	23	1 207
Jóias												
Quotizações		48	668	114	28 624	10 401	64		2 801	1 998	11	485
Capitais Recebidos												
Redução Provisões Matemáticas	11	2	1 481		31 505	647	435		6 191	41	12	721
Outros Prov. Inerentes a Associados					8	3			1			
Proveitos Suplementares												
Comparticipações e Subsídios à Exploração	1	4	319		927	17	17		324	3		34
Proveitos e Ganhos Financeiros	3	13	943		3 938	198	76	1	1 307	75	2	239
Proveitos e Ganhos Extraordinários			62		737	2	1		22	1		3
TOTAL	**15**	**68**	**3 473**	**114**	**65 739**	**11 269**	**592**	**1**	**10 648**	**2 119**	**25**	**1 483**
2. CUSTOS E PERDAS												
Custos Inerentes a Associados	8	49	2 986	102	63 806	10 822	560		10 211	2 078	22	1 398
Prestações	1	9	123						344			
Capitais Vencidos			103		26 382		280		3 882		9	232
Subvenções e Melhorias de Benefícios	7	1	639		2 069		139		1 233		1	59
Rendas Vitalícias												
Aumento de Provisões Matemáticas		39	1 790	102	33 000	10 809	127		4 751	2 078	12	1 036
Outros Custos Inerentes a Associados			331		2 356	13	15					71
Encargos Administrativos		2	145		428	33	8		142	8		20
Custos e Perdas Financeiras		1	96		225	63	6		42	8		13
Custos e Perdas Extraordinárias					358							
TOTAL	**9**	**52**	**3 228**	**102**	**64 817**	**10 919**	**574**		**10 395**	**2 094**	**23**	**1 432**
3. MEIOS LIBERTOS	**6**	**15**	**244**	**12**	**922**	**350**	**18**		**253**	**25**	**2**	**51**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBIZADO		1	49		142	14	7		49	4		15
5. PROVISÕES P/APLIC. E INVESTIM. FINANC.			5		186	1	1		5			2
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3-4-5)	**6**	**14**	**191**	**12**	**594**	**335**	**10**		**199**	**21**	**2**	**34**

(milhares de euros)

Capitais Temp. Invalidez		C. P. Temp. Invalidez /Morte	Subs. por Morte	Subs. p/ Morte Lut. Nacional	Pensões Capitais Reforma			Renda Certa Mod. Colectivas	Renda Certa Pensões Mod. Colectivas	Rendas Vitalícias			Encargos c/ Médico Administ.
4%	3%				4%	6%	3%	4%	3%	4%	6%	3%	
25	1	1	125		209	7	821		12	1 470	328	918	3
10	1	1	22										3
							700					777	
15		1	103		209	7	122		12	1 470	328	141	
2			14		34		8			154	7	11	2
6			50	1	126	1	177		4	526	124	107	9
			1		1		2			4	2	1	
33	**1**	**1**	**189**	**1**	**370**	**8**	**1 007**		**16**	**2 155**	**461**	**1 037**	**15**
1			147		430	3	934		15	2 222	298	990	
					381	2	203		15				
			27										
			31		49	1	2						
										2 221	297	207	
1			51				729			2	1	783	
			38										
1			7		19		10			63	6	9	1
1			5		5		10			29	6	7	1
										6			
3			**159**		**454**	**3**	**953**		**15**	**2 321**	**310**	**1 006**	**2**
30		**1**	**31**		**(84)**	**5**	**54**			**(166)**	**150**	**31**	**13**
1			5		6		9			24	6	5	1
			1		1		1			2	1	1	
29		**1**	**25**		**(90)**	**5**	**44**			**(193)**	**144**	**26**	**11**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS *(continuação)*

(milhares de euros)

	Garantia Pagamento de Encargos			Capitais de Reforma	Capitais de Garantia	Benef. Sol. Asso-ciativa	Poupança Reforma	Moda-lidades Colectivas	Cap. Ref. Prazo Certo	Mod. Colec-tivas Invalidez	Fundo Bolsa de Estudo	Fundo de Adminis-tração	Fundo de Reserva	TOTAL
	1988	I	II											
1. PROVEITOS E GANHOS														
Proveitos Inerentes a Associados	17 312	3 136	21	232 135	89	6 025	14 874	1 416	104 423	1		285		**486 051**
Jóias												285		**285**
Quotizações	17 312	3 136	21		89	6 023				1				**77 280**
Capitais Recebidos				113 069			12 166	910	97 485					**225 107**
Redução Provisões Matemáticas				117 620			2 685	507	6 898					**181 854**
Outros Prov. Inerentes a Associados				1 446		2	23		41					**1 525**
Proveitos Suplementares				8										**8**
Comparticip. e Subsídios à Exploração	10			6 237		296	237				5		1 668	**11 147**
Proveitos e Ganhos Financeiros	2 136			42 196		499	1 671	270	10 253		19	39	8 587	**78 225**
Proveitos e Ganhos Extraordinários	762			3 169		6	147						490	**5 488**
TOTAL	**20 220**	**3 136**	**21**	**283 743**	**89**	**6 825**	**16 929**	**1 686**	**114 676**	**1**	**25**	**323**	**10 764**	**580 919**
2. CUSTOS E PERDAS														
Custos Inerentes a Associados	5 765	405		246 562	2	138	15 258	1 474	112 915		2			**504 581**
Prestações														**3 613**
Capitais Vencidos				117 620	2	121	2 685	507	6 898					**158 770**
Subvenções e Melhorias de Benefícios														**7 561**
Rendas Vitalícias														**2 724**
Aumento de Provisões Matemáticas				128 272			12 562	965	106 007					**321 658**
Outros Custos Inerentes a Associados	5 765	405		671		17	11	2	10		2			**10 255**
Encargos Administrativos	445	284		5 743	2	682	258	33	597		3	292	466	**10 303**
Custos e Perdas Financeiras	495			2 335		22	56		7		2		7 160	**10 943**
Custos e Perdas Extraordinárias	1 142			1 430		145			7				1 148	**4 240**
TOTAL	**7 847**	**689**		**256 071**	**4**	**987**	**15 573**	**1 507**	**113 526**		**7**	**292**	**8 774**	**530 066**
3. MEIOS LIBERTOS	**12 373**	**2 447**	**21**	**27 672**	**85**	**5 838**	**1 356**	**179**	**1 150**	**1**	**18**	**31**	**1 991**	**50 853**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBIZADO				2 076		25	65				2		218	**3 074**
5. PROVISÕES P/APLIC. E INVES. FIN.	2 657			1 826		383	7						131	**5 246**
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3-4-5)	**9 715**	**2 447**	**21**	**23 770**	**85**	**5 429**	**1 284**	**179**	**1 150**	**1**	**15**	**31**	**1 642**	**42 533**

9.4. CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
1. INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				
ABÓBODA – Estrada de Polima – Fase 2 – Piso Zero r/c, Loja B	341	67	274	36
ALBERGARIA-A-VELHA – Rua 25 de Abril, 9 r/c	347	54	293	37
ALBUFEIRA – Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja – Cerro Lagoa	380	84	296	40
ALFRAGIDE – Rua A Lote 11, Corpos A/B - C/D	5 130	506	4 624	218
ALGÉS – Rua João Chagas, 53/53 G	3 941	856	3 085	417
ALHANDRA – Rua Augusto Marcelino Chamusco, 5	18	15	3	0
– Rua Dr. Miguel Bombarda, 109-115	126	59	67	1
– Rua Passos Manuel, 128-140	214	105	109	8
ALMADA – Rua Galileu Saúde Correia, 11-B r/c e 16-A, Loja	391	95	296	59
ALMEIRIM – Praça da República, 36/36A/37A	444	72	372	43
ALPENDURADA – Av. Dr. F. Sá Carneiro – Ed. Memorial Center, Bl. A, r/c	301	58	243	32
AMADORA – R. Actor António Silva, 7-B r/c Dto. – Venda Nova	658	177	481	64
– Av. Artur Semedo, Lt. 69, Loja A – Vila Chã	274	5	269	0
ANGRA DO HEROÍSMO – Ladeira da Pateira – Posto Santo	7	2	5	0
ARCOS DE VALDEVEZ – Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R Nunes Azevedo	351	67	284	37
ARMAÇÃO DE PÊRA – Rua da Panasqueira, Lt 8 – Loja A	317	10	307	24
AVEIRO – Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16/18 «G»	338	53	285	33
– Rua Angola, 22, 1.º	617	74	543	56
– R. Cónego Maia, 196, r/c Esq.	285	65	220	30
BAIXA DA BANHEIRA – R. Jaime Cortesão, 24, r/c Dto., c/v	399	80	319	42
BARREIRO – Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste, 7-B	202	10	192	17
BRAGA – Largo Senhora-a-Branca, 8/11	400	102	298	39
– Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	359	70	289	38
– Rua do Caires, 291/309	8	2	6	2
– Rua S.Vicente, 174/176	351	66	285	36
– Rua do Souto, 65/71	1 278	469	809	133
BRAGANÇA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	706	338	368	61
CACÉM – Rua Elias Garcia, 153/155, r/c Esq.	457	95	362	48
CÂMARA DE LOBOS – MADEIRA – R. Dr. João Abel Freitas, 29/31	370	72	298	38
CARTAXO – Rua Combatentes Ultramar, 1 r/c	531	76	455	49
CARVALHOS – Rua Gonçalves Castro, 186 - A	477	54	423	43
CASTELO BRANCO – Alam. Liberdade, 7/13 / R. Rei D.Dinis, 2/10	805	357	448	62
– Praça Rainha D. Leonor, 4 - Loja	539	127	412	61
CHARNECA DA CAPARICA – Rua Ruy Furtado, 2A – Palhais	676	101	575	66
CHAVES – Rua do Olival, C. Com. Charlot, r/c - Loja 6	23	3	20	2
COIMBRA – Rua João Machado, 100	95	26	69	12
– Av. Sá da Bandeira, 81, r/c	644	74	570	58
– Lg. Miguel Bombarda, 39/53 – Couraça Estrela, 5	3 086	920	2.166	123
– Urbanização Adriano Lucas, Lt 3, r/c, Estrada da Beira	491	81	410	51
COSTA DA CAPARICA – Rua Gil Eanes, 2/2B	529	84	445	52
COVA DA PIEDADE – ALMADA – Rua Ivone Silva, 1/3 - Lj. 1-2	551	30	521	44
COVILHÃ – Edifício Monteverde, Lote 1 – Loja A	482	74	408	47
DAMAIA – Av. D. Carlos I, 7-7B – Rua José Estêvão, 11, Loja	489	104	385	72
ELVAS – Rua da Cadeia, 17/17A	543	81	462	53
ERICEIRA – Estrada Nacional, 247 – Edifício Garden Park, Loja	410	67	343	40
ESMORIZ – Av. 29 de Março, 638/652	155	20	135	14
ESTREMOZ – Praça Luis de Camões, 61, r/c	461	71	390	45
ÉVORA – Rua das Alcaçarias, 42/50	154	143	11	5
– Rua Alcarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	752	406	346	40
– Rua Fernando Seno, 28	614	72	542	56
– Urb. Horta Porta – Av. Cidade Lisboa, 219	697	41	656	58

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA *(CONTINUAÇÃO)*

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
FAMALICÃO – Av. Marechal Humberto Delgado – Edifício Plaza, Loja 3	576	94	482	57
FARO – Rua Alportel, 20/22	911	319	592	118
– Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	398	92	306	42
– Rua Jornal Correio do Sul, 22, cv.-Dto.	482	54	428	44
– Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14, 1.º E	60	7	53	0
– Rua Sol, 16/18	208	144	64	-11
FÁTIMA – Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	701	142	559	75
FORTE DA CASA – Rua Alves Redol, 1 e 5 r/c	486	105	381	50
FUNCHAL – Rua Ferreiros, 270/274 – Rua 5 de Outubro, 91-A/D	748	196	552	84
– Rua das Aranhas, 24, Frac. «E» e «H»	813	92	721	74
– Rua Dr. João Brito Câmara, Frac.«A» e «B»	814	133	681	79
– Rua Dr. Francisco Peres, 26-B – Caniço	485	75	410	47
– Jardins Forum Plaza II, Piso 0, Bloco 3	577	37	540	49
– Rua do Carmo, 86-90/R – Rua Anadia, 38/39	665	40	625	55
GANDARA – Rua 25 de Abril, 438/438-A	362	17	345	28
GOUVEIA – Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	408	73	335	42
GUARDA – Rua Vasco da Gama, 35 - 37	1 322	166	1 156	0
– Rua Mouzinho da Silveira, 38	175	26	149	7
– Rua Mouzinho da Silveira, 40	250	37	213	3
GUIMARÃES – Alameda S. Dâmaso, Edifício S. Francisco Centro, Loja 1	626	102	524	77
– Lugar da Igreja, Lote 1, r/c Esq. e Dto.	312	45	267	29
– Rua Teixeira de Pascoais, 123-A e 75, Loja e Escritório	496	112	384	53
INFANTADO – Av. das Descobertas, Lote 74, Lojas 3 e 4	556	17	539	43
LAGOS – Urbanização Porta da Vila, Lote 1, r/c	362	90	272	39
LEIRIA – Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	576	123	453	61
– Rua Vasco da Gama, 5/15	1 698	503	1 195	217
– Av. D. João III – Edifícios Terraços do Liz, Lote 1, Piso 1	690	105	585	72
LINDA-A-VELHA – Rua Marcelino Mesquita, 9	715	113	602	76
LISBOA – Av. Almirante Reis, 237/237-B	804	562	242	73
– Av António Augusto Aguiar,124/124-B – R. Carlos Testa	2 425	1 562	863	177
– Av. do Brasil, Blocos «A» e «B»	6 493	3 602	2 891	342
– Av. do Brasil, Lojas	331	179	152	67
– Av. Defensores de Chaves, 40	857	590	267	33
– Av. João Crisóstomo, 26/28	2 241	1 214	1 027	72
– Av. D. João II – Ed.Gil Eanes – Parque Expo (Est. Oriente)	1 596	255	1 341	149
– Av. Oscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	550	50	500	49
– Av. de Roma, 51/51-C	1 044	501	543	111
– Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	996	499	497	128
– Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	873	458	415	36
– Estrada de Benfica, 365/365A (S. Dom. Benfica)	815	130	685	79
– Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	867	125	742	90
– Praça João Rio, 7/7-A	905	655	250	42
– Rua 4 Infantaria, 85/85-H	1 685	797	888	42
– Rua Alexandre Braga, 19	300	215	85	56
– Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	1 448	573	875	108
– Rua Artur Lamas, 24	1 347	20	1 327	-22
– Rua Artur Lamas, 26	1 777	53	1 724	-51
– Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 – Edificio Grandella	14 786	3 684	11 102	1 350
– Rua do Centro Cultural, 12/12-B	1 722	441	1 281	228
– Rua dos Fanqueiros, 183/189	72	23	49	6
– Rua Ferreira Borges, 183/183-C	285	87	198	86
– Rua Garrett, 37/51 – Rua Ivens, 66/76	2 159	1 000	1 159	102
– Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	4 159	1 051	3 108	497

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
– Rua da Graça, 2-F, Loja	202	39	163	21
– Rua Inácio Sousa, 19/23	939	441	498	38
– Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B – Pedralvas	629	106	523	61
– Rua Latino Coelho, 85/85-A	341	93	248	41
– Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	413	363	50	30
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho,2-A – Av. Rio de Janeiro	186	74	112	23
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2/12	1 873	1 086	787	236
– Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1- B / Rua de S. José, 213	3 790	233	3 557	295
– Rua Padre Américo, 27 – Carnide	650	100	550	64
– Rua da Prata, 76/86	1 675	906	769	77
– Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	220	175	45	20
– Rua Sousa Loureiro, 10 cave	75	9	66	9
– Travessa das Verduras, 6, cv Dto./Esq.	50	11	39	8
LOURINHÃ – Rua Actor António José Almeida, n.º 11-B, r/c	326	50	276	38
MACEDO CAVALEIROS – Rua do Mercado, Loja 3, Piso 1	512	102	410	50
MAFRA – Av. 25 Abril, 13 - 13 D, r/c (Fracção B e C)	462	84	378	48
– Av. da Liberdade, 3-A, Loja 3	122	7	115	10
MAIA – Rua Nova dos Altos, 13, Parqueamento – Vermoim	25	4	21	3
MALVEIRA – Rua 25 de Abril, Loja 5, r/c – Alagoa Pequena	486	71	415	47
MANGUALDE – Rua 1.º de Maio, Bl 2, r/c	455	81	374	46
MARCO DE CANAVEZES – Ed.Triunfo, lote 6, Lojas14 e 16	526	82	444	51
MARINHA GRANDE – Av. Vítor Galo, 13 r/c e cave	385	95	290	43
MASSAMÁ – Pr. Francisco Martins, 6/6-D, Loja 45	372	71	301	40
– Rua Direita Massamá, 120, Lj. 5	517	17	500	40
MIRANDELA – Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	389	101	288	43
MONTEMOR-O-NOVO – Av. Gago Coutinho, 10/12	338	9	329	15
NAZARÉ – Av. Manuel Remígio, Bloco A, Lj. r/c	545	26	519	43
ODIVELAS – Av. Miguel Torga, Zona 2, Lt. 12 - Loja	425	13	412	32
OLHÃO – Rua General Humberto Delgado, 28-A	362	96	266	48
OLIVEIRA DO DOURO – Largo da Lavandeira, 36, r/c	280	65	215	29
– Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282, r/c	51	7	44	0
PAÇO DE ARCOS – Av. Marquês de Pombal, 5	610	99	511	63
PAREDE – Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, n.º 2, r/c	576	131	445	61
PAREDES – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N, r/c	480	98	382	51
PINHAL NOVO – Rua S. Francisco Xavier, Lote 2, Loja 4	572	144	428	64
PONTA DELGADA – Largo do Poço Velho, 10	37	8	29	0
– Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 – Armazém	70	16	54	0
PONTE DE LIMA – Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	412	80	332	43
PORTIMAO – Urbanização Horta de S. Pedro – Lote 21, Lojas 1,2,3	460	78	382	46
PORTO – Av. dos Aliados, 90	4 362	1 841	2 521	106
– Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	352	87	265	39
– Rua DO BREYNER, 96-128-136-156	9 609	142	9 467	679
– Rua Campo Alegre, 1620, Loja	349	10	339	23
– Rua de Ceuta, 38/44/48	844	488	356	-9
– Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	888	264	624	19
– Rua Fernandes Tomás, 424/438	64	16	48	5
– Rua Júlio Dinis, 656	2 466	1 442	1 024	147
– Rua Júlio Dinis, 674/678	553	134	419	79
– Rua Magalhães Lemos, 111/113	906	230	676	141
– Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	90	25	65	-4
– Rua Mártires da Liberdade, 142	75	21	54	0
– Travessa do Covelo, 99 cave	26	3	23	0
– Rua 1.º de Janeiro, 332 – Bessa	501	74	427	52

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA *(CONTINUAÇÃO)*

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
PORTO DE MÓS – Av. Santo António, Bloco 5, r/c Esq.	354	61	293	34
PÓVOA SANTA IRIA – Urb. Casal Serra, Torre 8, r/c, Lojas 3/4	647	139	508	69
POVOAÇÃO – AÇORES – Rua Barão Laranjeiras, 17	540	83	457	24
QUARTEIRA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	413	96	317	44
QUELUZ – Av. Luís de Camões, 38-B/C	625	58	567	56
RAMALDE – Rua São João de Brito, 530	532	80	452	52
RIBEIRA GRANDE – AÇORES – Rua de S. Francisco	365	23	342	28
RIO MAIOR – Av. Paulo VI, Lote 82	519	87	432	52
RIO TINTO – Travessa Senhor do Calvário, 18 cv	289	68	221	31
S. JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr. Renato Araújo, 357-F	444	68	376	45
SANDIM – Rua da Columbófila, 371 C/D	442	74	368	43
SANTARÉM – Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 214	427	787	87
SANTIAGO CACÉM – Praça do Mercado, 7, Loja	290	8	282	20
SANTO TIRSO – R. D. Nuno A.Pereira – Pr.Camilo C.Branco, Lojas 8/9	324	71	253	34
SEIA – Av. 1.º Maio, 18, Loja	486	98	388	52
SEIXAL – Rua Gil Vicente, 1/1-B, Loja – Torre da Marinha	478	111	367	51
SETÚBAL – Av. Luísa Todi, 294/308 – Praça do Bocage, 135/145	4 864	1 555	3 309	242
– Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	49	13	36	2
– Vale do Cobro, Lote 34, r/c Dto.	28	6	22	0
SINES – Av.Gen.Humberto Delgado, 59/59A	223	34	189	22
TAPADA DAS MERCÊS – Rua Três, Lote 1A, Lojas 1/2	507	108	399	54
TAVIRA – Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	386	67	319	39
TORRES NOVAS – Largo Cor. António Maria Batista, 2 r/c	645	164	481	101
TROFA – Rua Abade Inácio Pimentel, 193	80	11	69	8
VAGOS – Rua António Carlos Vidal, 92 r/c	362	63	299	37
VALADARES – Rua José Monteiro Castro Portugal, n.º 2553/2555	393	66	327	39
VENDA DO PINHEIRO – Av. 9 de Julho, 96-A/B	481	81	400	50
VILA FRANCA DE XIRA – Av. 25 de Abril, 14/16	521	95	426	53
VILA NOVA DE GAIA – Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	616	148	468	70
– Av. da República, 2531	487	115	372	59
VILA REAL STO. ANTÓNIO – Av. Min. Duarte Pacheco, Lote 10 r/c	311	60	251	32
VISEU – Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	4 377	1 665	2 712	309
– Rua Dr.Alvaro Monteiro, Lote 11 r/c – Marzovelos	432	74	358	37
– Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja – S. Mateus	347	66	281	37
INSTALAÇÕES INTERIORES	53	6	47	
TOTAL (1)	**164 270**	**44 122**	**120 148**	**13 069**
2. TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
LISBOA – Rua Áurea – EDIFÍCIO SEDE	574		574	
PORTO – Terreno na Pasteleira	50		50	
– Terreno Rua Mártires da Liberdade, 122/124	69		69	
ANGRA DO HEROÍSMO – S. Mateus – Terreno (Prédio rústico)	2		2	
– S. Bartolomeu – Terreno (Prédio rústico)	14		14	
CALDAS DA RAINHA – «Vinha das Coxas»	3 045		3 045	
TOTAL (2)	**3 754**	**0**	**3 754**	**0**
3. EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
LISBOA – Rua Áurea, 219-241 – EDIFÍCIO SEDE	17 647	6 616	11 031	1 777
INSTALAÇÕES INTERIORES	3		3	
– Mausoléu a Francisco M. Álvares Botelho	1	1	0	
TOTAL (3)	**17 650**	**6 616**	**11 034**	**1 777**
TOTAIS	**185 674**	**50 738**	**134 936**	**14 846**

9.5. CONTAS DAS FUNDAÇÕES

FUNDAÇÕES – CONTAS CORRENTES

ANO: 2009

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
Saldo a 31/12/2008	**11 284**	**12 244**	**2 937**	**1 042**	**1 734**	**29 241**
CRÉDITO						
Reembolso de Títulos de Crédito		22 956			6 550	29 506
Rendimento de Títulos de Crédito	219	8 424			505	9 148
Rendimento de Unidades de Participação	1 208	6 228	98	199	108	7 841
Rendimento de Depósitos	27	3 495	5		2	3 529
Total do Crédito	**1 454**	**41 103**	**103**	**199**	**7 165**	**50 024**
DÉBITO						
Aplicações Financeiras	11 000	37 760	2 000		7 500	58 260
Bolsa Estudos						
Prémios						
Despesas de Expediente		38			28	66
Total do Débito	**11 000**	**37 798**	**2 000**	**0**	**7 528**	**58 326**
Saldo a 31/12/2009	**1 738**	**15 549**	**1 040**	**1 241**	**1 371**	**20 939**

FUNDAÇÕES – CONTAS PATRIMÓNIO

ANO: 2009

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
ACTIVO						
Depósito à Ordem	1 738	15 549	1 040	1 241	1 371	20 939
Depósito a Prazo		150 000				150 000
Títulos de Crédito	4 949	148 569			6 879	160 397
Unidades de Participação – Custo	33 396	139 371	6 438	4 423	15 043	198 671
Propriedades Rústicas		1 728				1 728
Imóveis		16 979				16 979
Acréscimos de Proveitos	118	4 011			115	4 244
Total do Activo	**40 201**	**476 207**	**7 478**	**5 664**	**23 408**	**552 958**
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA						
Capital	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458	35 095
Reservas	33 160	450 122	5 878	3 889	4 796	497 845
Rendimento Líquido	1 454	17 107	104	199	1 154	20 018
Total do Passivo e Situação Líquida	**40 201**	**476 207**	**7 478**	**5 664**	**23 408**	**552 958**

PRÉMIOS – CONTAS CORRENTES

ANO: 2009

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Hermínia Tassara	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
Saldo a 31/12/2008	**4 536**	**2 040**	**32 411**	**7 536**	**43 234**	**17 722**	**42 869**	**89**	**218**	**150 655**
CRÉDITO										
Liquidação de Depósito a Prazo								750	500	1 250
Reembolso de Títulos			14 842		20 000	9 945				44 787
Rendimento de Títulos	489		408	503	2 073	832	240			4 545
Rendimento de Unidades de Participação	295	97	252		727	741	1 451			3 563
Rendimento de Depósitos			117	716	218	43	182	236	84	1 596
Total do Crédito	**784**	**97**	**15 619**	**1 219**	**23 018**	**11 561**	**1 873**	**986**	**584**	**55 741**
DÉBITO										
Aplicações Financeiras	4 000	1 500	41 790	7 500	60 000	26 700	40 000		500	181 990
Bolsa de Estudo								740		740
Donativos							3 000			3 000
Despesas de Expediente	28		103	29		12				172
Total do Débito	**4 028**	**1 500**	**41 893**	**7 529**	**60 000**	**26 712**	**43 000**	**740**	**500**	**185 902**
Saldo a 31/12/2009	**1 292**	**637**	**6 137**	**1 226**	**6 252**	**2 571**	**1 742**	**335**	**302**	**20 494**

PRÉMIOS – CONTAS PATRIMÓNIO

ANO: 2009

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Hermínia Tassara	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
ACTIVO										
Depósito à Ordem	1 292	637	6 137	1 226	6 252	2 571	1 742	335	302	20 494
Depósito a Prazo				24 940				12 470	5 832	43 242
Títulos de Crédito	11 807		11 286	11 323	22 672	21 743	4 920			83 751
Unidades de Participação – Custo	13 801	7 058	48 574	10 521	88 100	30 557	66 529			265 140
Acréscimos de Proveitos	171		518	303	396	924	101	9	12	2 434
Total do Activo	**27 071**	**7 695**	**66 515**	**48 313**	**117 420**	**55 795**	**73 292**	**12 814**		**415 061**
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA										
Capital	12 470	1 995	14 964	24 940	74 820	38 308	49 880	12 470	7 482	237 329
Reservas	13 845	5 603	50 435	22 386	44 902	15 383	25 442	1 354		179 350
Resultados Transitados					-6 898		-903	-495	-900	-9 196
Rendimento Líquido	756	97	1 116	987	4 596	2 104	-1 127	-515	-436	7 578
Total do Passivo e Situação Líquida	**27 071**	**7 695**	**66 515**	**48 313**	**117 420**	**55 795**	**73 292**	**12 814**	**6 146**	**415 061**

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2009
do
MONTEPIO GERAL

Pré-Impressão
Heragráfica – *Artes Gráficas, Lda.*

Impressão
Grifos – *Artes Gráficas*